

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA  
NÚCLEO DE ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

Em cotutela com

UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE  
ÉCOLE DOCTORALE 122 – EUROPE LATINE,  
AMÉRIQUE LATINE  
CENTRE DE RECHERCHES SUR LES PAYS  
LUSOPHONES

FERNANDO FLORIANI PETRY

*REVISTA DO LIVRO*

Um projeto político, literário e cultural

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA LUCIA DE BARROS  
CAMARGO

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CLAUDIA PONCIONI

Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3

Florianópolis / Paris - novembro de 2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA  
NÚCLEO DE ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

Em cotutela com

UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE  
ÉCOLE DOCTORALE 122 – EUROPE LATINE,  
AMÉRIQUE LATINE  
CENTRE DE RECHERCHES SUR LES PAYS  
LUSOPHONES

FERNANDO FLORIANI PETRY

*REVISTA DO LIVRO*

Um projeto político, literário e cultural

Tese de doutoramento de Fernando FLORIANI PETRY, desenvolvida em cotutela sob orientação de Maria Lucia de BARROS CAMARGO e Cláudia PONCIONI, apresentada como requisito parcial para conclusão do Doutorado em Literaturas do Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina e do Doctorat en Études du Monde Lusophone de l'École Doctorale 122 – Europe Latine, Amérique Latine de l'Université Sorbonne Nouvelle.

Florianópolis / Paris - novembro de 2015.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Petry, Fernando Floriani

Revista do Livro: : um projeto político, literário e cultural / Fernando Floriani Petry ; orientadora, Maria Lucia de Barros Camargo ; coorientadora, Claudia Poncioni. - Florianópolis, SC, 2015.  
400 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós Graduação em Literatura.

Inclui referências

1. Literatura. 2. Literatura. 3. Periodismo. 4. Era JK.  
5. Revista do Livro. I. Camargo, Maria Lucia de Barros.  
II. Poncioni, Claudia. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura. IV. Título.

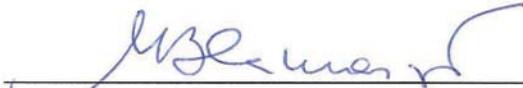
“Revista do Livro: um projeto político, literário e cultural”

Fernando Floriani Petry

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título

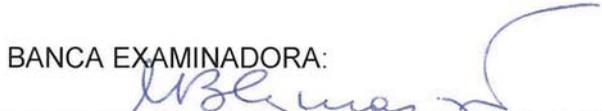
DOUTOR EM LITERATURA

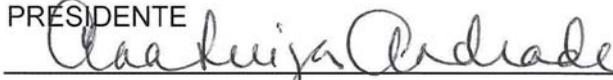
Área de concentração em Literaturas e aprovada na sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia de Barros Camargo  
ORIENTADORA

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia de Barros Camargo  
COORDENADORA DO CURSO

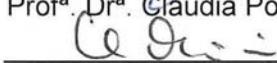
BANCA EXAMINADORA:

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia de Barros Camargo  
PRESIDENTE

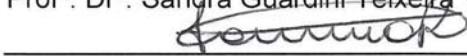
  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Luiza Britto Cezar de Andrade (UFSC)

  
Prof. Dr. Raul Hector Antelo (UFSC)

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Poncioni (Coorientadora - Sorbonne – Paris/FR)

  
Prof. Dr. Pierre Civil (Sorbonne – Paris/FR)

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos (USP)

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tania Regina de Luca (UNESP)



A ela, para ela.



## Agradecimentos.

O tempo de trabalho de uma tese não se restringe aos quatro anos de doutoramento. Avança para o além, olha sempre para trás. O que se imprime é sempre a suspensão, a interrupção. Nesse suspender-me, interromper-me, agradeço

### Dos lados de cá

a Dalila Floriani Petry, por tudo e o mais  
a Maria Lucia de Barros Camargo, por muito, sobretudo pelo exemplo  
a todos do Núcleo de Estudos Literários e Culturais, pela estrutura de trabalho, de amizade, de diálogo  
a Laíse Ribas Bastos e Jeferson Candido, pela amizade  
a Carlos Eduardo Capela, Raul Antelo, Antonio Dimas, Tania Regina de Luca, pela presença constante nesse trabalho  
a Artur de Vargas Giorgi.

### dos lados de lá

a Cláudia Poncioni, pela recepção e acolhida na cotutela, pelas orientações e conversas  
aos amigos Caio, Manuelle, Aarthi, Guilherme, Jennifer, Nataly, Dimitri, Ana Laura, Júlio, Daniel, pelo tempo em Paris e mais  
a Carolina Torrejon

### D'outros lados

ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de doutoramento sanduíche, por apoiar os projetos do NELIC que deram estrutura de trabalho para o desenvolvimento da tese

a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelas bolsas de pesquisa de demanda social e de doutorado sanduíche.

Aos professores Carlos Eduardo Capela e Luís Felipe Soares, pelas preciosas contribuições durante a banca de qualificação do presente trabalho.

Aos professores Sandra Vasconcelos, Tania Regina de Luca, Pierre Civil, Raul Antelo e Ana Luiza Andrade por prontamente aceitarem participar da banca de avaliação desta tese.

## Resumo:

Publicada entre os anos de 1956 e 1970, a *Revista do Livro* era o órgão oficial do Instituto Nacional do Livro. Seu projeto foi retomado pelo Departamento Nacional do Livro – subordinado à Fundação Biblioteca Nacional – em 2002. Idealizada pelo poeta gaúcho Augusto Meyer, a revista reuniu em suas páginas nomes significativos da intelectualidade brasileira em suas diferentes fases de publicação, que coincidiram com diferentes momentos políticos brasileiros. Sua primeira fase, de 1956 a 1961, compreende exatamente o período do Governo de Juscelino Kubitschek e possui 24 números divididos em 20 volumes. Sua segunda fase, de 1964 a 1970, ocorreu durante o período da Ditadura Militar no Brasil, com 19 números publicados em 17 volumes. E sua terceira e atual fase, iniciada em 2002, coincide com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República e recupera a sequência numérica da revista. O último número lançado, em 23 de julho de 2015, foi o 55, totalizando 12 números em 12 volumes. Diante dessa proliferação de números, optamos por realizar um recorte na definição do *corpus* de pesquisa para a presente tese, focando na primeira fase da revista. Assim sendo, trabalharemos com os 24 primeiros números, publicados entre os anos de 1956 e 61, ampliando o olhar para a sua fase embrionária, ou seja, para os anos de planejamento e criação do Instituto Nacional do Livro e da sua revista. A presente tese sustenta a hipótese de que a *Revista do Livro* atuou a partir de um projeto político, literário e cultural específico, cujos objetivos eram *imaginar* e *selecionar* as tradições que serviriam de base para (re)fundar a Literatura Nacional a partir da constituição de um cânone baseado nos *grandes vultos* da historiografia literária.

Palavras-chave: *Revista do Livro*; Periodismo; Nacional desenvolvimentismo; Tradição; Literatura Nacional; Cultura Nacional.

Résumé :

La *Revista do Livro* (Revue du Livre) fut publiée au Brésil entre les années 1956 et 1970, en tant que revue officielle de l'Instituto Nacional do Livro (Institut National du Livre), organe du gouvernement fédéral du Brésil responsable de la politique publique sur les livres et les bibliothèques entre 1938 et 1970. En 2002, la *Revista do Livro* fut reprise par le Departamento Nacional do Livro (Département national du livre), subordonné à la Fundação Biblioteca Nacional (Fondation bibliothèque nationale). Le projet conçu par le poète Augusto Meyer, avait attiré d'importants personnages de l'intelligentsia brésilienne au long des différentes étapes de sa publication. Chacune de celles-ci a correspondu à des différents moments politiques du pays. Dans sa première phase, la *Revista do Livro* fut publiée entre 1956 et 1961, période qui correspond à celle du gouvernement du président Juscelino Kubistchek. La deuxième phase de publication, de 1964 jusqu'à 1970 correspond à la période de la dictature militaire au Brésil. La phase actuelle débuta en 2002, la même année de l'élection du président Luís Inácio Lula da Silva, le premier élu d'un parti de gauche à la tête du gouvernement au Brésil. Cette thèse se propose d'analyser, la première phase de publication de la *Revista do Livro* qui constitue son corpus. La présente thèse part de l'hypothèse que à travers la compréhension de l'action de la revue se dégage un projet politique, littéraire et culturel spécifique dont les objectifs étaient d'imaginer et de sélectionner parmi les traditions brésiliennes celles qui devaient être la base de la formation d'une spécificité de la Littérature Brésilienne : la Littérature Brésilienne des « grands hommes ».

Mots-clés : *Revista do Livro* ; tradition ; Littérature nationale ;  
Culture nationale ; Grands hommes.

## **Lista de siglas e abreviaturas:**

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CPDOC / FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas.

DNL – Departamento Nacional do Livro

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IDHEC – Institut des Hautes Études Cinématographiques

IMS – Instituto Moreira Sales

INL – Instituto Nacional do Livro

JK – Juscelino Kubitschek

MAM SP – Museu de Arte Moderna de São Paulo

NELIC – Núcleo de Estudos Literários & Culturais

Paris 3 – Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris 3

PNE – Plano Nacional da Educação

RL – *Revista do Livro*

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## Sumário

Introdução: <i>A Revista do Livro</i> e uma hipótese de pesquisa...	14
Parte 01: <i>A Revista do Livro e seus entornos</i> .....	24
1. Metodologias.....	24
2. <i>A Revista do Livro</i> .....	44
3. Entornos .....	61
4. Do nacionalismo cultural à culturalização da nação: conceitos.....	107
Parte 02: <i>Entre esparsos e inéditos: a formação da literatura nacional</i> .....	127
1. Uma revista, um projeto: cumprir a tarefa machadiana .	128
2. Um <i>Arquivo de Inéditos</i> , ou dos grandes vultos, ou ainda, o retrato .....	149
3. A construção de um nacional .....	184
Parte 03: <i>Retratando biografias: da Enciclopédia Brasileira</i> .....	205
1. <i>A Revista do Livro</i> e as competências do INL.....	208
2. Do biobibliográfico, das bibliotecas .....	254
Conclusão: <i>As vozes que (se) calam</i> .....	265
Bibliografia.....	271

## Índice de figuras

Figura 1: Capa da Revista do Livro n.º 01/02, de junho de 1956. Acervo NELIC.....	46
Figura 2: Contracapa da Revista do Livro n.º 01/02, de junho de 1956. Acervo NELIC.....	48
Figura 3: Capa da Revista do Livro n.º 03/04, de dezembro de 1956. Acervo NELIC.....	49
Figura 4: Contracapa da Revista do Livro n.º 03/04, de dezembro de 1956. Acervo NELIC .....	50
Figura 5: Capa da Revista do Livro n.º 41, 2º trimestre de 1970. ....	52
Figura 6: Capa da Revista do Livro n.º 44, de janeiro de 2002. Acervo NELIC.....	52
Figura 7: Henri Matisse, la danse, 1909. (260 cm x 391 cm)..	98
Figura 8: Pablo Picasso, Les trois danseuses, 1925. (215,3 cm x 142,2 cm). ....	98
Figura 9: Pablo Picasso, La danse, 1956. (100 cm x 81 cm)...	99
Figura 10: Retrato de Machado de Assis por Insley Pacheco	131
Figura 11: Retrato de Machado de Assis por Marc Ferrez ....	132
Figura 12: Retrato publicado na capa da Revista do Livro n.º 01/02 sem identificação de autoria .....	132
Figura 13: Capa da Revista do Livro n.º 11 de setembro de 1958. Acervo NELIC.....	177

## Índice de tabelas

Tabela 1: Lista de números publicados da Revista do Livro. .	25
Tabela 2: Quadro de seções da Revista do Livro entre os números 01/02 e 23/24. ....	56
Tabela 3: Número de artigos por seção da Revista do Livro. .	57
Tabela 4: Gráfico do número percentual de artigos por seção da Revista do Livro .....	58
Tabela 6: Palavras-chave mais frequentes na Revista do Livro. ....	245
Tabela 7: Nome pessoal como assunto por frequência - Revista do Livro .....	247



*La politique de la littérature n'est pas la politique des écrivains. Elle ne concerne pas leurs engagements personnels dans les luttes politiques ou sociales de leur temps. Elle ne concerne pas non plus la manière dont ils représentent dans leurs livres les structures sociales, les mouvements politiques ou les identités diverses. L'expression « politique de la littérature » implique que la littérature fait de la politique en tant que littérature<sup>1</sup>.*

*Jacques Rancière. Politique de la littérature, 2007, p.11*

*No meio das tabas de amenos verdores,  
Cercado de troncos – cobertos de flores,  
Alteiam-se os tetos d'altiva nação;  
São muitos seus filhos, nos ânimos fortes,  
Temíveis na guerra, que em densas coortes  
Assombram das matas a imensa extensão.*

*Gonçalves Dias. I – Juca-Pirama, Poesias americanas, 1998, p. 379.*

*V*

*Mudaram-se os tempos e a face da terra,  
Cidades alastram o antigo paul;  
Mas inda o gigante, que dorme na serra,  
Se abraça ao imenso cruzeiro do sul.*

---

<sup>1</sup> A política da literatura não é a política dos escritores. Ela não diz respeito aos engajamentos pessoais nas lutas políticas e sociais do seu tempo. Ela também não diz respeito à maneira pela qual eles representam em seus livros as estruturas sociais, os movimentos políticos, ou suas identidades diversas. A expressão “política da literatura” implica no fato de que a literatura faz política enquanto faz literatura. [Tradução livre nossa]

*Nas duras montanhas os membros gelados  
Talhados a golpes de ignoto buril,  
Descansa, ó gigante, que encerras os fados,  
Que os términos guardas do vasto Brasil.*

*Porém se algum dia fortuna inconstante  
Puder-nos a crença e a pátria acabar,  
Arroja-te às ondas, ó duro gigante,  
Imunda estes montes, desloca este mar!*

*Gonçalves Dias. O gigante de pedra,  
Poesias americanas, 1998, p. 377.*

## Introdução: A *Revista do Livro* e uma hipótese de pesquisa

A *Revista do Livro*, objeto de pesquisa desta tese, foi publicada pelo Instituto Nacional do Livro entre os anos de 1956 e 1970 e retomada pelo Departamento Nacional do Livro, órgão filiado à Fundação Biblioteca Nacional, a partir de 2002. Idealizada em 1937 pelo poeta gaúcho Augusto Meyer, a publicação é marcada por diferentes momentos de existência, acompanhados pelos diferentes momentos políticos do país.

O primeiro momento de “existência”, a fase zero, é o estágio embrionário da revista e compreende a decalagem de 19 anos entre o primeiro projeto da revista e a sua verdadeira aparição. Projetada por Meyer em sua primeira ação como diretor do Instituto Nacional do Livro, a revista teve sua publicação vetada pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, por não fazer parte das atribuições legais e funcionais do recém-criado INL. Essa decalagem não seria significativa não fosse o fato de que o primeiro número é tributário ao projeto de Meyer, com a apresentação gráfica, a estrutura de publicação e mesmo com alguns textos angariados pelo poeta e ex-diretor do INL<sup>2</sup>.

Iniciou-se, assim, em 1956, o que consideramos como a primeira fase de publicação da revista, que se estende até a sua interrupção em 1961. Essa primeira fase compreende 20 volumes, divididos em 24 números e é o período de maior estabilidade e homogeneidade da revista. A revista será publicada com um número médio de 300 páginas, formato padrão, projeto gráfico de Tomás de Santa Rosa e seções relativamente estáveis. A única exceção na estabilidade gráfica da revista é o seu primeiro número, marcado pela homenagem e

---

<sup>2</sup> Augusto Meyer será o primeiro diretor do Instituto Nacional do Livro, atuando entre 1937 e 1955, reassumindo a função entre 1961 e 1967. O poeta gaúcho veria seu projeto realizado somente a partir do número 25, quando o cenário político e cultural seria bastante diverso daquele de 1937 / 1956.

afiliação a Machado de Assis, através da capa e dos textos de abertura.

Tendo ficado suspensa entre 1961 e 1964, a segunda fase da revista é inaugurada com a aparição do número 25, em março de 1964. Durante os 6 anos de publicação que se seguem, a revista terá seu corpo editorial alterado diversas vezes, seu formato, número de páginas e seções reduzidos de maneira bastante significativa, e diferentes projetos gráficos. Entre os anos de 1964 e 1970, 17 volumes foram publicados, divididos em 19 números.

A terceira e atual fase da revista debuta em 2002 com a retomada do projeto via Departamento Nacional do Livro, órgão da Fundação Biblioteca Nacional, contando atualmente com a publicação de 12 volumes em 12 números. O primeiro número da fase atual toma por referência o primeiro número da publicação, de 1956, confirmando a homenagem a Machado de Assis, valendo-se, inclusive, do mesmo retrato para a capa.

Apesar de dar prosseguimento à numeração, o projeto gráfico, a estrutura de publicação e a lógica de publicação da revista foram alterados. Se até 1970 a revista recolhia contribuições, convidando / selecionando colaboradores, atualmente a revista se aproxima do sistema de avaliação e publicação das revistas científicas ou universitárias contemporâneas, com chamada temática, submissão de textos, avaliação por pares, indexação em bases de dados e avaliação no *Qualis* da Capes. Se antes seu corpo de colaboradores era formado por intelectuais de diversas áreas, escritores, poetas, artistas plásticos, atualmente a revista é mais um sintoma da especialização da área, publicando textos, em sua grande maioria, de professores universitários ou funcionários da própria Fundação Biblioteca Nacional.

A série de importantes fatos históricos ligados aos diferentes momentos da publicação não é aleatória e indica uma “vocação” ou uma ligação política da revista com o seu tempo. O seu projeto data de 1937, mesmo ano da instauração do Estado

Novo promulgado por Getúlio Vargas e nasce na esteira dos movimentos nacionalistas brasileiros do período. Sua primeira fase coincide exatamente com o governo de Juscelino Kubitschek, período que ficou conhecido na historiografia brasileira como Era JK e compartilha os ideais nacionais-desenvolvimentistas propagados (e propagandeados) à época. A segunda fase transcorre sob a intervenção militar, o que produzirá alterações profundas no projeto da revista. Com o progressivo endurecimento da ditadura militar, os intelectuais que ainda participavam do INL se afastaram, passando o comando do Instituto, e por consequência da sua revista, ao Exército.

A chegada do General Umberto Peregrino – até então diretor da Biblioteca do Exército Brasileiro –, ao cargo de diretor do Instituto Nacional do Livro iria contribuir de modo notável ao processo de perda de identidade do formato da revista, o qual atingiria seu ápice com a extinção do conselho editorial, exatamente um ano antes do Ato Institucional N.º 5, de 13 de dezembro de 1968. A revista, porém, sobreviveria por mais dois anos, até o seu encerramento em 1970.

Retomando sua vocação política, a *Revista do Livro* seria relançada no simbólico ano de 2002, o da eleição de Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores para a presidência da República Federativa do Brasil.

Diante dessas diferentes fases de publicação da revista, optamos por realizar um recorte na definição do *corpus* de pesquisa para a presente tese, focando na primeira fase da revista. A fim de dar enfoque exclusivo ao período de publicação correspondente à Era JK, este trabalho examinou os 24 primeiros números, publicados entre os anos de 1956 e 1961, ampliando o olhar para a sua fase embrionária, ou seja, para os anos de planejamento e de criação do Instituto Nacional do Livro e de sua revista. O recorte justificou-se a partir da hipótese de que a *Revista do Livro* atuou, durante sua existência, como tributária de um projeto político, literário e cultural específico,

que produziu uma leitura específica do e para o país. E de que esse projeto encontrou assonância nos projetos nacionais desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek.

Se, entretanto, as diferentes fases refletem as diferentes conjunturas da publicação, subsiste um elemento comum a todos os números: o papel central da literatura. Ainda que sob diversas perspectivas, a revista trabalhou constantemente com uma ideia de literatura e com um ideal para a literatura.

Em sua primeira fase, a literatura é vista como um elemento aglutinador no processo brasileiro de formação cultural. A revista atuaria, dentro do seu projeto, na *imaginação, seleção e invenção* da “boa” tradição literária brasileira, a qual serviria como modelo ou fonte de inspiração para a jovem nação, plena de expectativas com relação ao seu crescimento e sua afirmação na cena política, literária e cultural universal.

Já entre o final da primeira fase e o início da segunda, pudemos constatar uma transição na valorização da literatura como elemento formador da cultura brasileira, rendendo-se mais a uma ideia de literatura como elemento educacional, uma ferramenta para a alfabetização e ampliação da prática de leitura no país. Esse direcionamento reflete as ações do Instituto Nacional do Livro em favor da ampliação da leitura no Brasil, através do fomento à criação de bibliotecas país afora. Nessa segunda fase, fica perceptível como a revista deixa de representar o pensamento do grupo de intelectuais que a editava entre 1956 e 1961, para se tornar um órgão informativo do INL, cumprindo cada vez mais uma função didática. A crítica literária vai perdendo espaço para uma crescente necessidade, e demanda, do ensino literário. Essa transição, contudo, não é imediata, e vai se desenrolando até o final da publicação, em 1970. É sintomático, nesse processo, o fato de que a revista, a partir do número 31, de 1967, não contaria mais com um corpo editorial, cabendo somente a Valdemar Cavalcanti o cargo de redator-chefe.

Atualmente, a revista reflete a cena contemporânea com a extrema especialização da crítica literária como campo profissional de atuação universitária, respeitando critérios avaliativos, como os estabelecidos pelo *Qualis* da Capes ou as normas de publicação da ABNT. Ainda é possível antever certa tradição crítica dentro dos textos publicados, porém, por agir a partir de uma lógica de editoração diferente, hoje a literatura para a *Revista do Livro* é mais uma área de atuação e de pesquisa científica do que um campo de atuação política propriamente dito. Melhor dizendo, a primeira fase da *Revista do Livro* trata a literatura como um campo de atuação política na constituição da cultura brasileira, enquanto a terceira fase lida com a literatura como um campo de atuação profissional dentro da cultura brasileira. Interessa-nos, portanto, a atuação política na constituição da cultura. Por isso, com o intuito de perseguir a hipótese de pesquisa que sustenta a presente tese, trabalharemos em três movimentos: *A Revista do Livro e seus entornos*; *Entre esparsos e inéditos: a formação da literatura nacional*; e *Retratando biografias: da Enciclopédia Brasileira*.

A primeira parte deste trabalho foi estruturada a partir da análise, no primeiro capítulo, das metodologias de trabalho: a de indexação, a de pesquisa e a de arquivo. A indexação, feita de acordo com a metodologia desenvolvida no Núcleo de Estudos Literários & Culturais (NELIC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), permitiu-nos a extração de dados estatísticos e o estabelecimento de relações que, “a olho nu”, não seriam visíveis. A pesquisa sobre periódicos no cenário brasileiro, diferentes tipologias e abordagens, e escolhas metodológicas que acompanharam nossa leitura da *Revista do Livro* compõem a seção sobre a metodologia de pesquisa. Por fim, encerrando esse primeiro capítulo, a noção de *arquivo* foi analisada a partir das acepções de Jacques Derrida.

Já as particularidades da *Revista do Livro*, detalhes do seu projeto gráfico, da sua estrutura de publicação e as diferentes

composições do conselho editorial do *corpus* dessa pesquisa deram o tom do segundo capítulo dessa primeira parte da tese.

Coube, enfim, ao terceiro capítulo, o papel de perseguir os entornos da publicação: a fase embrionária, os antecedentes que precederam a criação do Instituto Nacional do Livro, a evolução do Instituto Cairu para INL, e os anos de 1920 a 1956, em seus contextos sociais e políticos. Ainda na esteira da compreensão histórica, o ano de 1956 apareceu como ano marco de uma série de movimentos literários e culturais que pululavam no país.

No quarto e último capítulo dessa primeira parte foi estruturada a conceituação na qual se baseia a leitura desenvolvida: os conceitos de tradição *seletiva*, tradição *inventada*, tradição *imaginada*. Outro conceito que ressaltamos foi a ideia de nação promulgada pela revista, como elemento aglutinador de uma literatura produzida no Brasil. Por fim, outros dois conceitos foram debatidos nesse capítulo: o conceito de cultura – a fim de compreender como a revista o atrela a uma noção específica de literatura – e, como ferramenta argumentativa, o conceito de retrato como chave de leitura da política literária e cultural perpetrada pela *Revista do Livro*.

Já à segunda parte da presente tese coube a análise dos textos publicados nas seções *Inéditos* e *Arquivo*. Adicionamos a essa análise os textos sem seção publicados no início de alguns números do *corpus*, os quais consideramos como editoriais. Para tal, essa segunda parte deste trabalho foi dividida em três diferentes capítulos. No primeiro, *Uma revista, um projeto: cumprir a tarefa machadiana*, construímos a leitura de como a *Revista do Livro* agia a partir de um projeto político, literário e cultural específico, cujos objetivos, a nosso entender, eram ao mesmo tempo cumprir a tarefa de Machado de Assis – verificar se reuniríamos as condições necessárias e as motivações históricas para a fundação da Literatura Brasileira –, enquanto civilizava o barbarismo reinante no Brasil.

No segundo capítulo, *Um arquivo de inéditos, ou dos grandes vultos, ou ainda, o retrato*, observamos que a revista atuou como um órgão que se autodefiniu como sendo de *preservação dos valores tradicionais*, cujo *modus operandi* constituiu-se em traçar um retrato da literatura brasileira através do engrandecimento dos seus *grandes vultos*. Para tal, a *Revista do Livro* compreendia a literatura como sendo a obra produzida por *homens feitos* que poderiam, através das suas experiências de vida, analisar, sob a ótica da moral, manifestações naturais da vida humana.

Ainda na segunda parte da presente tese, no terceiro capítulo, *A construção de um nacional*, observamos que, ao assumir para si uma postura profundamente brasileira, nacionalista e tradicionalista, a revista *selecionou, inventou e imaginou* os traços do passado que iriam compor o retrato do seu presente. Na sua condição de arconte, a *Revista do Livro* criou uma relação com uma tradição que não é aquela *tumular*, mas sim fruto de um esforço de construir uma relação com o passado que o torne *forte e inspirador do presente* a fim de projetar-se, nos âmbitos político, literário e cultural, como um *delineador do futuro*.

Observamos também como a *Revista do Livro* surgiu, em 1956, dentro de um período de indefinições, diante de uma disputada cena literária e cultural. Percebemos, enfim, que se estabeleceu uma certa distância entre os propósitos do governo, do Ministério da Educação e Saúde Pública, as intenções do Instituto Nacional do Livro e a atuação da revista.

À terceira parte desta tese coube a análise dos textos publicados nas seções *Estudos* e *Vária*. No primeiro capítulo, *A Revista do Livro e as competências do INL*, analisamos a *Revista do Livro* a partir do papel que ela assumiu nas dependências do Instituto. A revista pôde ser lida, a nosso ver, como um esforço de realizar as atribuições dadas pelo governo ao INL em seu decreto de formação. Dos quatro artigos relativos às

incumbências do Instituto, a *Revista do Livro* iria contribuir significativamente em dois deles. A primeira, a publicação da *Enciclopédia Brasileira*. Observamos, neste capítulo, que, de fato, a revista estruturou-se como tributária de três projetos de três diferentes intelectuais que assumiram a seção de Enciclopédia do Instituto Nacional do Livro: Mário de Andrade, 1939, Euryalo Cannabrava, 1956, e José Galante de Sousa, 1961. Pudemos perceber, em nossa leitura, como os ensaios estão alinhados com os preceitos dessas três propostas de se pensar, estruturar, organizar a cultura nacional.

A segunda incumbência do Instituto, a de desenvolver a biblioteconomia brasileira também teve sua contribuição dada pela revista, como analisamos no segundo capítulo desta terceira parte, intitulado *Do biobibliográfico, das bibliotecas*.

No segundo volume desta tese, o de anexos, figuram elementos complementares da pesquisa. Em primeiro lugar, o *Levantamento biobibliográfico dos autores*, no qual foram apresentados dados biobibliográficos dos autores publicados pela revista na sua seção de *Estudos*, a fim de dar suporte informacional à tese.

Na segunda parte dos anexos, apresentamos um levantamento exaustivo dos conselhos editoriais dos números integrantes do *corpus* da pesquisa. Logo em seguida apresentamos a compilação dos textos que consideramos como editoriais dos primeiros 24 números da *Revista do Livro*.

O quarto e quinto anexos trazem os levantamentos dos textos publicados nas seções *Inéditos* e *Arquivo*, respectivamente. Já no sexto e sétimo apresentamos os levantamentos dos textos publicados nas seções *Estudos* e *Vária*. Por fim, no anexo 2, as tabelas de indexação com os dados estatísticos gerados pela Base de Dados do Núcleo de Estudos Literários & Culturais, com informações sobre a frequência dos campos Autores, Palavras-chave, Vocabulário Controlado, Nome pessoal como assunto, Autores citados.

Importante ressaltar também uma particularidade deste trabalho. Por ter sido realizado em cotutela entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, a presente tese que abrigar tradições de pesquisa e normas de apresentação de trabalhos de ambas as universidades. Advêm daí certas escolhas, tais como a longa contextualização histórica que pode parecer maçante e excessiva ao leitor brasileiro, ainda que possa ser bastante útil a eventuais leitores franceses desconhecedores da historiografia brasileira. Tão como a separação entre a apresentação da revista, dos conceitos e de sua análise, que respeitou também a tradição francesa de estruturação de trabalhos acadêmicos. Do lado brasileiro, optamos por valorizar a liberdade de escrita e as normas visuais de formatação do texto.

## Parte 01: *A Revista do Livro e seus entornos*

### 1. Metodologias

#### *Da indexação*

Adotar a *Revista do Livro*, enquanto objeto de pesquisa, exigiu alguns movimentos de reflexão em torno dos procedimentos metodológicos de pesquisa e indexação. A começar, sendo esse trabalho filiado ao Núcleo de Estudos Literários & Culturais (NELIC) da Universidade Federal de Santa Catarina, todos os dados aqui apresentados são frutos de um procedimento de indexação e levantamento realizado em todo o *corpus*, rotina primeira das pesquisas ligadas a periódicos realizadas no NELIC, cuja metodologia transcrevemos ao final dessa seção.

Ainda assim, cabem ao pesquisador algumas decisões metodológicas que devem ser coerentes com o objeto pesquisado. Dentre essas decisões, com o intuito de suplementar a indexação do NELIC, realizamos, a fim de munir a tese com o maior número possível de informações em torno da *Revista do Livro*, um levantamento biobibliográfico dos autores publicados na seção *Estudos*, anexo 1.1. Optamos por nos restringir à seção *Estudos* pela importância e peso dessa seção na revista, mas também por se concentrar nela uma presença maior de autores contemporâneos à *Revista do Livro* que não adentraram o cânone da crítica ou da produção literária brasileira e atualmente são pouco conhecidos. Os nomes que circulam nas seções de *Inéditos* ou de *Arquivo*, por exemplo, são nomes já consagrados pela historiografia literária brasileira que dispensam maiores apresentações.

Dentre as escolhas metodológicas, é fundamental justificar a definição particular do *corpus* delimitado para a realização deste trabalho. O recorte deu-se a partir de uma definição

temporal. O desejo de focar os anos da gestão de Juscelino Kubitschek uniu-se ao ensejo de aprofundar o debate em torno das políticas públicas culturais da era Vargas que ganharam espaço durante o período JK. Assim, estabelecemos o *corpus* de pesquisa a partir do recorte temporal entre os anos de 1956 e 1961, o que chamamos de primeira fase da revista, com 24 números divididos em 20 volumes. Com a tabela abaixo, discriminamos as datas de publicação das três diferentes fases da revista.

<i>Revista do Livro</i> – números publicados							
Ano	N.	Ano	N.	Ano	N.	Ano	N.
<b>1956</b>	<b>1/2</b>		<b>15</b>	<i>1967</i>	<i>31</i>		<i>43</i>
	<b>3/4</b>		<b>16</b>	<i>1968</i>	<i>32</i>	<u>2002</u>	<u>44</u>
<b>1957</b>	<b>5</b>	<b>1960</b>	<b>17</b>		<i>33</i>	-	<u>45</u>
	<b>6</b>		<b>18</b>		<i>34</i>	-	<u>46</u>
	<b>7</b>		<b>19</b>		<i>35</i>	<u>2006</u>	<u>47</u>
	<b>8</b>		<b>20</b>	<i>1969</i>	<i>36</i>	<u>2007</u>	<u>48</u>
<b>1958</b>	<b>9</b>	<b>1961</b>	<b>21/22</b>		<i>37</i>	<u>2008</u>	<u>49</u>
	<b>10</b>		<b>23/24</b>		<i>38</i>	-	<u>50</u>
	<b>11</b>	<i>1964</i>	<i>25</i>		<i>39</i>	-	<u>51</u>
	<b>12</b>		<i>26</i>	<i>1970</i>	<i>40</i>	<u>2010</u>	<u>52</u>
<b>1959</b>	<b>13</b>	<i>1965</i>	<i>27/28</i>		<i>41</i>	-	<u>53</u>
	<b>14</b>	<i>1966</i>	<i>29/30</i>		<i>42</i>	<u>2011</u>	<u>54</u>
						<u>2015</u>	<u>55</u>

Tabela 1: Lista de números publicados da Revista do Livro.

Em negrito, os números que compõem o *corpus de pesquisa*, da primeira fase. Em itálico, a segunda fase de publicação da revista. E sublinhado, a terceira e atual.

### *Metodologia de indexação – NELIC*

Os campos preenchidos na planilha do banco de dados são os seguintes:

**Ordem de exibição:** Ordem dos artigos catalogados.

**Idioma:** Campo que pode ser preenchido com as siglas apresentadas na base: POR – português, ITA – italiano, ESP – espanhol, FRA – francês, ALE – alemão, RUS – russo, ING – inglês, GRE – grego, CAT – catalão, de acordo com a língua do artigo indexado. Há duas entradas para este campo, visto que determinados são acompanhados da tradução.

**Entidade coletiva:** Campo preenchido com o nome da revista quando o texto está sob sua responsabilidade. Ou seja, não aparece autor colaborador. É o caso de muitas apresentações ou editais. Pode aparecer também como o entrevistador (no caso em que os créditos são atribuídos ao nome dos periódicos).

**Título do artigo:** Título do artigo está sendo catalogado (com letra maiúscula somente na primeira palavra). Em caso de vários títulos agrupados por um, prepondera o título geral. Nos casos em que o título geral não figura, indexar os títulos separados por barra /. Quando um poema não apresentar título deve-se inserir o primeiro verso, entre aspas e com reticências no fim. Exemplifico: “não penses enquanto passa (...)”. No caso da mesma ocorrência num texto em prosa, a mesma solução é empregada, reproduzindo-se as quatro primeiras palavras.

**Subtítulo do artigo:** Além de subtítulos, este campo é usado para colocar as informações bibliográficas das resenhas indexadas. Estes últimos dados devem vir entre parênteses ( ), e o título da obra deve aparecer entre aspas, visto que não é possível utilizar nem negrito nem itálico.

**Páginas:** Número das páginas que o artigo ocupa; exemplo: p. 11-13.

**Vocabulário controlado:** É preenchido com o tipo de artigo catalogado, a partir de um elenco pré-estabelecido (ver item 2).

**Nome pessoal como assunto:** Campo preenchido somente quando o texto se refere a um(a) determinado(a) autor(a). O nome indexado neste campo também deve figurar

como autor citado, visando facilitar as pesquisas. Este campo não é preenchido nos seguintes casos: ficção, poema, capa, HQ/Charge.

**Autores colaboradores:** Autor(es) responsável(veis) pelo artigo. No caso das entrevistas, o nome do entrevistado e do(s) entrevistador(es) devem constar.

**Palavras-chaves:** Para cada texto, são retiradas no máximo seis palavras-chaves (retiradas da listagem do banco de dados) (Exemplo: literatura, cultura, Brasil, sociologia). Este campo não é preenchido quando se trata de ficção, poema, capa, HQ/Charge.

**Resumo:** Pequeno resumo ou descrição dos textos catalogados. Caso se mencione algum nome de obra, também utilizar as aspas. Este campo não é preenchido nos seguintes casos: ficção, poema, capa, HQ/Charge.

**Tradutor:** Nome do tradutor, em caso de ocorrência. Caso o texto seja traduzido, mas o nome do tradutor não figure no texto, consta sem crédito, com vistas a evitar distorções na pesquisa.

### **Observações:**

Dados bibliográficos (Autor, colaborador, Título, Subtítulo):

Caso o texto não venha assinado, convencionou-se atribuir a autoria ao periódico.

Na indexação do nome do autor, utiliza-se a listagem de autores disponível da Base de dados inviabilizando que o pesquisador seja fiel às assinaturas dos textos nos periódicos. Por este motivo, o item 5.2. se constitui como uma opção para esclarecimentos a propósito destas.

Nas entrevistas, os nomes do(s) entrevistador(es) e do entrevistado(a) constarão como autores do texto.

No caso das resenhas, o subtítulo é preenchido com os dados da obra resenhada entre parênteses.

No caso da publicação de vários poemas de um mesmo autor, seguem-se os seguintes critérios: se houver um título que os agrupe, mantém-se o mesmo neste campo e citam-se os títulos no resumo; caso apresenta-se somente os títulos dos poemas, estes devem entrar separados por uma barra ( / ), obedecendo à pontuação dos mesmos.

Quando um poema não apresentar título, opta-se por inserir neste campo o primeiro verso, entre aspas e com reticências no fim. Exemplifico: “não penses enquanto passa (...)”.

No caso da mesma ocorrência num texto em prosa, a mesma solução é empregada, reproduzindo-se as quatro ou cinco primeiras palavras. Cabe aqui uma ressalva: optou-se por executar dessa regra as resenhas sem título, visto que o subtítulo sempre estará preenchido.

O campo Vocabulário controlado é preenchido com a “tipologia” dos textos. Este item merece uma explanação mais detalhada, visto que demandou um aprofundamento teórico de conceitos que discriminam determinados tipos de textos. É importante salientar que a escolha desses termos foi pautada num estudo da diversidade de textos e rubricas dos periódicos, e procurou-se eleger algumas tipologias que dessem conta da volumosa variedade classificatória que constava nas revistas. No intuito de possibilitar o cruzamento dos dados, optou-se pela adoção de um mesmo princípio de classificação para os artigos de todos os periódicos, ainda que seja possível, durante o processo, a revisão e a inserção de alguma “nova” tipologia, caso o nosso arbitrário princípio não dê conta de algum artigo. Atualmente, este campo oferece as seguintes possibilidades: Apresentação (de textos da revista ou de autores), Poema, Resenha, Reportagem (noticiário sobre determinado assunto), Cartas do leitor, Correspondências (publicação de carta de valor documental), Depoimento (textos que dão testemunho), Entrevista, Ficção (contos, fragmentos de romance, novelas, peças teatrais ou crônicas), Editorial (texto que exprime a

opinião do órgão), Informe (breves informações, notas), HQ/Charges (histórias em quadrinhos ou charges) e Ensaio. Acrescenta-se, ainda, nos casos em que se trata de resenha ou ensaio, um segundo termo que especifica a disciplina abordada no artigo. No momento, constam no banco de dados as seguintes alternativas: Antropologia, Bibliografia, Ciência, Comunicação, Cultura, Economia, Educação, Esporte, Filosofia, História, Linguística, Literatura, Política, Psicologia, Psicanálise, Sociologia.

No campo Palavras-chaves, preenchido quando se trata de ensaio, resenha, entrevista, correspondência, reportagem ou apresentação, o pesquisador elenca as palavras-chave do texto, visando possibilitar futuras pesquisas a partir de um determinado termo.

O Nome pessoal como assunto deve ser preenchido nos casos em que o texto trate especificamente de um(a) determinado(a) autor(a).

É feito um resumo do texto, sempre que se trate de outro gênero, que não o poema, a ficção, o HQ ou a charge.

O campo Resumo também deve ser utilizado para as notas de publicação, notas explicativas, local e data, que porventura constem nos textos. Tais indicações devem aparecer depois dos resumos, entre colchetes.

Este campo também serve para adicionar informações que indiquem assinaturas dos textos que não correspondam ao nome do(a) autor(a) indexado no primeiro campo. Este e qualquer dado complementar que o pesquisador desejar inserir, deverá vir entre colchetes [ ]. Exemplifico: [O autor do texto assinou como JW.] No caso, trata-se de um texto de Jorge Wanderley.

Indica-se, da mesma forma, os textos e poemas cuja publicação for bilíngue: [Publicação bilíngue].

Os títulos de obras artísticas (livros, filmes, peças de teatro, telas, esculturas, etc.) virão entre aspas, devido à impossibilidade de se empregar o itálico na base de dados. O

mesmo acontece no caso de títulos de artigos citados no resumo e títulos de obras resenhadas.

No campo Autores citados utilizam-se a listagem de autores da base de dados, que está em processo de constante revisão. Convencionou-se que este campo é preenchido quando houver ocorrências de citação a um(a) autor(a), salvo em poemas, ficções, HQ, Charges. No caso de dedicatórias, não se considera o(a) autor(a) citado(a).

### *Da pesquisa*

Toda pesquisa está baseada em escolhas – nem sempre conscientes – por parte do pesquisador. A pesquisa com periódicos literários e / ou culturais em particular envolve a difícil tarefa de selecionar quais aspectos internos e externos à revista serão valorados. Ao dar destaque a alguns aspectos, abraçamos o risco de nos esquecermos de outros de mesma ou maior importância, com o intuito de fazer valer uma leitura, de perseguir uma hipótese. Outras dificuldades se impõem ao pesquisador de periódicos quando lida com a compilação dos textos publicados em uma revista ou jornal. Afinal, como lê-los? Sob a égide da assinatura do autor? Ou de acordo com a sua (in)coerência temática, crítica, histórica dentro da revista? É inegável que o periódico existe, indivisível como elemento do seu tempo. Mas é inegável também que cada artigo pode ser dissociado da sua “origem” e lido dentro de uma cronologia de produção do autor, isolado do seu contexto de publicação.

Essa distinção pode ser resumida na diferenciação metodológica de pensar o periódico enquanto um documento histórico ou enquanto um objeto de pesquisa<sup>3</sup>. Enquanto

---

<sup>3</sup> Tomamos a liberdade de referenciar, ao tratar da distinção do trabalho com periódicos como documento ou como objeto de pesquisa, as reflexões desenvolvidas durante o mestrado, reunidas no artigo *Arquivando conceitos: metodologias em revista*, in: Patrimônio e Memória, v. 07, n. 02, dezembro de 2011.

documento histórico, a revista ganha valor como *suporte* de um determinado texto. O foco recai no texto, a revista passa a ser só um meio de publicação, dissociado do seu entorno. Por outro lado, ao definir um periódico como objeto de pesquisa, a ordem de valoração se inverte. Não é mais o texto publicado na revista, e sim a revista que publica o texto. Tal inversão pode parecer, à primeira vista, simplória, mas é carregada de significação se refletirmos sobre as consequências dessa mudança. Afinal, ao definir a revista enquanto objeto de pesquisa, é preciso dar conta não só dos textos nela publicados, mas também das relações entre esses textos, entre os artigos e uma ideia de tempo, entre a revista e o tempo. É preciso pensar o próprio suporte periódico dentro de suas particularidades.

Comparando essas particularidades, alguns pesquisadores propõem classificações tipológicas a fim de guiar a reflexão em torno dos periódicos. Em *Um suplemento carnudo*<sup>4</sup> podemos encontrar a organização proposta por Antonio Dimas. O pesquisador elabora uma espécie de pré-classificação, na qual os periódicos deveriam ser divididos em dois grandes blocos. De um lado, as revistas ou jornais ligados à iniciativa privada, nos quais questões mercadológicas, de consumo, concorrência, produção não poderiam ser negligenciadas; e de outro, os periódicos ligados a alguma instituição, seja ela governamental, cultural, econômica, acadêmica, nos quais as questões mercadológicas não ganhariam grande relevância.

No primeiro caso, segundo Dimas, o periódico depende necessariamente das publicidades que veicula, das assinaturas que coleta, e de seu desempenho de vendas. Esse fato, que pode ser pequeno, pode também acabar tolhendo a liberdade de ação do veículo, de acordo com suas propostas de intervenção cultural e resposta do público consumidor. Nesse bloco, perfilam-se revistas como *Kosmos*, *Renascença*, *O Malho*, *Careta* e *Fon-*

---

<sup>4</sup> DIMAS, Antonio. *Um suplemento carnudo*. In: **Continente Sul Sur**, n. 2, nov. 1996, p. 40. É importante destacar que Dimas, neste texto, está pensando o periodismo cultural.

*Fon*, todas do começo do século passado, como revistas ligadas à iniciativa privada.

O segundo bloco, o de revistas ligadas *grosso modo* às instituições, são as que mais se prestam ao estudo do periodismo cultural, segundo Dimas, "uma vez que refletem as expectativas de renovação do padrão cultural e ideológico de um dado momento ou sua manutenção"<sup>5</sup>. Esse segundo bloco se desdobraria em diversos tipos de revista, de acordo com a ligação institucional desenvolvida, tais como revistas universitárias<sup>6</sup>, oficiais, grupais, ideológicas, gremiais. Essa tipologia, ainda segundo Dimas, não seria unitária e exclusiva, havendo revistas que ao mesmo tempo são universitárias e ideológicas, ou oficiais e grupais. Dentre as universitárias, o exemplo recuperado é a da revista *Kenyon Review* (1939 – 1970), e das gremiais a *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Dentre as revistas oficiais, Dimas recupera a *Revista do Livro*.

A proposta de Dimas é bastante coerente ao focar os aspectos mercadológicos de produção e circulação de periódicos. Porém, se desviarmos o olhar para o campo de atuação cultural da revista, encontraremos algumas associações perigosas. Por um lado, ao estarem livres de influências do mercado, as revistas institucionais poderiam sim ser renovadoras. Por outro lado, elas representam uma instituição, ou melhor uma Instituição. *A priori*, um espaço conservador, como o próprio exemplo da Revista da Academia Brasileira de Letras.

As distinções entre revistas universitárias e ideológicas são também instáveis se focarmos sua atuação fora do contexto mercadológico. No contexto brasileiro, desde sua criação, o espaço universitário em nada é um campo que se constitui como neutro, e é perpassado por posições políticas, o que se reflete

---

<sup>5</sup> Idem, p. 41.

<sup>6</sup> Sem precisar se tais revistas seriam aquelas publicadas pelas universidades ou aquelas dirigidas ao público universitário.

também em suas revistas. Recordemos a Revista USP, por exemplo, bastante influenciada por aquilo que Lucia de Oliveira Almeida chama de eixo monumental: o ponto de encontro entre *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis e *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa<sup>7</sup>. Além disso, é possível pensar que o contexto universitário atual criou revistas excessivamente preocupadas com índices de produção e de alcance, com avaliações do *Qualis*<sup>8</sup>, da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), afinal, mesmo nesse caso há uma escolha política bastante marcada e específica, com objetivos bastantes claros.

Ainda no contexto brasileiro, mesmo as revistas que seriam consideradas oficiais tinham, como gestores, um grupo de intelectuais que lhes dava um tom específico, nem sempre em concordância com o oficialismo que deveriam representar, o que desestabiliza a distinção entre as revistas oficiais e as grupais. Esse é o caso da própria *Revista do Livro*.

Não sendo essa uma proposição definitiva para categorização de periódicos, apresentaremos mais algumas propostas de classificação tipológica de periódicos a fim de colocá-las em confronto. Vale destacar que não procuramos uma tipologia universal, sabemos de sua impossibilidade: queremos apenas, ao confrontar as diferentes classificações, reforçar nossa perspectiva de que a análise do papel ambíguo, conflituoso,

---

<sup>7</sup> Referimos aqui a tese de Lucia de Oliveira Almeida, *Das memórias às veredas*: Revista USP – letras, cenas e sons. Florianópolis, 2008.

<sup>8</sup> Segundo o site da CAPES “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção”. Trocando em miúdos, o Qualis é uma ferramenta de avaliação da produção universitária brasileira baseada em índices de produção, de citação, de alcance dos periódicos nacionais. Quanto melhor a nota Qualis, mais facilidade em conseguir financiamento.

contraditório dos periódicos é uma tarefa desafiadoramente complexa para o pesquisador.

Recuperamos a proposta do pesquisador uruguaio Pablo Rocca, que, em artigo publicado no Boletim de Pesquisa NELIC, intitulado *Por que, para que uma revista?*, apoia-se em Gramsci para apresentar sua tipologia:

Um conceito de Gramsci: periodismo “*integral*”, ou seja, “*aquele que não só trata de satisfazer todas as necessidades (de certa categoria) de seu público mas que se esforça para criar e desenvolver estas necessidades e, por isso, estimular, em certo sentido, seu público e aumentá-lo progressivamente*”<sup>9</sup>. Entre os tipos de revistas, Gramsci distinguia três modelos fundamentais: um, que combina elementos diretivos; um segundo tipo “*crítico-histórico-bibliográfico*”, um terceiro que resulta da “*combinação de alguns elementos do segundo tipo e de semanários ingleses como o Manchester Guardian Weekly, ou o Times Weekley*”. Desse modo um pouco vago, ele distingue esses três níveis, e termina por postular uma lei: cada um deles “*deveria ter uma redação homogênea e disciplinada; portanto, poucos colaboradores «principais» para escrever o corpo essencial de cada número*”<sup>10, 11</sup>.

A partir do conceito de Gramsci, que estipula três modelos distintos para que um periódico entre no cânone do *periodismo integral*, Rocca estipula sua própria tipologia, também tripartida. Para o pesquisador uruguaio, os periódicos podem ser divididos em:

- 1) *Revistas institucionais ou acadêmicas*, protegidas ou financiadas por verbas de uma instituição oficial. Em geral, não intervêm na vida cultural ativa,

---

<sup>9</sup> GRAMSCI, Antônio. *Los intelectuais y la organización de la cultura*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000, p. 149.

<sup>10</sup> Idem, p. 155-156.

<sup>11</sup> ROCCA, Pablo. *Por que, para que uma revista?* In: **Boletim de Pesquisa NELIC – Instabilidades e Modernismos**, v. 07, n. 10, 2007, p. 06.

pondo-a de lado ou tratando-a como material de trabalho ou de estudo. Nota-se que Rocca afirma exatamente o contrário de Dimas quanto às revistas institucionais.

- 2) *As revistas propriamente culturais*, que Rocca chama também de revistas de intervenção, as quais aparecem no debate cultural por conta própria, com escassas possibilidades de sobrevivência, sem ou com pouco apoio financeiro ou estrutural.
- 3) *Exceções*: revistas que Rocca elenca como não enquadradas nas duas categorias apresentadas. São revistas que, segundo o autor, "mantêm um difícil equilíbrio em relação ao poder oficial, orientadas para um mundo de referências acadêmico, mas não renunciam à publicação de textos 'de ficção' e textos de 'intervenção' na polêmica do presente"<sup>12</sup>.

Confrontando as ideias, na proposta de Dimas, a *Revista do Livro* seria categorizada como uma revista oficial. Na proposição de Rocca, a revista ficaria também no campo da oficialidade, mas com a incapacidade de interferir na vida cultural ativa. Compreendemos que Rocca tem em mente uma diferenciação radical entre revistas oficiais e revistas que poderiam ser chamadas de *contracultura*, de *resistência*.

Enfim, não pretendemos também invalidar o esforço de se propor categorias e tipologias para o estudo de periódicos apontando as exceções ou as revistas que inviabilizariam tais propostas. Propor tipologias é, cremos, uma válida tentativa de construir novos deslocamentos dentro do vasto arquivo de periódicos brasileiros do período. Podemos notar, por exemplo, que há elementos e chaves de leitura comuns dentro das diferentes tipologias propostas. É na esteira dessa ideia que Maria Lucia de Barros Camargo, em seu ensaio *Sobre revistas, periódicos e qualis tais*, vai observar que:

---

<sup>12</sup> Idem, p. 07 – 08.

quando buscamos a palavra em seu estado de dicionário, vemos que o verbete aparece duas vezes. Num deles, encontramos as acepções derivadas de "re+vista", ou seja, ato de examinar, de ver outra vez, de ver detidamente, de inspecionar (que inclui o uso militar do termo, "passar em revista"), definição que se aplica, em sentido amplo, ao exercício da crítica, matéria das revistas; no segundo verbete, e o que em princípio nos interessa mais diretamente, lemos que "revista" é:

Publicação periódica, destinada a grande público ou a público específico, que reúne, em geral, matérias jornalísticas, esportivas, econômicas, informações culturais, conselhos de beleza, moda, decoração etc. (Algumas revistas destinam-se a um público especializado, assumindo, portanto, um determinado formato [...]) ETIM trad. do inglês, *review*, "publicação periódica dedicada principalmente a críticas e ensaios".<sup>13</sup>

O que Barros Camargo procura mostrar é que a própria definição de revista é pantanosa, difícil de se estabilizar em argumentos que ou muito genéricos, que nada definem, ou muito específicos que restringem por demais. A própria definição de revista precisa ser constantemente re+vista, não só por olhar de novo um novo arquivo mas também por perfilar o arquivo com o intuito de “passar em revista” à procura de dissidências. Uma revista que, a princípio possa ser definida como oficial pode acabar por ter uma atuação grupal. Ou seja, a fórmula, de fundo metodológico, apresentada por Barros Camargo mais adiante em seu ensaio, torna-se aqui extremamente pertinente: a cada revista, uma revista. E podemos ir além, a cada re+vista, uma nova revista.

No que tange à *Revista do Livro*, temos, claramente, uma revista institucional, o *órgão do Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura*, se recuperarmos a inscrição na primeira capa da revista. Porém, ao contrário de alguns

---

<sup>13</sup> CAMARGO, Maria Lucia de Barros. *Sobre revistas, periódicos e qualis tais*. In : Travessia 40 / Outra Travessia 1, 2003, p. 23.

(poucos) periódicos nos quais a Instituição é preponderante, independentemente de quem os edite, a *Revista do Livro* apresenta também características de uma revista editada por um grupo, sobretudo em sua primeira fase. Um grupo que, conforme veremos na análise dos editoriais na segunda parte desta tese, configura-se como um baluarte de preservação, *invenção e seleção* dos valores tradicionais da literatura brasileira. A análise é necessária a fim de reconhecer os discursos e os meta-discursos que a revista põe em ação, afinal,

Comme tous les supports de l'activité littéraire, la revue est une réalité à deux faces. Elle est un fait de discours, et comporte à ce titre non seulement des textes critiques ou de fiction, des poèmes ou des illustrations, mais également un métadiscours, sur ses propres intentions, ou sur les textes qu'elle souhaite réunir. Elle est par ailleurs un fait matériel. Elle mobilise des ressources financières, une ou plusieurs personnes qui en assument les tâches de réunion des textes, de fabrication et de diffusion, ainsi qu'un lectorat, plus ou moins étendu.

Une revue est donc faite de capitaux, de rôles, d'agents, de relations, et chacun de ces éléments mérite d'être analysé en corrélation avec les discours qui y sont tenus.<sup>14</sup>

Sendo a *Revista do Livro* composta de um capital humano e material, de agentes cumprindo um papel específico no cenário cultural brasileiro dos anos de 1950, intencionamos, através dessa análise, reconhecer tanto os discursos como os meta-

---

<sup>14</sup> ARON, Paul. *Les revues littéraires* : historique et problématique. In : ConTextes – Revue de sociologie de la littérature, n. ° 4, 2008, p. 10. “Como todos os suportes da atividade literária, a revista é uma realidade de dupla face. Enquanto discurso, ela comporta não somente textos críticos ou ficcionais, poemas ou ilustrações, mas também meta-discursos, acerca das suas próprias intenções ou dos textos que ela deseja reunir. Mas ela [a revista] é também material. Ela mobiliza recursos financeiros, uma ou várias pessoas que assumem a tarefa de reunir textos, de organizá-la, difundi-la, assim como uma gama de leitores, mais ou menos vasta. Uma revista é, portanto, feita de capital, de papéis, de agentes, de relações, e cada uma desses elementos merece ser analisado em correlação com os discursos que ela possui”. [Tradução livre nossa]

discursos que a revista faz circular em torno de um projeto nacional desenvolvimentista brasileiro.

### *Do arquivo*

Em conferência do dia 04 de junho de 1994, no colóquio internacional *Memory: the questions of Archives* [Memórias: as questões dos Arquivos], Jacques Derrida se lança em uma tentativa de responder « pourquoi [doit-on] réélaborer aujourd’hui un *concept de l’archive*? Dans une seule et même configuration, à la fois technique et politique, éthique et juridique ? »<sup>15</sup>

Estimulado pelos desastres que marcam o fim do milênio,

ce sont aussi des *archives du mal* : dissimulées ou détruites, interdites, détournées, « refoulées ». Leur traitement est à la fois massif et raffiné au cours de guerres civiles ou internationales, de manipulations privées ou secrètes. On ne renonce jamais, c’est l’inconscient même, à s’approprier un pouvoir sur le document, sur sa détention, sa rétention ou son interprétation.<sup>16</sup>

Derrida se questiona se não seria a hora de não somente distinguir o arquivo daquilo a que o reduzimos regularmente, a experiência da memória e o retorno à origem, mas também o

---

<sup>15</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal d’archive*, 1995, p. 01 [Grifo do autor]. “Por que reelaborar hoje um *conceito de arquivo*? Numa única e mesma configuração, a um só tempo técnica e política, ética e jurídica?” (p. 07) [Todas as traduções do texto de Jacques Derrida foram retiradas da versão em português *Mal de Arquivo*: uma impressão freudiana, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. A fim de evitar a repetição excessiva de notas, indicaremos apenas a página da versão brasileira ao final da tradução].

<sup>16</sup> Idem, ibidem. “Os desastres que marcam o fim do milênio são também *arquivos do mal*: dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, ‘recalcados’. Seu tratamento é ao mesmo tempo massivo e refinado ao longo de guerras civis ou internacionais, de manipulações privadas ou secretas. Não se renuncia jamais, é o próprio inconsciente, a se apropriar de um poder sobre o documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação.” (p. 07)

distinguir pelo seu caráter arcaico, arqueológico, pelo seu caráter de ser a exterioridade, a realização de um lugar, de uma técnica de constituição de um lugar de autoridade.

É na etimologia<sup>17</sup> da palavra que o filósofo encontra essa distinção. A palavra arquivo, em português, e mesmo *archive*, em francês, vem do baixo latim, *archivum*, “palácio, tribunal, lugar onde se guardam papéis e documentos antigos, cartório”; que, por sua vez, é uma adaptação do grego antigo, *arkhê*, *arkheion*, residência dos principais magistrados, onde se guardavam os arquivos de Atenas. Decompondo-a, o antepositivo *arqu(e/i)-*, do grego *arkhê*, *arkhês* marca a posição do que está à frente, donde começo, origem, princípio, ponto de partida, que, através de latinizações, derivou-se em *arc-*. Para além, há ainda a palavra *arquê*, cuja rubrica na filosofia nos remete aos pensamentos pré-socrático, no qual arquê é “o elemento básico na constituição da natureza”, e aristotélico, para o qual arquê é “o ponto de partida, a causa de um processo qualquer”.

Derrida elabora sua fala a partir da discussão da ideia de arquivo como um lugar onde se guardam os documentos não só antigos, arcaicos, mas os documentos originários, que dão (a quem os detém) o poder, a autoridade de determinar essa origem, esse princípio. Não mais uma relação de construção da experiência da memória, mas um lugar de autoridade para a construção de uma origem. Indo mais além, a partir do pensamento pré-socrático, um lugar de autoridade de construção de uma origem natural, fundamental, definidora e definitiva. O

---

<sup>17</sup> As acepções apresentadas a seguir foram retiradas de três diferentes obras. Para o português, baseou-se nas informações apresentadas por HOUAISS, Antônio, *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001; para o francês, o apoio deu-se em DAUZAT, Albert *et all. Dictionnaire étymologique et historique du français* ; e, para o latim, em GAFFIOT, Félix, *Dictionnaire Latin-Français*, 2000. Para evitar uma proliferação excessiva de notas de rodapé nessa introdução do segundo capítulo, as definições retiradas destes dicionários serão apresentadas entre aspas, sem indicação explícita.

que se reforça ainda mais se avançarmos na análise da composição da palavra *arquivo*.

Se desrespeitarmos a norma gramatical de formação de palavras, para a qual é sempre necessária a presença de um radical, podemos assumir que a palavra *arquivo* forma-se pela junção do antepositivo *arqu(e/i)-*, com o sufixo *-ivo*, um pospositivo formador de adjetivos, do latim *tīvus, a, um*, cuja acepção é *mesmo, à feição de*<sup>18</sup>. Arquivo deixaria de ser apenas “o conjunto de documentos relativos à história de um país, região, cidade, instituição, família, pessoa”, para ser também um lugar de autoridade na construção desses documentos, que revelam a natureza de si mesmo, que revelam qual a feição de si mesmo. Levando em conta que *-ivo* é um pospositivo formador de *adjetivos*, temos agora uma nova acepção de arquivo enquanto conjunto de documentos determinados por alguém portador de autoridade, que modifica um *substantivo* – “classe de palavras com que designamos os seres, animados ou inanimados, concretos ou abstratos, as coisas ou partes delas, os estados, as qualidades, as ações”. Leitura essa reforçada se executarmos o mesmo movimento com a língua francesa. *-ive*<sup>19</sup> é também um sufixo formador de adjetivos definido como “caracterizado por, relativo à”. Na palavra *native*, por exemplo, característica de uma pessoa que nasce em um determinado lugar.

Derrida lembra ainda que a palavra *archive* guarda em si mesma tanto a noção de começo quanto a noção de comando. Há, dentro da palavra, dois princípios: um físico, histórico ou ontológico – que é o princípio da natureza, de um lugar onde as coisas começam, um lugar de origem; e outro nomológico, um lugar ali onde se exerce a autoridade, o comando, um lugar a partir de onde uma ordem é dada.

---

<sup>18</sup> Se pensarmos na palavra *nocivo*, cujo antepositivo *noc-* significa fazer mal, causar dano, temos a formação da palavra *nocivo*: o mesmo que fazer mal, o mesmo que causar dano.

<sup>19</sup> Variado em *-ive*, *-atif*, *-ative*, *-if*, a depender do gênero e grau de concordância.

Ora, a regra morfológica para a formação das palavras apresenta diversas possibilidades de formação de uma palavra, todas a partir de um radical primitivo<sup>20</sup>. Porém, se o arquivo é o lugar do qual se parte, o lugar do começo, como pode haver “pré-primitivismo” para a existência de um radical de formação da palavra arquivo? De fato, não há. O arquivo é o lugar do começo, é o arquivo que determina o seu próprio começo: “c’est donc la première figure d’une archive, car toute archive [...] est à la fois *institutrice* et *conservatrice*”<sup>21</sup>. A primeira imagem que Derrida nos dá é a do arquivo, todos os arquivos, como ao mesmo tempo instituidor e conservador. Um duplo movimento de retroalimentação, quer dizer, o arquivo (se) institui, constrói uma verdade<sup>22</sup> ao mesmo tempo em que a conserva. O arquivo (termo do gênero feminino, em francês) é, assim, ao mesmo tempo

révolutionnaire et traditionnelle. Archive *éco-nomique* en ce double sens : elle garde, elle met en réserve, elle épargne mais de façon non naturelle, c’est-à-dire en faisant la loi (nómos) ou en faisant respecter la loi. Nous la disions tout à l’heure nomologique. Elle a force de loi, d’une loi qui est celle de la maison (*oïkos*), de la maison comme lieu, domicile, famille, lignée, ou institution. <sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> Temos, por exemplo, os processos de *derivação prefixal* – formar uma palavra através da adição de um prefixo à um radical, *suffixal* – adição de um sufixo, *prefixal e suffixal* – adição de um prefixo e um sufixo, *parassintética* – adição simultânea de um prefixo e um sufixo, *regressiva* – retirada de morfemas, e ainda, a *imprópria* – alteração da classe gramatical da palavra.

<sup>21</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.* p. 20. “É, portanto, a primeira figura de um arquivo, pois *todo* arquivo [...] é ao mesmo tempo *instituidor* e *conservador*”. (p. 17)

<sup>22</sup> Sobre a verdade e a invenção do conhecimento, remeto ao belo texto de Nietzsche, *Verdade e Mentira no sentido extramoral*, publicado em boa tradução pela revista Comum, n.º 17, 2001.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*. “Revolucionário e tradicional. Arquivo eco-nômico neste duplo sentido: guarda, põe em reserva, economiza, mas de modo não natural, isto é, fazendo a lei (*nomos*) ou fazendo respeitar a lei. Há pouco, como dizíamos, nomológico. Ele tem força de lei, de uma lei que é a da casa (*oïkos*), da casa como lugar, domicílio, família ou instituição”. (p. 17-18)

Ora, se Derrida afirma tão categoricamente que *todos* os arquivos se constituem a partir do seu princípio econômico – o da organização, do controle – e eco-nômico – o eco, a repetição da (força da) lei – é também porque a palavra arquivo tão bem abriga essa memória do *arkhê* como também se abriga desta. Ao mesmo tempo em que a palavra abriga a função do arconte de comandar o retorno à origem, e também de adjetivar, qualificar essa origem, ela se abriga dessa função, a esquece. Isso porque dentro do movimento de constituição do arquivo encontra abrigo o tãtatos, a pulsão de morte freudiana: criar o arquivo é destruir o arquivo. Ou melhor, criar o arquivo é destruir os arquivos. Afinal, a constituição de um arquivo é definida antes de mais nada por tudo aquilo que ficou de fora desse arquivo. Isso porque não há arquivo sem um lugar de con-signação, sem uma reunião de signos. Signos reunidos a partir do seu princípio eco-nômico: é dizer que o arquivo de um museu não é a reunião das peças<sup>24</sup> que ele possui, expõe, mas sim a ausência de todas as outras peças que ele não pode, ou não quer, expor. Afinal, a construção de um arquivo revela a feição de si mesmo, e o reconhecimento da feição do que se constrói para o outro com a autoridade de modificar (adjetivando) o substantivo que define o outro. Por exemplo, é estabelecendo o arquivo de tudo o que é ocidental que se define, ao mesmo tempo, o restante como sendo “não-ocidental”.

Transpondo essa discussão ao campo de estudos de periódicos, podemos afirmar que o arquivo que (se) constitui (a partir de) uma revista não é tudo aquilo que ela publicou, mas também uma reunião, uma consignação de tudo aquilo que ela *escolheu* – conscientemente ou não – não publicar. Transpondo essa discussão para a metodologia de pesquisa que queremos sustentar nesta tese, temos a consciência de que um arquivo

---

<sup>24</sup> Entendemos como Acervo a reunião de peças de um museu. Nesse caso, a constituição do arquivo se dá a partir da ação do arconte nesse acervo.

abriga o passado ao mesmo tempo em que o projeta para o futuro e se atualiza no seu presente. Ao reconhecer o arquivo, ou ainda, a consignação “*Revista do Livro*”, no seu papel de arconte do seu tempo, reconhecemos que ela agiu ativamente para abrigar uma memória específica, uma tradição específica, mantendo-se ao abrigo de outras. Ao preservar um passado específico, a *Revista do Livro* projeta-o para o futuro, como uma reativação de uma tradição específica.

Define-se assim a linha (não evolutiva) do tempo dentro da qual trabalharemos ao ler a *Revista do Livro*. A revista, em seu tempo, age a fim de selecionar um passado a ser preservado e projetá-lo para um futuro a ser construído. Essa seleção nada mais é que a relação entre um arconte e seu(s) arquivo(s), uma relação de poder, de autoridade, guiada por princípios econômicos e eco-nômicos, que projetam uma leitura específica de um passado a um futuro.

Propomo-nos, portanto, a trabalhar com uma noção de tempo que não esteja tão atrelada a uma linha evolutiva, ou a uma ideia de linearidade. Essa escolha nos impõe a dificuldade metodológica de lidarmos com diferentes passados, numerosos presentes e incertos futuros. Para além da decalagem entre o presente da revista e o presente desta pesquisa, tencionamos ainda lidar com os efeitos que o presente da revista gerou em nosso presente, sem cair no erro metodológico de colar o nosso presente ao futuro que a revista projetava. Pontuando melhor, faremos o esforço de não julgar falho ou acertado, de acordo com o nosso presente, o projeto de futuro que a revista propagava.

Assim, pretendemos trabalhar tanto na esfera do sincrônico como na do diacrônico, com o intuito de buscarmos compreender a posição da revista na historiografia e na crítica literária brasileiras, mas sem cair no mau anacronismo de julgá-la ou classificá-la exclusivamente em função do nosso conhecimento atual sobre tais presentes, o nosso e o da revista.

Para tal, optamos por lidar com esses dois presentes denominando *presente histórico* o tempo *histórico* no qual a revista apareceu, no qual podemos identificar como o arconte agiu em função do **seu presente histórico**, dentro da cena política, literária, cultural dos anos 1956 – 1961, como o arconte reagiu em função dos acontecimentos do seu tempo. Nesse sentido podemos afirmar, por exemplo, que a crise do preço do papel em 1961 contribuiu para o intervalo de interrupção de publicação da revista entre 61 e 64. Ou seja, temos um fato pontual influenciando o *presente* histórico da revista.

Há, porém, outra noção de presente, que seria o resultado da ativação de tradições ou de passados. Na *Revista do Livro* a ativação das tradições se dá quando o arconte recupera do passado uma tradição<sup>25</sup> para defini-la como ponto de origem da literatura brasileira. Quando a revista procura preservar uma tradição, ela está fazendo com que essa tradição seja retomada, e fique abrigada na memória do tempo presente. Na ativação de um passado temos o que se dá quando a revista estabelece uma relação com o passado para, atualizando-o, produzir um novo movimento de leitura desse passado. Esse esforço pode ocorrer no mesmo intuito de preservação da memória de uma tradição específica. Veremos, por exemplo, na segunda parte deste trabalho, como a revista recupera os *grandes vultos* da literatura brasileira, às vezes filiando-os a um cânone já consagrado (ativação da tradição), às vezes recuperando novos elementos (ativação do passado) a fim de reafirmar a sua condição de *grande vulto*. Tal concepção nos auxiliará na tentativa de compreendermos como se deu a convivência, em suas páginas, da tradição e da vanguarda, da crítica literária universitária influenciada pela sociologia de Antonio Candido com ainda a crítica histórica biobibliográfica vigente no século XIX, cuja leitura dos *grandes vultos* da literatura brasileira é a base do projeto da *Revista do Livro*. Por isso, vamos a ela.

---

<sup>25</sup> Veremos melhor o que e como a *Revista do Livro* entende por tradição no final da primeira parte desta tese.

## 2. A Revista do Livro

### *Projeto gráfico*

A *Revista do Livro* passa também por diferentes fases se levarmos em conta o seu projeto gráfico. O primeiro número, ainda sem a identidade visual que seria adotada a partir do número seguinte, apresenta-se com uma capa de cor azul, o título na parte superior, em caixa-alta, com a inscrição à esquerda “órgão do Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura”. Logo abaixo, o logotipo customizado do INL, além de referências ao ano e data de publicação. Porém, o elemento que mais se destaca é a reprodução do retrato de Joaquim Maria Machado de Assis. A *Revista do Livro* opta por não publicar as referências da imagem – quer por desleixo editorial, quer por já contar com o reconhecimento da imagem. Perdeu-se, deste modo, a ligação com o ilustre fotógrafo e retratista carioca Marc Ferrez, considerado um dos pioneiros da fotografia brasileira. Se a revista falha em referenciar Ferrez, Ferrez também falhou em referenciar a “verdadeira” origem de seu retrato de Machado. Maria Inez Turazzi defendeu, em seu artigo *A “criatura” e o “espelho”: o retrato de Machado de Assis por Marc Ferrez*<sup>26</sup>, que Ferrez apenas imprimiu em platinotipia o retrato de Machado de Assis feito por Joaquim Insley Pacheco, dez anos antes<sup>27</sup>. Voltaremos à questão do retrato no momento oportuno.

---

<sup>26</sup> TURAZZI, Maria Inez. *A “criatura” e o “espelho”: o retrato de Machado de Assis por Marc Ferrez*. In: *Revista Aletria*, v. 24, n.2, 2014.

<sup>27</sup> Agradecemos a referência a Victor da Rosa, em sua tese *Salão de poses: retrato, fotografia e moda em Machado de Assis*, 2015.

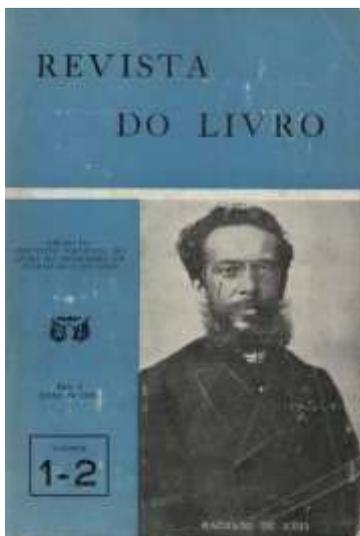


Figura 1: Capa da Revista do Livro n.º 01/02, de junho de 1956. Acervo NELIC.

Na contracapa do primeiro volume figura a ficha catalográfica da revista. Na primeira linha, o nome do diretor do Instituto, José Renato Santos Pereira<sup>28</sup>. Na segunda linha, os secretários Crisanto M. Filgueiras, Euryalo Cannabrava e Hélio Gomes Machado, todos funcionários do Instituto. Abaixo, o

---

<sup>28</sup> Irmão gêmeo de José Geraldo Santos Pereira, ambos cineastas, ambos mineiros de Visconde de Rio Branco, nascidos em 1925. Estrearam em 1948, com o documentário *Batalha do trânsito*. No ano seguinte prestam concurso público e conquistam uma vaga no *Institut des Hautes Études Cinématographiques* (IDHEC), em Paris. De volta ao Brasil em 1952, passam a ministrar cursos no Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM / SP e integram a equipe da Vera Cruz. Com o fim da empresa cinematográfica, ambos ingressam na carreira pública. José Renato assume a direção do Instituto Nacional do Livro (até 1964) enquanto José Geraldo engaja-se na criação da Comissão Federal de Cinema. Mais tarde, José Renato torna-se professor de Direito na Universidade Federal Fluminense, enquanto José Geraldo mantém-se na produção de cinema. Assinam juntos *O Seminarista*, filme baseado na obra homônima de Bernardo Guimarães. Apud RAMOS, Fernão et MIRANDA, Luiz Felipe. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*, 1997, p. 423.

grupo de redatores, José Galante de Sousa, Carlos David<sup>29</sup>, Alexandre P. da Cunha<sup>30</sup>, Eduardo [Silveira Melo] Rodrigues e Paulo Sérgio Nery<sup>31</sup>, todos, uma vez mais, funcionários do INL. A coordenação gráfica do primeiro número ficou a cargo de Henrique Campos e Augusto Sousa Meyer – filho de Augusto Meyer. Em seguida, a lista de colaboradores. Por fim, o endereço da redação, precedido da inscrição: “O INL não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados”. Inscrição que pode ser lida como uma espécie de *pro forma*, ou ainda como um primeiro indício de que a revista não se restringiria ao Instituto, publicando textos de escritores, pesquisadores, eruditos, enfim, outras personalidades além das ligadas diretamente ao Instituto.

---

<sup>29</sup> Também grafado como Carlos Davi em algumas ocasiões na revista.

<sup>30</sup> Alexandre Eulálio, nascido Alexandre Magitot Pimenta da Cunha, abandona, em meados de 1950, seu sobrenome paterno Magitot por aquele de seu clã materno, Eulálio.

<sup>31</sup> Paulo Sérgio Nery iria se desligar do Instituto Nacional do Livro para seguir carreira no Itamaraty. Em 2013 a Comissão Nacional da Verdade, com apoio nas investigações realizadas por Claudio Dantas Sequeira, do *Correio Braziliense*, reconheceu Nery como membro do Ciex – Centro de Informações do Exterior – e como um dos suspeitos de participação no desaparecimento de Edmur Péricles Camargo, alcunhado de *o gaúcho*, em 1971, provavelmente na Argentina.



Figura 2: Contracapa da Revista do Livro n.º 01/02, de junho de 1956.  
Acervo NELIC

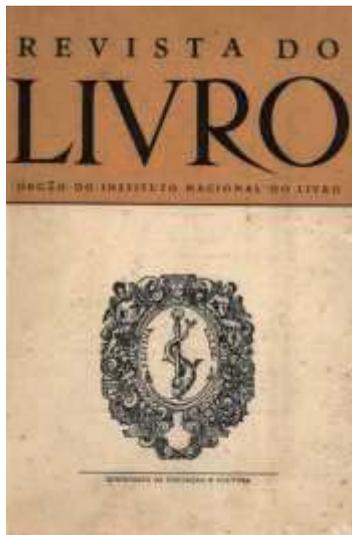
A partir do segundo volume da revista, quem assume o projeto gráfico da revista é Tomás Santa Rosa<sup>32</sup>, importante decorador, figurinista, artista gráfico, crítico de arte. Seu projeto divide a capa da revista em duas partes. Na parte superior, a inscrição *Revista do Livro*, em caixa alta, dá maior destaque à palavra livro, com uma fonte consideravelmente maior. Logo abaixo, mantêm-se a inscrição *órgão do Instituto Nacional do Livro*.

Dividida por um traço preto, a parte inferior da capa traz um espaço que será sempre ocupado pela reprodução de uma vinheta histórica dos séculos XVI ou XVII – vinhetas de casas

---

<sup>32</sup> Nascido em João Pessoa (PB), em 1909, Santa Rosa transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1932 e começou a trabalhar como auxiliar de Candido Portinari. Sua carreira de artista gráfico ganhou destaque na ilustração e no planejamento de livros para diversas editoras brasileiras. Seu primeiro projeto foi o livro *Caetés*, de Graciliano Ramos, em 1933. Para a José Olympio, ilustrou livros de Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Cardoso, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Murilo Mendes, Antônio Callado, entre outros.

editoriais, impressores ou ainda letras capitulares de livros. Logo abaixo da vinheta, uma segunda inscrição, *Ministério da Educação e Cultura*.



*Figura 3: Capa da Revista do Livro n.º 03/04, de dezembro de 1956. Acervo NELIC*

Na contracapa, mantém-se a divisão padrão, com o logotipo do INL na parte superior e a inscrição do preço da revista na parte inferior.



Figura 4: Contracapa da Revista do Livro n.º 03/04, de dezembro de 1956. Acervo NELIC

Com uma média de 320 páginas, a revista era publicada em formato de livro, com 26,7 centímetros de altura e 18,8 centímetros de largura. Seu preço de capa também seguia o mercado livreiro, custando Cr\$ 30,00 entre os anos de 1956 e 1960. Em 1960, a partir do número 18, eleva-se o preço de capa para Cr\$ 50,00. De acordo com a ferramenta de atualização e correção monetária do Banco Central do Brasil<sup>33</sup>, 30 cruzeiros em janeiro de 1956 corresponderiam a 12,73 reais em janeiro de 2015, usando o Índice Geral de Preços pesquisado pela Fundação Getúlio Vargas. Já os 50 cruzeiros, em janeiro de 1960, corresponderiam a 9,19 reais, no mesmo período de 2015.

O projeto gráfico de Santa Rosa será mantido em todos os números da revista que compõem o nosso *corpus*<sup>34</sup>. De fato, o

---

<sup>33</sup> Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/jsp/index.jsp> >

<sup>34</sup> Uma das leituras possíveis para a dissidência gráfica do primeiro volume em relação ao restante da revista é a de um gesto de homenagem e respeito ao projeto original de Augusto Meyer, assinado, neste número, pelo seu filho, Augusto Souza Meyer. A escolha de Machado de Assis para estampar a revista também

modelo será mantido até o número 31, quando a revista perde significativo volume e tamanho. O número de páginas médio cai pela metade. Se até 1967 os números da revista reuniam entre 300 a 350 páginas, a partir do número 31, a revista apresenta uma média de 180 páginas. A perda de volume se reflete na diminuição das seções. A título de exemplo, a seção *Estudos* do número transitório, o 31, traz apenas dois textos.

Ainda assim, o modelo da capa bipartida de Santa Rosa é mantido até o número 41, de 1970. Com a chegada de Maria Alice Barroso na direção do Instituto, a revista passa por uma nova reformulação. Com visual mais próximo dos últimos números da revista *Civilização Brasileira*, a *Revista do Livro* passa a apresentar uma capa menos “clássica”, com um sumário resumido, uma diminuição aos destaques que o seu título e o INL possuíam. Altera-se também a nomenclatura e a quantidade das seções, e o volume da publicação, reduzindo-se a média de páginas para 150 por número.

Porém, a mudança de maior destaque é a iconografia que passará a ser utilizada. Se a revista vem ao mundo com a foto de Machado feita por Marc Ferrez / Insley Pacheco, passa grande parte de sua existência com o projeto gráfico de Santa Rosa para, em 1970, “render-se” ao seu presente e à emergência de gêneros considerados menores da literatura. Temos, assim, Sherlock Holmes, de Conan Doyle, ilustrando a capa da *Revista do Livro* n.º 41.

---

seria iniciativa de Meyer, considerado um dos maiores especialistas no autor de *Memórias Póstumas*. Como veremos no capítulo seguinte, a presença de Machado de Assis é constante e bastante significativa na *Revista do Livro*.



Figura 5: Capa da Revista do Livro n.º 41, 2º trimestre de 1970.

Com a retomada do projeto, em 2002, a parte gráfica é inteiramente refeita. A revista passa a ter dimensões maiores, com 20,2 cm x 26,6 cm, com um volume médio de 300 páginas. Sua primeira capa:

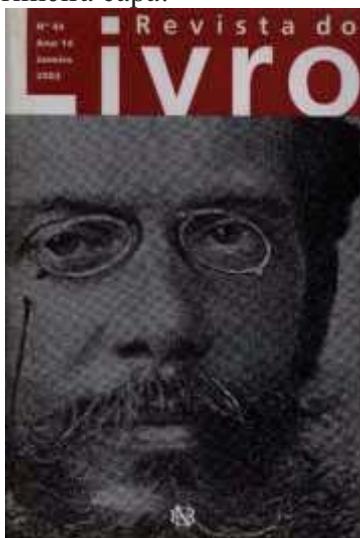


Figura 6: Capa da Revista do Livro n.º 44, de janeiro de 2002. Acervo NELIC

faz clara referência ao primeiro número, o de 1956, ao recuperar o mesmo retrato feito por Marc Ferrez / Insley Pacheco. Essa citação, com o recorte focado no rosto de Machado, tem como clara intenção filiar-se ao projeto originário da revista. Filia-se também à falta de estrutura regular e à instabilidade de publicação.

Não há registro explícito na revista de sua tiragem, mas podemos considerar um número próximo dos 10 mil exemplares, em função do princípio de que a revista era distribuída gratuitamente a todas as bibliotecas filiadas ao Instituto Nacional do Livro, o que em 1960, era um número próximo de 9800 bibliotecas<sup>35</sup>. O preço de capa torna-se apenas um referencial, uma vez que quase a totalidade de sua tiragem era distribuída. Dentre as bibliotecas que recebiam a revista periodicamente, há unidades no exterior, como a Biblioteca do Congresso Norte-Americano, a Biblioteca Nacional Francesa, a Biblioteca de Estudos Portugueses, Brasileiros e da África lusófona da Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, ou ainda, a Biblioteca da Embaixada Brasileira em Paris<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Números esses apresentados por Sueli Braga da Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada *O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937 – 1945): Planos, ideais e realizações*, 1992. Silva chama atenção para o fato de que não somente bibliotecas públicas poderiam ser conveniadas com o Instituto e nota que havia diversas bibliotecas privadas que recebiam contribuições regulares do Instituto – essas contribuições eram livros editados pelo INL, a própria *Revista do Livro*, e também livros comprados pelo INL no mercado editorial brasileiro, além de cursos de formação e treinamento de funcionários na área da biblioteconomia. O cadastro era bastante simplificado, e exigia, como contrapartida das bibliotecas privadas, apenas a possibilidade de acesso público.

<sup>36</sup> Ligada a um fato bastante significativo. Ao iniciar meus estudos do doutoramento em cotutela em 2013, frequentei em algumas ocasiões a Biblioteca da Embaixada Brasileira na Maison du Brésil, na cidade universitária de Paris. Além das condições precárias nas quais se encontra a biblioteca, reconheci também uma situação de total abandono do acervo. Em conversa com o responsável pelo acervo, mostrei meu interesse pela revista, cuja coleção completa deveria estar ali disponível. Não só tive o acesso bastante dificultado,

A sua massiva distribuição não produzia, necessariamente, uma massa de leitores. Não fazendo referência alguma em nenhum momento aos seus leitores, a *Revista do Livro* nos dá indícios de que ela, garantida pelas malhas institucionais que a sustentavam, não se ocupava com sua recepção. Outro indício que leva água ao moinho dessa suspeita, é a profusão de exemplares da *Revista do Livros* em sebos. O acervo completo da *Revista do Livro* no NELIC, por exemplo, foi constituído sem grandes dificuldades. É possível, ainda hoje, encontrar a coleção completa da revista à venda por preços módicos em sebos eletrônicos, o que revela o baixo valor mercadológico que a revista atinge atualmente. É possível, inclusive, encontrar a revista em sebos fora do Brasil<sup>37</sup>.

Um terceiro indício que nos leva a crer no baixo impacto da revista é a existência de 3 números, mais precisamente os números 09, 11 e 18, dentre os 20 que compõem o *corpus* desta pesquisa – e que estão depositados no acervo do NELIC –, que possuem inúmeras páginas não cortadas, o que significa que eles atravessaram mais de 50 anos sem sequer serem folheados. Outros exemplares também com suas páginas coladas, sem corte foram encontrados na Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados, em Brasília. Esses ilustram um caso ainda mais peculiar, uma vez que as revistas possuem os registros de doação. O tempo médio que o Instituto Nacional do Livro precisava para doar as revistas a cada nova publicação para a Biblioteca da Câmara era de oito meses. O número 01/02, por exemplo, publicado em 21 de junho de 1956, foi doado para a

---

como foi com muito espanto que cerca de um mês após minha primeira visita à biblioteca, localizei 17 números da revista em uma caixa no chão do saguão central da Maison du Brésil para doação. Ao questionar o funcionário da recepção, fui informado que periodicamente a biblioteca colocava materiais do seu acervo para doação a fim de liberar espaço e que os livros que não fossem doados eram reciclados.

<sup>37</sup> Em duas ocasiões diferentes, pudemos localizar a *Revista do Livro* em sebos parisienses, à venda pelo valor simbólico de 1 euro.

biblioteca Pedro Aleixo em janeiro de 1957. Desde então, suas páginas permanecem coladas nesse acervo.

### *Estrutura de publicação*

A *Revista do Livro* foi dividida em setes seções: Editorial, *Estudos*, *Inéditos*, *Arquivo*, *Vária*, Noticiário e Bibliografia, que nem sempre estavam presentes nos números publicados. Dentre elas, a menos frequente é o Editorial<sup>38</sup>. As seções *Estudos* e *Inéditos* são as únicas completas, aparecendo em todos os números do *corpus*. Já a seção *Arquivo* só está ausente nos volumes referentes aos números 01/02 e 03/04. A seção *Vária*, além de não constar no primeiro volume, tem sua publicação interrompida entre os números 11 e 13, e apresenta uma redução do seu volume no número de textos publicados a partir da revista n.º 14.

---

<sup>38</sup> Importante observar que a revista não destaca nem nomeia os seus textos de abertura como editoriais, ao contrário do que faz com suas outras seções. A escolha de “criar” essa seção foi nossa. A partir do número 31, de 1967, cria-se a seção “Nota da redação”. Optamos, porém, por adotar a nomenclatura de Editorial a fim de ligá-la à sua função de emissão de opinião, tomada de posição, enfim, apresentação do ponto de vista da redação da revista. Como veremos no capítulo seguinte, alguns editoriais são publicados a fim de apresentar o projeto e justificar as escolhas da revista, enquanto outros são “apenas” notas explicativas dos textos que as seguem.

	Bibliografia	Noticiário	Vária	Arquivo	Inéditos	Estudos	Editorial
01 - 02	X	X			X	X	X
03 - 04	X	X	X		X	X	X
5	X	X	X	X	X	X	X
6	X	X	X	X	X	X	
7	X	X	X	X	X	X	
8	X	X	X	X	X	X	
9	X	X	X	X	X	X	
10	X	X	X	X	X	X	
11	X	X		X	X	X	X
12	X	X		X	X	X	X
13	X	X		X	X	X	X
14	X	X	X	X	X	X	
15	X	X		X	X	X	X
16	X	X	X	X	X	X	
17	X	X	X	X	X	X	
18	X	X	X	X	X	X	
19	X	X	X	X	X	X	
20	X	X	X	X	X	X	
21 - 22	X	X	X	X	X	X	
23 - 24	X	X	X	X	X	X	

Tabela 2: Quadro de seções da Revista do Livro entre os números 01/02 e 23/24.

A distribuição dos textos entre as seções é bastante irregular, sendo a parte de *Estudos* a de maior volume. Dos 415 textos publicados entre os números 01-02 e 23-24, 43,44% concentram-se nos *Estudos*. A percentagem dos textos recuperados nas seções *Inéditos* e *Arquivo* é bastante próxima, 5,43% e 5,66% respectivamente. A segunda seção de maior peso da revista é a *Vária*, com 79 textos, 17,87% do total. Logo depois, figura o Noticiário, com dois textos a menos, e um percentual de 18,55%.

Número	01/02	03/04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
Editorial	3	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1
Estudos	13	16	8	8	8	9	9	8	15	17	13
Inéditos	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Arquivo	0	0	1	1	1	1	1	1	4	2	1
Vária	0	9	6	7	6	8	6	7	0	0	0
Noticiário	5	11	3	4	2	3	2	1	4	7	5
Bibliografia	2	1	1	1	1	1	1	1	1	4	2
Número	14	15	16	17	18	19	20	21/22	23/24	Total	273
Editorial	0	1	0	1	1	1	0	1	0	10	3,66
Estudos	7	2	8	12	6	10	5	9	9	124	45,42
Inéditos	1	1	1	2	1	1	1	1	1	14	5,13
Arquivo	1	4	1	1	1	1	1	1	1	13	4,76
Vária	5	3	3	4	4	4	2	2	3	49	17,95
Noticiário	2	7	6	8	2	2	3	3	2	47	17,22
Bibliografia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	5,86

Tabela 3: Número de artigos por seção da Revista do Livro.

Se visualizado graficamente, afirma-se a seguinte disposição, de acordo com os percentuais de participação de cada um dos números no total de artigos publicados pela *Revista do Livro*:

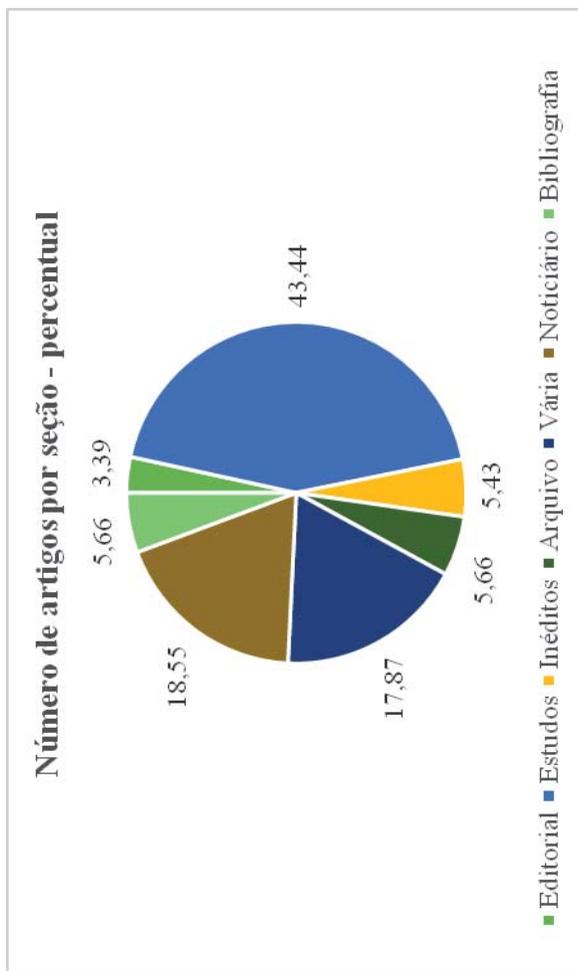


Tabela 4: Gráfico do número percentual de artigos por seção da Revista do Livro

### Conselho Editorial

Para além dessa variação entre as seções publicadas, houve, durante o período de existência da revista, mudanças no

seu conselho editorial. No seu número de estreia, o conselho era composto por:

Diretor (do Instituto): José Renato Santos Pereira

Redatores: José Galante de Sousa, Carlos David, Alexandre P. da Cunha, Eduardo Rodrigues e Paulo Sérgio Nery

Secretários: Crisanto M. Filgueiras, Euryalo Cannabrava e Hélio Gomes Machado

Coordenadores gráficos: Henrique Campos e Augusto Souza Meyer.

Já em no seu segundo número, 03/04, o corpo editorial foi reduzido, com uma nova distribuição:

Diretor (do Instituto): José Renato Santos Pereira

Redator: Carlos David

Conselho: Crisanto M. Filgueiras, Euryalo Cannabrava, Hélio Gomes Machado

Em 1957, a partir do número 5, surge uma nova modificação. Hélio Gomes Machado deixa o conselho editorial da revista e cede seu espaço a Alexandre Eulálio. No mesmo ano, a partir do número 8, Carlos David cede seu lugar de redator a Eulálio, com a inclusão de Brito Broca no conselho editorial. No ano seguinte, a partir do número 10, Cannabrava cede espaço à volta de Augusto Meyer. Já no número 11, o conselho se amplia, com a inclusão de Celso Cunha.

A partir do número 13, em 1959, novas alterações: Brito Broca é promovido à função de redator<sup>39</sup> – na qual irá permanecer até seu falecimento, em 1961 –, e o conselho é reorganizado com Augusto Meyer, Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha, Crisanto Filgueiras, José Galante de

---

<sup>39</sup> A promoção de Brito Broca muito deve-se à sua proximidade com Alexandre Eulálio, como nota Homero Senna, em *Brito Broca e Alexandre Eulálio: afinidades eletivas*, 1991.

Sousa e Cavalcanti Proença. Porém, Meyer vai permanecer no conselho somente por 2 números, ainda durante o ano de 1959.

O grupo mantém-se coeso até a nova reformulação do conselho consultivo, em 1961. A partir do número 21/22, o novo elenco é composto por Aires da Mata Machado Filho, Antonio Candido, Athos Damasceno Ferreira, Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda. No número seguinte, 23/24 (1961), José Renato Santos Pereira desliga-se da direção do Instituto, cedendo lugar a Augusto Meyer. Já a partir do número 26, criou-se um novo cargo, o de redator auxiliar, ocupado por Augusto Sousa Meyer, filho de Augusto Meyer.

Em 1967, o general Umberto Peregrino assume a direção do Instituto, promovendo alterações no formato da revista. A partir do número 31 todas as informações sobre o conselho consultivo desaparecem da revista, restando apenas o nome de Valdemar Cavalcanti, que permaneceria na redação até seu encerramento, em 1970.

As alterações que ocorreram durante o período compreendido pelo *corpus* dessa pesquisa estão mais ligadas ao cotidiano do Instituto Nacional do Livro do que à revista propriamente dita. Mesmo com as reformulações dos conselhos e redatores, não se notará alterações profundas nas propostas editoriais postas em prática pelo órgão. Ainda mais se levarmos em conta a proximidade profissional e afetiva entre Brito Broca e Alexandre Eulálio. De fato, Eulálio é a figura mais constante na equipe da revista. Sua participação é registrada desde 1957, e será mantida até a reformulação levada a cabo por Pelegrino, em 1968. Excetuam-se, assim, os números 01/02 e 03/04, os únicos dentre os que compõem o *corpus* nos quais o nome de Eulálio não figura. Um levantamento completo dos conselhos editoriais pode ser encontrado no anexo 1.2 desta tese.

### 3. Entornos

A fim de bem pontuar os aspectos históricos em torno da publicação da *Revista do Livro* entre os anos de 1956 e 1961, julgamos procedente retornar ao início do século, tendo em vista a necessidade de conhecer as origens do Instituto Nacional do Livro e os meandros de criação da revista.

#### *Antecedentes à criação do Instituto Nacional do Livro*

“O amor ao país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos que determinaram os autores desta obra a uma empresa que, excetuando a pouca glória que caber-lhes pode, nenhum outro proveito lhes funde. Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica que, desviando a atenção pública sempre ávida de novidades das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumassem a refletir sobre objetos do bem comum e da glória da pátria. Tal é o fim a que se propõem os autores desta Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar, em um limitado espaço, considerações sobre todas as matérias que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional.”

Nitheroy, Revista Brasiliense Ciências, Letras e Artes, 1836.

Conhecido pela historiografia como símbolo da modernização das instituições brasileiras, o governo de Getúlio Vargas propôs reformas que marcaram profundamente a história do Brasil. Além das mudanças econômicas, sociais e políticas, a Era Vargas (1930 – 1945) destacou-se também no campo da educação, a começar pela criação do Ministério da Educação e

Saúde Pública. Até então, a educação brasileira era subordinada ao Ministério da Justiça, através do Departamento Nacional de Ensino.

Impulsionado pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*<sup>40</sup>, o governo Vargas promulga várias reformas no sistema educacional brasileiro, começando pela universalização do direito à educação através da Constituição de 1934<sup>41</sup>. Entre os anos de 1934 e 45, sob a égide de Gustavo Capanema Filho, o Ministério da Educação e Saúde Pública promove reformas nos ensinos primário, secundário e universitário brasileiros.

---

<sup>40</sup> Lançado em 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* manifestava o ensejo de um segmento de alguns educadores de promover reformas no sistema educacional brasileiro. Redigido por Fernando de Azevedo, o manifesto foi assinado por 26 intelectuais, dentre eles Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquete Pinto e Cecília Meirelles. Dele, do manifesto, sai a proposta da criação de um plano geral da educação, capitaneado pelo governo federal. Outro aspecto significativo do manifesto foi sua oposição à presença controladora da Igreja Católica na educação brasileira no momento. O texto pode ser consultado no Portal do Domínio Público, disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Segundo Schwartzman, “o Movimento da Escola Nova, sem se constituir em um projeto totalmente definido, estruturava-se ao redor de alguns grandes temas e de alguns nomes mais destacados. A escola pública, universal e gratuita ficaria como sua grande bandeira. A educação deveria ser proporcionada para todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Ela criaria, assim, uma igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um. Caberia ao setor público, e não a grupos particulares, realizar essa tarefa; pela sua complexidade e tamanho, como também pelo fato de que não seria o caso de entregá-la ao facciosismo de setores privados. Este ensino seria, naturalmente, leigo”. (SCHWARTZMAN, S. *et al. Tempos de Capanema*, 2000, p. 70.). O projeto da Escola Nova, de Anísio Teixeira ou Fernando de Azevedo, disputou espaço com a Igreja Católica de Jackson de Figueiredo ou Alceu Amoroso Lima, sendo esses últimos os que mais conseguiram impor suas teorias educacionais para o país.

<sup>41</sup> Além da universalização do ensino, ou seja, o direito universal de acesso à educação, a Constituição de 1934 aprofundou outras reformas na educação nacional, tais como o estabelecimento de um sistema de ensino universal, gratuito e obrigatório; a fixação de percentuais orçamentários mínimos a serem aplicados pelos municípios (10%), estados (20%) e união (10%).

Para além do ensino tradicional, o *Manifesto* apontava uma guinada a favor de práticas educacionais mais amplas, insistindo principalmente na educação extraescolar. Diversas foram as iniciativas do governo Vargas ao criar instituições para promover a intervenção estatal na educação e na cultura brasileiras. Dentre elas, destaca-se, em 1933, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN; em 1936, do Instituto Nacional de Cinema Educativo; e, em 1937, da Radiodifusão Educativa, do Museu de Belas Artes e do Serviço Nacional do Teatro.

Partindo, portanto, das propostas manifestas em 1932 – e através do artigo de número 150 da Constituição de 1934 – o Governo Vargas passa a elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE). Para tal fim, em janeiro de 1937, Getúlio Vargas assina o decreto que dá origem ao Instituto Cairu<sup>42</sup>. O Instituto nasceu com as atribuições de elaborar o PNE e a *Enciclopédia Brasileira*, dois desejos varguistas para a educação brasileira. Teve, porém, vida curta, sendo transformado em Instituto Nacional do Livro no ano seguinte.

Porém, antes mesmo da criação do Instituto Cairu, o Ministério da Educação e da Saúde Pública já havia se mobilizado para a elaboração do PNE, conseguindo, em setembro de 1937, encaminhar o projeto do Plano para o Legislativo. Criticado por sua demasiada extensão e por, em lugar de apontar diretrizes, propor um código minucioso para a educação, o plano não chegou a ser votado pelos deputados. Em 10 de novembro de 1937 foi instaurado o Estado Novo e, com o

---

<sup>42</sup> Também registrado como *Cayrú*. Do Tupi, árvore de folhas escuras. Cairu também dá nome a município litorâneo no estado da Bahia e a um dos barcos brasileiros atacados pela Alemanha Nazista durante a Segunda Grande Guerra. Porém, a escolha do nome para o Instituto vem, suspeitamos, de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Economista e historiador, Lisboa teve participação ativa no processo de independência brasileiro. Foi responsável também pela difusão das teorias econômicas de Adam Smith em terras tupiniquins, através do seu livro *Princípios de economia política*, publicado em 1804. Patrono da cadeira número 20 dos sócios correspondentes da Academia Brasileira de Letras.

fechamento do Legislativo, o Ministério da Educação implementou o PNE sem o debate político.

Dentre as diretrizes do Plano, destaca-se o capítulo acerca da Educação Extraescolar, cujo programa incitava, dentre tantos aspectos, a importância da publicação de livros originais, revistas ou jornais de interesse educativo e edição de obras inéditas ou reedição de esgotadas; bibliotecas permanentes e circulares, públicas ou privadas, que passam a receber auxílio da União através da remessa regular e gratuita de publicações de caráter cultural, da organização de bibliografias e da adoção de regras uniformes de biblioteconomia.

Na esteira dessas diretrizes, em 21 de dezembro de 1937, através do decreto-lei número 93, Getúlio Vargas e Gustavo Capanema Filho assinam a ordem de criação do Instituto Nacional do Livro cujos trabalhos seriam desenvolvidos no prédio da Biblioteca Nacional e cujas atribuições seriam:

- (Art. 2) a) Organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras e preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.<sup>43</sup>

Percebe-se, assim, uma possível delegação dos artigos 397 (acerca da publicação de livros originais, a edição e reedição de obras clássicas e / ou esgotadas) e 399 (acerca da remessa regular e gratuita de obras consideradas de caráter cultural) do PNE como atribuições do Instituto Nacional do Livro.

Através do decreto, o INL foi estruturado com uma direção geral, três seções técnicas e um Conselho de Orientação.

---

<sup>43</sup> In: BRASIL, Decreto-lei número 93, de 21 de dezembro de 1937.

As seções ficaram divididas, de acordo com o artigo quinto do decreto, em Seção Enciclopédia e Dicionário, Seção Publicações e Seção Bibliotecas. Ao Conselho de Orientação, de acordo com o artigo sexto, foi atribuída a elaboração do plano de organização da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário da Língua Nacional*, além de pareceres acerca das medidas que o Instituto deveria tomar para cumprir seus objetivos. O Conselho foi pensado com a composição de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, cujos préstimos seriam gratuitos (sem remuneração) e constituiriam serviço público de relevância.

### *Institutos Cairu e Nacional do Livro*

Os castelos

Primeiro / Ulysses

O MYTHO é o nada que é tudo.  
O mesmo sol que abre os céus  
É um mytho brilhante e mudo –  
O corpo morto de Deus,  
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou  
Foi por não ser existindo  
Sem existir nos bastou  
Por não ter vindo foi vindo  
E nos creou.

Assim a lenda se escorre  
A entrar na realidade  
E a fecundal-a decorre.  
Em baixo, a vida, metade  
De nada, morre.

Fernando Pessoa, *Mensagem, primeira parte*.

Criado a partir da reforma do Instituto Cairu, o INL tem sua origem vinculada à reforma iniciada no Ministério da Educação e Saúde em janeiro de 1937, e ao projeto pessoal de

Gustavo Capanema Filho, cuja ambição era a elaboração e publicação de uma *Enciclopédia Brasileira* que atendesse às peculiaridades da cultura brasileira.

De acordo com Suely Braga da Silva<sup>44</sup>, em consulta ao arquivo Gustavo Capanema<sup>45</sup>, em fevereiro de 1936 formou-se uma comissão encarregada de esboçar um plano para a realização do projeto do então Ministro da Educação e Saúde Pública. Formada por Alceu Amoroso Lima, Luís Camilo de Oliveira Neto e Rodolfo Garcia, a comissão, ao analisar as diversas publicações do período, tais como a Enciclopédia Universal, a Britânica, a Treccani<sup>46</sup>, percebeu que as limitações brasileiras (sobretudo materiais) os impediam de realizar um plano tão grandioso. Elaborou-se, então, o Instituto Cairu. Composto por uma Diretoria Técnico-Administrativa e um Conselho Superior (presidido pelo Ministro da Educação), o Cairu instalou-se na Biblioteca Nacional em janeiro de 1937. Durante sua curta duração, o único legado produzido pelo órgão foi o projeto de *Relação bibliográfica de linguística americana*, cuja publicação ficou restrita ao primeiro fascículo, sob direção de Eugênio de Castro.

Em 15 de dezembro de 1937, Capanema encaminha uma carta sugestão para Getúlio Vargas, recomendando a criação do

---

<sup>44</sup> SILVA, Suely Braga da. *Op. cit.*

<sup>45</sup> Depositado no CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>46</sup> Laurence Hallewell desloca o ensejo de publicação da enciclopédia de Capanema para Getúlio Vargas: “Vargas, fazendo-se ditador, decidiu evidenciar a necessária e paternal preocupação com a cultura de seu país. Inspirado na magnífica enciclopédia italiana Treccani, então recentemente completada no governo de Mussolini, e que já levava a empreendimento semelhante no Portugal de Salazar, Vargas sonhou com uma enciclopédia e um dicionário nacional semelhantes para o Brasil.” (In: *O livro no Brasil: sua história*. 1985, p. 313). Porém, além de a ideia de elaboração da enciclopédia ser anterior ao estabelecimento do Estado Novo, não reconhecemos em Vargas ditador o desejo de sua publicação, uma vez que os recursos dotados aos institutos responsáveis pela enciclopédia foram parcos durante toda a Era Vargas. Se a enciclopédia era sua *preocupação paternal*, porque não a dotar de recursos suficientes para sua realização?

INL, apoiado principalmente no ensejo de pôr em prática os artigos referentes às Políticas Públicas livres do PNE. Seguindo as sugestões de seu subordinado, Vargas decreta, dois dias mais tarde, a ampliação dos afazeres do Instituto Cairu, criando, assim, o Instituto Nacional do Livro.

Ainda em 1937, Capanema convida Augusto Meyer para assumir a direção na nova instituição. Diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1936, Meyer, poeta, ensaísta e crítico literário, já possuía familiaridade burocrática com a gestão pública e certo destaque na cena literária do período. Apoiado no movimento modernista de 1922, Meyer tinha valorizado ainda mais as “raízes da terra”, o regionalismo gauchesco, marca já forte na literatura rio-grandense<sup>47</sup>.

Porém, situações de instabilidade política, tais como a possibilidade de demissão de Gustavo Capanema na virada entre 1937 e 1938 e o estabelecimento do Estado Novo, retardaram o pleno funcionamento do INL em, no mínimo, dois anos. Em relatório de atividades assinado por Meyer em outubro de 1940<sup>48</sup>, esse justifica as reduzidas atividades do Instituto alegando que a efetiva nomeação e instalação dos funcionários e das seções que estruturaram o INL deu-se somente nos fins de 1939, assim como a própria nomeação de Meyer, efetivada somente 120 dias depois da publicação do decreto de número 93.

Para além do retardo na estruturação do órgão, um erro político-administrativo de Meyer reforçou a inatividade do INL em seus dois primeiros anos. Em meados de 1939, dispondo

---

<sup>47</sup> Nas palavras de Moysés Vellinho, Meyer refundava o regionalismo gauchesco ao incorporar influências modernistas a um regionalismo que “à força de repetir-se, estereotipava-se, empobrecia-se. Ao repisar os mesmos tipos, as mesmas situações, os mesmos cenários, sem alcançar outras dimensões que não as de superfície, vinha perdendo substância psicológica e horizonte social, e já acusava alarmantes sintomas de esgotamento”. In: VELLINHO, Moysés. *Letras da província: crítica literária*. Porto Alegre: Globo, 1960, p. 48.

<sup>48</sup> Documento recuperado por Suely Braga da Silva no fundo Gustavo Capanema, série G, pasta III, documento 5, depositado no CPDOC / FGV.

finalmente dos funcionários necessários, Meyer empenha-se no lançamento da *Revista do Instituto Nacional do Livro*, projeto apresentado ao ministro Capanema em outubro do mesmo ano. Meyer não contava com a falta de apoio do ministro e teve seu projeto por ele vetado, ainda que este não negasse a importância e o valor da proposta. Segundo Capanema, uma revista não estava nem nas prioridades nem nas atribuições legais do INL. Os seus poucos recursos, humanos e materiais, deveriam ser canalizados no cumprimento das atividades previstas pelo seu decreto de formação.

Cancelado o projeto, Augusto Meyer vê-se obrigado a cumprir suas atribuições legais. Para isso, nomeia Américo Facó para chefiar a Seção da Enciclopédia e do Dicionário. Nesse momento, nova discórdia com Capanema. Meyer defendia Facó, enquanto o então ministro faria o mesmo convite a Mário de Andrade. O autor de *Macunaíma*, calejado com os desdobramentos da intervenção do Estado Novo em São Paulo<sup>49</sup> – o que interrompeu seus trabalhos frente ao Departamento de Cultura de São Paulo – negava-se a assumir cargos de chefia. O impasse foi resolvido com a nomeação de Facó para a chefia e de Mário de Andrade como consultor técnico.

A partir daí, só lhe cabem pequenos trabalhos e uma situação incerta, que Mário de Andrade aceita por falta de alternativas, com grande custo pessoal. Em junho de 1939, Mário de Andrade trabalha precariamente para o Instituto Nacional do Livro e

---

<sup>49</sup> “Após o golpe do Estado Novo, em 1937, São Paulo ficou sob intervenção federal e a situação política mudou muito. Um outro diretor foi nomeado para o Departamento de Cultura e lançaram-se acusações nunca comprovadas acerca de irregularidades na administração de Mário de Andrade. Foi feita uma devassa e, apesar de não se ter encontrado nada que fundamentasse as acusações, o escândalo e a tristeza de ver perdido um trabalho realizado com tanto empenho, foram o suficiente para Mário de Andrade pensar em suicídio. Trocou a morte por um auto-exílio no Rio de Janeiro, fugindo de um ambiente que no momento lhe era insuportável”. AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. *Uma enciclopédia à Brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade*. In: **Estudos Históricos**, 1999, p. 399.

escreve a Capanema pedindo que lhe paguem pelo que produziu. A situação é desesperadora:

“(…) venho pedir que me faça pagar isto imediatamente, e por outra via possível aí do ministério, pois estou numa situação insustentável, crivado de dívidas ridículas, sem cara mais para me apresentar a certos amigos, que positivamente não têm a obrigação de me sustentar. Felizmente não estou acostumado, em quarenta e cinco anos de vida, a viver de expedientes e situação penosa. O resultado é um desespero, uma inquietação, uma desmoralização interior que não mereço, e a que, espero, o ministério não tem razão para me obrigar’. Nessa época, Mário de Andrade aguardava uma nomeação prometida pelo ministro, que, entretanto, jamais se corporifica: ‘muito mais agradável para mim será trabalhar com você, no Instituto do Livro, mas se não é possível, suplico mais este favor a você de me dizer francamente o que há, para que eu me arranje<sup>50</sup>’.<sup>51</sup>

Os trabalhos produzidos por Mário que Schwartzman faz referência são de 1939 e 1940, biênio em que ele apresenta o *Anteprojeto do plano básico da Enciclopédia Brasileira*, no qual expõe seu desejo de realizar uma obra capaz de atender a todas as camadas da sociedade brasileira “com um critério conceutivo geral; nem histórico, nem filosófico, nem científico, mas francamente objetivo e realista, nada sentimental, que não dê opiniões nem palpites, nem tome partido”<sup>52</sup>.

Afastado do cargo que sequer chegaria a ocupar de maneira oficial, Andrade deixa vacante sua vaga e seu projeto. Um dos motivos do afastamento de Mário foi a suspeita que lhe levantou “seu velho amigo Augusto Meyer [que] desconfiava que ele estava ‘mexendo os pauzinhos’ para substituí-lo na direção do INL”<sup>53</sup>. O então diretor da seção da Enciclopédia, Américo Facó, em 1944, em seu relatório de atividades,

---

<sup>50</sup> [Nota do autor] Carta de Mário de Andrade a Capanema, 30 de junho de 1939. GC/Andrade, M. doc. 9, série b.

<sup>51</sup> SCHWARTZMAN, Simon, *et all*, *Op. cit*, p. 100 – 101.

<sup>52</sup> ANDRADE, Mario de. *Anteprojeto do plano básico da Enciclopédia Brasileira*, apud SILVA, Suely Braga da, *op. cit*, p. 54 – 55.

<sup>53</sup> CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade: Exílio no Rio*, 1989, p. 109.

apresenta não mais que justificativas, a grande maioria de origem material, financeira, para a inexistência de proposta para a obra. Informalmente arquivado, o projeto da enciclopédia será retomado somente em 1956, a partir da elaboração de um novo plano por parte de Euryalo Cannabrava, então chefe da Seção da Enciclopédia, e por Paulo Assis Ribeiro, seu subordinado. Novo plano, novo revés.

A *Enciclopédia Brasileira* voltaria ainda em 1967, durante a ditadura militar. Ao pronunciar seu discurso de posse do cargo de diretor geral do INL, o general Umberto Peregrino declara:

E a enciclopédia? Esse será talvez o setor a desafiar-nos mais contundentemente. Não há, como é notório, correspondência entre os recursos para ali canalizados cada ano, por anos e anos, e os resultados até agora apresentados. Acreditamos, porém, que nossos planos relativamente à Enciclopédia conduzirão à solução do impasse em que caiu a sua elaboração. Pretendemos simplesmente abandonar a elaboração global, de porte esmagador, sem condições práticas de continuidade, para enveredar pelo trabalho distribuído por assuntos, que serão confiados a equipes especializadas, submetidas a coordenadores não apenas capacitados intelectualmente, senão também imbuídos de responsabilidade. Nessas condições, é possível que, dentro de dois anos, já possamos dispor de alguns assuntos reduzidos a verbetes, devidamente dicionarizados para publicação em fascículos.<sup>54</sup>

Novo plano, novo revés. O INL será encerrado em 1990 sem cumprir totalmente a primeira das suas atribuições de 1937. A *Enciclopédia Brasileira* não chegaria nunca às prateleiras e aos lares brasileiros. Os anos de dedicação dos mais diversos intelectuais que passaram pela Seção não seriam, porém, totalmente em vão. Os projetos de Mário de Andrade e de Euryalo Cannabrava exerceram influência significativa nos números que compõem o nosso *corpus* da *Revista do Livro*. Voltaremos a esses projetos na terceira parte deste trabalho. Já

---

<sup>54</sup> PEREGRINO, Umberto. *Discurso de posse no cargo de Diretor Geral do Instituto Nacional do Livro*, in: *Revista do Livro*, nº 31, 1961, p. 86.

os estudos elaborados sob a direção do general Umberto Peregrino serviram de substrato para algumas políticas públicas levadas a cabo pelo Instituto entre os anos de 1967 e 1970.

Durante sua existência, a chefia do INL foi designada a Augusto Meyer, entre os anos de 1937 e 1955; a José Renato Santos Pereira, entre 1956 e 1961; novamente a Augusto Meyer, de 1961 a 1964; a Pereira Caldas, entre 1964 e 1967; a Umberto Peregrino, de 1967 a 1970, encerrando suas atividades sob a égide de Maria Alice Barroso, ainda em 1970.

Mário de Andrade não foi, contudo, o único intelectual de grande projeção nas fileiras do Instituto. Se a Seção da Enciclopédia pôde contar com os préstimos do autor da *Paulicéia*, a Seção Publicações teve como seu primeiro chefe Sérgio Buarque de Holanda. Encarregada dos incisos b e c – editar toda sorte de obras raras e preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; e promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como facilitar a importação de livros estrangeiros – a Seção Publicações padeceu do mesmo mal. Limitações de recursos humanos e materiais restringiram a sua atuação no campo editorial brasileiro. No mais, dentre as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, muitas estavam para além da alçada do INL<sup>55</sup>

Sérgio Buarque de Holanda não deixaria o Instituto nas mesmas condições de Mário de Andrade. Sob sua gerência, foi

---

<sup>55</sup> Dentro de um sistema político-econômico capitalista, uma das maneiras mais eficientes de aumentar e baratear a oferta de um produto, nesse caso, o livro, é ampliar o mercado consumidor a fim de suportar uma ampliação do mercado produtor. Ampliar o mercado consumidor de livros passa por uma série de medidas educacionais – como o combate ao analfabetismo –, econômicas – como uma melhor gestão e distribuição das taxas da cadeia produtiva do livro, entre outras. Medidas essas que não estavam dentro do âmbito do INL

criada a *Coleção Biblioteca Popular Brasileira*<sup>56</sup>, subdividida em:

*Coleção de Obras Raras* – cuja função era publicar obras consideradas de difícil acesso, seja por sua raridade, seja pelo seu elevado custo. Nessa coleção foram publicados títulos como *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*, de Robert Christian Barthold Avé-Lallemant, *Corografia Brasileira*, de Aires de Casal, ou ainda, *As primaveras*, de Casimiro de Abreu.

*Coleção Obras Completas dos Grandes Autores Brasileiros* – previa, como se entende a partir do título da coleção, a publicação das obras completas de autores já canônicos. Dentro dessa coleção, tem-se, por exemplo, a publicação das obras completas de Tomas Antônio Gonzaga, ou ainda as obras completas de Saturnino de Brito, divididas em 22 volumes.

*Coleção do Estudante* – com o objetivo de publicar obras de referência para o público estudantil. Dentre os volumes publicados, há a *Introdução à paleontologia geral*, de João Camargo Mendes.

*Bibliografia brasileira* – a bibliografia brasileira possui diversas fases. Ao catalogar as obras publicadas no Brasil no período, ela se sobrepôs ao Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional. Durante a existência da *Revista do Livro*, a Bibliografia Brasileira foi publicada regularmente na revista, reunindo todos os títulos publicados no país no corrente ano.

---

<sup>56</sup> Ainda que se apresente como iniciativa louvável, a criação da *Biblioteca Popular Brasileira* não foi uma iniciativa inédita. Fernando de Azevedo, por exemplo, editava a *Coleção Brasileira* na Companhia Editora Nacional desde 1931. Já em 1936, a editora José Olympio lançou a *Coleção Documentos Brasileiros*, mesmo ano que a editora Martins publica a coleção *Biblioteca Histórica Brasileira*, sob direção de Rubens Borba de Moraes.

*Bibliografias especiais* – coleção dedicada à compilação de textos de autores consagrados ou sobre assuntos pré-determinados. Em 1945, por exemplo, editou-se *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812 – 1869)*, de Hélió Viana.

*Biblioteconomia* – última das coleções organizadas sob a égide de Sérgio Buarque de Holanda, a coleção Biblioteconomia publicou obras ligadas ao campo da biblioteconomia, desempenhando importante papel no desenvolvimento e na edição de obras técnicas no país. Publicou-se, por exemplo, o *Compêndio de classificação decimal e índice alfabético*.

Outras coleções foram adicionadas ao longo da existência do Instituto, mas fora já da gestão de Sérgio Buarque de Holanda, dentre elas, *Coleção de Obras-Primas da literatura universal*, *Mestres do teatro universal*, *Biblioteca de divulgação cultural*, além de coleções científicas cujas publicações são subdivisões das coleções *Biblioteconomia* e *Biblioteca Científica Brasileira*<sup>57</sup>. A Seção Publicações, ainda que não tenha contemplado as exigências de aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, realizou intensos esforços para bem cumprir sua segunda atribuição, a de editar ou reeditar obras importantes, seja em edição própria, seja em coedições com livreiros.

Pode-se considerar que o INL contribuiu com um aumento do mercado livreiro brasileiro, ao aumentar a demanda de edições através da sua terceira seção técnica, a Seção Bibliotecas.

Chefiada por José Galante de Sousa em grande parte de sua existência<sup>58</sup>, a Seção Bibliotecas do INL desenvolveu um

---

<sup>57</sup> Para um balanço mais preciso das obras publicadas pelo INL consultar: SILVA, Suely Braga da. *Op. cit.*, 1992 (para o período entre 1937 e 1945); RAMOS, Maria. *Ação editorial do INL*, 1967 (para o período entre 1945 e 1967).

<sup>58</sup> O primeiro a assumir os trabalhos da Seção Bibliotecas foi Augusto Meyer, acumulando-a com o cargo de diretor do Instituto.

papel importante no fomento às bibliotecas brasileiras, distribuindo livros, periódicos, obras de referência, mas também promovendo cursos de capacitação em biblioteconomia e em gestão<sup>59</sup>.

No número 31 da *Revista do Livro*, em comemoração dos 30 anos de existência do Instituto, publicou-se *SB: Livros para todo o Brasil*<sup>60</sup>, apresentando dados sobre a distribuição de livros para bibliotecas brasileiras, bem como os critérios eletivos e dotações orçamentárias da Seção Bibliotecas.

Em consulta aos arquivos de Augusto Meyer, Suely Braga da Silva aponta o papel de destaque, e muitas vezes de salvador, que a Seção Biblioteconomia ocupou no mercado editorial brasileiro:

No Brasil dos anos 40, quando a tiragem média das edições não excedia mil exemplares, o Instituto Nacional do Livro significou, para alguns autores, editores e livreiros, a solução de suas agruras. Com o programa desenvolvido pela Seção das Bibliotecas, que incluía a doação às bibliotecas de obras editadas pelo Instituto e obras adquiridas de outros editores, o INL passou a ser um grande cliente, capaz mesmo de sanear as finanças de muitos editores e livreiros<sup>61</sup>.

A pesquisa nos documentos do arquivo privado de Augusto Meyer mostra várias situações em que os “préstimos” do Instituto foram solicitados. Assim o escritor Orígenes Lessa, que em 1941 era diretor da revista *Planalto*, da qual o INL adquiriu centenas de exemplares para distribuição às bibliotecas registradas, oferecia para a aquisição, na mesma época da venda das revistas, seu

---

<sup>59</sup> Ainda que os cursos tenham sido elaborados pelo Instituto a partir de 1949, faz parte do projeto educacional do governo da Era Vargas o desenvolvimento da biblioteconomia brasileira. Data de 1933, já sob a égide de Capanema, a criação do primeiro curso da área no Brasil. Onze anos mais tarde, Capanema o transforma no primeiro curso de Ensino Superior de Biblioteconomia, através do decreto lei n.º 6440, de 27 de abril de 1944.

<sup>60</sup> MORAIS, Santos. *SB: Livros para todo o Brasil*, 1967.

<sup>61</sup> [Nota original] A coleção Brasileira, editada desde 1931 pela Companhia Editora Nacional, só não foi interrompida no período de 1945 a 1960 graças ao “subsídio direto do governo federal, através da compra de 500 exemplares pelo INL” (HALLEWELL, op. cit., p. 303).

romance *O feijão e o sonho*<sup>62</sup>. Aurélio Buarque de Holanda, secretário da *Revista do Brasil*<sup>63</sup>, propunha a Augusto Meyer a compra de mais trezentas assinaturas do periódico, alegando que o INL não poderia privar as bibliotecas do país, ainda que somente trezentas delas pudessem ser contempladas, do “mais importante periódico de cultura editado no Brasil”. José de Barros Martins, proprietário da Livraria e Editora Martins, apelava a Augusto Meyer, em 1942, para que adquirisse algumas edições a fim de “socorrer” a editora, que se encontrava naquele momento em dificuldades financeiras. Em 1949, Martins ratificava a ainda difícil situação do mercado editorial e agradecia a “boa vontade” de Augusto Meyer para com sua livraria e editora<sup>64</sup>.

Em sintonia com a Seção Publicações, a Seção Bibliotecas não só fomentava o mercado editorial como um cliente importante, mas também orientava a publicação de obras técnicas que a auxiliassem na tarefa de fomentar a Biblioteconomia brasileira.

---

<sup>62</sup> [Nota original] Arquivo Augusto Meyer, série CP, correspondência 122 (Fundação Casa de Rui Barbosa / Centro de Literatura Brasileira). Muitos foram os periódicos que durante o Estado Novo dedicaram-se a fazer propaganda do regime autoritário. Mônica Velloso arrola *Planalto* entre esses periódicos, juntamente com *Cultura Política*, *Ciência Política*, *Estudos e Conferências*, *Dos Jornais*, *Brasil novo*, entre outros (VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder, 1982, p. 73).

<sup>63</sup> [Nota original] Arquivo Augusto Meyer, série CP, correspondência 103 (Fundação Casa de Rui Barbosa / Centro de Literatura Brasileira). A *Revista do Brasil* foi criada em 1916 por Júlio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Sérgio Miceli refere-se ao periódico como um “bem destinado à circulação mercantil”. (MICELI, 1978, p. 72) pois unia a produção literária de intelectuais de diversas correntes de pensamento, como Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo, de um lado, e Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade, de outro. Para Miceli, a *Revista do Brasil* teve um papel importante na comercialização e distribuição editorial do país devido às suas grandes tiragens e à sua forte penetração fora do eixo Rio-São Paulo.

<sup>64</sup> SILVA, Suely Braga da. *Op. cit.*, 1992, p. 66 – 67.

Deste modo, tendo uma atuação bastante irregular, ampla e de várias frentes ao longo dos seus 53 anos de existência<sup>65</sup>, o Instituto Nacional do Livro nasce de um intenso debate ao longo das décadas de 1920 e 1930 no Brasil, em torno das necessidades educacionais e culturais do país. Foi durante a Primeira República – entre o fim da monarquia e o início da ditadura Vargas – que se reconheceu que a possibilidade de desenvolvimento econômico, industrial, cultural e social estava diretamente ligada a uma reinvenção do sistema educacional brasileiro, com amplo acesso populacional e um sistema mais igualitário. A elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, dentre outras tantas iniciativas significativas que tomaram corpo nas três primeiras décadas do século XX, foram fundamentais no processo de reelaboração e reformulação educacional do país.

Ao reunir em suas fileiras diversos e diversificados intelectuais<sup>66</sup>, o Instituto Nacional do Livro por vezes abrigou vozes dissidentes aos governos que se sucederam nesses 53 anos, fruto das oscilações na cena política, cultural e literária do período, afinal,

Se os anos 20 instauram o processo de modernização e revelam as primeiras reivindicações sociais do continente, a década de 30 inaugura o impasse que se nos impõe: necessidade de transformações e impossibilidade de instrumentá-las. Após 1930, a sociedade como um todo, mas especialmente os intelectuais, encarregados de formular alternativas, fracassam no intuito de elaborar uma ideologia adequada ao conjunto multifário do Brasil.

---

<sup>65</sup> O Instituto foi “rebaixado” na hierarquia governamental e transformou-se em Departamento Nacional do Livro, ao cargo da Fundação Biblioteca Nacional, em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo.

<sup>66</sup> Até o início dos anos de 1980 a pesquisa acerca das relações entre os intelectuais brasileiros e as instituições públicas era vaga. A partir do livro de Sérgio Miceli, *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil*, de 1979, ampliou-se o debate sobre o papel desenvolvido pelos intelectuais no trato da coisa pública na primeira metade do século XX. Para maiores referências, ver também *Intelectuais à brasileira*, do mesmo autor.

Trilhando as veredas da democracia liberal, o intelectual brasileiro mal consegue, no mais das vezes, ultrapassar o horizonte ideológico dos setores dominantes tradicionais.

É curioso e triste constatar que as propostas voltadas para a transformação radical do sistema adequaram-se, mais cedo ou mais tarde, ao espaço institucionalmente definido.

Intelectualmente, estar ligado ao poder, nesses anos, implica ser gerente sem ser dono, significa gerar diretrizes, planejando e exercendo algum grau de controle sobre a massa, o que, entretanto, abalava a empatia solidária dos intelectuais mais conscientes.<sup>67</sup>

Advindo do fracasso de elaborar um projeto adequado, o Instituto trabalharia, em seu mais de meio século, no esforço de reduzir, ou alterar o “horizonte dos setores dominantes tradicionais”, investindo, como veremos, no processo *civilizador* do povo brasileiro. Criado sob a tutela de radical transformação do sistema vigente, é assustadora a velocidade com a qual o INL se adequou a um espaço institucional definido.

### *Anos 1920 – 1956: político-social*

Os castelos

Segundo / Viriato

Se a alma que sente e faz conhece  
Só porque lembra o que esqueceu,  
Vivemos, raça, porque houvesse  
Memoria em nós do instinto teu.

Nação porque reincarnaste,  
Povo porque ressuscitou  
Ou tu, ou o de que eras a haste –  
Assim se Portugal formou.

Teu ser é como aquella fria  
Luz que precede a madrugada,  
E é já o ir a haver o dia  
Na antemanhã, confuso nada.

---

<sup>67</sup> ANTELO, Raul. *Literatura em revista*. 1984, p. 115 – 116.

Fernando Pessoa, *Mensagem, primeira parte*, 1934.

Se a passagem do século trouxe mais marcas ao país do que a própria Proclamação da República, no âmbito da imprensa essas marcas foram ainda mais profundas. O início do século XX revoluciona a lógica de publicações no Brasil. Grandes empresas jornalísticas começam a se desenvolver, ampliando o seu parque gráfico e alterando o sistema de produção e circulação de periódicos. Alteram-se também as relações entre os jornais, seus leitores, seus anunciantes, suas políticas. O início da industrialização do país, o crescimento urbano, a ascensão ainda que tímida de uma classe média consumidora contribuem sobremaneira nessas alterações; assim como a diminuição dos altos índices de analfabetismo<sup>68</sup> e o aumento populacional que acabam por ampliar o mercado interno.

Naturalmente, o processo não fora harmonioso, equilibrado e igualitário por todo o país, uma vez que o desenvolvimento da imprensa está intimamente ligado à ampliação de uma malha e uma lógica urbana. Mas mais íntima ainda é a relação entre a imprensa e o poder:

Acuado a situação semelhante, o grande presidente Campos Sales resolveu-a, subvencionando a imprensa. Confessou-o lealmente em seu livro *Da propaganda à Presidência*<sup>69</sup>, justificando a medida pela razão de Estado. Se não houvesse feito calar a grita dos jornais, não teria levado a termo a obra de salvação financeira do país. Depois de Campos Sales, outros presidentes tiveram de

---

<sup>68</sup> Segundo Boris Fausto, em *História do Brasil*, os índices de analfabetismo no Brasil eram, em 1872, de 80% da população livre (excluindo-se os escravos, mas incluindo as crianças nos primeiros anos de vida). Nesse período, somente 16,85 da população frequentava a escola (1994, p. 237 e 376). Já segundo os dados do IBGE, a partir de 1920, até os anos 2010, a taxa de analfabetismo na população brasileira cairá com uma média de 6,7% por década. A única década fora dessa curva é a de 1950, com uma queda de 11% (Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), consultado em 06.01.2015).

<sup>69</sup> [Nota minha] CAMPOS SALES. *Da propaganda à presidência*, 1908.

adotar o mesmo alvitre. [...] Em verdade, fizeram-no todos os governos da República, com exceção do Governo Provisório, que a censura preservava de qualquer ataque.<sup>70</sup>

## E Nelson Werneck Sodré aponta as relações de subvenção da imprensa no governo de Campos Sales:

A imprensa revela com clareza os traços desse quadro: ele se tipifica, às vezes, no ferrenho oposicionismo, de extrema virulência, do *Correio da Manhã*, de um lado, e de extremo servilismo de *O País*, de outro lado. É fácil dimensionar a mudança de qualidade, na escala possível, entre o tipo de corrupção personificada em José do Patrocínio, na fase anterior, e o tipo de corrupção personificado em João Laje, nessa fase. A pequena imprensa exemplificada na *Cidade do Rio*, sem estrutura de empresa, exigia a compra da opinião do indivíduo em que o jornal se resumia; a empresa jornalística que é *O País* demanda um passo à frente: é preciso comprar o próprio jornal e de forma estável, institucional por assim dizer. Patrocínio recebia dinheiro; Laje recebe negócios que proporcionam dinheiro, – negócios de Estado<sup>71</sup>.

A relação entre imprensa e poder, sempre instável e sempre em suspeição, vinha dos moldes imperiais. Os primeiros equipamentos de prensa a entrar no Brasil serviram para pôr a funcionar a Impressão Régia a serviço da coroa portuguesa transladada ao Brasil, e eram rudimentares prensas de madeira. Somente em 1845 o país passa a contar com uma prensa mecânica. Será preciso esperar por mais 44 anos para a chegada, em terras tupiniquins, da *Active*, de Marinoni e de duas *Alauzet*, prensas com capacidade de 64 páginas por vez. Somente em 1902 o país importa um equipamento rotativo capaz de imprimir 15 mil páginas preto e branco por hora<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epitácio Pessoa* (1865-1942), 1951, p. 441.

<sup>71</sup> *História da Imprensa no Brasil*, 1966, p. 318.

<sup>72</sup> Por efeito comparativo, em 2000 a Manroland lançou a prensa Lithoman, com capacidade de impressão de um milhão de páginas (coloridas) em 19 minutos.

Se a relação construída entre o poder e a imprensa se dá, praticamente, na esfera íntima, as instabilidades de um refletem diretamente no outro, sobretudo na grande imprensa. As desventuras da década de 1920 podem ser muito bem acompanhadas pelos mandos e desmandos no jornalismo da época. O caso Artur Bernardes é o melhor, dentre vários, dos exemplos. Disputando a sucessão de Epitácio Pessoa com Nilo Peçanha, a vitória de Bernardes anunciava-se tranquila. Somente um fator estranho à alternância de poder comum na Velha República<sup>73</sup> poderia mudar o quadro: as forças armadas.

Tal como a crescente burguesia, as forças armadas estavam descontentes com as mazelas do regime vigente e com a farsa que se tornara o regime eleitoral. Engrossando o coro dos descontentes, a imprensa mostrou suas garras, através das estripulias de Pedro Bularmaqui e Oldemar Lacerda. Os dois aventureiros, em posse de um papel timbrado do Governo de Minas Gerais – Bernardes era governador mineiro no momento de sua candidatura –, forjam duas cartas insultando o exército, sobretudo o marechal Hermes da Fonseca, imitando minuciosamente a caligrafia do candidato.

Prontas as cartas, os falsários passam à tarefa de vendê-las. Após as recusas de familiares de Bernardes e do Governo de Minas Gerais, recorrem ao então senador Irineu Machado, partidário da candidatura de Nilo Peçanha. Em 20 de setembro de 1921, os rumores que já corriam pelos bastidores ganham status oficial. O *Jornal do Commercio* publica uma nota:

Ensaiam-se, porém, agora, na sombra, outras armas que não são propriamente políticas nem jornalísticas, mas de pura exploração, para ameaçar e extorquir dinheiro... É o caso, espalhado à surdina,

---

<sup>73</sup> A Velha República, ou Primeira República é o nominativo comum para a primeira fase republicana brasileira, compreendendo os anos de 1889 e 1930. Didaticamente dividida em duas fases, a República da Espada – que abrange os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – e a República das Oligarquias – ou a política do café com leite, por conta da alternância de poder entre a oligarquia cafeeira paulista e a elite rural mineira.

de umas cartas manuscritas, que o seu possuidor assolha serem do próprio punho do sr. Artur Bernardes, o Presidente atual de Minas, candidato da maioria dos Estados ao supremo posto da República. Essas cartas, apregoadas pelo seu portador como autografias, e oferecidas à venda nesse caráter, ora aos amigos do sr. Bernardes, ora aos adversários da candidatura deste, puderam ser escritas em papel timbrado do gabinete do presidente de Minas e, consta, imitam muito bem a letra do mesmo.<sup>74</sup>

As cartas ganham dimensão pública. Não tardaria muito sua publicação. No dia 08 de outubro do mesmo ano, Odemar Lacerda entrega ao redator político do *Correio da Manhã*, Mário Rodrigues, as cartas falsas, após acordo com Irineu Machado. Opositor ferrenho, o *Correio da Manhã* publica, no dia seguinte, o fac-símile de uma das cartas na primeira página do jornal. De maneira virulenta, a publicação alimenta as paixões, não mais sobre a veracidade das cartas, mas sobre a candidatura de Bernardes. A agitação política faz com que no dia 15 de outubro, ao participar de eventos de campanha no Rio de Janeiro, o candidato mineiro sofra uma extraordinária manifestação de hostilidade. A campanha difamatória da imprensa causa efeitos e reações tamanhos que, aos 28 de dezembro de 1921, o Clube Militar, em assembleia extraordinária, tomou a decisão, por 493 votos contra 90, de considerar as cartas como autênticas.

A vitória de Bernardes, que parecia até então tranquila, foi conquistada com uma margem muito pequena para o padrão de atuação da República Velha: 466 mil votos ao mineiro contra 317 mil votos a Peçanha. Mesmo tendo Lacerda confessado o crime em 24 de março de 1922, antes ainda da eleição, o estrago promulgado pela imprensa estava feito. A instabilidade política das relações entre o Governo e as Forças Armadas estava instaurada e constituiria a fase preparatória da Revolução de 1930.

---

<sup>74</sup> *Jornal do Comércio*, 20 de setembro de 1921. *Apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 411.

Bernardes, depois do episódio das cartas falsas, viu-se impelido a regulamentar o papel da imprensa. Tendo governado durante quatro anos em estado de sítio, o mineiro foi o primeiro presidente brasileiro a decretar a regulamentação do setor. Proposta em 1922, em projeto de Adolfo Gordo, cria-se a primeira lei de imprensa no país, através do decreto número 4743, de 31 de outubro de 1923.

Mas não foi somente no âmbito da imprensa que as inquietações do período encontraram terreno fértil:

foram a preparação de Rui Barbosa, nas campanhas sucessivas em que se envolveu a partir de 1909; a ação da imprensa e da tribuna parlamentar oposicionistas e também a observação direta da mistificação, que, aos poucos, criaram, no Exército, a mentalidade reformadora. [...] Aliás, como sempre ocorre, essa transformação da mentalidade de classe coincide com outras mutações, de caráter econômico, que se verificavam no país. A diversificação da economia nacional tornava impossível a manutenção da estrutura política apoiada no tradicional binômio mineiro-paulista, que era afinal o binômio do café. A industrialização, embora incipiente, a imigração, a urbanização e outros fatores exigiam possibilidades maiores de intervenção nas decisões políticas, o que só se poderia dar com o aparecimento de um sistema eleitoral que assegurasse garantias de autenticidade ao sufrágio. Isto implicaria, porém, na morte da política dos governadores, baseada no patronato eleitoral e, portanto, na morte de todo sistema político vigente.<sup>75</sup>

*A transformação da mentalidade de uma classe*, ou melhor, de duas classes específicas ajudam a compreender as ebulições dos anos de 1920. Uma delas é a classe das forças armadas.

Vinte e cinco anos antes da queda do império, o governo lançou-se no que talvez tenha sido a maior campanha militar brasileira até então, a Guerra do Paraguai. Com um início desastroso, o regime imperial viu-se obrigado a reestruturar e a modernizar o Exército Nacional. Sob o comando de Duque de

---

<sup>75</sup> MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Um estadista da República*, Afrânio de Melo Franco. 1955, p. 1053.

Caxias, as forças armadas não só puseram fim à guerra, como ganharam prestígio, experiência e a renovação dos seus quadros, além de reforçar a ideia de formação de um Estado-Nação brasileiro.

Essa nova configuração da classe militar foi fundamental para o fim do Regime Imperial, em 1889, e para o início da democratização do país, através da República da Espada. Após dois mandatos, os de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil eleito no Brasil. Seu governo foi marcado pela instabilidade política oriunda do confronto entre florianistas e a oligarquia cafeeira, pela Guerra de Canudos e pela tentativa de atentado que sofrera em 1897<sup>76</sup>. Sucedido por seu aliado Campos Salles, deu-se início à “política do café com leite”.

Outra marca do processo de democratização brasileira foi a presença constante de crises econômicas, ligadas, sobretudo, à incipiente industrialização do país, crise esta encetada pelas dívidas contraídas pelo governo imperial durante a Guerra do Paraguai.

Com uma economia dependente do desempenho do café – cuja primazia vinha do regime imperial, sobretudo com a queda da produção açucareira, também influenciada pelo fim da escravatura –, o país viu-se em situação delicada no início do século XX, pelas constantes baixas das divisas primárias (produtos de origem agrícola, sobretudo) no mercado internacional. A mudança de regime político do país permitiu o início, ainda que lento, dos processos de industrialização do parque brasileiro<sup>77</sup>. Vários foram os fatores que levavam água ao moinho do desenvolvimentismo. Dentre eles, destaque para o

---

<sup>76</sup> Em visita ao Arsenal de Guerra, no dia 5 de novembro de 1897, Prudente de Moraes é atacado pelo soldado Marcelino de Miranda, munido com uma faca. Vitimando o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, o agressor não atinge seu objetivo.

<sup>77</sup> Ainda que tenhamos, nos anos de 1850, a figura do Barão de Mauá, responsável pelo primeiro ciclo de industrialização brasileiro, somente a partir dos 1900 que o desenvolvimento industrial ganha continuidade.

processo de urbanização que sofrem as cidades durante a República Velha.

Em 1902, assume o poder Francisco de Paula Rodrigues Alves cujo nome entrou no cânone histórico intimamente ligado ao de Francisco Pereira Passos. Foram os dois Franciscos responsáveis pelo processo de remodelação urbanística da cidade do Rio de Janeiro, inspirados no exemplo parisiense de Georges Eugène Haussmann.

Data da reforma urbanística de Pereira Passos a construção do Theatro Municipal, do Museu de Belas Artes, da Biblioteca Nacional, a ampliação de avenidas, a construção de praças, enfim, a reorganização da cidade a fim de acolher as inovações do final do século XIX, como o automóvel e iluminação pública através da energia elétrica.

A cidade de São Paulo também passa por transformações importantes nesse início dos 1900, com a construção da Estação da Luz, a reformulação da região do Vale do Anhangabaú, a construção do Theatro Municipal, ou ainda do prédio da atual Pinacoteca do Estado.

Amparado economicamente pelo auge do ciclo da borracha, durante o qual o Brasil foi responsável por 97% da produção de borracha do mundo, Alves promove diversas mudanças no sistema social brasileiro a partir da cidade do Rio de Janeiro. Mudanças essas que favoreceram o surgimento de uma população tipicamente urbana e burguesa.

Aliado à política de valorização do café – levada a cabo pelos presidentes Affonso Pena e Wenceslau Brás – o cenário econômico brasileiro ganha um pequeno fôlego e ensaia-se uma diversificação da produção nacional, incentivada pela eclosão da Primeira Grande Guerra, uma vez desestabilizado todo o comércio internacional com a guerra europeia.

Em 1918, coincide com o fim da guerra a eleição de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa. E foi justamente no governo de Pessoa que a política centralizadora das oligarquias cafeeiras da velha república começa a dar os primeiros sinais de desgaste.

Se por um lado a presidência sofre com a pressão por uma nova valorização do café através da intervenção estatal, por outro lado Pessoa vê engrossando-se o coro dos descontentes. A insatisfação burguesa, alimentada pelas constantes greves gerais que surgem em 1917, somada ao episódio das cartas de Artur Bernardes, geram uma nova crise institucional.

No final do seu mandato, Pessoa enfrenta o que talvez seja a mais simbólica das revoltas do período, o episódio do 18 do Forte de Copacabana. Em 05 de julho de 1922, 17 militares, e um civil, os 18 do Forte, aquartelaram-se no Forte de Copacabana em protesto contra o governo de Pessoa. Violentemente reprimido pelas tropas fiéis ao presidente, o movimento estabeleceu uma marca importante na luta contra o domínio das oligarquias, inspirando diversos movimentos tenentistas país afora – tais como o movimento de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, a Revolta Paulista de 1924 e a Coluna Prestes – o que vai culminar com a Revolução de 1930.

E foi durante o mandato de Artur Bernardes que outro movimento descontente conquistou sua primeira vitória. O movimento operário, fortemente influenciado pela imigração europeia, a qual trouxe consigo ideais comunistas e anarquistas, começou a se estruturar já na virada do século. As primeiras greves, ainda de menor expressão, datam de 1903 e 1906. Em 1907, o governo reage a essa estruturação, promulgando uma lei que expulsa os estrangeiros que fossem considerados uma ameaça à ordem e à segurança nacional. A resposta imediata foi a convocação de uma greve geral que tomou conta de São Paulo. As relações mantiveram-se instáveis por um longo período, culminando em uma greve de grandes proporções dez anos mais tarde, novamente na capital paulista. A morte de um jovem por parte das forças policiais inflamaram ainda mais os ânimos e fez com que o governo passasse a lidar de outra maneira com as forças operárias. Não à toa, Bernardes realiza reformas na área social, instituindo férias anuais e reorganizando as caixas de

aposentadoria e pensão. Data também de 1922 a criação do Partido Comunista Brasileiro.

A cena que se monta, portanto, nos anos de 1920, é a da discrepância entre uma sociedade cada vez mais urbana, uma burguesia em ascensão, uma classe militar insatisfeita e um governo alienado, ainda aliado com a lógica oligárquica cafeeira:

a campanha pela sucessão de Washington Luís seria a última nos moldes da velha República; as condições do país, agora, eram muito diferentes, e a simples conjugação de elementos políticos de oposição e militares que só na luta armada viam saída para a situação, seria, ainda para os menos atentos, um sinal de alarma. Com a cegueira que o poder confere aos que o detêm, nas condições então reinantes, o governo nada queria ver. A luta era travada à base da imprensa. [...] Curiosa coincidência fez com que as eleições presidenciais, em 1930, caíndo no 1º de março em pleno carnaval, contrastassem o sentido bélico que o pleito assumira e o sentido alegre da festa tradicional.<sup>78</sup>

Os resultados da eleição, manipulados por quem tinha a máquina governamental na mão, foi favorável a Júlio Prestes de Albuquerque, em detrimento da candidatura de Getúlio Dornelles Vargas<sup>79</sup>. Era o que a oposição precisava como estopim para o que viria a ficar conhecida como a Revolução de 1930.

Emoldurado pela crise econômica mundial de 1929, no dia 3 de outubro de 1930 deu-se início ao movimento que depor, em 24 do mesmo mês, o então presidente Washington Luís e transferiria o poder para uma junta provisória militar formada por Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto (ambos do Exército) e José Isaías de Noronha (ligado à Marinha). Os três militares, com conexões com o movimento tenentista da

---

<sup>78</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 428.

<sup>79</sup> Em verdade, a fraude eleitoral aconteceu nos dois lados. O governo só foi mais eficiente, garantindo a vitória do candidato aliado.

década de 1920, governaram por 10 dias, à espera da chegada da comitiva de Getúlio Dornelles Vargas, que vindo do Rio Grande do Sul, assume o poder em 3 de novembro de 1930.

Assim desenrolou-se a cena. E assim Vargas chega no Palácio do Catete tendo que corresponder às expectativas das diferentes classes sociais que o apoiaram, algumas, inclusive, contraditórias entre si. Além das forças armadas e da burguesia industrial, o político gaúcho recebeu o apoio da oligarquia rural mineira, também descontente com o desrespeito de Washington Luís à alternância de poder da política do café com leite.

Diante desse cenário,

nas várias manifestações dirigidas ao grande público ou nas páginas de publicações como “Cultura Política”, destinadas a um círculo mais restrito, o Estado Novo procurou transmitir sua versão da história do país. No âmbito da história mais recente, ele se apresentava como a consequência lógica da Revolução de 1930. Fazia um corte radical entre o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução. O Estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo através da busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem não dilacerada pelas disputas partidárias a entrada do Brasil nos tempos modernos.<sup>80</sup>

Esse Brasil velho entraria frequentemente em conflito com o Estado Novo, afinal, se por um lado os tenentistas desejavam a centralização do poder, a oligarquia mineira defendia a manutenção do federalismo, enquanto a burguesia clamava por incentivo à industrialização. As ações de Vargas durante seu governo, muitas vezes contraditórias, podem ser compreendidas na chave desse jogo de forças, todas bastante significativas, entre os diferentes setores da sociedade brasileira. Entre os anos de 1930 e 1932, o presidente centralizou o comando, assumindo os três poderes, enquanto dava aos tenentistas o governo de muitos Estados. Ainda em 1932, estabeleceu o voto secreto e

---

<sup>80</sup> FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 376.

estendeu o seu direito às mulheres, mesmo ano em que Plínio Salgado funda a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização que reunia latifundiários, a Igreja Católica, parte de militares e da sociedade civil conservadores, com influência fascista, que defendia um Estado totalitário.

Porém, ao mesmo tempo, Vargas perdia uma parcela significativa do seu apoio popular, sobretudo pelos reflexos da crise econômica de 1929, que gerou um grande aumento do custo de vida no país. Afinal,

a nova fase da vida republicana trazia, evidentemente, aprofundamento de velhas contradições na sociedade brasileira. Tais contradições teriam oportunidade transitória de manifestação no campo da política, denunciando-se pelo antagonismo e o choque na própria intimidade das forças que haviam conjugado para derrubar o governo; de um lado ficavam os que supunham estar encerrado o problema com a substituição de personagens do poder, de outro lado ficavam os que supunham que era chegado o momento de introduzir profundas alterações no próprio regime. Os primeiros compuseram-se depressa com as forças e as personagens vencidas na véspera; trataram de alijar os últimos de toda parcela do poder, com a intenção de impedir qualquer alteração no regime. O movimento era de caráter burguês, evidentemente, e aproveitava a brecha do enfraquecimento da economia de exportação, de base latifundiária. Mas não chegara à vitória, como nas revoluções burguesas clássicas, pela aliança da burguesia com camadas e classes inferiores, o proletariado ou o campesinato. Podia, por isso mesmo, transigir com o latifúndio debilitado pela crise, fazendo dele seu aliado para impedir qualquer reforma, qualquer avanço que lhe perturbasse os privilégios e as vantagens. O imperialismo, embaraçado pela crise desencadeada em 1929, dava uma folga transitória em sua inexorável pressão: para ele, tratava-se, desde que a crise se iniciara, de transferir os efeitos às áreas dependentes. Há, entretanto, nos movimentos de alguma amplitude – e o de 1930 foi desse tipo – uma dinâmica que não se atem unicamente às intervenções intencionais, oriundas de atos de vontade: daí o avanço que realmente trouxe ao país, o seu caráter progressista, o

seu considerável saldo, assinalando, em suma, um momento marcante, um rompimento com o passado.<sup>81</sup>

Foi, portanto, na esteira de diversas forças, que, em 1934, a nova Constituição Brasileira foi promulgada, comportando um caráter liberal, nacionalista e centralizador. Do novo conjunto de leis que regeriam o país, destacamos a organização do sistema eleitoral e a criação das leis trabalhistas, com uma jornada de trabalho de oito horas diárias, descanso semanal remunerado, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, férias anuais institucionalizadas, além da indenização por demissão sem justa causa.

No ano seguinte à Constituição, e de certo modo em resposta à criação da AIB, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente antifascista, que congregava liberais, socialistas, antigos tenentistas, como o próprio Luís Carlos Prestes, presidente de honra da organização. Logo a ANL encontrou seus opositores no governo Vargas. O então ministro de guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, puniu todos os militares que aderiram à Aliança, o que contribuiu para o surgimento daquilo que Vargas chamaria de Intentona Comunista ainda em 1935, e que tinha por objetivo central a derrubada do presidente e a tomada do poder.

Percebe-se, então, que o Exército também não representava um todo coeso. Se por um lado os militares de alta patente apoiavam Vargas, por outro, uma massa de militares de baixa patente, influenciado por ideais comunistas, trouxe para o Brasil a polarização política dominante no cenário europeu do pós Primeira Grande Guerra, a polarização entre o fascismo e o comunismo. A Intentona Comunista foi violentamente reprimida pelo governo, e ainda lhe forneceu argumentos para, em 1937, preparar o golpe que iria instituir o Estado Novo.

---

<sup>81</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 433.

Além de buscar apontar a sucessão dos acontecimentos, o que procuramos destacar aqui é a complexidade e a variedade dos elementos que compunham as forças sociais e políticas em ação na sociedade brasileira, além de tentar identificar os diferentes jogos de forças que compuseram o período. Assim, torna-se mais facilitada a tarefa de compreender um governo que, por um lado, promulga leis de trabalho, amplia e democratiza o ensino, apoiando uma série de mudanças fundamentais na história do país; e, por outro, instaura uma ditadura repressora, violenta, censória.

Jogo de forças em permanente desequilíbrio – uma vez que o equilíbrio é o fim do jogo – que congrega forças díspares, muitas vezes oriundas da mesma camada social. O exército é um exemplo dessa diversidade de projetos ideológicos, políticos, sociais. Entre os militares, nota Boris Fausto, há duas correntes principais de pensamento. Os nacionalistas, defensores do desenvolvimentismo brasileiro baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, já calejados pela inconstância e dependência do mercado externo. Isso demanda um papel intervencionista por parte do Estado, como regulador da atividade econômica nacional ao mesmo tempo em que se tornaria investidor em áreas consideradas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Os nacionalistas não são radicalmente avessos ao capital estrangeiro, mas favoráveis à sua restrição e controle, com a intenção de preservar a soberania do país<sup>82</sup>.

Outra das correntes predominantes nos meios militares é a dos “entreguistas”. Alcançados com este apelido depreciativo estão os que defendiam uma menor intervenção estatal na economia e que o desenvolvimento do país estava atrelado à abertura ao capital estrangeiro e não à industrialização. O grupo liberal defendia ainda uma postura rígida de combate à inflação

---

<sup>82</sup> FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 407.

através da restrição da emissão do papel-moeda e do equilíbrio dos gastos públicos.<sup>83</sup>

Vargas posicionou-se, então, de maneira dúbia entre as duas correntes, estabelecendo reformas político-social-econômicas baseadas nos ideais da industrialização, apoiadas pelo Estado, ao mesmo tempo que as propunha com apoio estrangeiro. A criação de diversas estatais corrobora com esse alinhamento<sup>84</sup>.

Essa mistura de apoios – ora financiados nacionalmente, ora oriundos de fundos estrangeiros, ora os dois –, em consonância com um cenário internacional de ascensão de ideais nazifascistas – absorvidos no Brasil sobretudo pela Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado –, nacionalistas, de centralização do poder e repúdio ao comunismo, criou condições para que, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas aplicasse um golpe político para a criação do Estado Novo. Em transmissão lida no Palácio da Guanabara, na então capital federal, Vargas proclama ao povo brasileiro a nova política no país que

entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e de desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou temporização. Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal

---

<sup>83</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>84</sup> Dentre as estatais criadas pelo Estado Novo está a Companhia Siderúrgica Nacional, de 1940. A CSN foi elaborada com influências de ambas as correntes, afinal, foi criada com o intuito de manter o controle estatal na área da siderurgia, como defendia a corrente nacionalista, porém, a empresa só se tornou viável com o aporte de recursos estadunidenses, através do conjunto de acordos diplomáticos que ficou conhecido como *Acordos de Washington*. A empresa permaneceu Estatal até 1993, quando foi privatizada pelo governo de Itamar Franco. Dentro ainda dos acordos diplomáticos, nos mesmos termos, tem-se a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942. Sua fundação responde ao mesmo equilíbrio que Vargas elabora entre os nacionalistas e entreguistas. Uma estatal para gerir a mineração de ferro, um bem nacional, com aporte estrangeiro. Manteve-se como empresa estatal até o governo de Fernando Henrique Cardoso, que a privatizou em 1997.

de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração. A tanto havia chegado o país.<sup>85</sup>

A tanto havia chegado o país que, marcado sobretudo pela contradição, pela instabilidade, em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto do poder e o Estado Novo encontra o seu fim através das mãos de Góes Monteiro, um dos organizadores do golpe de 1930. Marcada pela abertura democrática, o general Eurico Gaspar Dutra, também ligado ao golpe de 1930, ministro da Guerra do governo Vargas entre 1936 e 1945, foi eleito presidente do país. Boris Fausto atribuiu, ainda, ao papel desenvolvido pelo Brasil no cenário externo – o envio de tropas da FEB à Itália durante a Segunda Grande Guerra, por exemplo –, o enfraquecimento do apoio político e social à ditadura varguista.

Através da Constituição de 1946, deu-se um relaxamento da censura no país, garantiu-se a isonomia de todos os cidadãos perante a lei, além das garantias constitucionais em favor da democracia. Outro item, o fim da possibilidade de reeleição e mandado quinquenário.

A principal marca do governo de Dutra foi a adoção de um viés econômico desenvolvimentista, que seria mantido por Getúlio Vargas quando da retomada do poder como presidente eleito, entre 1951 e 1954, e reforçado por Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961. De fato, a política desenvolvimentista baseada na intervenção estatal tem suas origens na década de 1930, para a qual o Estado deveria possuir uma forte presença em áreas consideradas estratégicas para o crescimento da nação e atingiria seu ápice entre os anos de 1956 e 1961, durante o governo JK. Governo esse que representa no imaginário político brasileiro uma Idade de Ouro, tido como um período marcante na historiografia brasileira no campo político-econômico. Afinal, é um momento de um forte arranco desenvolvimentista,

---

<sup>85</sup> VARGAS, Getúlio. *Proclamação ao povo brasileiro*, 1937, p. 31 – 32.

de fortalecimento do quadro de urbanização – sobretudo no sudeste brasileiro –, de consolidação da política de estímulos à industrialização que levaram o Brasil a altas taxas de crescimento. Porém, essas políticas resultaram também em um cenário complexo de inflação, endividamento externo, além de virulentos debates em torno das tentativas do ministro da Fazenda, Lucas Lopes, de conciliar o forte crescimento com uma estabilidade monetária, com o controle da inflação.

Com seu projeto de crescimento de 50 anos em 5, JK confirma um movimento de reformas estruturais na sociedade brasileira que teve seus primeiros passos no início do século XX. Tivemos, nas décadas que antecederam a ditadura militar no Brasil, mudanças que contribuíram para uma maior diversidade industrial, uma população mais urbanizada, o fortalecimento da indústria e da produção nacional – a qual recebera um impulso com a queda da produção industrial mundial em decorrência da Segunda Grande Guerra. Tais mudanças tiveram reflexos diretos na organização social brasileira, com a ascensão de uma burguesia urbana. Tal burguesia se afastava cada vez mais da formação essencialmente humanista do início do século – dos seus cursos de filosofia, direito, literatura – alinhando-se aos grupos de profissionais com profundos conhecimentos técnico-científicos – engenheiros, arquitetos, técnicos –, o que refletia não somente em um aumento da demanda de bens de consumo, mas também de diversos bens culturais. O crescimento da demanda de bens culturais influenciou e foi influenciado pelo início da massificação da televisão e do cinema.

Esse novo espírito, ao mesmo tempo um espírito do novo, alimentado pela vontade de mudança transcenderam o âmbito político-econômico e produziram reflexos no domínio das artes e da cultura. Importantes movimentos artísticos se fortaleceram ou surgiram nessa segunda metade da década de 1950. Novas maneiras de se fazer teatro, cinema, novos movimentos artísticos ligados à música, à literatura, às artes plásticas, em decorrência de uma reflexão crítica acerca das produções existentes e das

linguagens vigentes. Esse mesmo período consagraria a escola brasileira de arquitetura e urbanismo, que a inauguração da cidade de Brasília, em 1960, coroaria.

Esse movimento geral buscava uma nova maneira de identificar e sintetizar elementos da cultura e da sociedade brasileira através da sua integração. Notam-se, assim, movimentos culturais e artísticos de valorização de elementos do popular como fundamento mais genuíno da nacionalidade. Afinal,

A instabilidade política e econômica pré-JK, com índices de inflação beirando os 20% ao ano, greves gerais, instabilidade do exército, o suicídio de Getúlio Vargas, o “golpe” preventivo de Lott a fim de garantir a posse de JK, são vários os elementos que apontavam para uma necessidade de um projeto que estabilizasse a nação e a unisse em torno de um propósito em comum.<sup>86</sup>

O projeto de Juscelino, mais do que nacionalista – cuja apropriação conceitual por parte de movimentos fascistas ou radicais auxiliaram a estigmatizar a palavra – foi nacional desenvolvimentista. Uma diferenciação simples, mas que garantiu a congregação de forças em torno de um projeto estabilizador e unificador do povo brasileiro.

Traça-se, deste modo, um cenário no qual a população brasileira encontra-se em uma confluência de forças díspares em torno de um ideal nacionalista de desenvolvimento do país. Uma sociedade mais urbanizada, mais alfabetizada, com mais acesso a bens culturais e de consumo e, ao mesmo tempo, com novas demandas, novas exigências.

Raul Antelo, em seu *Literatura em revista* resume de maneira preciosa a maneira como queremos recuperar os acontecimentos do início do século XX, e, por isso, nos permitimos uma longa transcrição:

---

<sup>86</sup> FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 423.

Ponto pacífico da análise da história da República Velha: o Estado-Nação – isto é, o Estado liberal, Estado de classes – manifesta, ao longo de sua existência, os anseios de uma burguesia agrária e comercial, preocupada em desenvolver uma política exportadora de manufaturas. Como tal, não deixa de refletir certo deslocamento inerente à vida ideológica do país: o pensamento liberal, servindo de suporte de dominação às elites agrárias; ou, por outra, conteúdos oligárquicos exprimindo-se sob formas “democráticas”. Entretanto, a partir dos anos 30, a personalização do poder, a soberania do Estado tornando-se cada vez mais coercitiva sobre o conjunto da sociedade e a exigência de participação reivindicada pelas massas urbanas mudam o quadro da situação brasileira.

A configuração do Estado transforma-se conseqüentemente. Nenhum dos setores sociais reúne suficiente peso político como para deter a hegemonia em seu favor, e o Estado vai, aos poucos, esboçando-se como fruto de um pacto. Logo firma-se um *compromisso* entre os contendores: uma oligarquia rural em crise, mas suficientemente forte como para ainda reter as camadas médias nas suas malhas ideológicas; uma burguesia nacional essencialmente subalterna, tanto no social quanto no econômico, e, por último, as novas massas urbanas ensaiando sua porfia.

Nesse sentido, o Estado sente-se cada vez mais obrigado a atender a solicitações diversas: a busca de novos empregos nas grandes cidades, a tentativa de ampliar as chances de consumo e mesmo a participação nas tarefas políticas em quadros institucionais. Assim, esses novos setores começam a pressionar o aparato do Estado em diversos âmbitos, ora visando a própria incorporação ao sistema institucional, ora procurando inserir-se no regime político para sua transformação. Um novo esquema monta-se aos poucos. Esta estrutura institucional autoritária e quase corporativa, que se orienta, no político, por um nacionalismo antiliberal e antioligárquico, e, no econômico, por uma modernização industrial de cunho nacional, deitando suas bases no apoio majoritário de setores populares, embora declare um caráter policlassista, essa estrutura é o que, na falta de melhor rótulo, conhecemos como *sistema populista*.

[...] Este caráter contraditório alimenta a tensão entre aqueles elementos da antiga ordem que não desapareceram, pois ainda não foram superados na direção do Estado, e os que impelem a mudança sem contudo cristalizar uma nova situação. Sendo contraditória a configuração de classe que exerce pressões e

determina as expansões do Estado, não são menores as incoerências de gestão.<sup>87</sup>

Esse contexto se resume na confluência de uma era populista e nacional desenvolvimentista que trançou, em suas malhas, os mais contraditórios e díspares componentes sociais, culturais e históricos brasileiros, em uma ideologia difusa e dispersa, com um objetivo também difuso. Nesse momento, foi possível constatar uma aproximação bastante intensiva e produtiva entre o Estado e a cultura, ou melhor, nesse momento, política e cultura tornaram-se componentes indissolúveis de um mesmo processo. O de formação do Estado Nação moderno. No meio desse caminho, 1956.

1956

Os castelos

Quarto / D. Tareja

As NAÇÕES todas são mysterios.  
Cada uma é todo o mundo a sós.  
Ó mãe de reis e avó de impérios,  
Vella por nós!

Teu seio augusto amamentou  
Com bruta e natural certeza  
O que, imprevisto, Deus fadou.  
Por ele resa!

Dê tua prece outro destino  
A quem fadou o instinto teu!  
O homem que foi o teu menino  
Envelheceu.

Mas todo vivo é eterno infante  
Onde estás e não há o dia

---

<sup>87</sup> ANTELO, Raul. *Op. cit.*, p. 03. [Grifos do autor].

No antigo seio, vigilante,  
De novo o cria!

Fernando Pessoa, *Mensagem, primeira parte*,  
1934.

Em 1956, Pablo Picasso pinta *La danse*, óleo sobre tela, com 100 cm de altura e 81 cm de largura. Três anos mais tarde, a obra ganha as terras brasileiras, sob os auspícios de Raymundo Ottoni de Castro Maya, empresário e colecionador brasileiro, adquirida em leilão na capital francesa. Integrando o acervo do Museu da Chácara do Céu, no Rio de Janeiro, a obra foi roubada cinquenta anos mais tarde, em 2006, por um grupo armado, em um assalto que reuniu um conhecimento do mercado de arte – apenas as cinco obras mais valiosas do museu foram furtadas – e a audácia corajosa do planejamento de uma fuga que se valeu da passagem de um bloco de carnaval para escapar em meio da multidão. Irônica a agrura do destino, fez *a dança* perder-se no carnaval<sup>88</sup>.

A tela de Picasso é considerada um exemplar do período tardio da sua pintura, marcado sobretudo por uma *indefinição* de estilo. *A dança* se configura como um amálgama de diversos elementos característicos de fases anteriores, revalorizando o uso da cor e uma matriz expressionista. Comparada frequentemente pela crítica com a tela homônima de Henri Matisse, de 1909, *A dança* pode também ser lida como uma atualização que desativou a chave cubista de outro quadro de Picasso, *Les trois danseuses*, de 1925.

---

<sup>88</sup> Houve confronto entre os ladrões e os seguranças do museu, o que acabou por danificar a tela de Picasso. Um breve período após o furto, a Polícia Federal brasileira encontrou a moldura da tela queimada na favela de Santa Teresa, no Morro dos Prazeres. As obras furtadas foram: *Os dois balcões*, de Salvador Dalí. *A dança*, de Pablo Picasso, *Marine*, de Claude Monet, *Jardim de Luxemburgo*, de Henri Matisse e uma edição do livro *Toros*, com poemas de Pablo Neruda e ilustrações de Pablo Picasso. As peças, até hoje, não foram recuperadas. O único indício que se registrou das obras foi um leilão do *Jardim de Luxemburgo*, em um site russo, alguns meses após o furto. Com o valor de 13 milhões de dólares, o leilão durou 4 horas.



Figura 7: Henri Matisse, *la danse*, 1909. (260 cm x 391 cm).



Figura 8: Pablo Picasso, *Les trois danseuses*, 1925. (215,3 cm x 142,2 cm).



Figura 9: Pablo Picasso, *La danse*, 1956. (100 cm x 81 cm).

Nesses três acontecimentos temos em jogo diversos elementos. A partir da tela de Matisse, podemos, por exemplo, aludir ao caráter popular e folclórico da dança de roda, suposta inspiração do pintor francês<sup>89</sup>, transportada para a esfera *sagrada* da arte. No primeiro quadro de Picasso, podemos reconhecer a atuação dos movimentos modernistas das décadas de 1910 e 20, sobretudo do cubismo. Por fim, na *Dança* temos um certo estado de abandono desses movimentos, ou melhor, uma busca por uma atualização desses modernismos já em meados do século XX.

Essas aproximações pareceriam forçadas e descontextualizadas nesse trabalho se não fossem elas uma possível analogia da cena literária e cultural brasileira da década de 1950, ela também um confuso amálgama de diversos

---

<sup>89</sup> Acredita-se que Matisse elaborou seu quadro a partir da observação da *Sardana*, uma tradicional dança de roda catalã, acompanhada pela música do *Cobla*, um conjunto também catalão que reúne contrabaixo, tamborim, trompete, entre outros instrumentos.

elementos característicos de fases anteriores. Afinal, podemos ver um movimento análogo ao que Picasso realiza – a sua releitura de Matisse ao mesmo tempo em que desativa a chave cubista da própria obra – acontecer frequentemente na cena brasileira dos anos 1950. Análogos, pois, estão na esteira do movimento de Picasso, ou seja, representam, assim como na fase tardia do pintor, um momento de *indefinição* de estilos, de diferentes abordagens e relações com o passado e com a tradição, e, sobretudo, um momento de reavaliação, reatualização e reativação das forças dos modernismos do início do século XX.

Compunham, portanto, a *indefinida* e complexa cena de 1956 forças que, segundo Gonzalo Aguilar,

a explosão modernista que se produziu no Brasil durante os anos 1950 ainda conserva, cujos resultados mais importantes foram as Bienais Internacionais de São Paulo, a criação dos museus de arte moderna, o surgimento da Bossa Nova e a construção de Brasília. Na literatura, a consolidação das obras de João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, João Cabral de Melo Neto, dos poetas concretos e de Antonio Candido, entre outros, significou a conquista de uma elaborada e complexa linguagem criativa. Para além da megalomania brasileira, certamente poucos países puderam exibir, em meados do século XX, semelhante variedade e riqueza artística-cultural.<sup>90</sup>

Dentre os resultados, o crítico argentino lembra da I Exposição Nacional de Arte Concreta, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, realizada no ano de 1956. Mesmo ano em que Juscelino Kubitschek anunciaria a construção de Brasília, e Oscar Niemeyer assinaria o seu primeiro prédio na cidade, o palácio do Catetinho. Mesmo ano ainda da publicação de *Grande Sertão: Veredas e Corpo de Baile*, de João Guimarães Rosa; e da reunião do poema *O Rio* com poemas inéditos *Morte*

---

<sup>90</sup> AGUILAR, Gonzalo. *Op. Cit.*, p. 17 – 18.

*Vida Severina e Uma faca só lâmina*, em *Duas águas*, de João Cabral de Melo Neto.

Compondo ainda a variedade e a riqueza artística-cultural de 1956 temos a estreia<sup>91</sup>, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, de *Orfeu da Conceição*, de Vinícius de Moraes, com música de Tom Jobim e cenário de Niemeyer; a publicação do terceiro número de Noigandres, o primeiro com o subtítulo *poesia concreta*; o ingresso dos irmãos Campos e de Décio Pignatari na revista *Ad – arquitetura e decoração*. Ampliando mais o enfoque sobre o panorama cultural, temos ainda um 1956 que viu o lançamento dos *Contos esparsos*, *Contos esquecidos*, *Contos recolhidos*, *Contos avulsos*, *Contos sem data* e *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*, de Machado de Assis, com organização de Raimundo Magalhães Júnior. E viu também, sob direção de Francisco Assis Barbosa, a publicação de *O cemitério dos vivos*, *Diário Íntimo* e *Marginália*, de Lima Barreto.

Já no âmbito da imprensa brasileira, uma grande série de mudanças tornam o ano de 1956 um momento de virada no conceito e na atuação jornalística no país. Tais mudanças são simbolizadas, pela historiografia do período, na reforma do *Jornal do Brasil*, o JB. O processo de reforma do JB iniciou-se com a alteração do comando do periódico, em 1950. Com o falecimento de Pires do Rio e o afastamento do conde Pereira Carneiro, a administração do jornal fora inteiramente renovada, o que abriu caminho para novas ideias. A primeira delas foi a aquisição de novo maquinário gráfico, o que ampliou as possibilidades técnicas de impressão do jornal. A segunda, a mais significativa, foi a criação do Suplemento Dominical, em 1956. Concebido por Reinaldo Jardim, o SDJB resgatou uma antiga *expertise* do jornal: o debate e um maior espaço para a opinião. A terceira, a renovação da redação do jornal, com a incorporação de jovens jornalistas, oriundos das novas escolas

---

<sup>91</sup> *Orfeu da Conceição* foi escrito em 1954, e sua estreia em palco deu-se somente dois anos mais tarde.

de jornalismo que se formavam no país na década de 1940 e 1950. Assim, como bem observa Marieta de Moraes Ferreira,

o êxito da reforma do *Jornal do Brasil* é um indicador importante do significado das transformações que tiveram lugar na imprensa brasileira nos anos 50. O processo de desenvolvimento econômico, a afirmação dos valores democráticos e a efervescência cultural que impregnou os vários campos artísticos foram fatores fundamentais para estimular a transformação dos padrões da imprensa brasileira, propiciando alterações em diferentes periódicos e possibilitando o lançamento de novas publicações. No entanto, esse movimento de mudança, se falarmos em termos comparativos, alcançou maior profundidade e sucesso no *JB*. A explicação para esse desempenho deve-se à combinação de diferentes variáveis: a conjuntura histórica do período; a capacidade de decisão empresarial da direção para captar as demandas do seu tempo e apostar no novo; a boa condição financeira do jornal, que lhe permitia arcar com os custos do processo; a capacidade de atrair intelectuais e jovens jornalistas empenhados em criar e construir novas formas de trabalho jornalístico [...]. Foi essa modernização que preservou o *JB* dos grandes vendavais políticos dos anos 50, que afetaram de maneira profunda a trajetória da *Última hora*, da *Tribuna da Imprensa*, e do *Diário Carioca*, órgãos que também tiveram expressão no movimento das transformações da imprensa brasileira.<sup>92</sup>

Para além do desenvolvimento econômico e da efervescência cultural observados por Ferreira, outro fator que contribuiu sobremaneira para a transformação dos periódicos brasileiros durante a década de 1950 foi o abandono da tradição. A tradição de um jornalismo de combate, de crítica, de opinião, de forte influência francesa. O *modus operandi* da imprensa

---

<sup>92</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reforma do Jornal do Brasil*, 1996, p. 154 – 155. As transformações aportadas pelos jornais *Última Hora* (1951) e *Tribuna de Imprensa* (1949) citadas por Ferreira foram, sobretudo, a introdução de novas técnicas de apresentação gráfica e inovações na maneira de se fazer a cobertura jornalística, renovando a linguagem da imprensa brasileira do período. Já o *Diário Carioca* foi responsável por adotar uma equipe de copidesque na sua redação, o que o fez assumir um papel formador de novos jornalistas.

brasileira foi sendo gradativamente substituído pelo jornalismo que privilegiava a informação e a notícia e que visava uma separação entre o comentário pessoal, da transmissão objetiva e impessoal da informação, de origem norte-americana. O que se traduziu também em uma alteração na linguagem, que passou a ser mais direta e objetiva, e menos pessoal. Podemos ir além, e afirmar que a década de 1950 influenciou o acantonamento da crítica literária nas universidades, diminuindo-lhe o espaço na imprensa de maneira geral. Primeiro porque a literatura, a crítica, e a opinião perderam espaço nas páginas centrais dos jornais, e como bem observa Silviano Santiago, “o jornal criou semanalmente para o escritor e a literatura um lugar muito especial – o suplemento literário”, cuja lógica, ainda nas palavras do crítico é:

complemento é parte de um todo, o todo está incompleto se falta o complemento. Suplemento é algo que se acrescenta a um todo. Portanto sem o suplemento o todo continua completo. Ele apenas ficou privado de algo a mais. A literatura (contos, poemas, ensaio, crítica) passou a ser algo a mais que fortalece semanalmente os jornais, através de matérias de peso, imaginosas, opinativas, críticas, tentando motivar o leitor apressado dos dias de semana a preencher o lazer do *weekend* de maneira inteligente.<sup>93</sup>

Esse algo a mais também apareceu, em 1956, no suplemento Letras e Artes, do *Estado de Minas* e do *Suplemento Literário* do *Estado de S. Paulo*, o *Estadão*. Esse último, porém, ocorreu de maneira um pouco diversa dos demais suplementos do período. Convidado por Júlio de Mesquita Netto, Antonio Candido foi o responsável pela reformulação da seção cultural do *Estadão*. Ao aceitar o desafio, Candido optou por uma orientação que levava em conta as características culturais e intelectuais de São Paulo, que tinha o melhor polo universitário

---

<sup>93</sup> SANTIAGO, Silviano. *Apud*: ABREU, Alzira Alves de. *Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50*. 1996, p. 21.

do país. Houve, portanto, uma aproximação mais intensiva entre a crítica universitária e o *Suplemento Literário*, o que não acontecera nos suplementos cariocas.

Os suplementos foram, em resumo, um espaço de *indefinição* que acolheu as mais diversas linguagens, dos mais diversos intelectuais brasileiros. Contudo, os suplementos da década de 1950 também marcaram a perda gradual do espaço para a crítica, para a opinião, e a ascensão da informação, da notícia. A literatura, antes analisada e esquadrinhada, foi relegada a notas de divulgação dos novos lançamentos editoriais. Esse processo se acentuou ainda mais na década de 1960, com o advento da televisão.

Porém, além da literatura e sua crítica, há, nos suplementos da década de 1950, uma forte presença de temas históricos e regionais. As biografias de grandes escritores e de grandes personagens da história do Brasil ocupavam, como bem demonstra Alzira Alves de Abreu em seu estudo *Os suplementos literários*<sup>94</sup>, um papel significativo. Artigos e ensaios sobre acontecimentos políticos do passado eram frequentemente apresentados por historiadores, jornalistas e pensadores. Abreu recupera o estudo de Glaucia K. Villas Boas que mostra que, dos 872 títulos de ciências sociais existentes na Biblioteca Nacional, publicados entre 1945 e 1964, 303 eram de história do Brasil e sobre seus personagens. Villas Boas reforça também a constatação de Abreu de que a história política e os estudos biográficos são os mais frequentes e de maior destaque na produção historiográfica da década de 1950. Isso significa que a história que se fazia nos anos 1950 “estava centrada na descrição dos acontecimentos e nas biografias dos chamados ‘*grandes vultos*’ do passado colonial e imperial”.<sup>95</sup> Tiraremos daí conclusões futuras.

---

<sup>94</sup> *Op. cit.*, p. 13 – 59.

<sup>95</sup> *Idem*, p. 38. [Grifo nosso].

Com esse breve inventário, toma corpo a ideia de que o ano de 1956 configurou-se exemplar para percebermos como a cena literária e cultural das décadas de 1950 e 1960 era um verdadeiro amálgama de diversos elementos característicos de fases anteriores, revisitados, atualizados em diversas – não só em quantidade, mas também em variedade e qualidade – chaves de leituras que compunham uma cena vasta, complexa e, sobretudo, caleidoscópica. A historiografia e a crítica literária do período só conseguiram identificar os elementos que compunham esse amálgama com o devido distanciamento temporal. E esse mesmo amálgama criou, dentre outros tantos efeitos, esse que nos interessa em particular: a *Revista do Livro*.

Inserida no fogo cruzado entre as diversas leituras críticas que se armavam no período, a *Revista do Livro* vai oscilar e abrigar representantes de várias dessas forças em atuação a partir de 1956. A revista terá, como veremos, uma relação complexa com a tradição, ora pendendo para a composição monumental da literatura através dos seus *grandes vultos*, ora retornando à crítica literária do século XIX, dando destaque aos fatos literários, às biografias, ora abrindo suas páginas ao debate concretista. Enfim, nos 6 anos de atuação que compõem o corpus desta pesquisa, a revista não deixou um instante sequer de ser um retrato fiel de 1956: complexa, confusa, difusa, pantanosa.

Para analisar como a revista, na sua constituição caleidoscópica, é constituída de um projeto de adoção de uma história da literatura, apoiamo-nos novamente em Aguilar:

O réquiem que foi entoado pelas histórias da literatura não deveria ser muito compungido se não fosse pela seguinte ressalva: cada vez que se pensa nas relações entre literatura e história, os esquemas, os conceitos e mesmo os métodos daquelas histórias retornam como se um direito imemorial as assistisse. Os conceitos de ‘época’ e ‘culminância’, por exemplo, assim como a vinculação determinante da literatura com as formações nacionais, chegam até nós como se não houvesse outros instrumentos disponíveis. Diante dessas armadilhas do hábito, torna-se necessária a

atividade teórica para regular com mais precisão os diversos enfoques e para dominar – ao explicitá-los – a função dos valores. ‘A única coisa que um historiador da literatura pode fazer – diz Peter Bürger – consiste em preparar um argumento cujo prólogo seja, precisamente, a exposição de seus valores, porque a trama e os atores foram escolhidos de acordo com estes’.

Essa atividade teórica consistiria, principalmente, em uma *crítica* desses monumentos do século passado, essas histórias da literatura nas quais se colocava em jogo a nacionalidade, o progresso e, às vezes, a literatura.<sup>96</sup>

Exercendo a atividade teórica para não cairmos nas *armadilhas do hábito* às quais a própria *Revista do Livro* nos conduz, faremos a crítica com o intuito de reconhecer qual foi o *argumento* que a revista utilizou e como ela o construiu. Poderemos, assim, reconhecer os valores que definiram suas tramas e atores. Faremos, portanto, o esforço teórico de sair das tramas de 1956.

---

<sup>96</sup> AGUILAR, Gonzalo. *Op. cit.*, p. 335 – 336.

#### 4. Do nacionalismo cultural à culturalização da nação: conceitos

O projeto político, literário e cultural promulgado pela *Revista do Livro* mobiliza uma série significativa de conceituações complexas que surgem em diferentes momentos, com variações em suas significações e aplicações. Além dos conceitos metodológicos que adotamos nesta pesquisa – como arquivo, presente, contemporâneo – faz-se necessário apresentar particularidades de conceitos que a revista nos traz, como os de tradição, nacional, cultura. Discutiremos, ainda, neste capítulo, o conceito analítico do retrato, como ferramenta de leitura.

*Da tradição seletiva, ou da formação do cânone literário brasileiro*

*Eterno*

E como ficou chato ser moderno.  
Agora serei eterno.

.

*O enterrado vivo*

É sempre no passado aquele orgasmo,  
é sempre no presente aquele duplo,  
é sempre no futuro aquele pânico

Carlos Drummond de Andrade, *Fazendeiro do ar*,  
1954.

Ou ainda

Erro de português

Quando o português chegou  
Debaixo duma bruta chuva  
Vestiu o índio

Que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
O índio tinha despido  
O português

Oswald de Andrade, *poesias reunidas*, 1945.

Raymond Williams, em seu livro *Marxismo e Literatura*, observa que o conceito de tradição foi radicalmente negligenciado pelo pensamento cultural marxista, principalmente por tê-lo interpretado como uma sobrevivência, uma resistência do passado. Porém, o ensaísta britânico observa também que o “sentido incorporador da tradição é forte”<sup>97</sup>, afinal, a tradição é, na prática, uma evidente expressão de forças dominantes e hegemônicas.

E justamente por ser uma expressão de forças, toda tradição seria uma tradição *seletiva*. Essa seletividade é compreendida por Williams como uma operação intencionalmente seletiva – a ação de um arconte – de um passado modelador aplicado em um presente pré-modelado que determina e opera o processo de definição e identificação social e cultural: “num nível mais profundo, o sentido hegemônico na tradição é sempre o mais ativo: um processo deliberadamente seletivo que oferece uma ratificação histórica e cultural de uma ordem contemporânea”<sup>98</sup>, afinal, é a tradição que sustenta a continuidade dos processos identitários e de definição sociais e culturais.

Essa tradição *seletiva* aproxima-se, de certa monta, daquilo que Eric Hobsbawm<sup>99</sup> identificou como uma tradição *inventada*, referindo-se tanto às tradições que foram de fato inventadas, construídas, formalmente institucionalizadas, quanto às tradições que surgiram de maneira mais imprecisa, menos “localizáveis” no passado. O historiador britânico define

---

<sup>97</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. 1979, p. 188.

<sup>98</sup> Idem, p. 119.

<sup>99</sup> HOBBSAWM, Eric. *L'invention de la tradition*. 2006.

a tradição como um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que perduram, transmitem determinados valores e normas através da repetição de uma prática passada. Dentre essas práticas, o autor aponta a existência das que foram inventadas, pois estabelecem uma relação artificial, uma relação propositalmente construída com o passado.

Ao diferenciar as tradições dos costumes, Hobsbawm inscreve a primeira, a tradição, na esfera do ritual, do simbólico e o segundo, o costume, na ordem do social, da vida prática. Essa diferença opera também no nível da permanência e da resistência. Enquanto o costume é mais adaptável, mais maleável em relação às novas configurações do presente, a tradição mostra-se sempre mais resistente, mais imutável. Por consequência, o costume transforma-se ao longo do tempo até deixar de ser aquele que lhe deu origem. Já a tradição resiste ao longo do tempo, até ser rompida e suplantada por outra. Raymond Williams, porém, opera com essas questões a partir de uma pequena distinção: o caráter seletivo da tradição. O teórico lembra que essa, a tradição *seletiva*, configura-se como uma expressão de forças atuantes em um determinado presente, simbólico ou não. Enquanto seleção, ela pode também ser inventada, pois ao selecionar os fatos do passado que serão modelos para um presente / futuro, pode-se inventar uma nova leitura. Porém, a tradição *seletiva*, enquanto resultado de uma expressão de forças, é definida *a posteriori*, enquanto a tradição *inventada* é definida no momento mesmo de sua invenção.

Cotejando as duas abordagens da ideia de tradição, podemos nos aproximar do movimento executado pela *Revista do Livro*. A tradição que é promulgada pela revista, como veremos através da análise dos editoriais e das seções *Arquivo* e *Vária*, na próxima parte deste trabalho, é, ao mesmo tempo, uma seleção de um passado modelo, e uma invenção, uma construção, ou ainda, uma atualização desse passado. Ou seja, a revista assume seu papel de arconte ao definir qual é o arquivo originário da Literatura Nacional brasileira.

Essa operação *seletiva* e não *inventiva* de um passado específico que configuraria um presente ainda mais específico é executada pela *Revista do Livro* através da seleção dos textos, dos *valores* que ela quer recuperar e *preservar* no passado brasileiro, produzindo reflexos no presente brasileiro, a fim de modelar, projetar um futuro para a construção da identidade nacional. Isso significa, sobretudo, que a revista age – através dos princípios econômicos e eco-nômicos – selecionando, dentre as forças que atuam em seu presente, as que a auxiliam na invenção de um passado específico para lançar as bases da Literatura Nacional.

E nesse jogo de forças, o peso de uma instituição é fundamental no estabelecimento da seleção. Por instituição adotamos os sentidos dicionarizados de "cada um dos costumes ou estruturas sociais estabelecidas por lei ou consuetudinariamente, que vigoram num determinado Estado ou povo" e de "organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos que visa atender a uma necessidade de dada sociedade ou comunidade mundial"<sup>100</sup>.

Essas duas concepções já nos auxiliam a "dar conta" da nossa compreensão do termo instituição, podendo ser entendidas como estruturas sociais – aqui a instituição se liga fortemente à tradição – ou como organismos públicos ou privados. Podemos notar que, em ambos os sentidos, a função nomológica é o que rege a instituição, eis o motivo pelo qual Williams atribui à tradição uma força de estabelecimento, uma força de lei. Periódicos institucionais trabalham frequentemente com as noções de hegemonia e tradição, as quais determinam, em geral, o uso e a leitura possíveis para esses arquivos que eles constituem e selecionam.

Podemos antever, nessa leitura, que a *Revista do Livro* se constituiu como um arconte que seleciona práticas-modelo do seu passado para inventar uma tradição específica cujos efeitos a revista quer aplicar no presente com intuito de projetar um

---

<sup>100</sup> De acordo com o Dicionário Eletrônico Houaiss.

futuro. Nesse gesto existe uma força didática, um desejo de ensinar, direcionar, tentar impor a historiografia correta da literatura brasileira. E nesse gesto existe também um desejo de interferir no processo de formação em curso nos anos de 1950, o de afirmação da nação.

Porém, não foi a *Revista do Livro* o único grupo / instituição a inventar uma tradição específica na cena brasileira dos anos de 1950. Silviano Santiago, em *A permanência do discurso da tradição no modernismo*, observa a existência de uma tradição inventada ao lidarmos com a ideia de tradição no Brasil, já desde o modernismo, mas, sobretudo, influenciada pela chave concretista:

Estamos mais acostumados a encarar o modernismo dentro da tradição da ruptura, para usar a expressão de Octavio Paz, ou dentro da estética do *make-it-new*, de Pound, ou ainda da tradição do novo, de Rosenberg, e assim no infinito. A nossa formação esteve sempre configurada por uma estética da ruptura, da quebra, por uma destruição consciente dos valores do passado. [...] esse tipo de estética – da ruptura, do desvio, da ironia e do sorriso, da transgressão dos valores do passado – é que tem o direito de cidadania, por assim dizer, na revalorização dadaísta por que passou o modernismo desde 1922 [cinquenta anos da Semana de 1922].<sup>101</sup>

Contaminada pela recusa do passado brasileiro levada a cabo pelos concretistas, produziu-se, na crítica brasileira dos anos 1970 e 1980, a tradição inventada (ou a revalorização dadaísta) de lidar com o modernismo a partir da tradição da ruptura, como se o modernismo de 1922 rompesse com todo o passado brasileiro até então. Foi o concretismo, com o seu *make-it new* poundiano, que inventou a tradição que nos condicionou a pensar o modernismo na estética da ruptura, do novo pelo

---

<sup>101</sup> SANTIAGO, Silviano. *A permanência do discurso da tradição no modernismo*. In: Nas malhas da letra, 1989, p. 94.

novo. No amálgama de 1956, percebe-se então quais as forças que se mantiveram ativas nos anos seguintes, selecionando e inventando tradições, e também quais forças foram derrotadas.

Santiago, em contraponto à leitura concretista da tábula rasa, aponta para uma permanência sintomática da tradição dentro do moderno e do modernismo:

O discurso da tradição foi ativado pelos primeiros modernistas, e logo no início do movimento. Desde 1924, com a viagem a Minas feita pelos modernistas de São Paulo, ciceroneando Blaise Cendrars. [...] A viagem marca uma data, momento importante para discutir a emergência, não só do passado pátrio (mineiro, barroco, etc.), mas do passado enquanto propiciador de uma manifestação estética primitiva (ou *naïve*). Foi Brito Broca, em artigo de 1952, quem chamou atenção para a contradição entre o futuro e o passado em 1924.<sup>102</sup>

Não só um passado pátrio, mas também um passado propiciador de uma manifestação estética. No lugar do *make-it new* concretista, o modernismo brasileiro de 1922 também comportou uma relação seletiva com o passado. Não bastasse, foi Brito Broca o primeiro a chamar a atenção para essa relação entre o futuro e o passado. O mesmo Brito Broca que compõe essa força “derrotada” que foi a *Revista do Livro*.

Recuperando uma crônica de Mário de Andrade, escrita logo após a viagem modernista para o interior mineiro em 1924, Santiago nota:

Tarsila, diante de Ouro Preto, diz que quer voltar a Paris, mas não quer voltar a Paris para saber da última moda. Quer voltar para aprender a *restaurar* quadros. Tarsila já enxerga Paris como o lugar não mais para o *dernier cri*, mas o lugar onde poderia adquirir um saber que proporcionasse a restauração do passado colonial brasileiro, infelizmente em estado lastimável. Eis a passagem: “Mas, voltando ao assunto, que maravilha caída do céu

---

<sup>102</sup> *Idem*, p. 97.

a nossa Tarsila! Tomou-a agora um fogo sagrado.... Os olhos brilham. A voz firmou-se enérgica, verdadeira. Que é de Paris? Que é do Cubismo? – Não, Malazarte. Volto a Paris, mas para me aperfeiçoar ainda mais nos processos de restauração de pinturas. Depois venho para Minas. É preciso *conservar* (o grifo é nosso) tantos tesouros”. [...] Bastante significativa é essa pequena passagem porque está em germe aí um dos grandes projetos “conservacionistas” dos modernistas: aproximam-se do Ministério da Educação e Saúde na década de 30 para a criação do SPHAN, Mário de Andrade à frente.<sup>103</sup> [p.105-106].

Estava ali já, nessa relação de recuperação seletiva do passado brasileiro, o germe dos grandes projetos conservacionistas modernistas, na esteira dos quais se inscreve a *Revista do Livro*, um projeto modernista atualizado na década de 1950. Ou melhor, a *Revista do Livro* recupera, como veremos na próxima parte desta tese, a *tradição* modernista de lidar com a *tradição*: não a ruptura (que é a tradição concretista de lidar com a tradição modernista), e sim a atualização do passado, transformando-o em modelo para um presente, a fim de projetar um futuro para a nação. Essa filiação aparece na figura de Mário de Andrade, que reverbera diversas vezes na revista. Reverbera como intelectual, citado nos editoriais e nos ensaios. Reverbera como autor. E, não menos sintomático, o único texto de Mário de Andrade que a *Revista do Livro* publica é justamente a opereta Pedro Malazarte, o mesmo Malazarte que assina a crônica da viagem à Minas de 1924.

Essa relação conturbada com a leitura concretista do modernismo nos auxilia a compreender, por exemplo, a ausência completa de Oswald de Andrade nas páginas da revista. O concretismo recuperou Oswald valorizando seu *savoir-faire* da paródia, da tradição da ruptura, e ignorou sua relação com o passado. Cooptado pelos concretistas, em discórdia com Mário, Oswald fica de fora do projeto da revista.

---

<sup>103</sup> *Idem*, p. 105 – 106.

Essa disputa de forças também nos auxilia a compreender porque precisamos, hoje, em 2015, fazer um levantamento biobibliográfico dos autores da *Revista do Livro* para apresentá-los – mesmo para leitores especializados – ao mesmo tempo em que podemos citar os irmãos Campos sem nem apontar os seus primeiros nomes. Auxilia-nos a entender porque precisaríamos desembolsar 550,00 reais por uma edição do *Galáxias*, ou os mesmos 550 reais por 27 volumes da *Revista do Livro*.

Isso porque,

enquanto legado, a história é bastante cruel, porque ela é narrada sempre do ponto de vista dos grupos que aparecem e não dos grupos que permanecem. A gente conta a história do modernismo a partir do surgimento dos grupos, a geração de 22, depois a geração de 30, depois a geração de 45, mas em 45 Drummond ainda está escrevendo. Se você lê numa história da literatura sobre 45, o que que ela está nos falando? Está falando de João Cabral de Melo Neto, de Ledo Ivo, etc. Se você passa para 58, 59, 60, são os concretos. Isso não quer dizer que durante o período concreto Murilo Mendes não estivesse escrevendo. O que existe num momento em que a gente faz uma reflexão mais ampla sobre a história da literatura é que, se você faz um recorte histórico preciso, o que existe é uma coexistência de muitas coisas: a produção de um modernista como Drummond, a de uma geração 45 como Ledo Ivo; existe ainda a coexistência dos concretos – o Augusto acaba de publicar ‘Pós-tudo’, que nada mais é do que dar continuidade à experiência do concreto.<sup>104</sup>

Não é, então, que a *Revista do Livro* veio ao mundo natimorta, seu erro foi vir ao mundo justamente em dezembro de 1956, debaixo duma bruta chuva, enquanto a I Exposição Nacional de Arte Concreta começara em novembro. Que pena. Fosse uma manhã de sol...

---

<sup>104</sup> *Idem*, p. 123.

## *Da ideia de nação*

Entre a *seletividade* de Williams e a *inventividade* de Hobsbawm situa-se a *imaginação* de Benedict Anderson. Se a tradição *seletiva*, enquanto resultado de uma expressão de forças, é definida *a posteriori* e se a tradição *inventada* é definida no próprio momento de sua invenção, a tradição *imaginada* perfila-se entre as duas atuações, definindo uma tradição, selecionando invenções. Ou melhor, a seleção age na esfera da produção de uma leitura específica de um passado pré-existente. A invenção age na esfera da criação de uma tradição com um propósito definido. E a imaginação atua na constituição de uma tradição que faça sentido para a “alma”, ou seja, que se constitua como objeto de desejo, de projeções modeladas no presente, a partir de um passado, com o intuito de construir um futuro determinado. Ou ainda, a relação que a *Revista do Livro* estabelece com a historiografia literária é a de *imaginar* uma tradição literária brasileira, ora *selecionando*, ora *inventando* fatos literários a fim de, no seu projeto, construir um ideal de nação.

Em *Comunidades imaginadas*, Benedict Anderson nos mostra que, ao contrário da leitura marxista que entende a política como exercício exclusivo dos mandatários e poderosos, o nacionalismo possui uma legitimidade nacional profunda; pautada “pela ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma *seleção*, com frequência consistente”.<sup>105</sup>

A construção de uma naturalidade na relação com o passado passa também por uma compreensão evolutiva da história, como se o presente fosse uma consequência lógica do passado, e o futuro um caminho natural a ser perseguido, se

---

<sup>105</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Imaginar é difícil (porém necessário)*, 2008, p. 10. [Grifo nosso].

*selecionarmos o bom* passado como modelo. É essa seleção que a *Revista do Livro* opera ao nos apresentar – através dos seus editoriais, suas escolhas, enfim, do seu papel de arconte – um ideal de nação que se circunscreve de maneira específica em meio a diversos movimentos nacionalistas brasileiros em voga nos anos de 1950.

Anderson observa que os primeiros movimentos nacionalistas europeus são oriundos dos ideais iluministas e ganham fôlego com a Revolução Francesa, ao minarem a legitimidade dos princípios dinásticos e da ordem divina. Nesse momento, as nações passam a ser imaginadas como “comunidades na medida em que, independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um ‘nós’ coletivo, irmanando relações em tudo distintas”.<sup>106</sup>

Ao abolir as dinastias e a ordem divina, os ideais iluministas alteraram também as divisões temporais claras na historiografia de um país, outrora organizada a partir dos reinados e das regências. As histórias nacionais deixaram de ser construídas a partir das histórias dos reis e jogaram para a esfera do mito o passado e os momentos de fundação nacional.

Nesse cenário, o Brasil entra de viés, afinal, ainda que tenha sido *fundado* sob um regime monárquico, os ideais iluministas já produziam reflexos no país, deslocando o seu passado para a esfera do mito. A literatura entra nesse jogo como um meio ideal para representar o tipo de comunidade imaginada que corresponde com essa proposta de nação. Esse é o caso, por exemplo, do romantismo brasileiro, que constrói o povo brasileiro<sup>107</sup> como a miscelânea entre o europeu colonizador e o

---

<sup>106</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>107</sup> Fazemos referência a Ana Beatriz Barel que, em *Folhetins, romances, revistas: identidade nacional na imprensa, na literatura e na política do Império do Brasil (1836-1872)*, argumenta que para o movimento romântico brasileiro o povo era um conceito abstrato, artificial que dava suporte à ideia de nação que os românticos queriam imaginar.

bom selvagem indígena – mais precisamente o bom selvagem tupi – ignorando toda a massa oriunda do regime escravocrata que formava o verdadeiro Brasil, social, econômica e culturalmente<sup>108</sup>.

Imagina-se, então, uma sociedade brasileira a partir da seleção de componentes sociais e culturais que se quer valorizar e esquecendo-se daqueles que se quer ignorar<sup>109</sup>. É nessa esteira que Anderson ensaia definir a nação como uma comunidade imaginada “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”.<sup>110</sup>

Nesse ponto que encontramos a *Revista do Livro*, que assume para si a tarefa de imaginar essa imagem viva que comunga o povo brasileiro. E essa imaginação se dará através da invenção seletiva de uma tradição brasileira. Assim, a revista se inscreve na cena literária brasileira de 1956, com a sua proposta

---

<sup>108</sup> Gostaríamos de ampliar a discussão dos movimentos nacionalistas brasileiros a fim de perceber em que medida a *Revista do Livro* se inscreve nessa cena mais complexa da formação do imaginário nacional. Contudo, essa discussão desvirtuaria a busca pela hipótese desta pesquisa, cujo foco recai mais fortemente sobre o papel da *Revista do Livro* na busca pela formação da literatura brasileira e não na discussão do Brasil enquanto nação. A ideia de nação aparece na revista como aquilo que está circunscrito às fronteiras nacionais. Para além dessas fronteiras, não estariam outros países, e sim o universal. Ou seja, é a imagem literária e cultural que comunga a comunidade brasileira em contraponto com a imagem que comunga a literatura e a cultura universal. Tomamos a liberdade de indicar outros trabalhos que nos dão suporte no estudo dos movimentos nacionalistas, como o de Caio Navarro de Toledo, *ISEB: fábrica de ideologias*, ou ainda Carlos Guilherme Mota, *Ideologia de cultura brasileira*. Para conceituação geral das ideias de nação e nacionalismo, ver, dentre outros, Eric Hobsbawm em *Nações e nacionalismo desde 1780*.

<sup>109</sup> Ernest Renan, em *Qu'est-ce qu'une nation?*, lembra que « l'essence d'une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses ». In : *œuvres complètes*, 1961, p. 892. [A essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muita coisa em comum, e também que todos tenham se esquecido de muita coisa. Trad. Nossa].

<sup>110</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. 2008, p. 32.

de cunhar a imagem que congrega a nação. Para a revista, o elemento agregador do povo brasileiro é a sua Cultura.

### *A literatura é cultura?*

Terry Eagleton, em *A ideia de cultura*, traça as diferentes compreensões históricas para o conceito, partindo de três sentidos modernos para a palavra, com base em suas raízes etimológicas, sendo o primeiro algo ligado à civilidade, o segundo à civilização e o terceiro ao refinamento intelectual<sup>111</sup>. Na primeira instância, a ideia de cultura está muito ligada às boas maneiras, ao bom comportamento. Na segunda, a ideia se amplia para o conceito de civilização, aproximando-se daquilo que Alfredo Bosi, em *Dialética da colonização*, define como um conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que são transmitidos geracionalmente a fim de garantir a perpetuação de um estado de coexistência social<sup>112</sup>. A terceira estância moderna da definição de cultura, a do refinamento intelectual, está intimamente ligada com ideias de alta cultura, de Cultura, como C maiúsculo, como possibilidade de distinção social pelo domínio e apreciação das práticas, técnicas, símbolos e valores considerados exemplares.

Grosso modo, temos duas maneiras bastante distintas de se pensar a cultura nos estudos antropológicos, literários, culturais, sociais. Em um viés mais democrático, a cultura é pensada como um conjunto de aspectos peculiares à vida intelectual, artística, moral e material de uma época, região, país ou sociedade. Nesse viés, um cidadão brasileiro se define como brasileiro se, nascido em território nacional, partilhar das experiências, conhecimentos, práticas comuns àqueles que habitam o mesmo espaço, na mesma época. Entende-se, nesse caso, a cultura brasileira como um amálgama de diversas

---

<sup>111</sup> EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*, 2005, p. 19.

<sup>112</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*, 1992, p. 16.

práticas, valores típicos da sociedade brasileira. Porém, em um viés mais elitista, a cultura pode ser entendida a partir da distinção entre a alta e a baixa cultura. A baixa cultura está intimamente ligada à massa, ao popular, ao populacho, enquanto a alta cultura é o letramento, o domínio de práticas, valores, símbolos do refinamento intelectual. Essa distinção produziu reflexos na definição de diversos elementos da sociedade. Temos, assim, a alta costura, a alta gastronomia, as belas artes, em contraponto com a costura, a alimentação, a arte popular<sup>113</sup>.

Nessa discussão, a *Revista do Livro* marca fortemente sua posição, a partir dos seus editoriais. José Renato Santos Pereira, no editorial de abertura do primeiro número da revista, defende a promoção nacional da cultura e o papel da *Revista do Livro* na culturalização da nação:

acreditamos orgulhosamente na cultura nacional, em sua presença pujante e em suas possibilidades concretas. Governo e intelectualidade devem unir-se no sentido de impulsionar o processo civilizador da nação jovem e palpitante de perspectivas imediatas. [...]

Também estamos convencidos da necessidade de serem incorporados à nossa cultura milhões e milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever, primeiro passo para que a cultura no Brasil possa apoiar-se em sólidas e amplas bases de instrução pública e o país atinja a plenitude de sua independência política e econômica.<sup>114</sup>

É importante notar que Pereira não fala da cultura em sua acepção mais universalista e democrática como a antropologia atual, grosso modo, a propõe, e sim se refere à cultura letrada, à produção intelectual brasileira. O processo civilizador pode ser pensado por esse viés. A revista não tem por objetivo direto alfabetizar a população ribeirinha do interior do Acre, por exemplo, mas tem como projeto apoiar a educação da nação nos

---

<sup>113</sup> O que se distingue também da ideia do pop, ligado à massa.

<sup>114</sup> PEREIRA, José Renato Santos. *Depoimento*. 1956, p. 03-04.

moldes da boa e alta cultura brasileira. A estratégia de Pereira, em seu depoimento, é chamar a intelectualidade para o projeto de pensar e formar essa nação jovem e palpitante chamada Brasil, é fazer com que a intelectualidade nacional abrace o projeto político, literário e cultural promulgado pela *Revista do Livro*.

Podemos verificar que é o conceito de alta cultura o apresentado pelo diretor do Instituto Nacional do Livro, ao afirmar que “acredita orgulhosamente na cultura nacional”, ao falar do processo civilizador que cabe tanto ao Governo quanto à Intelectualidade. Ou seja, é função do Estado e da Intelectualidade promover a cultura nacional, e aqui podemos ler Cultura Nacional, com maiúsculas, para erradicar o analfabetismo – elemento de aculturação – e civilizar a massa jovem brasileira.

Nesse processo de civilizar a massa nacional, da relação entre cultura e nacional, Terry Eagleton, em seu livro *A ideia de Cultura*, aponta que

é com nacionalistas românticos como Herder e Fichte que aflora pela primeira vez a ideia de uma cultura étnica distinta, com direitos políticos simplesmente em virtude dessa peculiaridade étnica; e a cultura é vital para o nacionalismo de maneira que, digamos, a luta de classes, os direitos civis ou o combate à fome não chegam a sê-lo. Segundo certa perspectiva, nacionalismo é aquilo que adapta vínculos primordiais a complexidades modernas. À medida que a nação pré-moderna dá lugar ao Estado-Nação moderno, a estrutura de papéis tradicionais já não pode manter a sociedade unida, e é a cultura, no sentido de ter em comum uma linguagem, herança, sistema educacional, valores compartilhados etc., que intervém como princípio de unidade social.<sup>115</sup>

Ou seja, podemos verificar que é em sua proposta de civilizar através da cultura nacional que a *Revista do Livro* se

---

<sup>115</sup> EAGLETON, Terry. *Op. cit.*, 42.

estrutura e podemos ler, através dessa proposta, uma tentativa de promover o Estado-Nação, de promover a integração nacional através da nacionalização da cultura, ou da culturalização da nação. A promoção da cultura nacional visaria, portanto, a uma política estatal de unificação nacional, de promoção da nação, de *imaginação* de uma imagem que congregasse a nação.

Assim, lança-se a revista como órgão oficial do Instituto Nacional do Livro a fim de integrar um projeto mais amplo que visa valorizar a cultura nacional, civilizar jovens, culturalizar milhões e milhões de analfabetos, criar sólidas bases de instrução política para fundamentar a cultura brasileira para os brasileiros em busca da afirmação da independência política e econômica. Ou seja, é o Estado-Nação tentando promover a cultura de modo a manter unida a sociedade em prol de um projeto político nacional. Eagleton, em seu já citado livro, analisando os diversos imbricamentos a partir de algumas noções de cultura, nota que a relação entre cultura e poder é muito próxima, afinal,

nenhum poder político pode se manter satisfatoriamente por meio de pura e simples coerção. Ele perderá credibilidade ideológica demais e, assim, mostrar-se-á perigosamente vulnerável em tempos de crise. Porém, a fim de assegurar o consentimento daqueles que governa, precisa conhecê-los mais intimamente do que sob a forma de um conjunto de gráficos ou tabelas estatísticas. Já que a verdadeira autoridade envolve a internalização da lei, é na própria subjetividade humana, em toda a sua aparente liberdade e privacidade, que o poder procura se incutir. [...] e nenhuma forma cognitiva é mais apta em mapear as complexidades do coração do que a cultura artística. É assim que, no transcórre do século XIX, o romance realista se torna uma fonte de conhecimento social incomparavelmente mais vívida e complexa do que qualquer sociologia positivista. A alta cultura não é uma conspiração da classe dirigente; se ela por vezes cumpre essa função cognitiva, também pode, às vezes, frustrá-la. Todavia, obras de arte que parecem as mais inocentes no que diz respeito

ao poder, na sua perseverante atenção aos impulsos do coração, podem servir ao poder precisamente por essa razão.<sup>116</sup>

Ou seja, é através do domínio da cultura dos dominados que um poder político pode agir no controle social. É justamente essa a intenção que existe por trás da censura em tempos ditatoriais: controlar e cercear a cultura. Aqui recuperamos o que Renato Cordeiro Gomes, em seu texto “Intelectuais e a cidade das letras”, do livro *O papel do intelectual hoje*, fala sobre governo e ficção: “não se pode governar sem ficção, não se governa também por pura coerção, é necessário ter crenças para se governar e um dos papéis do Estado é fazer crer. É nesse contexto que entra o escritor”<sup>117</sup>.

Assim, a revista propõe um combate à fragmentação moderna em uma proposta de politizar a cultura nacional com intuito de promover o Brasil entre os brasileiros e também promover o Brasil “para fora”; afinal, como podemos perceber no depoimento de Pereira, citado anteriormente, a cultura nacional se ligaria ao pensamento universal. Não é mera coincidência que o depoimento no primeiro número da revista venha justamente na edição que comemora o “maior escritor brasileiro”, Machado de Assis, como veremos na próxima parte dessa tese. O que observamos, enfim, é que a *Revista do Livro* possui um projeto de promoção da Cultura Nacional e que esse projeto exerceu alguma influência – positiva ou negativa, grande ou pequena – na produção intelectual brasileira, tanto no âmbito da literatura quanto no da crítica literária durante o seu período de atuação e publicação. Ou seja, a revista se inseriu na cena literária, também pelo viés da negação ao seu conservadorismo. Um dos exemplos de reverberação do seu projeto é a retomada da sua publicação, em 2002, pelo Departamento Nacional do

---

<sup>116</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>117</sup> Gomes. “Intelectuais e a cidade das letras”. In: Margato, I, Gomes, R. C. (org.) *O papel do intelectual hoje*, p. 125.

Livro, da Fundação Biblioteca Nacional, cujo primeiro volume (desta fase) se apresenta como:

o presente volume representa a retomada do que foi um dos projetos editoriais mais bem-sucedidos na área do antigo Ministério da Educação e Cultura. Demos-lhe o número 44 para expressar uma proposta de continuidade. Estampamos na capa a mesma foto – um Machado de Assis jovem, de barba gloriosamente inculca – que figurou na capa do primeiro número, antes de executado o elegante projeto gráfico de Tomás Santa Rosa Jr., a partir do número 2, que se tornaria marca registrada da publicação. A nova *Revista do Livro* pretende ser fiel ao padrão de qualidade de sua primeira fase. Algumas mudanças de forma e conteúdo se fizeram necessárias para adaptá-la à realidade de nosso tempo. Mantivemos o mesmo formato, mas a concepção gráfica mudou. Tornou-se, também, menos “literária” em relação ao seu paradigma. A extraordinária expansão do mercado editorial brasileiro nas três últimas décadas não poderia deixar de refletir numa publicação que trata de livros como a nossa. Abrimos espaço, da mesma forma, para a ciência da informação, levando em conta a importância cada vez maior que as bibliotecas públicas assumem na nossa sociedade. A produção acadêmica brasileira, que aumentou em quantidade e qualidade, estará também mais representada na atual *Revista do Livro*.<sup>118</sup>

A retomada do projeto da revista significa também a retomada de um projeto de cultura nacional, tributário ao anterior. Menos literária, afinal a literatura já perdeu a sua majestade há tempos<sup>119</sup>, mas com o mesmo paradigma. Atando as pontas, de 1956 a 2002, o retrato.

### *Do retrato*

---

<sup>118</sup> “Editorial”. In: *Revista do Livro*, n.º 44, 2002, p. 3.

<sup>119</sup> João Adolfo Hansen, em sua fala para *Pra falar das flores*, afirma categoricamente “que até o fim da década de 1960 era a literatura que dava o tom da cultura, num pingue-pongue dos críticos profissionais que ainda existiam e escreviam na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro”, p. 71.

Com o advento de novas técnicas de prensa e de reprodução, o século XIX marcou, para as revistas e jornais, a primeira guinada em direção à diminuição do espaço do texto em relação ao da imagem. A diminuição dos custos e dos empecilhos técnicos permitiu uma maior reprodutibilidade dos periódicos, criou novas maneiras de edição, circulação, tiragem e ampliou as possibilidades técnicas de exploração e uso da imagem nas páginas dos periódicos. No Brasil, foi a partir da segunda metade do século XIX que as revistas ilustradas galgaram novos horizontes, sobretudo com o engajamento de artistas famosos em apoio a movimentos políticos e sociais marcantes do período. O exemplo mais corrente é a *Revista ilustrada*, publicada entre 1843 e 1891, do caricaturista e jornalista Ângelo Agostini, que teve uma participação significativa no combate à escravatura<sup>120</sup>.

O que marca a transição do século XX ao XXI é um feroz detrimento do espaço do texto em relação ao da imagem. Podemos pensar, como provocação, que no final do século XIX, a imagem aparecia como apoio ao texto, como ilustração; enquanto no final do século XX, a imagem é o texto, e o texto é só legenda. Teríamos aí, grosso modo, duas maneiras de agir da imagem. A primeira delas é a imagem enquanto o próprio texto, ou seja, ela substitui o texto, relegando-o à condição de legenda. Como legenda, o texto é dispensável, pois a imagem poderia falar por si só.

Já a outra maneira de agir da imagem é a imagem funcionando como suporte, apoio, ou ainda como *ilustração*. Enquanto apoio ao texto, a imagem pode ilustrá-lo com diversos efeitos. Ela pode enfeitar com figura ou estampa (ilustrar um livro infantil com desenhos da história, por exemplo); ou ainda,

---

<sup>120</sup> Fazemos referência, para aprofundamento da questão, ao trabalho de Herman Lima, *História da caricatura no Brasil*, em quatro volumes, publicada em 1963, pela editora José Olympio. O tema também foi abordado por Everardo Ramos, em *Origens da imprensa ilustrada brasileira*, republicado pela revista Escritos, da Fundação Casa de Rui Barbosa, nº 3, de 2009.

servir como exemplo, demonstrar (o gráfico que *ilustra* o número de artigos por seções na página 37 deste trabalho, por exemplo). Mas a imagem pode servir ao texto produzindo efeitos de leitura, ou seja, transmitindo conhecimentos, ou mesmo tornando-o ilustre, ou melhor ajudando-o a ilustrar algum assunto, tópico, tema.

A *Revista do Livro* se vale da imagem, a partir dessa sua segunda função. As imagens que a revista circula são ou fac-símiles de textos reproduzidos nas seções *Inéditos* ou *Arquivo* – e disso tiraremos mais conclusões adiante – ou *retratos* que *ilustram* textos sobre autores brasileiros, como o próprio Machado de Assis na capa do seu primeiro número.

Na esteira dessa discussão, se recuperarmos o trabalho do crítico Enrico Castelnuovo<sup>121</sup>, perceberemos que o debate em torno do retrato sempre foi balizado pelo artifício ou a naturalidade, pela singularidade ou o tipo social, ou mais, pela idealização do retratado ou a ênfase nos seus aspectos mais naturalistas. Castelnuovo observa ainda que esse debate é sempre acompanhado por duas perguntas definidoras: “quem é digno de ser retratado, e como deve sê-lo?”. Ainda que simples, tais perguntas guardam em si um toda a problemática que perpassa as discussões históricas acerca do retrato. Gian Paolo Lomazzo, por exemplo, lamenta que “a arte de pintar ao natural” tenha se difundido de tal modo que “perdeu quase toda a dignidade”. Afinal, para o retratista italiano é preciso que o retrato tenha majestade e uma aparência que “inspire nobreza e gravidade, mesmo que assim não fossem”<sup>122</sup>. Caberia ao pintor o retoque, a dissimulação dos defeitos da natureza. Para os seguidores daquilo que podemos chamar de vertente singularista, ou ainda, singularizante, o bom retrato seria aquele capaz de cobrir os defeitos do modelo, além de conferir-lhe uma

---

<sup>121</sup> CASTELNUOVO. Enrico. *Retrato e sociedade na arte italiana*. 2006. Agradecemos a referência a Victor da Rosa, em sua tese *Salão de poses: retrato, fotografia e moda em Machado de Assis*, 2015.

<sup>122</sup> *Idem*, p. 16.

aura que o distanciasse do vulgar, ou melhor, o bom retrato seria aquele capaz de *ilustrar* seu modelo, não somente de desenhá-lo, mas sobretudo capaz de torná-lo ilustre.

Oriunda etimologicamente do italiano dos 1600, a palavra retrato em português possui duas acepções mais correntes. Retrato como substantivação do verbo retratar, ato de retratar(-se), corrigir-se, retirar o que foi dito, desdizer-se. Ou retrato como substantivação do verbo retratar, reproduzir, desenhar, fazer retrato de uma pessoa, real ou imaginária, seguindo seus traços. Traços que por sua vez são as linhas de um desenho, mas também as linhas que compõem a fisionomia de uma pessoa.

O que se perde na transposição do italiano para o português seria a terceira acepção prevista na língua de Dante, a de receber, ganhar, como em *ritrarre vantaggi*<sup>123</sup>. A vertente de Lomazzo trabalharia, portanto, com essa terceira acepção, a de realizar o retrato a fim de dar, ao retratado, vantagens, benefícios que por ventura a natureza tenha-lhe negado.

A *Revista do Livro* tem nesse debate um posicionamento claro, em favor dessa vertente. Ao lidar de maneira distinta com o recente domínio da imagem nas revistas e jornais da década de 1950 e 60, ao valorizar o retrato como ilustração, como suporte ao texto, como efeito de dar vantagem ao retratado, a *Revista do Livro* produz efeitos de leitura específicos na construção, ou melhor, na imaginação da *imagem* da tradição cultural brasileira. Afinal, ao se valer do retrato que reforça as qualidades dos seus modelos, mostra-nos que o seu argumento é justamente a exposição de seus valores, porque a trama e os atores, como vimos em Peter Bürger anteriormente, já foram escolhidos em função desses. Ou melhor, a revista se vale do retrato como elemento ilustrativo dentro do seu projeto político, literário e cultural de imaginar um retrato específico para a tradição literária brasileira. Um retrato ilustre.

---

<sup>123</sup> Baseamo-nos em: SPINELLI, Vincenzo. *Dizionario completo italiano*, 1957.

## Parte 02: *Entre esparsos e inéditos: a formação da literatura nacional*

Os castelos

Quinto / D. Affonso Henriques

PAE, foste cavaleiro.  
Hoje a vigília é nossa.  
Dá-nos o exemplo inteiro  
E a tua inteira força!

Dá, contra a hora em que, errada,  
Novo infiéis vençam,  
A benção como espada,  
A espada como benção!

Fernando Pessoa, *Mensagem, primeira parte.*

Talvez eu não devesse escrever sobre Machado de Assis nestas celebrações de centenário... Tenho pelo gênio dele uma enorme admiração, pela obra dele um fervoroso culto, mas. Eu pergunto, leitor, pra que respondas ao segredo da tua consciência: amas Machado de Assis?

Mário de Andrade, *Machado de Assis (1939), aspectos da literatura brasileira.*

Em 1873, Machado de Assis começa sua *Notícia da atual literatura brasileira*<sup>124</sup> com o reconhecimento de um traço, quase um *instinto de nacionalidade*. E com a recomendação de que “interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional”<sup>125</sup>. Em seu pequeno texto, Assis procura verificar como se dá, como se trata a nacionalidade, a “brasilianidade” na literatura produzida

---

<sup>124</sup> ASSIS, Machado de. *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*, 1994, p. 801 – 809,

<sup>125</sup> Idem, p. 801.

no país. Ou melhor, ele discorre sobre quais os *traços* que podem ser válidos na composição do *retrato* de uma produção literária para que ela possa ser reconhecida como a ilustre literatura brasileira. O autor de *Memórias Póstumas* bem nota que

reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária; esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito. Meu principal objetivo é atestar o fato atual; ora, o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura independente.<sup>126</sup>

Se, em 1873, Machado de Assis preocupa-se em apontar a urgência do exame das condições e motivações históricas para a fundação de uma literatura independente, a Literatura Brasileira, parece ser a essa tarefa que a *Revista do Livro*, publicada 83 anos mais tarde, dedica-se com afinco: traçar um retrato da literatura brasileira.

## **1. Uma revista, um projeto: cumprir a tarefa machadiana**

Os castelos

Séptimo (I) / D. João, o primeiro

O HOMEM e a hora são um só  
Quando Deus faz e a história é feita.  
O mais é carne, cujo pó  
A terra espreita.

Mestre, sem o saber, do Templo  
Que Portugal foi feito ser,  
Que houveste a gloria e deste o exemplo

---

<sup>126</sup> Idem, p. 802.

De o defender.

Teu nome, eleito em sua fama,  
É, na ara da nossa alma interna,  
A que repele, eterna chamma,  
A sombra eterna.

Fernando Pessoa, *Mensagem, primeira parte.*

Em 21 de maio de 1956, Clóvis Machado, então Ministro da Educação e Cultura do governo de Juscelino Kubitschek, assina nota publicada na abertura da *Revista do Livro* n. 01/02<sup>127</sup> reconhecendo o periódico como “mais uma manifestação dos altos propósitos do governo em contribuir para o aprimoramento da cultura nacional”. Se, através da representação do seu ministro, o governo de JK afilia a *Revista do Livro* a um conjunto de propósitos para o desenvolvimento da cultura nacional, cabe ao então diretor do Instituto Nacional do Livro, José Renato Santos Pereira, apontar a verdadeira afiliação do periódico:

estamos duplamente jubilosos: entregamos ao público o primeiro número do órgão oficial deste Instituto, e o fazemos numa data muito grata aos intelectuais brasileiros. Efetivamente, há 117 anos nascia aquele que viria a ser o maior cultor das letras do Brasil, Machado de Assis, representante genuíno do pensamento criador brasileiro.

Nesse ponto, talvez sem dimensionar a verdadeira profundidade da sua escolha, Santos Pereira aponta a diretriz que se seguirá por toda a *Revista do Livro*: a afiliação a Machado de Assis. Notemos que aniversários e comemorações são

---

<sup>127</sup> A fim de evitar a proliferação excessiva de notas de rodapé, remetemos as referências de todos os textos que consideramos e lemos como *editoriais* citados ao anexo 1.3 deste trabalho, no qual compilamos, de maneira integral e com atualização ortográfica, todos as notas consideradas como editoriais ou textos de apresentação dos números integrantes do *corpus* de análise dessa pesquisa. Todos os destaques tipográficos, seja em caixa alta, negrito ou itálico, são da revista, salvo indicação contrária.

momentos significativos na história dos indivíduos, das instituições, das nações, pois são momentos com uma dupla funcionalidade: a de preservar e fazer reverência a uma memória ao mesmo tempo em que se exerce a força de projetar essa memória a um futuro, de deixá-la sempre viva. Mas, afinal, quais celebrações para se comemorar 117 anos de algo? Ou melhor, o que se inscreve na esfera do simbólico ao se completarem os 117 anos de nascimento de Machado de Assis? O que torna esse 21 de junho de 1956 tão significativo, para além desse dado biográfico? E por que não celebrar os 70 anos de nascimento de Manuel Bandeira, por exemplo, lançando a revista em 19 de abril? Ou os 75 anos de Lima Barreto, em 13 de maio? Ou os 95 de Cruz e Sousa, em 24 de novembro? Essas possibilidades nos mostram que não seria tanto o número 117 em si o que se inscreveria no simbólico da revista, ainda que esteja o número carregado por uma certa simbologia bíblica por ser o menor dos salmos: “louvai ao Senhor todas as nações, louvai-o todos os povos”. O que se inscreve no nível do simbólico da revista é justamente os 117 anos de Machado de Assis. É quase como se a revista estivesse dizendo aos seus leitores: *louvai ao Senhor Machado de Assis toda a nação*, cuja imagem reproduzimos em nossa primeira capa. O percurso do retrato de Ferrez / Insley Pacheco / *Revista do Livro* aprofunda ainda mais o efeito de branqueamento<sup>128</sup> do escritor no momento da sua *ilustração*.

---

<sup>128</sup> Não pretendemos abordar a polêmica em torno do branqueamento de Machado de Assis, cujos desdobramentos são vastos na crítica e na historiografia literária brasileira. O que queremos apontar é o efeito que a *Revista do Livro* produz a partir do retrato de Ferrez / Insley Pacheco.



Figura 10: Retrato de Machado de Assis por Insley Pacheco



Figura 11: Retrato de Machado de Assis por Marc Ferrez

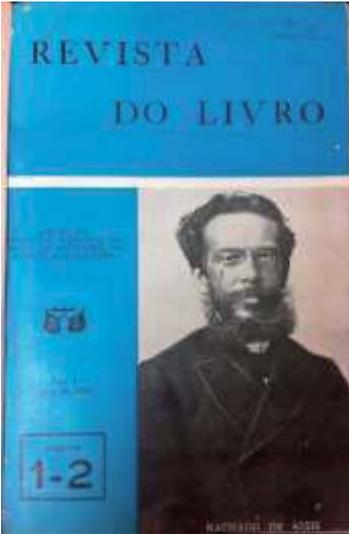


Figura 12: Retrato publicado na capa da Revista do Livro nº 01/02 sem identificação de autoria

A sobrecasaca, o *pince-nez* – cujo prestígio entre os intelectuais à época era significativo – a barba cuidadosamente revolta projetam no retratado um momento de sobriedade e seriedade. A ausência de outros objetos ajuda a qualifica-lo como um senhor completo por si só, sem necessidade de complementos. A luz, porém, também pelo seu excesso, acaba por se tornar ambígua. Ao mesmo tempo em que revela, esconde, transparecendo um tom de austeridade, “mesmo porque o retrato seria estampado em uma revista que daria legitimidade ao escritor, a *Galeria Contemporânea do Brasil*, publicação cujo objetivo era apresentar a cada número uma ‘alta personalidade nacional’.<sup>129</sup> Nesse ponto, a *Revista do Livro* é

---

<sup>129</sup> ROSA, Victor Luis da. *Op. cit.*, p. 13.

partidária da *Galeria* em seu *modus operandi*.<sup>130</sup> Na proposta de valorizar um dos grandes vultos nacionais, ambas publicavam um retrato do modelo, seguido de um estudo crítico-biográfico e cópias fac-similares de autógrafos do autor, reproduzindo seu trabalho.

A maior proximidade do retrato de Machado na capa da *Revista do Livro* nos permite pensar em uma maior intimidade com o autor, uma aproximação mais devota, de maior admiração, afinal, ao esconder os ombros e as mãos, a revista apresenta o retrato do escritor um pouco mais confortável do que no de Insley Pacheco, no qual podemos ver claramente a sobrecasaca exagerada para um corpo ainda franzino. Com o recorte, o tom de austeridade se aprofunda ainda mais, e o único ponto de desconfiança da *inventividade* do retrato se esvai.

Podemos, enfim, perceber que ao destacar que a data de lançamento do primeiro número coincide com as comemorações de 117 anos – uma data não tão significativa – o intento de Santos Pereira não é somente fazer reverência a Machado, mas sim apontar uma afiliação à memória de Machado de Assis<sup>131</sup>. Ora, adjetivando o autor de *Quincas Borba* como o maior cultor das *Letras do Brasil*, de um representante genuíno do pensamento criador *brasileiro*, não estaria Santos Pereira demonstrando que a *Revista do Livro* assume para si a tarefa que Machado negou-se: a de examinar se teríamos as condições necessárias e as motivações históricas para a fundação de uma Literatura Brasileira? Ou melhor, a de afirmar que reunimos as condições necessárias e as motivações históricas para possuímos uma Literatura Brasileira, e que essa literatura é devota de Machado de Assis.

---

<sup>130</sup> A *Revista do Livro* publicaria, por exemplo, os retratos de Lúcio de Mendonça, de José Veríssimo, de Castro Alves, dentre outros, antecedendo os textos biográficos de apresentação dos autores, nas seções *Inéditos* e *Arquivo*.

<sup>131</sup> E nesse ponto há também uma afiliação a Augusto Meyer, responsável pela proposta de criação da revista, como vimos no primeiro capítulo. Além de criador da revista, Meyer foi também um grande machadiano, estabelecendo-se na carreira de pesquisador através dos estudos sobre o autor de *Helena*.

A filiação a Machado fica ainda mais declarada na nota não assinada que se segue ao depoimento do então diretor do Instituto:

MACHADO DE ASSIS é um nome inteiramente familiar ao Instituto Nacional do Livro. É quase um patrono.

[...] E agora, por uma feliz inspiração do seu diretor, Dr. José Renato Santos Pereira, aproveita o ensejo da data machadiana, quando se comemora o 117º aniversário do nascimento de Machado de Assis, para publicar o primeiro número da *Revista do Livro*.

Não poderia ser mais oportuna a homenagem. Machado de Assis é hoje um nome universal, com ser[sic], para glória das letras pátrias, a nossa maior expressão literária. Sua decidida vocação para as letras constitui um caso quase único na nossa história literária e torna-o implicitamente patrono de quantos empreendimentos literários se levem a efeito.

Assim, compõem-se os vários elementos que tornam clara a escolha de Machado de Assis como patrono da revista. Para além desses, outros indícios de filiação surgem imbuídos nas entrelinhas do projeto do periódico. Mais adiante em seu depoimento, por exemplo, o então diretor do INL afirma que o Instituto se orientou por um desejo específico ao criar o seu órgão, o desejo de

imprimir à Revista um caráter sobretudo nacional, como é óbvio, em se tratando de publicação do Instituto Nacional do Livro. Tal não implica, como também é óbvio, exacerbação nacionalista, exclusivismo confinado, em se tratando de cultura nacional, pois que esta se interliga às correntes do pensamento universal.

Da obviedade do caráter nacional, uma vez que a revista é fruto do Instituto **Nacional**<sup>132</sup> do Livro, à obviedade de não

---

<sup>132</sup> Grifo nosso.

incorrer no erro que Machado de Assis já assinalava no sua *Notícia da atual literatura brasileira*:

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. [...] Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. [...]

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.<sup>133</sup>

Ora, percebemos aqui a doutrina machadiana levada a cabo: não recorrer no erro da exacerbação nacionalista da cor e do assunto local, e sim reconhecer a relevância do papel da cultura brasileira no pensamento universal. Porém, a fim de determinar tal relevância, é preciso antes “examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos” para uma nacionalidade literária e, por extensão de sentido, cultural.

Para tal fim, Santos Pereira deixa claro qual o caminho a ser seguido: “Governo e intelectualidade devem unir-se no sentido de impulsionar o processo civilizador da nação jovem e palpitante de perspectivas imediatas”. Se lembrarmos das condições nas quais se encontrava a sociedade brasileira em meados dos anos de 1950, como vimos na primeira parte deste trabalho, percebemos que a revista surge na esteira do movimento desenvolvimentista brasileiro iniciado por Getúlio

---

<sup>133</sup> ASSIS, Machado de. *Op. cit.*, p. 803 – 804.

Vargas, mas que encontra ressonância maior no governo de Juscelino Kubitschek e que apresentava reflexos profundos na composição e reorganização da sociedade brasileira.

Nesse sentido, impulsionar o processo civilizador ganha contornos mais específicos como o processo de desenvolvimento cultural<sup>134</sup> de uma nação jovem, mas mais do que apenas jovem, recém alfabetizada, recém urbanizada, ávida pelo consumo de bens duráveis, perecíveis, culturais e simbólicos. Ávida também por formação educacional e técnica, afinal, o processo de industrialização pelo qual atravessava o país estava alterando profundamente a composição da mão de obra nacional – a qual já vinha sofrendo influências das correntes migratórias da transição do século no país. Contornos mais específicos também pela necessidade de defender o popular sem apoiar-se no polêmico populismo de Getúlio Vargas, cujo trágico fim ainda era muito vivo no imaginário da época.

Santos Pereira prossegue o seu depoimento, convocando

entusiasticamente todos os brasileiros de inteligência a unirem seus esforços na luta comum pela elevação do nível cultural do povo brasileiro. Mais do que nunca, o momento é o de amor, que

---

<sup>134</sup> Acerca do papel do Estado no processo civilizador do povo brasileiro, Raul Antelo afirma que, e nos permitimos mais uma longa nota: “H. Dias da Cruz, descrevendo ‘Os morros cariocas no Novo Regime’, para a série de livretos publicados pelo DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo], aponta: ‘o qualitativo *malandro* corrompeu-se com o tempo [...]. Não é mais pois, o malandro, homem da desordem, que agride, que mata. A navalha e o revólver foram substituídos pelo pandeiro, pelo violão, pelo cavaquinho. É tangendo esses instrumentos que ele *desacata*. Aquele tipo clássico, de calças largas e inteiriças, de salto carrapeta, chapéu de banda desapareceu. **Civilizou-se**. No lugar do lenço a gravata. Não senta mais à beira do barraco para compor sambas. Vem para a Avenida. Vem fazê-los à mesa do Nice. Usa roupas de bom alfaiate’. A malandragem, no caso, acaba adquirindo um outro valor, diferente daquele que lhe cabe como resposta satisfatória a certas necessidades, e esse valor advém de um processo de circulação das mensagens e seus significados. A intromissão do Estado tenta dirigir, planejar, redimensionar o trabalho linguístico, desapropriando as significações originárias”. *Op. cit.*, p. 05 – 06. [Grifo em itálico do autor, em negrito, nosso].

une e constrói. Amor à pátria, aos seus tesouros intelectuais, artísticos, musicais, arquitetônicos, etc., à sua cultura genuína, à sua geografia humana e sentimental, que marcam presença no concerto harmonioso das nações.

Pensamos que servir à cultura no Brasil, colaborar para o seu florescimento autóctone é a forma mais alta de amar a pátria e nosso povo.

Pensamos que basta ver no intelectual um ser radicado na terra, para lhe conferir o sentimento de solidariedade humana. A contribuição do intelectual e do artista na formação política do povo (que é inseparável da formação cultural) deve ser, antes de tudo, aquela de um educador.

Santos Pereira, convocando todos os intelectuais a se unirem em torno de um só ideal em voga à época, faz transparecer que esse ideal é o de união nacional, de desenvolvimento e fortalecimento do país. Se pensarmos no que Renato Cordeiro Gomes afirma: “não se pode governar sem ficção, não se governa também por pura coerção, é necessário ter crenças para se governar e um dos papéis do Estado é fazer crer”<sup>135</sup>, a convocação de Santos Pereira é, enfim, para exercer o papel de fazer crer o povo brasileiro na nação brasileira. Nota-se também a subordinação que Santos Pereira constrói: “servir à cultura *no* [e não *do*] Brasil” é “colaborar para o seu florescimento *autóctone*”. Percebemos aqui que o então diretor do Instituto atribui à revista – não somente a ela, mas ao próprio INL também – o papel de examinar as condições e os motivos históricos para fazer florescer a cultura *autóctone*, a fim de fundar a cultura nacional e poder alterar a preposição apresentada de *em + o* para *de + o*.

Afinal, em um contexto de recém-saído da crise política e institucional que levara Getúlio Vargas ao suicídio, Pereira enxerga para o Estado o papel de devolver ao povo a noção de *pertença* e o desejo de um ideal nacional: “os homens desta Idade devem e podem esforçar-se no sentido de que a palavra ‘Democracia’ readquirira a sua plenitude e a sua dignidade, e a

---

<sup>135</sup> GOMES, Renato Cordeiro. Intelectuais e a cidade das letras. 2004, p. 125.

palavra ‘Cultura’ volte a ser parte integrante desse significado”. Afinal, para que haja um governo do povo, é preciso que haja, a priori, um povo. E não há povo sem uma cultura que o defina e o limite. E louvai ao Senhor Machado de Assis toda a nação, louvai-o todo o povo.

Surge, enfim, em 1956, como órgão oficial do Instituto Nacional do Livro, a *Revista do Livro*, membro integrante dos altos propósitos do governo de Juscelino Kubitschek, adotando Machado de Assis não só como patrono na busca do reconhecimento das condições e motivos históricos para a fundação da cultura nacional, mas como representante *genuíno* dessas condições e dessa historicidade.

O *Editorial* do primeiro número (01/02) serve de espaço para a apresentação das expectativas em relação ao projeto que dá origem à *Revista do Livro*, contando com a decalagem de tempo entre o projeto inicial da revista, de Meyer, dos anos 1930, e a real aparição da revista, em 1956. Passadas duas décadas, é preciso avançar na análise dos editoriais a fim de verificar como se portava a revista no seu *presente*. A partir do segundo volume as notas editoriais se dividem em três categorias diferentes: a) apontamentos do Instituto Nacional do Livro, b) homenagens, e c) pequenos comentários acerca de aspectos e problemas editoriais do periódico.

No segundo volume da revista, correspondente aos números 03/04, publicou-se o primeiro dos apontamentos do Instituto, que não necessariamente compactua com as diretrizes que a *Revista do Livro* assumiria para si.

Em texto do seu diretor, José Renato Santos Pereira, destacam-se duas iniciativas culturais das quais o governo participa. A primeira delas é a organização da Semana do Museu, como parte das comemorações do décimo aniversário de criação da UNESCO. A finalidade dessa semana foi o estudo e o debate do papel cultural e educacional do museu na sociedade,

além de fornecer ferramentas e estímulo para a criação e conservação de novos museus no país.

A segunda iniciativa que Santos Pereira apresenta é a proposta do Instituto de criar uma biblioteca pública em todos os municípios do país. De fato, o diretor do INL vale-se do espaço a fim de ensaiar uma proposta de atrelamento das duas campanhas:

Ousamos formular uma pergunta: não veem os leitores uma feliz coincidência nas duas campanhas, naquela dos museus e nesta outra, iniciativa deste Instituto, e que visa a aparelhar as cidades brasileiras de biblioteca pública municipal? Eis aqui a oportunidade sonhada de dotar os núcleos habitacionais do interior (tão privados, em sua esmagadora maioria, da possibilidade de apreciar peças de museu e de ter ao alcance livros indispensáveis para a complementação de seus estudos básicos) de edifícios, ou, no caso de sua impossibilidade, de salas com instalações bibliotecárias e museográficas, através de reproduções de artes plásticas devidamente catalogadas e com o correspondente texto elucidativo. [...]

Tornamos a indagar: por que não ensaiar a harmonização de uma campanha como a do Instituto Nacional do Livro no setor das bibliotecas com esta em tão boa hora agitada e que, parece-nos, tem por finalidade a implantação de organismos museográficos pelos quatro cantos do Brasil?

Em resumo, Santos Pereira vale-se do espaço para apresentar publicamente sua proposta de fusão de iniciativas de dotação de bibliotecas e espaços museográficos a todos os municípios brasileiros. O texto não se refere uma vez sequer à própria revista.

Em seguida, o diretor do Instituto transcreve, em forma de homenagem e reconhecimento público, o projeto de lei autoria do deputado Marcos Parente cuja proposta era abrir um crédito especial no orçamento da união na soma de Cr\$ 5.000.000,00<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> Se atualizarmos pela Calculadora do Banco Central, R\$: 2.122.172,31 reais, em janeiro de 2015, corrigidos pelo IGPM.

ao Instituto a fim de dotar de condições financeiras a proposta de criação de bibliotecas país afora. O projeto fora lido em plenário e arquivado pela mesa diretora da casa legislativa, sequer entrando na pauta de votações.

Já no número seguinte, o 05, publicou-se mais um texto de Santos Pereira, no qual ele protesta contra a indiferença que lhe fora dada:

Não vamos insistir no primeiro ponto [a criação de núcleos museográficos nas bibliotecas públicas municipais], que a seara é alheia. Lamentamos, embora, o não-pronunciamento de entidades interessadas, tais como a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o organismo internacional dos museus, o IBEC [Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura] – o que não significa que a batalha esteja vencida. Mas fiquemos no setor que nos diz respeito de perto, apesar de julgarmos que em matéria de cultura nada se isola ou se auto abastece.

O número de março de 1957 serve, portanto, no duplo sentido de apresentar notas relativas ao INL ao mesmo tempo que inicia a tradição de prestar reconhecimento e homenagem<sup>137</sup> ao transcrever o trabalho de Mário de Andrade, acerca das bibliotecas populares em São Paulo, de 1939. Porém, nota-se que a homenagem é feita por Santos Pereira que recupera o autor de Macunaíma a fim de justificar suas proposições de criação de bibliotecas municipais como se estivesse a se defender de acusações, a justificar seus atos, ainda que de maneira bastante amadora:

---

<sup>137</sup> Com os dizeres: “divulgando na *REVISTA DO LIVRO* o trabalho de autoria de Mário de Andrade, queremos homenagear o homem de letras participante dos grandes problemas nacionais, o patriota consciente e ardoroso, o intelectual ativo, que nunca se encarcerou em gabinete de trabalho, mas estendeu antenas sensitivas para captar as aspirações mais caras do povo, seus desejos de mais cultura, mais conforto, paz e compreensão”.

Evidentemente o problema da alfabetização não está ligado diretamente ao assunto da criação de bibliotecas populares (ou que outro nome possam ter), conforme acertadamente o diz o próprio Mário de Andrade, como se verá adiante. Mas o problema acompanha ou completa esse outro, o de salvar para a cultura milhões de brasileiros mergulhados nas trevas do analfabetismo. Pois a existência de bibliotecas franqueadas em todas as cidades brasileiras, além de constituir necessidade premente em todos os sentidos, na atual conjuntura nacional, pode e certamente servirá de estimulante para a alfabetização em massa de adultos e crianças, que terão à sua disposição, tão logo tenham aprendido a ler e a escrever, salas de leitura abastecidas de livros, revistas, etc., todo um novo mundo de conhecimentos até então insuspeitado.

O texto de Mário de Andrade, transcrito na íntegra no anexo 1.3 deste trabalho, reconhece e valoriza o papel educacional que as bibliotecas públicas paulistas passaram a exercer depois de se transformarem em casas de cultura, com a criação de bibliotecas infantis e espaços de convivência e aprendizado dedicados à classe operária. Tem-se a impressão que Santos Pereira o reproduz em uma tentativa de apresentar os argumentos de Mário de Andrade como sendo os seus.

Já nos dois números seguintes, o 06 e 07, de junho e setembro de 1957, respectivamente, não se publicou nenhuma nota inicial. A prática é retomada no número 08, de dezembro de 1957, em função do vigésimo aniversário do Instituto Nacional do Livro. O texto, de duas páginas, enquadra-se na primeira categoria de editoriais, ao apresentar um balanço da atuação do Instituto nas suas duas décadas de existência, dando destaque ao seu papel no desenvolvimento cultural brasileiro.

É somente no número 11, de setembro de 1958, que a *Revista do Livro* se volta para as homenagens aos grandes nomes da literatura nacional. E nada mais apropriado do que começar com o próprio Machado de Assis, o patrono. Dedicou-se, assim, a integralidade da edição à comemoração do cinquentenário da morte do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. E nessa homenagem fica patente o esforço que a revista realiza a fim de não recorrer no erro que Machado apontou em só reconhecer o

nacional no uso da cor local, e aqui tomamos a liberdade de transcrever uma extensa nota:

De ano para ano, a medida que se aprofundam as pesquisas e o trabalho de exegese, Machado de Assis se vai apresentando sob novos aspectos aos nossos olhos revelando-se em todas as nuances sutis do seu espírito tão complexo. Foi um pessimista irredutível, tinha uma visão sombria da existência, não acreditava na humanidade, sua obra traduz ceticismo e descrença. Essas e muitas outras acusações podem lhe ser feitas. *Mas o único critério para se julgar um artista é o estético* e Machado de Assis era um artista da cabeça aos pés. Se formos repudiar um escritor pelo seu pessimismo, teríamos de riscar da história da literatura muito das grandes figuras. Flaubert estaria no índice, Baudelaire mais do que ele e Dostoiévski também. O artista constrói no plano da beleza, e o que sob o ponto de vista ético tem um caráter destrutivo, pelo lado estético pode ser tornar profundamente edificante. Tal o que acontece com os escritores como Machado de Assis. As pesquisas que se vem fazendo nestes últimos anos tem mostrado, entretanto, que ele não se ausentou, como muitos insistem em afirmar, da realidade brasileira. Não viveu no terreno das abstrações, como um colecionador de sonhos de ópio. Ao contrário, viveu sempre em terra firme: os usos e os costumes da época, as inquietações políticas e sociais encontraram ressonância nos seus contos e romances, nos quais podemos distinguir as linhas esquemáticas de um verdadeiro retrato do Brasil, no Segundo Reinado e nos primeiros tempos da República. Já há muitos anos, Mário Casassanta reconheceu isso, quando proclamou Machado de Assis escritor nacional. [Grifo nosso].

Apesar de afirmar que o único critério para se julgar um artista é o estético, a revista não irá defender uma estética, nem a definir. A estética respeitada é a dos artistas já consagrados pela historiografia, e o trabalho que se reserva a revista é o de construir a crítica-biográfica desses autores a fim de reafirmar o seu espaço dentro do cânone nacional. E uma das suas chaves de leitura é justamente esse *instinto de nacionalidade*. É no uso de aspectos locais que Machado torna-se universal, o que fica patente se percebemos o patamar de comparação que a revista estipula. Machado não é comparado com outros escritores

brasileiros, mas sim com nomes já consagrados da literatura universal. Já nasce, nesse movimento, uma possível contradição, afinal, tentar identificar Machado como literatura universal não seria deslocá-lo da literatura nacional? Neste caso, cremos que não, uma vez que reconhecer a universalidade de sua obra é também reconhecer dar ao Brasil os *motivos históricos* para ocupar um lugar na literatura universal, através do seu mais genuíno representante.

Assim, na esteira do exame das condições e motivos históricos que concorreriam para a fundação de uma cultura – literatura – nacional, a revista passa a realizar homenagens em datas significativas através da publicação de estudos, notas, resenhas, iconografias, biobibliografias de autores brasileiros. Já no número seguinte, no 12 (dezembro de 1958), elegem-se o Frei Francisco de Monte Alverne, com o seu centenário de morte e Artur Azevedo, com seu cinquentenário de morte. Do primeiro, publica-se uma biografia assinada pelo Frei Roberto Lopes. Do segundo, estudo de Augusto Fragoso sobre o último periódico fundado por Azevedo. “Cremos que assim prestamos a devida homenagem a esses *grandes vultos da nossa história literária*”.

No número 13 (março de 1959), dá-se espaço à comemoração do centenário de Valentim Magalhães, através de um artigo de Walter Ribeiro do Val. Já o número 15 (setembro de 1959) guarda um grande volume de páginas dedicados ao cinquentenário de morte de Euclides da Cunha, publicando-se estudos, biografias, cartas e farta iconografia do autor de *Os Sertões*. Rende-se homenagem também a Clóvis Bevilacqua, por ocasião do seu centenário de nascimento.

Em março de 1960, a revista abre as páginas do seu 17º número a duas homenagens. A primeira, a Joaquim Nabuco<sup>138</sup>, em seu cinquentenário de morte, e a segunda a Mário de Andrade, ex-funcionário do Instituto, pela ocasião do 15º aniversário de morte. De Nabuco, publica-se um artigo de

---

<sup>138</sup> Que não por uma mera coincidência aparece estampado na capa do último número publicado da *Revista do Livro*, em 2011.

Olímpio de Sousa Andrade e um documentário com farta iconografia organizado por Augusto Fragoso. Sobre o autor de *Macunaíma*, escrevem M. Cavalcanti Proença e Fábio Lucas.

Três meses mais tarde, no número 18 (junho de 1960), a revista presta reverência a Eduardo Prado, Afonso Celso e Charles Ribeyrolles na ocasião dos centenários de nascimento para os dois primeiros e de morte para o terceiro.

Ainda em 1960, no seu 19º número, a *Revista do Livro* rende homenagem à memória de João Ribeiro, além de anunciar para o número seguinte, a comemoração do centenário de Casimiro de Abreu e Silva Jardim, o que não iria se concretizar. A última das homenagens, no penúltimo volume do *corpus*, é a memória do desaparecimento recente, à época, de Brito Broca, através da publicação de trechos das suas memórias na seção *Inéditos*.

É possível organizar essa lista de homenagens a partir de três diferentes chaves de leitura. Dos 14 nomes elencados pela *Revista do Livro*, o maior bastião da preservação da memória dos *grandes vultos* é responsável por 10. Trata-se da Academia Brasileira de Letras. Foram fundadores da agremiação Artur Azevedo, Valentim Magalhães, Clóvis Beviláqua, Joaquim Nabuco e Afonso Celso. Temos ainda Casimiro de Abreu, como patrono, Frei Francisco do Monte Alverne, sócio correspondente, e Euclides da Cunha e João Ribeiro como segundo ocupantes. Não é necessário recordar que dentre os fundadores da casa e seu primeiro presidente está Machado de Assis. Religando alguns desses intelectuais aos nomes de Charles Ribeyrolles e Silva Jardim, os ideais democráticos, que formam a segunda chave de leitura para a lista de homenagens da *Revista do Livro*. Resta-nos os nomes de Mário de Andrade e Brito Broca, cujas celebrações dão-se pela proximidade de ambos com as atividades do INL. Ambos foram funcionários significativos do Instituto e têm sua presença constante na revista. Essas chaves de leitura serão reativadas na seleção dos

nomes que compuseram o cânone das seções *Inéditos e Arquivo*<sup>139</sup>, como veremos no próximo capítulo.

O que nos interessa por ora é notar como vai se formando, assim, ao longo dessas homenagens anunciadas pelos editoriais, o cabedal de condições e motivos históricos para o estabelecimento daquilo, ou melhor, daqueles que a *Revista do Livro* considera como os *grandes vultos da literatura brasileira*, calcada no crivo da Academia Brasileira de Letras.

Falávamos de três funções dos editoriais da revista. Já discorreremos acerca da primeira – os editoriais como espaço de divulgação de propostas, projetos e ideias do Instituto, não propriamente da revista; e da segunda, as homenagens. A terceira das funções das notas que consideramos como editoriais seria a função redacional cujos apontamentos demonstram problemas, escolhas, posicionamentos tomados pelos redatores da revista. E a primeira dessas notas surge no número 10, transparecendo um desconforto na escolha adotada, de maneira concisa e rápida:

Embora seja uma publicação destinada aos estudos de história literária, *erudição* e pesquisa bibliográfica, a *Revista do Livro* não se alheia, absolutamente, dos problemas que agitam a nossa literatura no momento. Procurando concorrer para a *preservação dos valores tradicionais*, mantém-se atenta ao que se refere às correntes modernas e à inquietação das gerações novas. Assim, ao mesmo tempo que anuncia para setembro próximo um número dedicado a Machado de Assis, cujo cinquentenário da morte então se comemora, abre, neste número, suas colunas ao debate de um dos problemas que vem apaixonando à atualidade literária: o concretismo e a poesia concreta. Dois estudos, um favorável, outro contrário ao tema em questão, defendem posições no terreno da controvérsia puramente cultural, sem laivos de paixão ou personalismo. Outros problemas da mesma natureza encontrarão aqui ambiente para o pronunciamento dos que em face deles

---

<sup>139</sup> Cujos levantamentos completos estão nos anexos 1.4 e 1.5 deste trabalho.

tomam posição<sup>140</sup>. Procuraremos assim fazer da Revista um periódico atuante, dentro das dimensões em que ela, pelo seu feito, se encarta.<sup>141</sup>

Ao abrir a nota já pela justificativa, como se pedisse desculpas pela escolha que fez, a revista apresenta assertivas carregadas de sentido. Declaradamente um órgão de *preservação dos valores tradicionais*, a revista se define como destinada aos estudos de história literária, *erudição* e pesquisa bibliográfica. Antes mesmo de lançar a proposta do presente número, já se divulga a volta aos *valores tradicionais* através da homenagem a Machado, além de excluir o concretismo, a poesia concreta do âmbito da erudição.

Porém, se o tom de se justificar já havia sido adotado por Santos Pereira, como vimos anteriormente, foi reforçado nesta nota e tornou-se prática nos números subsequentes. Os apontamentos publicados nos números seguintes foram sempre com um tom de explicar-se, além de revelar problemas, limitações, incompetências.

Como, por exemplo, no número 12, de dezembro de 1958:

No desenvolvimento do largo programa cultural a que se impôs, a “*Revista do Livro*” vem procurando atender sob todos os aspectos o interesse dos leitores e sobretudo dos estudiosos a quem as suas páginas são particularmente dedicadas. De algumas falhas sobre as quais nos possam arguir já tomamos conhecimento, e se ainda não as fizemos sanar é porque empreendimentos desta natureza, no Brasil, só com muito tempo e trabalho chegam a realizar-se em toda a sua extensão. Haverá quem reclame algum espaço na

---

<sup>140</sup> O que de fato não aconteceria. Não ao menos da mesma maneira, com textos se contrapondo em sequência. Retroativamente, temos nos dois primeiros volumes um debate menor acerca da autoria das *Cartas chilenas*, e do papel do governo face à crise do cinema. Porém, essas pequenas polêmicas não seriam anunciadas como essa do concretismo, e também não teriam representantes dos dois lados. A afirmação de que a revista estava aberta a outras controvérsias culturais, apesar de “politicamente correta”, não ultrapassa a esfera do discurso.

<sup>141</sup> Grifos nossos.

“Revista” para estudos científicos e filosóficos; quem note a ausência de comentários sobre teatro, cinema, artes plásticas, etc. Tudo isso já tem sido objeto de nossas cogitações. Mesmo no setor literário, do qual mais nos ocupamos, se torna sensível a necessidade do “review” [sic] para os livros do dia. Não basta a resenha puramente bibliográfica, que vimos fazendo como ninguém até hoje fez entre nós: é preciso também para completá-la, a informação crítica.

Essas reclamações, que atingem a revista de maneira personificada – ou seja, críticas feitas diretamente ao conselho de redação, dada a ausência de um espaço de comunicação com o leitor – uma seção *cartas do leitor*, por exemplo –, demonstram a guinada do periódico em direção a um papel cada vez maior de selecionar os *grandes vultos da literatura brasileira* que encontrarão ressonâncias nos textos publicados do que um papel crítico ou de construção crítica e participação ativa na cultura nacional. Papel esse já assumido dois números atrás, ao se declarar como um baluarte da *preservação dos valores tradicionais*.

No número seguinte é novamente externado o esforço para manter a revista em funcionamento, “com este número a ‘*Revista do Livro*’ entra no quarto ano de existência, sem a menor solução de continuidade no seu aparecimento trimestral”. Não por falta de condições materiais, mas sim por carência de representantes e de colaboradores para se afiliar à tarefa de preservação dos valores tradicionais e preencher suas páginas:

Indiscutivelmente, a ‘Revista’ tem reunido em suas páginas trabalhos de figuras das mais representativas da literatura brasileira contemporânea, sem distinção de tendências ou de escolas, mas subsistem ainda muitos escritores de elevada categoria, cuja colaboração, infelizmente ainda não podemos conseguir.

Lutando contra a dificuldade de reunir colaboradores, a revista se contradiz já na mesma nota, no parágrafo seguinte, ao

comentar a ausência da ficção: “trata-se de uma publicação até certo ponto especializada, destinada a suprir uma falha em nosso ambiente, onde os trabalhos de erudição, pesquisa, bibliografia, de crítica universitária e história literária sempre lutaram com a escassez de revistas para publicá-los”. Ora, se o meio é escasso de veículos para publicação de trabalhos de erudição, não deveria a *Revista do Livro* estar atabalhoada de submissões e proposições de artigos e autores? Não seria a dificuldade de angariar contribuições um sintoma? Um sintoma da relevância (ou da ausência de relevância) da revista face aos leitores e produtores, uma vez que os anos 1950 e 1960 são abundantes de publicações de crítica literária, nos suplementos dos jornais e outras revistas do período. A existência, como comentamos na primeira parte do presente trabalho, de números com páginas coladas corrobora com a suspeição de que o público leitor, por consequência, o público colaborador da revista não era em nada vasto. A dificuldade de reunir colaboradores será, ainda, digna de nota nos números 15 – em função da homenagem a Euclides da Cunha –, 18 e 19, o que demonstra que o problema não era pontual, e sim perpassava o histórico da publicação.

Enfim, o que pretendemos destacar, a partir desta leitura destes editoriais é que se define, assim, o papel ao qual se dedica a *Revista do Livro*. O de examinar se reunimos as *condições e motivos históricos* para decretar a fundação de uma Literatura, e por extensão de sentido, de uma Cultura Brasileira. Ou ainda, o de *inventar, selecionar e imaginar* quais seriam as condições e motivos históricos que lhe permitiriam decretar a fundação da Cultura Brasileira. Para tanto, o caminho que a revista escolhe é o da *preservação e valorização dos valores tradicionais*, adotando diferentes estratégias na tentativa de cumprir a tarefa machadiana. Nesse sentido, podemos nos questionar quais seriam esses valores tradicionais, que tradição seria essa.

## 2. Um *Arquivo de Inéditos*, ou dos grandes vultos, ou ainda, o retrato

Os castelos

Séptimo (II) / D. Philippa de Lencastre

Que enigma havia em teu seio  
Que só gênios concebia?  
Que archanjo teus sonhos veio  
Velar, maternos, um dia?

Volve a sós teu rosto serio,  
Princesa do Santo Gral,  
Humano ventre do Imperio,  
Madrinha de Portugal!

Fernando Pessoa, *Mensagem, primeira parte*.

Ainda que a inscrição “O INL não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados” apareça somente na contracapa do primeiro volume da *Revista do Livro*, há duas seções que são atravessadas pela responsabilidade dos seus editores. Ao propor seções como a *Inéditos* e a *Arquivo*, a revista assume sua condição de arconte e exerce suas escolhas na montagem e na seleção dos textos que julga válidos à (re)publicação. Ao dar ênfase a um nome, ou a um texto específico, estariam os seus editores cientes da ingrata condição de deixar de fora todos os outros textos passíveis de serem publicados.

Na tentativa de reconhecer o projeto editorial do periódico, fica patente a necessidade de analisar o cânone estabelecido em tais seções. Afinal, através da seleção que os editores da revista realizaram, é possível verificar quais critérios os guiaram na tarefa de separar o trigo do joio, quais os critérios que foram adotados no reconhecimento e na *imaginação* dos *grandes vultos da nossa história*.

Organizando didaticamente a leitura que propusemos para ambas as seções, decidimos mesclá-las, uma vez que, na prática,

a única diferença editorial entre os textos é o fato de ele ter sido ou não publicado. Ou melhor, no conjunto de textos que foram recuperados para as duas seções, os critérios de seleção que reconhecemos foram os mesmos. O que os separou em cada uma das seções foi apenas o fato de o texto se manter ou não inédito. Compilamos, porquanto, os textos a seguir, com a indicação de sua seção de origem e excluindo os textos de apresentação ou introdução, assinados por pesquisadores contemporâneos à Revista, mormente seus editores<sup>142</sup>:

01/02:

[Inéditos]

GARRET, Almeida. *Comurai* (história brasileira).

ASSIS, Machado de. *Pareceres emitidos por Machado de Assis quando membro do Conservatório Dramático, sobre algumas das peças enviadas a essa instituição* (1862 – 1864).

GUIMARAENS, Alphonsus de. [Poema] *Sem título*.

03/04:

[Inéditos]

MENDONÇA, Lúcio de. *O Estovado*.

05:

[Inéditos]

MATA, Edgar. [Poemas] *Seara Morte, Tardes, Pórtico, Chorão, Soneto, [Sem título], Lembra-te, Flor que não morre*.

[Arquivo]

VERÍSSIMO, José. *Machado de Assis: impressões e reminiscências*. [Retirado de *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1908]

\_\_\_\_\_. [Excertos de] *Literatura é arte literária, Os escritores e a língua, Literatura de Moços, O espantalho de Machado de Assis, A literatura das Américas, A moral na arte, Escolas literárias, Arte pura: coisa inconcebível, Romance e Panfleto, Da simplicidade, Essa nossa literatura, Alguns pingos, O troco miúdo da glória, O “palavrão”, De dicionário na mão, Crítica pedagógica, Semilivros, Mais pingos e A comédia literária*.

---

<sup>142</sup> Para as referências completas, incluindo os textos de apresentação ou introdutórios, remetemo-nos aos anexos 1.4 e 1.5 deste trabalho.

ABREU, Capistrano de. *Carta a José Veríssimo*. [Retirado da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, n.º 118, outubro de 1931]

NABUCO, Joaquim. *Carta a José Veríssimo*. [Retirado da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, n.º 115, julho de 1931]

06:

[Inéditos]

SANTOS, Joaquim Felício. [Excertos de] *As páginas da história do Brasil escrita no ano de 2000*.

[Arquivo]

PENA, Martins. *Teatro de São Pedro de Alcântara e Semana Lírica*. [Folhetim do “*Jornal do Commercio*”, de janeiro de 1847]

07:

[Inéditos]

NÓBREGA, Mello. *Os sonetos do soneto*.

[Arquivo]

KOSERITZ, Carl von. *Cartas 1ª, 3ª, 7ª, 11ª, 50ª, 51ª*, [Cartas recuperadas do jornal *Gazeta de Porto Alegre*, 1883]

08:

[Inéditos]

PENA, Martins. *O rei do Amazonas*.

[Arquivo]

LIMA, Oliveira. *Machado de Assis e sua obra literária*. [Conferência proferida em seção solene em homenagem à Machado de Assis na Université Sorbonne, em 03 de abril de 1909. Traduzida e publicada pelo *Jornal do Commercio*, em 09 de maio de 1909].

09:

[Inéditos]

ALVES, Castro. [Fragmento] *Jesuítas e Frades*.

[Arquivo]

CALÓGERAS, Pandiá. *A política monetária no Brasil*. [Capítulos I e II]

10:

[Inéditos]

VERÍSSIMO, José. *Papeis avulsos* (À margem dos livros, O maior dos civilistas e Sem título).

[Arquivo]

CUNHA, Euclides da. “*O Brasil mental*”.

11:

[Inéditos]

ASSIS, Machado de. “*Semana literária*”, Diário do Rio de Janeiro.

[Arquivo]

*Gazeta de Notícias*. Machado de Assis. [Republicação da repercussão da morte de Machado de Assis, em 30 de setembro de 1908].

FRAGOSO, Augusto. *Arquivo Machadiano*.

NÓBREGA, Mello. *Uma carta de Machado em julho de 1908*.

12:

[Inéditos]

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Correspondência*.

[Arquivo]

ROMERO, Sílvio. *Um polemista mineiro*. [Republicação de *Correio de Minas*, 21 de junho de 1912].

13:

[Inéditos]

CATALAN, Diego. Personalidad y sinceridad en un monodílogo de Unamuno.

[Arquivo]

POMPÉIA, Raul. *A vida na corte*. [Republicação das cartas ao *Diário de Minas*, entre 1888 e 1889].

14:

[Inéditos]

CORREIA, Raimundo. *Correspondência*. [À Lucio de Mendonça, Max Fleiuss, Filinto de Almeida, Alberto de Oliveira, Assis Brasil e Augusto de Lima].

[Arquivo]

ALVES, Tomas. *Velha História, O enterramento da cantora, Na véspera, Um domingo, Na empanada, As primeiras armas*,

*Quadro Moderno, O último dos românticos, Os pobres velhos.*  
[Textos publicados na *Gazeta do Povo*, entre 1881 e 1882].

15:

[Inéditos]

CUNHA, Euclides da. *Cartas familiares e outras.*  
[Correspondência ativa e passiva de Euclides da Cunha a seu pai, seu filho, João Luís Alves, Domingos Jaguaribe, Francisco Escobar, Luís Cruls, Rodrigo Otávio].

[Arquivo]

D'ÁVILA, José [Pseudônimo de CUNHA, Euclides da]. *Da penumbra.* [p.

CUNHA, Euclides da. *Dia a dia.* [Diário].

\_\_\_\_\_ et CORREIA, Viriato. *A última entrevista concedida por Euclides da Cunha.* [Entrevista de Correia com Cunha, publicada pela *Ilustração Brasileira*, em agosto de 1909].

VIEIRA, José. *A repercussão da morte de Euclides da Cunha na Câmara dos Deputados.*

COELHO NETO, Henrique Maximiano. *Discurso.*

16:

[Inéditos]

ARINOS, Afonso. *Do arquivo de Afonso Arinos.* [À Eduardo Prado, Olavo Bilac e Tita (sua esposa). Notas de Viagem. De José Veríssimo, Olavo Bilac, Visconde de Ouro Preto, Artur Azevedo, Magalhães de Azeredo, Domicio da Gama, Ferreira Viana e Euclides da Cunha].

[Arquivo]

Manifestos: *Klaxon, Manifesto da poesia Pau Brasil, Terra roxa e outras terras, Manifesto Antropófago, Nhengaçu Verde Amarelo.*

17:

[Inéditos]

RIO, João do. *Dom Luís.*

ORLÉANS-BRAGANÇA, Dom Luiz de. [Excertos] *Journal de guerre.*

[Arquivo]

ANDRADE, Mário de. *Pedro Malazarte.*

18:

[Inéditos]

QUEIROZ, Eça de. *Cartas à Eduardo Prado*.

[Arquivo]

CELSO, Afonso. [Excertos de] *Vultos e fatos, O assassinato do coronel Gentil José de Castro, Oito anos de parlamento*.

19:

[Inéditos]

ALENCAR, José de. [Poemas] *A valsa, Asas de Ícaro, Esfinge, Sem título, Desprezo, Jura, Decepção, Norma, Gilda, “Di te scordarmi”, Tijuca, Epitáfio de uma flor, Olhos negros, Si eu fora poeta, Ave Maria, Intuição, A voz da brisa, Sem título, Primeira saudade*.

[Arquivo]

Anônimo, *Norma. Vaudeville Jocosos*. [Republicação do Vaudeville Jocosos, publicado originalmente pela Livraria Crémère, em 1849]

20:

[Inéditos]

ANDRADE, Mário de. *Poesias “malditas”*. [Divididas em duas séries: Poesias anteriores a 1917 e de 1924 a 1933].

[Arquivo]

MENDONÇA, Salvador de. *Cousas do meu tempo*. [Republicação da coluna assinada por Mendonça no Jornal *O Imparcial*, com recorte no ano de 1913].

21/22:

[Inéditos]

BROCA, Brito. [Excertos] *Quando havia província*.

[Arquivo]

ARANHA, Graça. *A literatura atual do Brasil*: Conferência realizada no Ateneu Argentino, em Buenos Aires na noite de 22 de dezembro de 1897.

23/24:

[Inéditos]

PORTO-ALEGRE, Araújo. *Do arquivo de Araújo Porto-Alegre*. [Cartas de Almeida Garret, von Martius, Cônego Fernandes Pinheiro, Gonçalves Crespo, Rebelo da Silva, Joaquim Norberto, Luís Guimarães Jr., Machado de Assis e Brasília Itiberê].

[Arquivo]

SANTOS, Joaquim Felício. *Fragmento de um manuscrito e Os invisíveis*.

Ao nos depararmos com uma lista como essa, notamos a necessidade de abarcar as coincidências e as dissidências a fim de estabelecer um mapeamento exaustivo dos critérios que levaram a sua formação. Ainda que haja exceções, a lista é composta por autores brasileiros já consagrados na historiografia brasileira – e não contemporâneos à revista – cuja atuação se dá mormente na segunda metade do século XIX. Se nos restringirmos à seção *Arquivo*, o recorte temporal desloca-se para a virada entre os séculos XIX e XX. Além desse recorte, notemos também que para todas exceções há alguma ligação específica com o período que justificaria sua presença nas páginas da *Revista do Livro*.

Portanto, se elencarmos os autores da seção *Inéditos* que não atuaram no século XIX, teremos quatro dos vinte e dois nomes. O primeiro deles, Melo Nóbrega, integra a lista por uma falha da *Revista do Livro*. O seu texto, *O soneto dos sonetos*, é publicado seguido da nota:

Nota da Redação – A *REVISTA DO LIVRO* havia programado para o caderno de inéditos do presente número as “Cartas de Araújo Porto Alegre ao Barão de Santo Ângelo e ao Conselheiro Paulo Barbosa da Silva”, gentilmente postas à disposição desta revista pelo Dr. Américo Jacobina Lacombe, ilustre diretor da Casa de Rui Barbosa. Os trabalhos com o preparo do texto dessas Cartas obrigaram-nos-ia a atrasar a publicação deste tomo correspondente ao 3º trimestre de 1957. Destarte, estampamos na íntegra o curioso estudo do Sr. Melo Nóbrega, o qual iríamos divulgar em capítulos na *REVISTA*, e que constitui, por sua vez, livro inédito.

O segundo nome, de Diego Catalan, aparece no lugar do de Miguel de Unamuno. Catalan assina a apresentação do diálogo inédito entre o poeta espanhol e Augusto Pérez. Se

atribuirmos, como de fato se deveria, o lugar de Catalan a Unamuno, excluímos essa exceção. Já o terceiro dos nomes, o de Mário de Andrade, se justifica pela homenagem ao autor de *Macunaíma* realizada no número 20 da *Revista do Livro*, na ocasião do seu 15º aniversário de morte – entre outros motivos, como veremos mais adiante. Por fim, Brito Broca surge na seção *Inéditos* também via homenagem póstuma, dado o seu papel na *Revista do Livro* e a reverência que ela lhe presta no número 21/22, por ocasião do seu desaparecimento.

Já dentre as vinte e três entradas da seção *Arquivo*, apenas Augusto Fragoso e Melo Nóbrega são contemporâneos à *Revista do Livro*. Mais do que contemporâneos, são funcionários do Instituto Nacional do Livro, e aparecem nesta seção assinando reuniões de textos de ou sobre Machado de Assis, no número em sua homenagem, o décimo primeiro.

O segundo espaço de distinções se dá na nacionalidade dos autores. Dos vinte e dois nomes inéditos, apenas três são estrangeiros. Dentre as republicações, não há exceções. Dentre os nomes estrangeiros, o primeiro é de Almeida Garret, publicado no primeiro número da revista, com o texto intitulado *Comurai – história brasileira*. Se sua presença não está ligada pela sua nacionalidade, está pela “nacionalidade do texto”.

A exceção seguinte, a de Diego Catalan, justifica-se mais pelo oportunismo editorial dos organizadores do periódico. No editorial do número 12, de dezembro de 1958, encontramos a nota de que a *Revista do Livro* contratara a “colaboração regular de várias figuras de destaque no campo da cultura universitária europeia”, cujos artigos seriam publicados nos seus idiomas de origem. Anuncia-se, na ocasião, as contribuições de Michel Gauthier e de Manuel Alvar. Sendo Catalan “figura de destaque no campo da cultura universitária europeia” e publicado o seu texto em espanhol, cremos que sua participação na seção *Inéditos* se dá somente pelo fato de seu trabalho versar sobre um inédito de um *grande vulto* da literatura mundial. Caso

contrário, seria alojado na seção *Estudos*, como o restante das contribuições contratadas.

A presença do escritor português Eça de Queiroz é também uma exceção que confirma a regra. Os seus inéditos publicados na verdade poderiam ser catalogados como a correspondência passiva de Eduardo Prado, esse um *grande vulto* nacional, uma vez que se trata de cartas enviadas pelo autor de *A cidade e as serras* ao escritor monarquista.

Mas não é somente na esfera superficial de datas e coincidências que a compilação efetuada pela *Revista do Livro* mostra uma forte coerência. A análise dos textos também aponta na direção do projeto que tentamos reconhecer através da leitura do órgão do Instituto Nacional do Livro.

Para tal, podemos dividir a lista dos artigos publicados em duas categorias maiores. A primeira, a dos *grandes vultos*, é composta pelos textos cuja publicação se justifica por serem de *grandes vultos*. Esse argumento bastaria por si, ao menos no projeto da *Revista do Livro*. Ainda assim, há, como veremos, uma coerência entre os textos a partir de um projeto de *invenção, seleção e imaginação* de um determinado cânone nacional.

Na segunda categoria, a *temática*, entrariam os textos através dos quais a revista vai, lentamente, construindo seu ideal de nacional, estabelecendo as *condições e motivos históricos* para a fundação da cultura nacional, ou melhor, da Cultura Nacional.

Sendo esse um esquema de classificação, é sujeito a falhas e incoerências. Importante notar, desde já, que há textos que poderiam ser enquadrados em ambos os critérios. Porém, insistimos na presente proposta de categorização com o desejo de melhor gerenciar a apresentação e a organização da análise dos textos, das suas concomitâncias e dissidências.

Antes de avançar para análise dos textos a partir dessas duas categorias, notemos a composição das listas de autores selecionados para a (re)publicação. Há nomes que se repetem uma vez em ambas as seções, como o de Mário de Andrade, de

Machado de Assis, Melo Nóbrega, Martins Pena, Joaquim Felício dos Santos e José Veríssimo. A maior presença, com 6,6% dos textos, fica a cargo do autor d'*Os Sertões*, com três diferentes artigos publicados. Euclides da Cunha responde também pelo único caso de dupla recorrência no mesmo número, o 15, em sua homenagem<sup>143</sup>.

Temos, portanto, somadas as duas seções, 36 autores, compreendendo 45 contribuições. Optamos em não incluir na listagem a seguir os autores responsáveis por textos de apresentação ou introdutório às (re)publicações.

Seguindo com seu projeto de examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária, e “fiel ao seu programa de dar ressonância a todos os acontecimentos da literatura brasileira”<sup>144</sup>, a *Revista do Livro* compõe o seu cânone em torno de nomes já canonizados da e na cena literária brasileira à época.

Se voltarmos a adotar a Academia Brasileira de Letras como baliza para verificar quais nomes já seriam canônicos – ao menos do cânone em sua acepção institucionalizada –, reconheceremos 22 dos 36 autores publicados. Desses, 6 estão vinculados à Academia ocupando a cadeira de Patrono, 11 estão entre os 40 fundadores da ABL, 3 como segundo ocupantes de suas cadeiras. Repete-se, portanto, a mesma distribuição que vimos nas homenagens. Por fim, temos ainda Eça de Queiroz, que é o primeiro ocupante da cadeira número 2 de Sócio Correspondente, reservada aos estrangeiros, e Capistrano de Abreu que, eleito, recusou-se a tomar posse.

Dos 14 autores que não estão vinculados à Academia, 5 são contemporâneos da *Revista do Livro*, outros 5 não seriam considerados literatos – critério que à época ainda era pertinente no processo de seleção dos autores da Academia – não tendo publicação que pudesse ser considerada literária. Restam 4

---

<sup>143</sup> Não considerando os autores no campo de nome pessoal como assunto.

<sup>144</sup> Editorial – *Revista do Livro* n.º 15, setembro de 1959.

escritores, cujos nomes não se alinham em nenhum dos critérios que elencamos. Desses, Mário de Andrade, Almeida Garret e Alphonsus de Guimaraens já possuem seu lugar no panteão das letras e podem ser considerados como *grandes vultos*. O poeta simbolista Edgar Mata, por fim, é um nome que segue obscuro ainda hoje, não somente pela lacuna de informações acerca do autor, mas também por ter tido, ele ou familiares – a crônica literária não pode ainda determinar – levado às chamas grande parte de sua produção<sup>145</sup>.

Mesmo sendo composto por nomes já canônicos, o gesto seletivo que a revista realiza, ao filtrar quais textos seriam publicados nas seções *Inéditos* e *Arquivo*, é carregado de significação. No projeto de reconhecer as condições e motivos históricos, os textos selecionados iriam, pouco a pouco, compondo a *nacionalidade literária* ao mesmo tempo que iriam definindo o que seria a *literariedade nacional*.

Assim, ao lado de excertos ficcionais e seletas de poemas, a revista faz circular também textos críticos e ensaísticos sobre a produção literária, sobretudo da segunda metade do século XIX e do período de transição entre os séculos XIX e XX. Através da análise desses textos, poderemos definir os valores aos quais a *Revista do Livro* se afilia e, por conseguinte, os valores dos quais os seus editores se afastam. Através da análise, poderemos verificar também quais os movimentos de recuperação ou de valorização dos *motivos históricos* nos quais a revista se funda.

Essa fundação, já patente a partir da leitura dos editoriais, advém, sobretudo, do seu patrono, Machado de Assis. E é justamente com o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* que a literatura nacional estreia nos *Inéditos*, através da publicação dos *Pareceres emitidos por Machado de Assis*

---

<sup>145</sup> A única referência mais concreta sobre o poeta encontra-se no livro de Andrade Muricy, *Panorama do Movimento simbolista brasileiro*. 1973.

quando membro do Conservatório Dramático, sobre algumas peças enviadas a essa instituição (1862 – 1864)<sup>146</sup>.

Criado em 1843 e extinto em 1864, o Conservatório Dramático funcionou como instituição censória, responsável pelo controle e censura do teatro no Brasil. O órgão buscou implementar um padrão de moralidade tido como necessário ao progresso da atividade artística e à elevação cultural nas cenas brasileiras. De maneira ativa, o Conservatório Dramático Brasileiro estabeleceu um conjunto de proibições no campo da construção simbólica, interferindo nos modos e tipos de representação, através dos seus pareceres de censura. Durante seu período de funcionamento, todas as peças teatrais deveriam receber autorização do Conservatório antes de serem montadas em cena<sup>147</sup>. Ao mesmo tempo, seus pareceristas agiram de maneira a contribuir não só com a qualidade moral, mas também com a qualidade estética das obras que analisavam. Atitude tomada também por Machado de Assis que, no biênio de 1862 a 64, assume o papel de censor no conservatório, assinando 16 pareceres durante o seu período de atuação. Recuperados do arquivo da instituição na Biblioteca Nacional por Eugênio Gomes, em 1952, a *Revista do Livro* reproduz fielmente as suas avaliações e anuncia ensaio crítico assinado por José Galante de Sousa<sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> *Revista do Livro* n.º 01/02, junho de 1956, p. 178 – 192.

<sup>147</sup> Para informações mais precisas acerca do Conservatório Dramático Brasileiro e do seu papel censório no teatro nacional, remeto à tese de Luciane Nunes da Silva, *O conservatório dramático brasileiro e os ideais de arte, moralidade e civilidade no século XIX*. 2006.

<sup>148</sup> Ainda que a *Obra Completa* de Machado de Assis publicada pela editora Nova Aguilar, sob organização de Afrânio Coutinho reúna, em apêndice, texto de Eugênio Gomes, além da biobibliografia assinada por Galante de Sousa, estes pareceres não integram nenhum dos três volumes da obra. O mesmo ocorre na edição da W. M. Jackson, de 1937. Pode-se argumentar que os pareceres não integrariam a obra literária do autor e por isso não deveriam integrar sua *Obra completa*. Porém, eles encontrariam espaço na seção *Miscelâneas*, talvez espaço de maior valor analítico que, por exemplo, a carta de Machado ao gerente do *London Bank*, de julho de 1908 [p. 1091], comunicando o envio do seu testamento.

Os pareceres de Machado versam sobre diversos aspectos na análise dos textos teatrais a ele submetidos. De comentários e apontamentos acerca de problemas de tradução, como vemos, por exemplo, no parecer sobre o drama em três atos *Clermont ou A mulher do artista*: “se a peça nada vale por si, a tradução veio torná-la mais inferior ainda se é possível. Não é só a construção da frase portuguesa [que] se ressentiu do idioma original, mas ainda há vocábulos disparatadamente traduzidos”<sup>149</sup>.

Através das análises e críticas, o jovem Machado vai revelando também seus juízos de valor acerca dos temas e escolhas das peças, algumas vezes sem ao menos dignar-se a apresentar suas justificativas:

Parecer sobre a comédia *A mulher que o mundo respeita*, de Veridiano Henrique dos Santos Carvalho, em dois atos.

A comédia *A mulher que o mundo respeita* não está no caso de obter a licença pedida para subir à cena. É um episódio imoral, sem princípio nem fim. Pelo que respeita às condições literárias, ser-me-á dispensada qualquer apreciação: é uma baboseira, passe o termo.

Rio, 27 de outubro de 1862.<sup>150</sup>

A imoralidade evocada por Machado é o suficiente para negar à peça o licenciamento para a interpretação nos palcos brasileiros. Sem maiores explicações ou justificativas. A mesma moralidade será evocada em outros pareceres, também como motivo suficiente para negar ou aprovar as licenças necessárias. Como no parecer a *As mulheres do palco*, sobre a qual Machado afirma que “se eu tivesse que condenar *As mulheres do palco* seria menos pelo que este drama tem de incorreto e defeituoso

---

<sup>149</sup> ASSIS, Machado de. *Pareceres emitidos por Machado de Assis*, in: *Revista do Livro*, n.º 01/02, p. 178. [Optamos por fazer a atualização ortográfica dos textos citados, excetuando-se os casos em que a atualização acarretaria em perda de significação, principalmente nos textos Inéditos].

<sup>150</sup> Idem, p. 187.

na ideia e nos episódios do que pela matéria estranha ao drama e que forma a maior parte dele”<sup>151</sup>.

Para além de evocar a moralidade e a (ausência de) qualidade literária das peças que julga, verte em Machado crítico o seu *instinto de nacionalidade*, em consonância com o papel que a *Revista do Livro* irá assumir para si: o de examinar, porque não, julgar, a produção nacional, a fim de criar os seus baluartes fundamentais que determinariam os valores a serem seguidos:

*Um casamento de época*, drama em 5 atos do Sr. Constantino do Amaral Tavares, é mais uma composição que vem tomar lugar entre as pouquíssimas que conta o teatro nacional.

Esta qualidade impõe à crítica mais severidade do que a costumada. Sou dos que pensam que a análise deve ser mais minuciosa, e por ventura, mais rigorosa com as composições nacionais. Só por este modo pode a reflexão instruir a inspiração.<sup>152</sup>

É justamente o caráter nacional que faz Machado elevar o tom crítico, na expectativa de que na reflexão, na crítica se desenvolvesse a matéria literária no país. O autor fica ainda menos leniente pelo fato de a peça ser nacional. Por extensão de sentido, podemos compreender a proposição machadiana à função do crítico das letras nacionais: assumir o papel de, através da reflexão ou da crítica, incentivar, melhorar, instruir a produção nacional. Ou seja, na cena literária, o crítico teria de ter uma parte atuante e de grande valor: um papel didático.

Assim, na esteira da concepção machadiana da função do crítico na instrução da inspiração nacional, a *Revista do Livro* abre grande espaço em suas páginas para celebrar o centenário de nascimento do crítico literário paraense José Veríssimo, ao republicar alguns excertos de sua produção crítica e epistoar.

---

<sup>151</sup> Idem, p. 190.

<sup>152</sup> Idem, p. 180.

Nas palavras de Carlos David, então redator, no seu texto de apresentação,

foi José Veríssimo, sobretudo, crítico; soube dignificar as nossas letras num tempo em que essa carreira constituía, na maior parte dos casos, uma aventura mal sucedida. Mas cumpre assinalar: no processo de revisão dos escritores do passado, depois de haver sido julgado por alguns superiores a Sílvio Romero, sofre hoje as injunções da crítica. Acusam-no de muitos pecados, de sectarismo, por exemplo, e de um verdadeiro vezo pela cronologia e classificação de valores. Ainda aqui as opiniões não se mostram acordes.

[...] Acusam-no também por umas tantas ideias que nunca teve ou que justamente as tinha opostas. Daí a veracidade da constatação de Álvaro Lins:

‘Fico surpreso sempre ao encontrar na sua própria obra as conclusões contrárias a quase todas as acusações que acompanham o seu nome, o que somente se explica porque ele tem sido mais citado do que estudado’<sup>153</sup>.

Por todas essas, pode-se confiar, como o citado crítico, em que uma revisão da obra de Veríssimo só haverá de engrandecê-lo.<sup>154</sup>

Dentre diversas aventuras amadoras apontadas por David, Veríssimo destacar-se-ia pela seriedade e profundidade da sua crítica, o que em muitas ocasiões lhe rendeu polêmicas e controvérsias com escritores e outros críticos. Talvez seja a essas controvérsias que David faz referência ao falar das desventuras amadoras da crítica no período. A fim de melhor apresentar o autor de *História da Literatura Brasileira*, David recorre ao futuro redator da *Revista do Livro*, Brito Broca, que, em seu livro *A vida literária no Brasil – 1900* afirma que

---

<sup>153</sup> [Nota do autor] *Jornal de Crítica*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 25 – 44.

<sup>154</sup> DAVID, Carlos. *Centenário de José Veríssimo*: um artigo esquecido, cartas de Nabuco e Capistrano, excertos. In: *Revista do Livro* n.º 05, março de 1957, p. 147 – 148.

Sua probidade [a de José Veríssimo] crítica parece não sofrer dúvida, pelo menos dentro do relativismo da imperfeição humana. Não se lhe conhecem os “ódios”, de que foram passíveis os maíores críticos, embora injusto com Sílvio Romero, quando lhe dedicou apenas três linhas na *História da Literatura Brasileira*. E “afeto”, no sentido em que aqui empregamos a palavra, não possuiu também, pois é impossível distinguir na admiração por Machado de Assis mais do que o resultado de um rigoroso julgamento crítico.<sup>155</sup>

O que credencia a probidade de Veríssimo é a polêmica em que se envolve mesmo com seus próximos, através do exercício da crítica. Fora bastante severo com seu amigo Joaquim Nabuco, pela atuação daquele na *Revista Brasileira*; tratou também com severidade Miguel de Melo<sup>156</sup>, na crítica do romance *A visão da estrada*; e até com injustiça Coelho Neto, por conta do romance *Rei Negro*, quando o mesmo era quase unanimemente elogiado pela imprensa e crítica contemporâneas à sua publicação. Se estava disposto a ser duro com os seus próximos, que se dirá com os distantes.

Porém, se havia alguém apto a escapar de sua pena ardorosa e ardilosa, este era o seu maior admirado: Machado de Assis. Acerca do patrono da *Revista do Livro*, José Veríssimo escreveu longas e elogiosas impressões, críticas, comentários. Não à toa David proclama que, sem dúvidas, revisar a crítica de Veríssimo irá somente engrandecê-lo. Veríssimo foi um crítico amigo de Machado. E foi por conta da publicação do seu artigo *Machado de Assis, impressões e reminiscências*, em 29 de outubro de 1908, no *Jornal do Commercio*, que Joaquim Nabuco lhe escreve, externando uma divergência que ressoaria – e continua ressoando – na discussão em torno da figura social do autor de *Quincas Borba*:

---

<sup>155</sup> BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*, apud: DAVID, Carlos. *Idem*, p. 149. [Grifos do autor].

<sup>156</sup> A quem, inclusive, Veríssimo devia à indicação ao *Imparcial*, jornal de Goulart de Andrade.

Meu caro amigo. – Sua carta, contando-me a morte do Machado, foi uma nova prova da sua afetuosa bondade para comigo e muito lha agradeço. Ele teve a fortuna de reunir na velhice uma família de amigos, parentes pelo coração e pelo espírito, que muito o devem ter consolado da eterna orfandade. Desses o mais constante, pelo menos o mais chegado, assim como o mais querido, foi o senhor. O Sr. foi o S. Pedro e o Mário Alencar o S. João. Aquele fundará a Igreja, este escreverá o Evangelho. Éramos bem doze? Eu quisera mandar-lhe as cartas que tenho dele, mas aqui só tenho as dos últimos anos. Prometo-lhe mais cedo ou mais tarde dar-lhe todas, mas não poderá ser tão cedo. A maior parte delas estão em Londres. Penso poder um dia pôr em ordem o meu arquivo, é esta hoje minha maior ambição, mas não o farei de certo nos Estados Unidos. Veja se me chamam para lá. A morte do Machado me faz inveja, comparada com a que posso ter no estrangeiro. Seu artigo no “Jornal” está bellissimo, mas esta frase causou-me um arrepio: “Mulato, foi de fato um grego da melhor época”. Eu não teria chamado o Machado *mulato* e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso, quando reduzir os artigos a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele a escreveu e que tom lhe deu. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego. O nosso pobre amigo, tão sensível, preferiria o esquecimento à glória com a devassa sobre suas origens. Vamos ficando poucos, é o caso de cerrar fileiras. Sempre muito afetosamente, e com sincera admiração pela espontaneidade, frescura e agudeza do seu talento, - Amigo e Colega obrigado. – Joaquim.<sup>157</sup>

Mais do que reconhecer a polêmica em torno do branqueamento dos retratos de Machado de Assis – movimento ao qual se afilia a própria *Revista do Livro*, como vimos anteriormente – destacamos a filiação que Nabuco atribui a Veríssimo e a Mário de Alencar. E essa filiação se traduz pela metáfora da fundação da Igreja Machadiana. Se Mário de Alencar – cujas relações de admiração e proximidade com

---

<sup>157</sup> NABUCO, Joaquim. *Carta a José Veríssimo*. In: *Revista do Livro*, n.º 05, março de 1957, p. 164.

Machado produziram boatarias de grande monta<sup>158</sup> – encarnaria a figura do seguidor fiel, e fundaria a igreja tal qual São João Batista, caberia à Veríssimo o papel evangelista de São Pedro de definir os dogmas e crenças a serem seguidos pelos fiéis. O evangelho já estava lançado, pelo salmo 117: louvai ao Senhor Machado de Assis toda a pátria.

Ao apontar suas impressões e reminiscências, Veríssimo reforça o lugar de destaque que Machado ocupa na historiografia literária brasileira, autor das “mais fortes e mais belas [páginas] jamais escritas em nossa língua”<sup>159</sup>, além de reconhecer, nele, também o apuro crítico “sem sombra da presunção e arrogância que parecia ser aqui obrigação da crítica”<sup>160</sup>. Apuro crítico e literário que fizera Veríssimo reconhecer erros cometidos e

---

<sup>158</sup> Tomamos a liberdade de uma grande nota:

“Havia, realmente, nos dois, traços fisionômicos que corriam paralelos. E aquela afeição paternal de Machado de Assis, tão desconfiado nas suas amizades e, no entanto, tão ligado a M[ário] de A[lencar], cuja presença na velhice não dispensava um só dia?

Meses depois, em uma das minhas visitas ao consultório de Afonso Mac-Dowell, meu médico e amigo, este me recebe exclamando:

– Se você chega dois minutos antes, encontraria aqui um colega seu, da Academia.

– Qual deles?

– O M... M. de A.

Sem a menor lembrança, no momento, das palavras de Goulart de Azevedo, falei-lhe do nervoso do M., o qual não saía à rua sem companhia de um ou dois filhos.

– Nervoso, só, não – atalhou o médico.

E com ares misteriosos:

– Eu lhe digo aqui com a devida reserva: o M. é epilético.

Essa informação pôs um raio de luz em minha dúvida. J[osé] de A[lencar] jamais sofreu de epilepsia. Machado de Assis morreu dessa moléstia. Como explicar, pois, a epilepsia de M. de A.?

Mergulhei no oceano desse mistério, tateantes as mãos do meu pensamento. Dom Casmurro não será uma história verdadeira? Aquele amigo que trai o amigo, aquele filho que fica de uns amores clandestinos, não seriam páginas de uma autobiografia?” CAMPOS, Humberto de. *Diário secreto – memórias*, 1954.

<sup>159</sup> VERÍSSIMO, José. *Machado de Assis: impressões e reminiscências*. In: *Revista do Livro*, n.º 05, março de 1957, p. 152.

<sup>160</sup> Idem, *ibidem*.

reavaliar a direção de sua obra e seu papel de crítico das letras nacionais:

Nessa época [na juventude], porém, e ainda muito depois, as minhas predileções de simples leitor, como posteriormente as de crítico, iam ao “romance brasileiro”, ao romance somente de tipos e costumes peculiares nossos, à ficção descritiva da paisagem, do cenário e da vida brasileira vista unicamente nos seus aspectos mais particularmente indígenas. Então, como toda a gente aqui, fui em literatura, por uma concepção errônea e estreita de nacionalismo, um nacionalista.<sup>161</sup>

Veríssimo reconhece que, por certo período de sua atividade crítica, enxergava como o espírito nacional o assunto local, a cor local. Ou seja, era brasileira a literatura que tratava da questão indígena, dos regionalismos e aspectos próprios da cultura particularmente brasileira. Ao dedicar-se cada vez mais intensamente a Machado de Assis, o crítico paraense percebe-se no erro que o autor de *Memorial de Aires* citava na sua *Notícia da atual literatura*, justamente o de só reconhecer como nacional os aspectos locais da literatura produzida no Brasil. O que pode ser lido pelo sentido inverso. Veríssimo teve suas ideias de nacional influenciado sobremaneira pela produção literária e crítica de Machado que não conseguiria mais manter seus conceitos acerca da brasilidade. O crítico confessa que “depois da leitura do *Brás Cubas* comecei a entender que se podia ser um grande escritor brasileiro, um romancista verdadeiramente nacional, sem falar de índios, de caipiras ou da roça”<sup>162</sup>. Afaste-se, assim, a noção de nacionalidade apoiada no popular, no pitoresco do Brasil, para aproximar-se na busca do que “havia em nós, fora das nossas feições puramente americanas, [de] matéria tão ou mais interessante de representação artística”<sup>163</sup>.

---

<sup>161</sup> Idem, p. 151.

<sup>162</sup> Idem, p. 152.

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*.

Pelas escolhas seletivas que mapeamos, percebemos que a *Revista do Livro* também assume para si a tarefa de examinar as condições e motivos históricos para preservar os valores tradicionais da literatura nacional, apoiada justamente nos movimentos críticos do seu patrono, Machado de Assis, e dos que o admiram, como José Veríssimo e Joaquim Nabuco. Tarefa essa alinhada à do Instituto Nacional do Livro, de levar a Alta Cultura à população brasileira, provendo-a de bibliotecas e de possibilidades de acesso à *verdadeira* Cultura Nacional, “não desse brasileirismo vistoso e pitoresco, ao alcance do primeiro vulgar observador, mas das feições profundas e íntimas da nossa índole nacional. Não serão brasileiros do sertão ou da roça, mas são brasileiros do Rio de Janeiro, que é em suma o expoente da nossa cultura e civilização”<sup>164</sup>.

Erigindo o pedestal referencial composto pelos expoentes da nossa cultura, a *Revista do Livro* reforça também a convicção do crítico paraense, de que “ele [Machado] é o maior *vulto* da literatura brasileira”<sup>165</sup>. E como *vulto*, ele assombrará toda literatura nacional dali em diante.

E não é só da opinião elogiosa de José Veríssimo que a *Revista do Livro* lança mão a fim de prestar suas reverências à Machado de Assis. Ainda em 1957, o periódico reserva a seção *Arquivo* do seu oitavo número para a reprodução da conferência<sup>166</sup> de Oliveira Lima sobre o autor de *O Alienista*, já anunciando que “a publicação que hoje fazemos já se liga ao número especial que a ‘*Revista do Livro*’ vai dedicar a Machado de Assis, cujo cinquentenário da morte se comemora em setembro de 1958”<sup>167</sup>.

Oliveira Lima inicia sua fala reconhecendo seu espanto pelas dimensões imponentes que o funeral de Machado de Assis,

---

<sup>164</sup> Idem, p. 161.

<sup>165</sup> Idem, p. 162.

<sup>166</sup> Patrocinada pela Missão Brasileira de Propaganda e Expansão e Expansão econômica, mecanismo de divulgação brasileira no exterior.

<sup>167</sup> *REVISTA DO LIVRO. Texto de apresentação à conferência de Oliveira Lima.* In: *Revista do Livro*, n. 08, dezembro de 1957, p. 169.

no ano anterior à sua fala, tomara. O funeral de Assis teve repercussões que ultrapassaram o reconhecimento oficial das homenagens das instituições e dos governos. O que espantou Lima foi a participação de camadas consideradas populares nas quais, segundo o autor, a inteligência – que assume numerosos aspectos – se disfarça, afinal, a homenagem ultrapassou o que se imaginava “a um escritor que não parecia exatamente destinado a ser tão bem compreendido pela multidão”<sup>168</sup>.

Se Veríssimo já apontava a nacionalidade machadiana que escapava do falar de índios, de caipiras ou da roça, Lima contribui com a reflexão em torno do assunto ao apontar que ele, Machado, havia se libertado do estreitamento do nacionalismo que leva ao nativismo, e que “elevava-se a uma concepção mais geral, digamos o termo, humana da vida, sem por isso deixar de ser essencialmente nacional”<sup>169</sup>.

Oliveira Lima segue, em sua fala aos franceses, apresentando obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Ressureição*, *Dom Casmurro* entremeadas por aspectos da sua vida pessoal, a perda de sua esposa, suas características de tímido e retraído, tentando estabelecer as conexões entre a produção literária e a vida pessoal de Machado de Assis, na mesma esteira do artigo de Veríssimo, o qual cita várias vezes.

Assim, a proposta de leitura da qual lançamos mão neste trabalho vai ganhando contornos mais claros, e define-se cada vez mais ao avançarmos à análise dos excertos de José Veríssimo que a *Revista do Livro* seleciona para sua republicação como gesto, ao mesmo tempo de homenagem e de filiação crítica.

Selecionados dentre as obras *História da Literatura Brasileira*, *Homens e cousas estrangeiras*, *Estudos de*

---

<sup>168</sup> OLIVEIRA LIMA, Machado de Assis e sua obra literária. In: *Revista do Livro*, n. 08, p. 171.

<sup>169</sup> Idem, p. 172.

*Literatura Brasileira e Letras e literatos*, os extratos do pensamento de Veríssimo podem nos apontar quais as passagens de sua crítica a *Revista do Livro* julga mais interessante e pertinente de serem *revistas*, para usar o mesmo verbo que Carlos David adota no seu texto de apresentação.

A primeira das passagens, *Literatura é arte literária*, retirada da introdução da *História da Literatura Brasileira*, apresenta uma definição importante do que seria a literatura, uma vez que Veríssimo enquadra a literatura no âmbito das artes. Ou seja, “somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, ao meu ver, literatura”<sup>170</sup>. Isso restringe a produção literária às “boas ou belas letras”<sup>171</sup>, gerando o questionamento acerca do que seria considerado boas ou belas letras, mas, principalmente, do que não seria considerado boas ou belas letras.

A resposta começaria a se desenhar em outra passagem, do mesmo livro:

#### Literatura de Moços

É este o grande mal da literatura brasileira: que por circunstâncias peculiares à nossa evolução nacional, ela tem sido sobretudo, quase exclusivamente até, feita por moços, geralmente rapazes das escolas superiores, ou simples estudantes de preparatórios, sem o saber dos livros e menos ainda o da vida. Ora, a literatura, para que valha alguma coisa, há de ser o resultado emocional da experiência humana. A nossa tem principalmente sido uma literatura de inspiração e fundo, mais livrescos que vividos.<sup>172</sup>

Se o crítico paraense ainda não apresentara a definição de boas ou belas letras, já recorta o perfil do seu produtor. *Ora, para que valha alguma coisa*, as letras devem ser fruto de um

---

<sup>170</sup> VERÍSSIMO, José. *Literatura é arte literária*. In: *Revista do Livro* n.º 05, p. 164.

<sup>171</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>172</sup> \_\_\_\_\_, *Literatura de Moços*. In: *Revista do Livro* n.05, p. 166.

acúmulo de experiências humanas de fundo emocional. Deve ser fruto da inspiração e reflexão de *homens feitos*, capazes de, tal qual Machado de Assis, congregar uma “rara unidade de inspiração, de pensamento e de expressão”<sup>173</sup>. É, portanto, através da inteligência, do refinamento, e da experiência de vida que se produz a literatura digna.

Nesse ponto, pelos recortes (cujas citações apresentamos todas respeitando a sequência na qual elas são republicadas na *Revista do Livro*) estamos aptos a reformular a pergunta: se a literatura é um “órgão da sociedade humana, manifestações naturais da sua vida, do seu sentir, do seu pensar, do seu querer, é tão impossível separar da literatura a moral como separá-la da mesma vida que exprime e define. Não fora isso, que valor teria a literatura?”<sup>174</sup>. E José Veríssimo avança mais nessa discussão, afinal, para o crítico, “o que chamo moral na arte é a sua correspondência com a vida social, já que a arte é eminentemente social”<sup>175</sup>.

Atingimos uma definição mais ou menos clara, nesse estágio. A partir da leitura sequencial dos excertos que republica, a *Revista do Livro* apresenta aos seus leitores uma ideia e um ideal de literatura como sendo obra produzida por *homens feitos* que podem, através de sua experiência<sup>176</sup> de vida, analisar, sob a ótica da moral, manifestações naturais da vida humana. Realizada com boas ou belas letras, devidamente.

Assim, vamos, aos poucos, ressignificando a leitura que queremos apresentar da *Revista do Livro*. O órgão do Instituto Nacional do Livro é um periódico com um claro projeto: o de preservar valores tradicionais das boas e belas letras que correspondem às condições e motivos históricos que permitiram a fundação da Literatura Nacional Brasileira, realizada sob a ótica de uma moral específica. A moral de analisar a sociedade

---

<sup>173</sup> \_\_\_\_\_, *O espantinho de Machado de Assis*. In: *Revista do Livro* n. 05, p. 166.

<sup>174</sup> \_\_\_\_\_. *A moral na arte*. In: *Revista do Livro* n. 05, p. 168.

<sup>175</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>176</sup> Que em nada se aproxima da experiência benjaminiana de O narrador.

não naquilo que ela tem de peculiar, pitoresco e sim naquilo que ela tem de mais profundo, mais universal a fim de transformar essa característica em um alto produto estético.

Mas com qual intuito? O que motivaria os editores da *Revista do Livro* a revisar / revistar / revisitar um crítico como José Veríssimo, em 1957, para além da chave da pura e simples homenagem em uma data comemorativa, que por si só já se configura como um gesto seletivo? A nosso entender, o gesto nada mais é que um gesto reativo, em resposta à, também de 1957:

beba coca cola  
babe cola  
beba coca  
babe cola caco  
caco  
cola  
c l o a c a

(Décio Pignatari)

Que escândalo nas boas ou belas letras brasileiras!

O gesto é reativo também ao ano de 1956 e suas releituras que propunham outras relações com um outro passado. É reativo à dança de Picasso, às reformulações da imprensa, e dos seus suplementos, à emergência da imagem, à I Exposição Nacional de Arte Concreta, enfim, à *indefinição*. Para a *Revista do Livro*, enquanto órgão de manutenção da tradição, ou melhor, da *preservação dos valores tradicionais*, a literatura – e, por extensão de sentido feita pela própria revista, a arte – é definidora, e definida como obra produzida por *homens feitos* que podem, através de sua experiência de vida, analisar, sob a ótica da moral, manifestações naturais da vida humana. Se avançarmos na análise das escolhas para a (re)publicação de determinados textos em suas seções *Inéditos* e *Arquivos*,

veremos qual o cânone *vultuoso* que a *Revista do Livro* vai compondo no decorrer dos seus anos.

A lista que vai se armando. A presença do patrono da cadeira de número 29 da Academia Brasileira de Letras nos números 06 e 08, de junho e dezembro de 1957, respectivamente, Luís Carlos Martins Pena é, assim, introduzida não pelo valor literário ou crítico da sua produção, mas por sua importância histórica:

A publicação, que neste número fazemos, de um fragmento inédito de Luís Carlos Martins Pena, tem como principal objetivo completar a tarefa, que se propôs o INL, de trazer ao conhecimento dos leitores de hoje, o acervo literário de uma das mais significativas figuras da *história* literária brasileira.

Por motivos fortuitos, a obra de Martins Pena permanecia praticamente desconhecida de quantos se interessam pelas nossas letras; e tal fenômeno era por de mais lamentável, se nos apercebemos de que ela, sobre constituir elemento renovador em nosso palco, *encerra valiosos subsídios para o estudo da vida brasileira do século passado.*<sup>177</sup>

Na mesma esteira, justifica-se a seleção dos textos de *Folhetim* no número 06 da revista. Não pela potência literária que o autor ainda guardaria, não pela possibilidade de atualização e *atuação* literária ao ser lido mais de 100 anos depois. Tão menos pela importância literária nos movimentos de constituição da literatura. Ainda menos por sua inovação no campo estético, teatral, literário. A *Revista do Livro* recupera o autor de *O juiz de paz da roça* pelo seu valor histórico no estudo de um período. Advertindo, ainda, seus leitores:

Incluindo hoje em suas páginas o fragmento de *O Rei do Amazonas*, a *Revista do Livro* acredita contribuir de algum modo para o conhecimento da formação do escritor, advertindo que,

---

<sup>177</sup> REVISTA DO LIVRO. Um inédito de Martins Pena. In: *Revista do Livro* n.º 08, p. 155. [Grifos nossos].

sobre atributos literários, mais se deve depreender do presente texto a ambição de um talento adolescente aberto a todas as influências e curioso das várias formas literárias em voga no seu tempo.

*O Rei do Amazonas* é obra primaveril, e com tal espírito deve ser observado. [...] Longe estava ainda Martins Pena da espontaneidade da graça e da ironia dos folhetins, ou da agudeza de observação das comédias; mas demonstrava já uma vocação muito acima da mediocridade dominante entre os jovens de seu tempo.<sup>178</sup>

Ora, não estamos diminuindo a importância dos estudos históricos, mas questionamos, a partir desta advertência, qual seria a relevância de se recuperar uma obra primaveril, um texto adolescente. Não seria, portanto, pela importância literária, pela qualidade de sua produção, mas pelo fato histórico que constitui Martins Pena. O gesto é recuperar o pequeno texto de um *grande vulto*. O gesto do *arconte* de selecionar textos específicos que, junto no mesmo arquivo, compusessem a leitura que a revista procurava construir. Vemos aqui mais um movimento em direção à tarefa de reconhecer as condições históricas que fundaram a literatura nacional, sem se, necessariamente, questionar que literatura, ou melhor, qual a qualidade literária seria essa. Por que não recuperar os textos mais significativos desses escritores? Um caminho é o fetiche do arquivo, que acomete comumente o pesquisador, de achar um texto perdido, um documento esquecido. É achar o inacabado e esquecido *Rei do Amazonas* só porque ele é de Martins Pena. É achar a carta de Euclides da Cunha para seu filho, perguntando sobre a necessidade de novos materiais escolares só porque ela é de Euclides. É o peso da assinatura. Em entrevista a David Wills e Peter Brunette<sup>179</sup>, Jacques Derrida nota que a assinatura só existe quando há uma contra-assinatura, ou seja, quando há o reconhecimento. Para haver a assinatura é preciso haver algum

---

<sup>178</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>179</sup> Publicada em *Deconstruction and the Visual Arts: Art, Media, Architecture*, 1993.

reconhecimento acerca do nome assinado. E é esse o gesto que a revista propõe, ao recuperar textos pelo seu valor histórico: publicar textos assinados a fim de engrandecer - e uso o mesmo verbo que usou Carlos David ao falar do retorno a obra de Veríssimo anteriormente – o nome.

Não se afastaria, assim, a *Revista do Livro* da máxima de Veríssimo, das boas ou belas letras, para, (re)lendo-lhe, propor as *velhas* letras brasileiras. Ou seja, os critérios de seleção da revista não seriam baseados na qualidade literária – e poderíamos questionar qual a ideia de qualidade – nem de relevância estética, mas sim do papel histórico que escritores e escritoras tiveram na constituição e na *invenção, seleção e imaginação* da literatura nacional.

Vê-se, aí, uma pista que nos permitiria compreender o olhar permanentemente voltado ao passado que a *Revista do Livro* possui. Olhar esse que é lançado sobre Castro Alves no número seguinte da revista, ao optar pela publicação de fragmentos de *Jesuítas e Frades*, baseado em manuscritos, também publicados em fac-símile. Sem apresentar nenhuma análise, julgamento crítico, contextualização histórica, a revista deixa claro que optou pela divulgação dos inéditos de Castro Alves pela relevância do autor na história literária.

Ou seja, não é o texto que define a sua publicação, é a sua assinatura que a define. O simples fato de ser um inédito de um *grande vulto* como Castro Alves é justificativa suficiente para a sua escolha. Esse movimento se intensifica nos números subsequentes da revista com a publicação, por exemplo, das cartas pessoais de Euclides da Cunha (RL n.º 15) ou de Eça de Queiroz (RL n.º 18), algumas mostrando aspectos da vida íntima dos autores, como um bilhete de 3 linhas de Euclides da Cunha ao filho, oferecendo-lhe novas vestimentas escolares.

Curioso notar que no texto de introdução à reprodução dos três artigos de Euclides da Cunha (RL n.º 10), a *Revista do Livro* faz – quase como um ato falho – a crítica de si mesma, ao falar

da vasta existência de trabalhos jornalísticos e ensaísticos do autor d'*Os Sertões* ainda como dispersos:

Não é crível que no momento em que se reúnem em volume até as crônicas mais insignificantes de Machado de Assis, sob o pretexto justificável de que nada acrescentando ao renome do escritor, já perfeitamente consolidado, concorrem para o melhor conhecimento de sua obra [...] <sup>180</sup>

Ainda que o veja como um pretexto justificável, é justamente a reunião de algumas críticas “insignificantes” que a *Revista do Livro* vai publicar na seção *Inéditos* do número 11, de setembro de 1958, em homenagem a Machado de Assis. A revista não se percebe como vítima na própria crítica: reserva um volume completo em homenagem à Machado de Assis e guarda menos de meio número ao comemorar o cinquentenário de morte de Euclides da Cunha. Mais irônico ainda é que tenham sido escolhidos os mesmos nomes como exemplos, para os mesmos fatos, o que se cola totalmente ao lugar hierárquico dos dois escritores no cânone da Academia Brasileira de Letras – o mesmo adotado pela revista. Enquanto Machado de Assis foi um dos fundadores da Academia, e seu primeiro presidente, Euclides permaneceu apenas três anos na casa, vindo a falecer antes de completar o quarto ano de “imortalidade”.

Dedicando a integralidade de um dos seus números à comemoração do cinquentenário de morte de Machado de Assis, cuja capa já aponta seu intuito, a *Revista do Livro* reforça ainda mais sua afiliação ao autor de *Quincas Borba*.

---

<sup>180</sup> REVISTA DO LIVRO. *Euclides, crítico de ideais*. In: *Revista do Livro* n.º 10, p. 183.

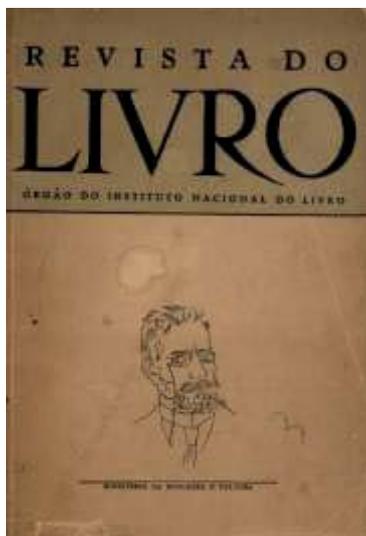


Figura 13: Capa da Revista do Livro n.º 11 de setembro de 1958. Acervo NELIC.

Como se não bastasse o número inteiro dedicado a ele, como se não bastasse o editorial explicando em pormenores a intenção dos editores em lhe render homenagem, como se não bastasse o bico de pena de Ernesto Lacerda de Almeida<sup>181</sup>, a *Revista do Livro* apresenta-se, ainda, com uma faixa em papel escuro de gramatura 120 g/m<sup>2</sup> escrita, em letras em caixa alta, de cor bordô, “Edição comemorativa do cinquentenário da morte de Machado de Assis”. Como todos os textos publicados nessa edição versam sobre Machado de Assis, não ficariam de fora as seções *Inéditos e Arquivo*.

---

<sup>181</sup> Entre os anos de 1948 e 52, Lacerda frequenta a Escola Nacional de Belas Artes, ENBA. O professor da Escola de Belas Artes da UFRJ, Ricardo Barbosa Pereira aponta, em seu artigo *A ENBA da primeira metade do século XX*, que a escola frequentada por Lacerda representaria um baluarte de resistência do ensino academicista oriundo da Academia Real de Belas Artes fundada por Dom João VI, em 1816, atuando como resistência às inovações aportadas ao Brasil pelos movimentos modernistas. Traça-se, assim, um possível paralelo com a linha de atuação da *Revista do Livro* em relação aos movimentos de 1956.

Na primeira, a revista opta por recuperar a feição crítica do autor de *Memórias Póstumas*, ao republicar algumas páginas da sua coluna *Semana Literária* no *Diário do Rio de Janeiro*. No texto de apresentação, a *Revista do Livro* afirma que

A crítica militante, quer dizer, a crítica regular e permanente de livros do dia, foi muito pouco cultivada durante o nosso período romântico. O que se fazia com assiduidade e real amplitude, era a crítica teatral. [...] Não obstante, fizeram-se várias tentativas de crítica militante até 1880, quando o gênero, pode-se dizer, ganhou foros de cidade na imprensa. Capistrano de Abreu, com a sua rubrica na “Gazeta de Notícias”, teria sido o primeiro a dar-lhe um caráter de permanência, numa seção que durou cerca de dois anos. Machado de Assis possuía indiscutível vocação de crítico.<sup>182</sup>

A vocação crítica de Machado, ao menos a vocação que a *Revista do Livro* opta por dar destaque em suas páginas é a de um crítico mais ativo socialmente do que literariamente. As duas primeiras colunas<sup>183</sup> republicadas versam, por exemplo, sobre a importância sociocultural da criação do Gabinete Literário Goiano e a passagem pelo Brasil do Reverendo Carlos Mikoszewski, em viagem filantrópica para angariar fundos pela causa dos poloneses desterrados, respectivamente.

E quando avança na crítica literária, “Machado mostrou sempre agudeza e compreensão, embora por vezes incidisse naquela ‘critique accueil’, em que se nota mais a preocupação de estimular o autor por meio de certa benevolência”<sup>184</sup>. O que se distancia do que disse Machado nos pareceres de censura publicados no primeiro número da revista, “Esta qualidade impõe à crítica mais severidade do que acostumada. Sou dos que pensam que a análise deve ser mais minuciosa, e por ventura,

---

<sup>182</sup> REVISTA DO LIVRO, *Apresentação*. In: *Revista do Livro* n.º 11, p. 185.

<sup>183</sup> ASSIS, Machado de. *Semana Literária*. [Colunas de 20 e 22 de fevereiro de 1866]. In: *Revista do Livro* n.º 11, p. 186 – 187.

<sup>184</sup> REVISTA DO LIVRO, *Apresentação*. In: *Revista do Livro* n.º 11, p. 185.

mais rigorosa com as composições nacionais”<sup>185</sup>. Onde estaria a benevolência de que fala a *Revista do Livro* na nota sobre *Opúsculos históricos e literários*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, de 20 de março de 1866:

Confessamos que não nos foi possível fazer uma leitura demorada desses escritos, como exige uma obra que traz o nome do Sr. Dr. Magalhães; mas por mais rápida que fosse, achamos nessa leitura o prazer de uma boa prosa de reflexões justas, e de estudos conscienciosos. O estilo do Sr. Dr. Magalhães participa da natureza das suas tendências como poeta. Nem sempre as nossas ideias se conciliam com as do Sr. Dr. Magalhães; nem sempre estamos de acordo com as suas apreciações; mas fora destas reservas, que não apontaremos minuciosamente, praz-nos ver no livro do Sr. Dr. Magalhães uma face do seu talento e uma prova daquele amor literário, que ele não perdeu, nem perderá, estamos certos disso.<sup>186</sup>

A revista faz alusão aos elogios incentivadores comuns à crítica de Machado, mas esses não se confundem com benevolência ou falta de rigor crítico. Os elogios se repetem, por exemplo, na recepção de *Ecos da minh'alma*, de Adélia Josefina de Castro Fonseca – “Possui a autora um talento real, e um sincero amor pelas letras. Os seus versos são símplices, naturais, ingênuos. Achamos às vezes alguns versos frouxos, mas em geral a autora versifica com cuidado e meditação. O que nos agrada, sobretudo, é que este livro exprime uma verdadeira individualidade feminina; não há essa pompa afetada, essa falsa imitação dos tons másculos.”<sup>187</sup> Mas a mão que afaga é a mesma que fere. Machado se vale da mesma estratégia nas duas leituras. Aponta, por um lado, suas qualidades, para logo em seguida se eximir da crítica ao notar que não compartilha das mesmas apreciações ou ideias.

---

<sup>185</sup> ASSIS, Machado de. *Op. cit.*, p. 150.

<sup>186</sup> ASSIS, Machado de. *Semana Literária*. [Coluna de 20 de março de 1866]. In: *Revista do Livro* n.º 11, p. 188.

<sup>187</sup> Idem, [Coluna de 10 de abril de 1866], p. 189.

Porém, não é somente o papel de crítico que a *Revista do Livro* recupera do seu patrono. Se na seção *Inéditos* foram reunidas suas colunas da *Semana Literária*, na seção *Arquivos*, a revista presta sua reverência ao *fato histórico* Machado de Assis. Fato histórico de extrema importância, pelas comparações que os editores estabelecem no texto de apresentação da seção. A fim de introduzir o noticiário em torno da morte de Machado de Assis, em setembro de 1908, a *Revista do Livro* estabelece o contexto histórico do seu desaparecimento, citando outros acontecimentos importantes do mesmo período. Caberia perguntar qual a relação o órgão do Instituto Nacional do Livro gostaria de estabelecer entre a morte de Machado e a discussão da questão de Marrocos na Espanha, com o comício republicano em favor dos pescadores no Porto, com os incidentes diplomáticos entre a França e a Alemanha em Casablanca, com a visita do Marechal Hermes da Fonseca à Alemanha. Ou ainda, no âmbito nacional, com o controle da febre amarela, com os surtos de cólera, com a moléstia de João Pinheiro, com o crime de Miguel Traad, ou ainda com a greve operária em Santos. A *Revista do Livro*, ao alinhar a morte de Machado de Assis com tantos outros fatos históricos, produz uma leitura que procura demonstrar que, mesmo diante de diversos acontecimentos relevantes na história brasileira e mundial, “o mundo parou” para prestar suas homenagens a Machado. Esse movimento é reforçado com a compilação das descrições do desaparecimento de Machado na imprensa e na sociedade brasileiras e estrangeiras no período. A revista reúne as notas de condolências da *Gazeta de Notícias*; do Governo Federal, com a presença dos ministros Tavares de Lima, do interior, e Miguel Calmon, da viação; do Congresso Nacional, com os discursos do então senador Érico Coelho; na Academia Brasileira de Letras, onde Machado foi velado; além de registrar a lista dos visitantes ilustres ao velório, dentre outras notas.

Seguindo na sua tarefa de *engrandecer* os *grandes vultos* da história literária brasileira, a *Revista do Livro* publica, ainda, textos esparsos ou perdidos de nomes como Sílvio Romero, com *Um polemista mineiro* (um estudo biográfico e crítico da vida e obra do jornalista mineiro Estevão de Oliveira<sup>188</sup>), ou como Raul Pompéia (*A vida na corte*, coletânea de crônicas que o autor d’*O Ateneu* fez com as cenas quotidianas da corte brasileira entre os anos de 1888 e 1889)<sup>189</sup>, ou ainda com Tomas Alves (folhetins de *Hop-frog*)<sup>190</sup>.

A revista, porém, ignora o fato de ter sido Romero o maior crítico de Machado, e essa crítica não aparece em momento algum em suas páginas. Nem que fosse para defender o autor de *Quincas Borba*. Ao contrário, a *Revista do Livro* seleciona um texto “menor”, que versa sobre uma figura “menor”, e esconde uma produção crítica das mais significativas de Romero. A escolha recai, portanto, por um texto que siga o *modus operandi* da revista, ou seja, uma leitura biográfica como gesto de preservação de uma memória.

E, como se estivesse se justificando, ou defendendo seu projeto, eis que surge, nas páginas da *Revista do Livro* 21/22, de março a junho de 1961, Graça Aranha. Porém, ganha significação ser, ao invés do Aranha d’*A emoção estética na arte moderna*, o Aranha da conferência no Ateneu Argentino de Buenos Aires, em 22 de dezembro de 1897, para quem o Brasil

Está ainda no período de nebulosa. No princípio era o caos. Não sei qual será a trajetória da nossa evolução, se sairemos da matéria cósmica inicial como um grande corpo, ou se nos iremos desagregando em asteroides pela via láctea dos povos. Mas, se há uma coisa que nos fará manter unidos, a nós, que temos vários climas para nos inspirar a vida e que somos a incógnita do amor

---

<sup>188</sup> In: *Revista do Livro* n.º 12, p. 216 – 229.

<sup>189</sup> In: *Revista do Livro* n.º 13, p. 197 – 223.

<sup>190</sup> In: *Revista do Livro* n.º 14, p. 129 – 170.

de muitas raças, essa força de atração será a paixão literária, a tradição de arte da palavra em uma mesma língua.<sup>191</sup>

Nebulosa de formação do povo brasileiro, em busca de um elemento comum na diversidade dos elementos constitutivos do país. Nebulosa de formação do povo brasileiro que carrega ainda aberta a ferida de Canudos, cujo fim trágico deu-se menos de três meses antes da fala de Aranha. A busca de um elemento comum via a paixão literária é também a busca da consolidação de um ideal republicano num momento de esperanças. O Brasil, em 1897, já estava sob o regime do seu primeiro presidente civil, após os governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. O paralelo com a situação brasileira no momento da republicação da fala de Aranha é patente. Um novo processo de consolidação da república, após a era Vargas, um novo processo de afirmação de uma identidade nacional, de uma força para manter o país unido. A resposta dos 1897 foi, segundo Aranha:

A recente fundação da Academia [Brasileira de Letras] em meio de tribulações políticas tão graves. Temos tido grandes e longos dias de bonança em nossa gestação social, e por que fomos exatamente reunir-nos quando a tempestade se desencadeou? Os fenômenos são complexos; de muitas maneiras se pode explicar esta fundação. Mas dir-vos-ei enquanto a mim, que o momento e as outras circunstâncias em que se realizou o acontecimento explicam bem que ele obedeceu ao instinto conservador da nossa vocação literária. Vivemos num temporal, o horizonte está turvo e o próprio solo ruge e treme. Que seria de nós, homens de letras, se não nos agrupássemos? Falou o sentimento da própria defesa, repetimos a lição da Bíblia fundando a Academia para guardar nela, como na velha alegoria da Arca, todas as espécies da nossa fauna literária. A Academia é uma obra de desafio às intempéries. Pode vir o dilúvio, nós repovoaremos o mundo das letras no Brasil.<sup>192</sup>

---

<sup>191</sup> ARANHA, Graça. *A literatura atual do Brasil*. In: *Revista do Livro* n.º 21 / 22, p. 176.

<sup>192</sup> Idem, *ibidem*.

Ao apoiar-se em Graça Aranha, a *Revista do Livro* estaria dizendo que reuniu em suas páginas, durante a tempestade política e social dos anos 1950, obedecendo ao seu instinto conservador – e ao *instinto de nacionalidade* – uma nova velha Academia, um (nada) novo cânone, responsável pela reunião de *todas* as espécies da fauna literária brasileira para, tal qual Noé, repovoar o mundo das letras no Brasil. Uma nova velha Academia para pregar um novo discurso bíblico: “louvai ao Senhor Machado de Assis toda a pátria”.

### 3. A construção de um nacional

Homenagem renovada a Marianne Moore

Cruzando desertos de frio  
que a pouca poesia não ousa,  
chegou ao extremo da poesia  
quem caminhou, no verso, em prosa.  
E então mostrou, sem pregação,  
com a razão de sua obra pouca,  
que a poesia não é de dentro,  
que é como casa, que é de fora;  
que embora se viva de dentro  
se há de construir, que é uma coisa  
que quem faz faz para fazer-se  
– muleta para a perna coxa.

João Cabral de Melo Neto. *Agrestes*.

Vimos como se dá o papel de arconte que a *Revista do Livro* assume ao, através da sua seleção de textos, estabelecer seu arquivo. Seu arquivo como um lugar onde se guardam os documentos que lhe deram o poder, a autoridade para a construção das condições históricas que deram origem à Literatura Brasileira. Mas não a construção de um arquivo qualquer, é a construção de um arquivo que, baseado no seu princípio econômico / eco-nômico, adjetiva o substantivo literário brasileiro. Ou seja, a seleção que a *Revista do Livro* realiza nos permite reconhecer qual a definição que o periódico faz de tudo aquilo que, dentre as produções literárias brasileiras, poderiam ser por ela reconhecidas como pertencentes à Literatura Brasileira: a literatura – e, por extensão de sentido feita pela própria revista, a arte – é definidora, e definida como obra produzida por *homens feitos* que podem, através de sua experiência de vida, analisar, sob a ótica da moral, manifestações naturais da vida humana.

É, cremos, pela análise da consignação dos autores que o órgão do Instituto Nacional do Livro que poderemos ler como a revista se posiciona no seu tempo, tal qual um baluarte da

resistência e preservação dos valores tradicionais – e já seculares – da Literatura Brasileira face às ameaças da literatura popular, da poesia concreta, da literatura engajada (mais próxima dos anos 1960), e de todas as outras produções que não seriam de *homens feitos*, de *grandes vultos*.

Na tarefa de erigir o cânone da Literatura Brasileira, a *Revista do Livro* encara a necessidade de definição de dois conceitos bastante complexos. Por um lado, foi preciso atentar para o que ela entende por Literatura, por outro, elencar quais seriam as características que dariam a identidade Brasileira a essa produção.

Para além da evidente importância arquivista / historiográfica de recuperação de produções esquecidas nas malhas do passado, a *Revista do Livro*, ao triar quais textos ela queria recuperar, e quais ela optaria por não dar voz, apresenta suas opiniões e escolhas que nos permitem mapear ideais, projetos, ensejos dos seus editores para com o papel da revista no seu tempo. A percepção das escolhas na montagem do arquivo da *Revista do Livro*, através das seções *Inéditos* e *Arquivo*, nos permitiu, no capítulo anterior, antever uma definição para a Literatura, baseada sobretudo na composição de um cânone literário dos *grandes vultos* nacionais.

Portanto, se alguns dos textos (re)publicados<sup>193</sup> pelo órgão do Instituto Nacional do Livro nos permitiram pensar em uma categoria de *Grandes Vultos*, alguns outros nos possibilitam a análise de quais ideais de nação, de pátria, de brasilidade a *Revista do Livro* partilha em suas páginas.

Começemos pela real necessidade que a literatura brasileira teve de inventar uma identidade própria:

Esta nossa literatura

---

<sup>193</sup> Em sua maioria, a *Revista do Livro* publica textos não inéditos na seção Inéditos, sob a justificativa que tais artigos apareceram somente em periódicos, estando, à época, fora dos compêndios e obras reunidas dos seus autores. Como se a própria revista não fosse um periódico, afinal, ela é a *Revista do Livro*.

Considero a literatura brasileira como um ramo da portuguesa, à qual de vez em quando volta pela indefectível lei do ativismo, como vimos nas imitações dos movimentos literários portugueses ou, melhor, na preocupação, hoje quase geral nos nossos escritores, de escreverem o português com pureza, segundo os modelos clássicos da literatura mãe. Esse ramo, no qual se enxertaram outros elementos, se distingue já por algumas características próprias do tronco principal, mas não de modo que à primeira vista se não perceba que é a mesma árvore apenas modificada pela transplantação<sup>194</sup> a outros climas. É possível que novos enxertos e a influência mais prolongada do meio o vão cada vez diferenciando mais, mas enquanto a língua for a mesma, apenas será como acontece nas famílias botânicas, uma variedade da espécie.<sup>195</sup>

A relação da literatura brasileira com a portuguesa, nos anos de 1950, já havia atingido uma maturidade de independência que não refletia o que Veríssimo criticava nos autores da literatura brasileira do século anterior. Por que voltar a Veríssimo, então, senão pelo desejo de definir-se como uma literatura portuguesa que, enxertada infinitas vezes de brasilidade, gerou a *última* (e fina) *flor do Lácio* da literatura brasileira a partir do bruto tronco português.

Ganha, assim, contornos ainda mais significativos o fato de que o texto que abre a seção *Inéditos*, no primeiro número da *Revista do Livro* não seja filiado à Literatura Brasileira, mas sim marque uma presença portuguesa. Com introdução do poeta e crítico português José Osório de Oliveira, recupera-se *Comurai* (*história brasileira*), em um movimento contrário, não uma independência Portugal – Brasil, mas o reconhecimento da influência do Brasil em Portugal, sob a justificativa de que

---

<sup>194</sup> O conceito de transplantação cultural - a influência que uma cultura exerce sobre a outra - será aprofundado por Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo em *Raízes do Brasil*. Holanda trabalha na mesma esteira de Veríssimo, ao notar que o processo de formação cultural brasileiro se deu pelo enxertamento de elementos brasileiros na cultura portuguesa transplantada para a colônia.

<sup>195</sup> VERÍSSIMO, José. *Esta nossa literatura*. In: *Revista do Livro* n.º 05, p. 172.

“Nacionalista em literatura, [...], Garret, com exemplar coerência, ao mesmo tempo que pugnava pelo reaportuguesamento da literatura nacional, tornava extensiva às letras brasileiras a sua preocupação, desejando que elas fossem americanas e não europeias”<sup>196</sup>.

Ainda que, tanto Osório quanto Garret, recorram ao indianismo no esforço de criação do mito literário do índio como elemento da cor local, com intuítos nacionalistas, ambos recaem no erro que Machado de Assis apontava no seu *Instinto de Nacionalidade*, o de só reconhecer o espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, da cor local, da natureza brasílica, dos indianismos e regionalismos<sup>197</sup>.

Se nos debruçarmos sobre os textos reunidos nesta categoria temática, veremos que todos versam sobre a constituição do caráter nacional, de certa monta afastada da cor local, do indianismo romântico, em um esforço contraditório de apontar o que, no Brasil, é relevante, é passível de ser integrado no universal. Ou melhor, de apontar, nas manifestações naturais da vida brasileira, aquilo que poderia transformar-se em literatura.

Sem excluir a questão indígena, amplia-se a noção de brasilidade em confluência com uma ideia de civilidade. Voltemos a Veríssimo, para quem, na sua opinião, *O maior dos civilistas*:

Não é, como toda gente acredita, o Sr. Rui Barbosa, senão o Sr. Pinheiro Machado.

Pode-se duvidar de tudo do Sr. Pinheiro Machado, mas não se pode duvidar que ele seja republicano. [...] Não é talvez impossível que ele gostasse de uma república à americana do Norte, fortemente assente num eleitorado esclarecido e na representação real da opinião nacional, uma democracia soberana com a lei, o direito, a liberdade e a ordem. Por pior que o

---

<sup>196</sup> OLIVEIRA, José Osório de. *Introdução*: um Garret brasileiro. Influência do Brasil em Portugal. In: *Revista do Livro* n.º 01-02, p. 140

<sup>197</sup> ASSIS, Machado de. *Op. cit.* p. 803.

julguemos, não custa a admitir que uma tal república lhe merecesse a simpatia. Ele, porém, em que pese aos que o tem por estúpido, possui inteligência bastante para ver aquilo que o Sr. Rui Barbosa, com todo o seu talento, com todo o seu saber, com todas as suas assombrosas e múltiplas capacidades não vê: que tal república é no Brasil impossível, que querê-la e doutriná-la aqui é como tentar o plantio do café nas terras polares.<sup>198</sup>

Mais do que polemizar entre os dois defensores da implementação do regime republicano no Brasil, o que nos interessa focar, a partir da percepção de Veríssimo, é a sua observação acerca da impossibilidade de se doutrinarem uma república autêntica, uma democracia soberana em um país como o Brasil. Isso porque, segundo o crítico paraense, não reuníamos, àquela época, o *sentimento jurídico*, ou ainda o *discreto amor da liberdade*. Não teria o país ainda uma sociedade cujo o *interesse real e efetivo na política do país*, gerasse um *respeito de todos aos direitos de cada um*, e uma *proibidade administrativa*<sup>199</sup>.

Nos dizeres de Veríssimo, o Brasil ainda não teria uma maturidade social, cultural, política para se sustentar em um regime republicano propriamente dito. Por conta da mistura

do bronco português do século XVI, criado no terror da Inquisição e educação na doblez do jesuitismo, na rapina, na chatinagem e na depredação guerreira, do negro boçal aviltado pela escravidão nos mais íntimos recessos de uma alma apenas humana, do índio selvagem, bravo e cruel, degradado pelo cativo, ensinando na servidão das missões e dos senhorios leigos, cruzando-se entre a lascívia e a violência, nas brutalidades do amor e do ódio, criando-se, vivendo e fazendo-se povo e nação num regime de arbitrário, de absolutismo e de licença.<sup>200</sup>

---

<sup>198</sup> VERÍSSIMO, José. *O maior dos civilistas*. In: *Revista do Livro* n.º 10, p. 172.

<sup>199</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>200</sup> Idem, *ibidem*.

Essa mistura, bruta e subserviente, acostumada com os mandos e desmandos dos superiores, essa massa informe não serviria a uma democracia plena. Afinal, continua Veríssimo,

nesta gente as mesmas virtudes são negativas; a sua tolerância é apenas a falta de convicções; o seu incomparável espírito de igualdade é somente carência do orgulho de raça ou de classe; a sua liberdade não é senão desmazelo e prodigalidade, ou indiferença; a aparente brandura dos seus costumes, a sua enganosa mansidão somente lhe reveem a indolência.<sup>201</sup>

A mistura dessas origens do negro boçal, do jesuíta hipócrita, do índio selvagem, daria a sua população defeitos que se refletiriam na impossibilidade de um pensamento coletivo. A falta de convicções, a carência do orgulho de raça, de classe, e acrescentamos, do orgulho nacional são elementos minadores na fundação da república nacional. Afinal, a coletividade ainda era uma noção muito superficial na jovem nação, por isso, se “rebetam-lhe a tenuíssima casquinha de civilização e o luxo índio-negróide semi-selvagem, ainda por três quartos bárbaro, rebenta”<sup>202</sup>.

Transposto ao contexto da *Revista do Livro*, as palavras de Veríssimo ganham uma outra dimensão. As instabilidades políticas que marcam a primeira metade do século XX no Brasil atestam a dificultosa missão de dotar o país de um regime político seguro e estável. Com o súbito desaparecimento de Getúlio Vargas, em 1954, reforça-se o sentimento coletivo em torno da necessidade de união e de uma identidade nacionais, em prol do desenvolvimento, não só econômico, mas também político, social e cultural. O que se expressa na eleição de Juscelino Kubitschek – o único presidente que em quase um século foi eleito, tomou posse e cumpriu todo o mandato – ou

---

<sup>201</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>202</sup> Idem, *ibidem*.

ainda com a mudança simbólica da capital, que sai de uma cidade imperial para uma cidade projetada, moderna.

Desse sentimento alimenta-se a *Revista do Livro*, ao propor o seu projeto. Um projeto de valor(iz)ação e preservação dos valores tradicionais que, neles calcados, poderiam civilizar a nação, lapidá-la desses três quartos bárbaros de que fala Veríssimo, levando-os ao luxo da alta cultura, à Literatura Brasileira, à apreciação dos *grandes vultos* nacionais. É, cremos, esse movimento que leva água ao moinho das proposições da revista. Civilizar esse barbarismo reinante no Brasil, *evangelizar* o povo para ensiná-lo a louvar ao Senhor.

A maneira mais segura de confirmar nossa leitura seria confrontando-a com os demais textos publicados pela *Revista do Livro* nas páginas das suas seções *Inéditos* e *Arquivo*. Já no número 03/04, de dezembro de 1956, os seus editores optaram por publicar a transcrição das cenas inéditas d'*O Estovado*, romance que um dos maiores propagandistas da república, Lúcio de Mendonça, deixara inacabado.

D'*O Estovado* conhecia-se até então o terceiro capítulo, reunido com o título d'*Uma reunião de republicanos*, à *Caricaturas instantâneas* na obra póstuma do autor, organizada pelo seu filho, Carlos Sússekind de Mendonça. O livro consiste em uma obra satírica da cena política do período monárquico, valendo-se de criptônimos para representar personagens políticas do império. A *Revista do Livro* publica as cenas inéditas que se concentram na trama sentimental do romance. Mesmo assim, temos a presença de personagens como Quirino Cabreúva ou Sardenha Martinho, criptônimos que não chegam a ocultar a real identidade de Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho, respectivamente.

Mas o texto que nos apoia verdadeiramente foi publicado na *Revista do Livro* n.º 06, de junho de 1957. Com as *Páginas da história do Brasil escrita no ano de 2000*, Joaquim Felício

dos Santos, um dos fundadores do jornalpositor à monarquia *O Jequitinhonha*, faz uma violenta sátira do império brasileiro.

Publicada no folhetim entre 1868 e 1872, a sátira do jurista acompanhou o panfleto *O libelo do povo por Timandro*, escrito por Francisco de Sales Torres Homem. Considerado um dos mais avançados textos do liberalismo da sua geração, o libelo do povo disparava contra Dom Pedro II, a família dos Bragança e toda a corte brasileira. Contraditoriamente, Francisco de Sales tornar-se-ia conservador em suas opiniões e atos políticos e públicos. Passaria a assinar artigos no *Jornal do Comércio* contra o liberalismo do Marquês de Olinda. Com a derrubada do gabinete liberal, Sales é convidado a assumir o ministério da Fazenda após pedir o perdão imperial pelo *libelo do povo*.

Se Francisco de Sales rende-se ao programa monárquico, Joaquim Felício dos Santos mantém-se fiel aos seus ideais republicanos, tornando-se figura de desagravo de Dom Pedro II. O que lhe dá, naturalmente, grande notoriedade entre os liberais, garantindo-o a presidência da Assembleia Constituinte no novo regime, a partir de 1889.

*As Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000* podem ser divididas em duas partes, bastante diversas entre si. Na primeira, o narrador assume o papel de um historiador do ano de 2000 e faz a crônica dos acontecimentos do reinado de Dom Pedro II. O cronista traça várias revelações de maneira bastante espantosa, sobretudo acerca da Guerra do Paraguai e o episódio de Uruguaiana. Transcreve também uma longa conferência imaginária entre Dom Pedro II e o Visconde de Itaboraá, aproveitando a narrativa para caricaturar a Coroa. Essa primeira parte das páginas é publicada n' *O Jequitinhonha* entre agosto de 1868 e dezembro 1869.

Já a segunda parte do texto de Joaquim Felício dos Santos surge a figura do médium Tsherepanoff, que transporta o imperador Dom Pedro II para o século XXI, em uma viagem futurística. As críticas à monarquia brasileira ganham, assim, nova dinâmica de execução e contornos fantasiosos.

A nova narrativa se aproxima de maneira significativa de um artigo publicado por Santos em 1862, na primeira fase d'*O Jequitinhonha*, intitulado *História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias em 2862*. Em ambas, a viagem para o futuro se mescla com a história do passado na chave satírica contra a família Bragança. Nesse texto, o autor descreve a historiografia do Dr. Jeremias, cujo capítulo MMMDXCVI, o menor do compêndio, por se tratar do período de menor significância na história brasileira, intitula-se *O segundo reinado de Bragança – Pedro II*. Avançando até a situação política do momento (1862), a narrativa se interrompe. Momento que seria recuperado, sete anos mais tarde a partir da descrição dos antecedentes da Guerra do Paraguai desde a intervenção brasileira nos negócios uruguaios e a elevação de Flores ao governo da República Oriental.

Publicada entre 1869 e 1872, o texto vai perdendo força criativa e satírica, sendo interrompido de maneira brusca e sem maiores considerações aos fiéis leitores.

Os aspectos pitorescos – como a invenção do Pacote aerostático, que faria uma viagem entre Londres e o Brasil em 12 horas, a ligação submarina entre a França e a Inglaterra, a eleição de um presidente de origem popular no Brasil, a criação de um congresso universal nos moldes da ONU com sede na Ilha de Marajó ou o prenúncio da era da excessiva informação<sup>203</sup> – se alinham às críticas e sátiras ao regime então vigente:

---

<sup>203</sup> “O Republicado é a principal folha de Guaicuí [a capital do Brasil]. Publica-se todas as horas do dia; o seu formato é pouco maior que o do Times da Inglaterra. No estado da sociedade do século XXI, com interesses tão diversos e complicados, uma folha diária já não podia satisfazer todas as necessidades do comércio, da indústria e da civilização. Como O Republicano, ainda há em Guaicuí 12 folhas que são horárias, 64 que saem de três em três horas, 72 de cinco em cinco horas, 142 que são diárias, além de muitos outros diversos periódicos”. SANTOS, Joaquim Felício dos. *A história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862*. In: *Revista do Livro*, n.º 06, p. 132.

Para dar uma ideia desta obra, vou abrir ao acaso um de seus volumes e transcrever algum trecho. Deparei com o volume 94º, abri à página 2680. Eis um capítulo; é o MMMMDXCVI; tem por título – “O Segundo Reinado de Bragança – Pedro II”. Transcrevemos esse capítulo. É pouco extenso: o menor da obra. “Depois da abdicação de Pedro I em 1831, sucedeu-lhe Pedro II, que só tomou as rédeas do governo em 1840, quando foi julgado maior por um ato inconstitucional da Assembleia Legislativa, não tendo ele ainda a idade legal. Pedro II subira ao trono pisando a Constituição: os homens políticos enxergaram neste fato um mau agouro para o futuro; previram que ela não havia de ser respeitada, e, desgraçadamente, seus pressentimentos não falharam. Esse reinado nada oferece de importante. A civilização se não retrogradou, também não deu um passo adiante por impulso do Governo. E na vida dos povos, quando uma nação fica estacionária parece retrogradar”<sup>204</sup>.

A narrativa do projeto utópico republicano, apresentado através da viagem ao futuro feita por Dom Pedro II com o auxílio do médium Tsherepanoff, realça as maravilhas e melhoramentos da nação brasileira através do desenvolvimento da indústria, do incentivo governamental à educação, à diversificação econômica, graças ao fim do dispendioso regime monárquico, além de narrar a decadência das nações europeias cujas economias foram vilipendiadas pelos seus monarcas absolutistas, aproximando-se, de certa maneira, dos ensejos e ideais desenvolvimentistas dos anos de 1950.

E as críticas à corte brasileira não se restringem ao texto de Joaquim Felício dos Santos. No número seguinte, os editores optaram por publicar as *Cartas da corte*, de Carl von Koseritz. Publicadas originalmente na *Gazeta de Porto Alegre*, de abril a novembro de 1883, as cartas de Koseritz são, de fato, crônicas da corte de Dom Pedro II realizadas durante a estadia do Barão alemão na capital nacional. O autor assina, concomitantemente, o mesmo projeto de descrição do Rio de Janeiro em alemão, no jornal *Koseritz Deutsche Zeitung*.

---

<sup>204</sup> Idem, p. 112.

Em língua portuguesa são publicadas 169 cartas<sup>205</sup>, enquanto os leitores germânicos têm acesso a 94 delas, posteriormente reunidas em volume *Bilder aus Brasilien*, editado em Leipzig, em 1885.

As cartas de Koseritz são menos satíricas e mais ligadas a aspectos práticos e quotidianos da vida pública. Algumas delas são apenas descritivas da cena quotidiana na corte. Seus apontamentos versam sobre os problemas de saúde pública, as recorrentes epidemias que assolavam o Rio de Janeiro à época, cujas belezas naturais são prejudicadas pela *apregoada e decantada corte*<sup>206</sup>.

Dada a seleção que a *Revista do Livro* faz das cartas, ao optar por publicar seis das 169 originais, deixa clara sua escolha temática de críticas aos descasos e desmandos do governo imperial. Afinal, das seis cartas, apenas o Jardim Botânico escapa da crítica do autor, que não mede esforços em destacar a decadência do regime imperial, suas mazelas e instabilidades. Ao descrever a instalação da Assembleia Geral, momento no qual a corte se reúne, com todas as pompas, na Assembleia, o autor não deixa de notar que

Os coches em que vinham [o imperador e seus subordinados e familiares] datam todos do tempo de Dom João VI; são antigas e desbotadas carruagens, que outrora foram douradas, puxados a seis e oito cavalos, montados por criados com librés velhas, e galões enegrecidos, com chapéus como usam os boleiros dos carros de defunto da caridade, espetáculo ridículo e triste ao mesmo tempo, porque mostra bem a quase indignância em que vive a Corte Imperial.

[...]

Resumindo as impressões que me deixou essa solenidade, única em que a Monarquia ostenta todas as suas galas à luz meridiana, direi que o régio fausto, quando o é às deveras, impõe ao povo e

---

<sup>205</sup> Cujá compilação foi publicada no livro KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*, em 1941 e republicada em 1980 pela editora Itatiaia, em parceria com a Universidade de São Paulo.

<sup>206</sup> KOSERITZ, Carl von. *Cartas da corte*. In: *Revista do Livro* n.º 07, p. 151.

senta bem ao príncipe; quando os meios, porém, não permitem mostrar tal fausto, fora melhor suprimi-lo, porque tudo isto não passa de uma espécie de caricatura do que se passa em outros países em idêntica ocasião.

[...]

É, pois, nobre, a causa dessa indignação real, que mal se oculta sob velhos ouropéis, mas já que ela existe, devia evitar-se essa pública exibição de uma mal disfarçada miséria relativa. Nestes assuntos, mais do que em outros quaisquer, é real que *les extrêmes se touchent* e que do sublime ao ridículo há só um passo.

E o ridículo é o pior inimigo das realezas de todo o gênero.<sup>207</sup>

De coches desbotados, librés velhas, transvestidas em carros de defuntos, o império brasileiro, aos olhos do barão alemão não passa de um chiste, de um espetáculo ridículo. E o melhor seria, para o moral das monarquias, suprimir o caso brasileiro. Não porque Koseritz defendia os ideais republicanos, ao contrário, porque a monarquia brasileira era uma vergonha para ser chamada de realeza. O seu discurso não é um discurso republicano, antimonárquico. É um discurso acerca da inadequação da monarquia brasileira aos verdadeiros preceitos da realeza, acerca da inadequação da existência de um fausto monarca em terras tupiniquins.

Koseritz avança, em suas cartas, criticando acidamente diversos aspectos da indigente monarquia, desde a venda de títulos de nobreza, até a podridão que reina na imprensa, os descompassos da monarquia com a realidade do país e de sua população. A crítica ao período monárquico apareceria, novamente, no número 20, de dezembro de 1960, através dos textos memorialistas de Salvador de Mendonça – irmão de Lucio de Mendonça – que retratam os acontecimentos à época da abdicação de Dom Pedro II.

Entrementes, será em junho de 1958 que a *Revista do Livro* passaria das críticas à monarquia para adentrar-se nos

---

<sup>207</sup> Idem, p. 163 - 165. [Grifo do autor].

movimentos de afirmação e estabelecimento da nacionalidade brasileira.

Republicando escritos de Euclides da Cunha de 60 anos antes, o órgão do Instituto Nacional do Livro mantém-se na mesma rotina de atribuir à seção *Inéditos* textos que apareceram somente em jornais ou periódicos, e não foram reunidos em livro, como se a publicação em periódicos tivesse valor menor que a em livro. Aliás, é quase irônico que seus editores não destaquem a existência de periódicos, relegando-os ao segundo plano da vida literária, justamente através do periódico do Instituto. Isso mostra que mais do que nunca a *Revista do Livro* queria-se mais Livro do que Revista. Recordemos o destaque dado à palavra “livro” em suas capas. Tal opção fica patente no texto de apresentação à Euclides da Cunha:

Ainda existem vários trabalhos de Euclides da Cunha dispersos em jornais e revistas, reclamando a urgente compilação em livro. Não é crível que no momento em que se reúnem em volume até as crônicas mais insignificantes de Machado de Assis, sob o pretexto justificável de que nada acrescentando ao renome do escritor, já perfeitamente consolidado, concorrem para o melhor conhecimento de sua obra, ainda não se tenha cogitado de fazer o mesmo com um escritor tão importante como Euclides da Cunha.<sup>208</sup>

Eis então que a *Revista do Livro* assume a tarefa de resgatar das trevas dos periódicos, três artigos de Euclides, “esquecidos nas coleções de ‘O Estado de São Paulo’”<sup>209</sup>, escritos em 1898, um ano após a fala de Graça Aranha em Buenos Aires. Esses artigos tratam do livro *Brasil mental*, de José Pereira de Sampaio Bruno, intelectual português cujos propósitos, com esta obra, eram o de conhecer melhor as condições específicas e as características da sociedade, da

---

<sup>208</sup> REVISTA DO LIVRO, *Euclides, crítico de ideias*. In: *Revista do Livro* n.º 10, p. 183.

<sup>209</sup> Idem, *ibidem*.

política e da economia brasileiras, destacando que nas atuais (à época) condições, Portugal não poderia prescindir da relação política, econômica, cultural com o Brasil.

Cunha, via Bruno, destaca que os processos de independência e de construção da nacionalidade brasileira estão em pleno vapor, uma vez que quando “uma raça se unifica – autônoma, forte, original – o que se observa, de golpe, é um complexo de ideias firmando um modo de agir, patenteando pelas criações intelectuais, as qualidades que a aparelham para adaptar-se ao ambiente da civilização geral”<sup>210</sup>. Na esteira do *Instinto de Nacionalidade* machadiano, Euclides da Cunha vê na tese de Bruno o esforço de estudar as tendências, tanto artísticas quanto filosóficas desenvolvidas no Brasil, a fim de verificar se estariam elas, as tendências, respirando livremente *o resultado de esforços estranhos, mas transformando-os em nossa economia íntima*<sup>211</sup>.

Inaugura-se assim o aprofundamento da proposta machadiana. Se antes o intento seria o de reconhecer se reuniríamos as condições históricas de uma nacionalidade literária, vemos agora a discussão em torno do traço de originalidade, do traço distintivo que os transformaria em coisa íntima. Ou melhor, a *Revista do Livro*, através da seleção que apresenta ao seu público, se lança à tarefa machadiana para concluí-la, reconhecendo que as condições históricas para a nacionalidade literária foram reunidas no período de transição entre os regimes monárquico e republicano, pelos *grandes vultos*, esses *homens feitos*, que formam o cânone literário nacional.

Concluída a primeira faina, o órgão do Instituto Nacional do Livro se lançaria, então, em um segundo movimento: o de analisar qual seria o traço distintivo, original que define a literatura, a cultura produzida em *terras brasilis* como sendo brasileira. E não seria José Pereira de Sampaio Bruno o

---

<sup>210</sup> CUNHA, Euclides da. *O Brasil mental*. In: *Revista do Livro* n.º 10, p. 185.

<sup>211</sup> Idem, p. 186.

responsável pela definição da brasilidade que a *Revista do Livro* busca. Assim, ainda que na sua introdução o crítico português se disponha à tal tarefa, Euclides da Cunha logo percebe que “o seu autor não foi além desta intenção louvável”<sup>212</sup>, e que Bruno apenas destilaria velhos preconceitos portugueses à nação brasileira:

Assim, diante do belo título daquele livro, o que esperávamos nas primeiras linhas era a definição da nossa fisiologia especial em função do meio e dos componentes étnicos que convergem na constituição da raça, e logo depois, numa escala ascensional, o traço mais vivo da nossa feição histórica sobre que reagem aqueles, atenuados pelo influxo inevitável da civilização geral.

Depois disto, compreende-se que abordasse afinal a nossa psicologia – o que somos, o que temos feito na ciência e nas artes, resumindo umas e outras as escolas filosóficas que adotamos: - o Brasil mental, em suma.

Era o único traçado a adotar.

E ao definir, numa resenha expressiva, a ignorância em que tem até hoje vivido os escritores portugueses acerca do tipo exato do brasileiro, Bruno parece, a princípio, inclinado a trilhá-lo. Insurge-se contra o brasileiro achamboado, extravagante e falso que por lá tem andado, pela região dos grotescos, atravessando – lastimavelmente, triunfalmente – os *boulevards* parisienses, de “guarda-sol azul em rolo e chapéu à nuca” e formula a necessidade de riscar-se esse debuxo falso, substituindo-o por uma fisionomia real. Não vai, porém, ainda desta vez, além de uma intenção generosa.

Descamba logo, incidindo no velho vício da discórdia literária entre os dois povos (que tem significação mais alta), acirrando-a esterilmente.<sup>213</sup>

Conquistado pelos velhos vícios dos preconceitos e rixas entre Portugal e Brasil, Bruno não conseguiria apresentar a definição da nossa fisiologia, constituída pela mestiçagem de infindos componentes étnicos subjugados pelo influxo inevitável da civilização geral. Não conseguiria Bruno, ao falar

---

<sup>212</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>213</sup> Idem, p. 187 – 188. [Grifos do autor].

do brasileiro em Paris, afastar-se da mesma leitura que faz Koseritz do Brasil, da cena ridícula dos coches desbotados. Não conseguiria, Bruno, reconhecer a complexidade da composição social brasileira, nem as correlações entre os movimentos artísticos e as mudanças políticas, econômicas, sociais. Ao subordinar a poesia ao conjunto do saber humano e às diferentes fases evolutivas de uma sociedade, o positivista português chega na máxima de que, “para que surjam os gênios nacionais é preciso que antes despontem ou se transfigurem as nacionalidades”<sup>214</sup>, em um processo de desagregação da alma coletiva desprendendo-se dos sentimentos tradicionais e abandonando velhas crenças.

Compreensão essa justamente contrária à da *Revista do Livro*, para que foram os gênios nacionais, os *grandes vultos* que criaram o traço distintivo que comporia e definiria a brasilidade e cujo apego aos sentimentos tradicionais seria a solução para a consolidação da literatura nacional.

Agora, se José Pereira de Sampaio Bruno não poderia identificar qual seria tal traço distintivo nem definir a fisiologia em função do meio e dos componentes étnicos que convergem para a constituição da nação brasileira, teria que vir de dentro o movimento capaz de assumir para si esse papel. E quem o assumiria seria o movimento iniciado em 1922. Assim, no seu décimo sexto número, de dezembro de 1959, os editores do órgão do Instituto optam por compilar os manifestos publicados nas revistas modernistas.

Dando enfoque na importância histórica destes textos, a revista reúne *Klaxon*, *Manifesto da poesia pau brasil*, *Terra roxa e outras terras*, *Manifesto antropófago* e *Nhengaçu verde amarelo*. Como é patente na revista, não há reflexão teórica acerca dos textos reunidos nas seções de *Inéditos* e *Arquivo*. O que se repete na compilação modernista. Mas a escolha pelos manifestos é carregada de significação, sobretudo no percurso que estamos lendo no periódico, uma vez que o modernismo

---

<sup>214</sup> Idem, p. 189.

brasileiro pode ser entendido como uma segunda avalanche nacionalista, cujas reverberações vem desde o *Instinto de nacionalidade* machadiano.

O modernismo brasileiro levou a outro patamar a estratégia que se iniciara no romantismo brasileiro de incorporação da cor local em uma literatura atenta ao universal. Machado de Assis já reconheceria esse projeto em José de Alencar, tal como Antonio Candido – na *Formação da Literatura Brasileira* – reconhece no modernismo paulista. Temos, nesse ponto, a afiliação da *Revista do Livro* à tradição de conceber a história literária brasileira a partir de uma periodização tripartite, reconhecendo no período colonial uma literatura de exaltação da cor local; no período imperial, o florescimento do caráter nacionalista; e, por fim, na fase republicana, a projeção do nacional ao universal<sup>215</sup>.

Antonio Candido percebe, nessa esteira, que o modernismo não foi um movimento de pura ruptura, e que haveria esse percurso trilhado nas letras brasileiras que, desde o século XIX, levaria à Semana de 1922, e além.

Analisando o comportamento da crítica machadiana, Candido observa que

No decênio de 1940 notamos uma inflexão para o lado da filosofia (sobretudo cristã) e da sociologia. A primeira quis focalizar em Machado de Assis, sem impurezas biográficas, mormente o que se poderia chamar de angústia existencial. É o caso de um dos seus melhores críticos, Barreto Filho, cujo livro é uma das interpretações mais maduras que possuímos de sua obra. [...] Mas a essa altura já começavam os ensaios interpretativos mais livres e menos ambiciosos, como o de Roger Bastide, que, contrariando uma velha afirmação, segundo a qual Machado não sentiu a natureza do seu país, mostrou que, ao contrário, ele a percebe com penetração e constância; mas em lugar de representá-la pelos

---

<sup>215</sup> Mário de Andrade iria se apoiar na mesma periodização ao propor o seu estudo acerca da *Evolução social da música no Brasil*, em 1930.

métodos do descritivismo romântico, incorpora-a à filigrana da narrativa, como elemento funcional da composição literária.<sup>216</sup>

Adicionamos Candido nessa linha evolutiva, que desloca Machado das escolas do fim do século a fim de destacar o que de século XX havia disfarçado em “curiosos traços arcaizantes”<sup>217</sup>. Temos, assim, mudanças na percepção crítica em torno da produção literária de Machado de Assis que – através da análise de diversos componentes, dentre eles a relação dessa produção com a cor local, com o nacional – inauguraria a interpretação de uma linha evolutiva das letras brasileiras que, iniciada em Machado de Assis – ou ainda antes, em José de Alencar<sup>218</sup> – passaria por Euclides da Cunha, ganharia novo fôlego com o modernismo, sobretudo o paulista, e reverberaria ainda em João Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto e produziria novos influxos na poesia concreta.

Raul Antelo, em *Literatura em revista*, observa que Rosário Fusco, ao lado de Almir de Andrade, ambos diretores da *Cultura Política*, revista do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo de Getúlio Vargas, promulgava que a literatura reflete a sociedade que a produz, e “tanto isto é verdade, que política e letras podem divergir nos seus meios – a justiça, a beleza –, mas se encontram no objetivo de seus fins: subordinadas ao nacional, ambas aspiram ao universal”.<sup>219</sup>

Nesse movimento do nacional ao universal, a *Revista do Livro* antecipou a correnteza crítica que levaria Candido a escrever *Esquemas de Machado de Assis* em 1968, justamente ao selecionar – entre 1956 e 1959 –, na mesma sequência que Cândido o faria, a tríade de maior presença nas suas páginas das seções *Inéditos* e *Arquivo*: Machado, Euclides e o modernismo paulista. Se anteciparmos um dos pontos que veremos no

---

<sup>216</sup> CANDIDO, Antonio. *Esquemas de Machado de Assis*. 1977, p. 21.

<sup>217</sup> Idem, p. 17.

<sup>218</sup> Presente pela *Revista do Livro* em 1959, no número 19.

<sup>219</sup> ANTELO, Raul. *Op. cit.*, p. 21.

capítulo seguinte, veremos que os autores mais frequentes na categoria nome pessoal como assunto na seção *Estudos* são, justamente, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Mário de Andrade, João Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto.

O percurso que a revista cria, através da sua seleção de textos publicados nas seções *Inéditos* e *Arquivo* é também um percurso de aprofundamento dos conceitos de composição do nacional. Como vimos, a revista refletindo sobre a presença portuguesa no Brasil, com *Comurái*, de Almeida Garret, para então trazer, com Veríssimo, os problemas da formação cultural brasileira, da mistura do bronco português, do índio, do jesuíta hipócrita. A seleção que a revista monta avança, então, ao texto de Carl von Koseritz e de Joaquim Felício dos Santos, que mostram o ridículo da presença monárquica – e por extensão de sentido – portuguesa no Brasil, e como o país estaria melhor se fosse dela extirpada. Para chegar, enfim, a Euclides da Cunha e perceber que o Brasil não seria formado apenas pelos seus componentes étnicos, do índio, do negro, da *plantation* de açúcar, ou do ouro mineiro, mas sim de uma complexa diversidade e mestiçagem que formou quase que um caldo primordial do qual se pode construir um país único como se deu o Brasil. A *Revista do Livro* passa então a valorizar aqueles que integraram a suas produções literárias a cor local, sem dela depender. Aqueles que acreditaram uma nacionalidade específica: a de valorização – crítica – do elemento da brasilidade dentro da civilidade universal. Em detrimento de outros autores que ou prescindiram da cor local ou a valorizaram cegamente.

A mesma sequência de desdobramentos dos movimentos nacionalistas brasileiros citada por Cândido é citada por José Aderaldo Castello, que no seu compêndio sobre *A literatura brasileira – origens*, afirma:

O período nacional II – século XX [sendo o I o romantismo] foi por excelência de síntese e maturidade. Com ele, o nacionalismo,

proveniente do século XIX, ou bovarista ou pessimista, se transforma e se enriquece pela incorporação do sentido e do sentimento da “brasilidade”. Distingue-se então: 1º) pelo neo-indianismo de “devoração” das persistências externas verdadeiramente não assimiladas e pela investigação do caráter nacional; 2º) pela análise das poéticas em voga em termos de rigorosa adequação com a nossa expressão e criação próprias; 3º) pela observação objetiva e imparcial do social já abalado em fins do século XIX, quando se abrem novas perspectivas com a imigração e o fim da escravidão.<sup>220</sup>

Um nacionalismo pessimista – visto em Veríssimo e sua análise do bronco português, da fina crosta civilizada da cultura brasileira – que aos poucos vai se enriquecendo do sentido e do sentimento da brasilidade. Nesse ponto, percebemos que, ao se posicionar pela preservação da tradição literária perpetuada pela Academia Brasileira de Letras, a *Revista do Livro* se coloca na esteira desses ciclos nacionalistas notados por Candido e Castello – entre outros críticos –, e sua postura é a mesma descrita por Pedro Nava, no seu *Recado de uma geração*, ou seja, a postura de ser *profundamente brasileiros, nacionalistas e tradicionalistas*. Para a publicação, a literatura brasileira é aquela feita pelos *homens feitos* da nação que, através da sua experiência, sob a ótica da moral, analisaram manifestações naturais da vida humana. Esses mesmos *homens feitos* são agora os *grandes vultos* nacionais, pois é através deles que se constrói a verdadeira tradição literária brasileira.

Ao assumir para si uma postura profundamente brasileira, nacionalista e tradicionalista, a revista *seleciona e inventa* os traços do passado que irão compor o retrato do presente. Na sua condição de arconte, a *Revista do Livro* cria uma relação com uma tradição que não é aquela *tumular*, mas sim fruto de um esforço de construir uma relação com o passado que o torne *forte*

---

<sup>220</sup> CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: Origens e unidade*. V. I, 1999, p. 28.

*e inspirador do presente* a fim de projetar-se, nos âmbitos político, literário e cultural, como um *delineador do futuro*.<sup>221</sup>

---

<sup>221</sup> NAVA, Pedro. *Op. cit.*, p. 239.

### Parte 03: *Retratando biografias: da Enciclopédia Brasileira*

Livro evidentemente impressionista.

Ora, segundo modernos, erro grave o Impressionismo.

Os arquitetos fogem do gótico como da arte nova, filiando-se, para além dos tempos históricos, nos volumes elementares: cubo, esfera, etc. Os pintores desdenham Delacroix como Whistler, para se apoiarem na calma construtiva de Rafael, de Ingres, do Grecco. Na escultura Rodin é ruim, os imaginários africanos são bons. Os músicos desprezam Debussy, genuflexos diante da polifonia catedralesca de Palestrina e João Sebastião Bach. A poesia... “tende a despojar o homem de todos os seus aspectos contingentes e efêmeros, para apanhar nele a humanidade...”. Sou passadista, confesso.

Mário de Andrade, *prefácio interessantíssimo, Pauliceia desvairada*

Construímos, na segunda parte deste trabalho, a leitura de como a *Revista do Livro* agia a partir de um projeto político, literário e cultural específico, cujos objetivos, a nosso entender, eram ao mesmo tempo cumprir a tarefa de Machado de Assis – e verificar se reuniríamos as condições necessárias e as motivações históricas para a fundação da Literatura Brasileira – , enquanto civilizava o barbarismo brasileiro reinante ao *evangelizar* o povo para ensiná-lo a louvar ao Senhor Joaquim Maria Machado de Assis.

Observávamos que a revista atuou como um órgão que se autodefiniu como sendo de *preservação dos valores tradicionais*, cujo *modus operandi* constituiu-se em traçar um retrato da literatura brasileira através do engrandecimento, da valorização dos seus *grandes vultos*. Para tal, a *Revista do Livro* compreendia a literatura como sendo a obra produzida por *homens feitos* que poderiam, através das suas experiências de

vida, analisar, sob a ótica da moral, manifestações naturais da vida humana.

Falávamos que, ao assumir para si uma postura profundamente brasileira, nacionalista e tradicionalista, a revista *selecionou, inventou e imaginou* os traços do passado que iriam compor o retrato do seu presente. Na sua condição de arconte, a *Revista do Livro* criou uma relação com uma tradição que não é aquela *tumular*, mas sim fruto de um esforço de construir uma relação com o passado que o torne *forte e inspirador do presente* a fim de projetar-se, nos âmbitos político, literário e cultural, como um *delineador do futuro*.

Falávamos também de como a *Revista do Livro* surgiu, em 1956, dentro de um período de indefinições, diante de uma disputada cena literária e cultural. Observávamos, ainda na segunda parte desta tese, que se estabeleceu uma certa distância entre os propósitos do governo, do Ministério da Educação e Saúde Pública, as intenções do Instituto Nacional do Livro e a atuação da revista. Enquanto “órgão oficial”, a revista deveria representar as intenções oficiais de ser um “campo aberto ao debate de ideais, sugestões e planos que visem o desenvolvimento cultural do nosso povo”<sup>222</sup>. Ao menos estas seriam as palavras do então ministro Clóvis Salgado, em 21 de maio de 1956, as mesmas palavras que abrem o primeiro número da *Revista do Livro*.

Observávamos que, ao contrário do que se promulgava, a revista atuou como um campo fechado de debate de ideias, ligada a um determinado grupo de intelectuais partidários da tradição literária e cultural, e da historiografia literária oficial da Academia Brasileira de Letras.

Da fala de Clóvis Salgado a revista respeitaria somente seu papel de demonstrar “o empenho do I.N.L. em cumprir suas *tarefas específicas*”.<sup>223</sup> Porém, a que tarefas específicas Salgado

---

<sup>222</sup> SALGADO, Clóvis. “A ‘Revista do Livro’, órgão...” In: **Revista do Livro**, n.º 01 / 02, 1956, p. 02.

<sup>223</sup> *Idem, ibidem*.

se referia? Como a *Revista do Livro* poderia cumprir tarefas específicas do Instituto, se ela sequer era prevista em seu decreto de criação? Ou melhor, a que tarefas específicas do INL o ministro Salgado fazia referência em sua fala, se dentre as quatro atribuições oficiais do instituto não constava a publicação de um periódico?

Sendo apenas uma revista, não teria como, institucionalmente falando, a *Revista do Livro* cumprir funções administrativas com o intuito de contribuir diretamente na promoção de “medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como facilitar a importação de livros estrangeiros”.<sup>224</sup>

Por outro lado, a revista poderia auxiliar o instituto a “editar *toda sorte* de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional”<sup>225</sup>. E assim o fez. Não sem antes definir, muito seletivamente, quais seriam as obras raras ou preciosas que seriam de grande interesse nacional, afinal, a revista publicaria somente textos que passaram pela criteriosa seleção do seu arconte, sob os princípios eco-nômicos da tradição oficial da Academia Brasileira de Letras, da memoração dos *Grandes vultos*, da valorização de uma literatura brasileira em particular, aquela produzida por *homens feitos*.

Sobraría à revista, então, a possibilidade de cumprir as outras duas das quatro tarefas do instituto. Começemos pela primeira delas.

---

<sup>224</sup> In: BRASIL, Decreto-lei número 93, de 21 de dezembro de 1937, decreto de criação do Instituto Nacional do Livro.

<sup>225</sup> *Idem, ibidem*. [Grifo nosso].

## 1. A Revista do Livro e as competências do INL

O poeta come amendoim

A Carlos Drummond de Andrade

Noites pesadas de cheiros e calores  
amontoados...

Foi o Sol que por todo o sítio imenso do Brasil  
Andou marcando de moreno os brasileiros.

Estou pensando nos tempos de antes de eu  
nascer...

A noite era pra descansar. As gargalhadas  
brancas dos mu-  
latos...

Silêncio! O Imperador medita os seus versinhos.  
Os Caramurus conspiram na sombra de  
mangueiras ovais.

Só o murmurejo dos cre'm-deus-padres  
irmanava os homens  
de meu país...

Duma feita os canhamboras perceberam que não  
tinham mais  
escravos,

Por causa disso muita virgem-do-rosário se  
perdeu.

Porém o desastre verdadeiro foi embonecar esta  
República  
temporã.

Mário de Andrade, *Clan do jaboti*.

### *Das enciclopédias*

O artigo 2, inciso *a* do decreto-lei número 93 referente à criação do Instituto Nacional do Livro delegava-lhe o papel de “organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário*

da *Língua Nacional*, revendo-lhes as sucessivas edições”.<sup>226</sup> Ainda que tenha sido o poeta cearense Américo Facó o primeiro a assumir a chefia da Seção da Enciclopédia, foi o escritor paulista Mário de Andrade – na função de consultor técnico do Instituto Nacional do Livro – o primeiro a esboçar um anteprojeto para levar a cabo a edição da obra, em 1939, dois anos após o início das atividades do INL.

Mário de Andrade se dedicou com afinco à produção do anteprojeto da *Enciclopédia Brasileira*, cujas diretrizes previam um texto minucioso e longo, perpassado por um grande senso de responsabilidade intelectual pela tarefa que seria assumida. O escritor paulista começou suas reflexões estabelecendo a relação entre a situação econômica e social do país e a sua produção cultural, afinal, o Brasil era “‘um país de nível econômico ainda não muito elevado’ (eufemismo da era estado-novista, para expressar o que hoje chamamos subdesenvolvimento)”.<sup>227</sup> Na percepção do escritor, eram poucas as famílias e os lares brasileiros que podiam se valer de uma biblioteca vasta o suficiente para lhes prover de um conhecimento geral minimamente qualificado. Estabeleceu-se, desta maneira, a motivação inicial para a elaboração da *Enciclopédia Brasileira*: a tarefa, sendo muito onerosa para uma editora comercial, deveria ser assumida pelo poder público, o único capaz de dotá-la da qualidade necessária, com os subsídios suficientes para torná-la viável e acessível a toda população. A obra configurar-se-ia, portanto, como uma economia significativa para as famílias brasileiras, que, dispensadas da necessidade de adquirir múltiplos livros, teriam na *Enciclopédia Brasileira* a possibilidade de aquisição e acesso a um conhecimento vasto o suficiente, que até então estava muito distante de seus quotidianos.

---

<sup>226</sup> In: BRASIL, Decreto-lei número 93, de 21 de dezembro de 1937. [Grifos nossos].

<sup>227</sup> ANDRADE, Mário de. *Apud*: CASTRO, Moacir Werneck de. *Op. cit.*, p. 109

O plano deveria, portanto, levar em conta a realidade brasileira, ou seja, a de um país no qual a população estava dividida entre “uma muito pequena elite cultural, [uma] larga massa camponesa analfabeta e [uma] população urbana irregularíssima em cultura”.<sup>228</sup> A classe operária, na visão de Mário de Andrade, não encontrava um meio de desenvolver os conhecimentos inerentes aos seus ofícios e a sua cultura geral em uma sociedade na qual a maioria dos livros técnicos ainda era em idiomas estrangeiros e custosos por demais, dois impeditivos significativos para sua popularização.

Nas palavras de Moacir Werneck de Castro, o anteprojeto de Mário de Andrade para a *Enciclopédia Brasileira* a pretenderia como uma obra nacionalista, pois ela assumiria para si a tarefa de refletir o Brasil e suas realidades. “Mas nem exclusivamente ‘cult’ – o que a tornaria gigantesca e caríssima – nem proletariamente ‘popular’, dirigida a ‘uma meia cultura de voo ginásiano’”. O que configuraria, portanto, uma obra de caráter misto, concomitantemente objetiva e realista, evitando a “terminologia técnica, os exemplos, diagramas, signos que escapassem ao leitor não especializado na matéria”.<sup>229</sup>

O anteprojeto de Mário de Andrade para a enciclopédia conheceu, enfim, duas versões. Ele foi, primeiramente, um estudo elaborado sob a égide do Instituto Nacional do Livro, seguido de rascunho do projeto enviado via ofício ao ministro Gustavo Capanema, em 1939. Em sua segunda versão, o texto foi reelaborado e publicado n’*O Observador econômico e financeiro*, de janeiro de 1940. Em ambas as versões, transparece uma grande preocupação de Mário de Andrade frente ao projeto:

Parece que o ideal de uma *Enciclopédia Brasileira* nossa contemporânea será pretender uma aparentemente ambiciosa multivalência. Criar-se uma obra de caráter misto que possa,

---

<sup>228</sup> *Idem*, p. 110.

<sup>229</sup> *Idem*, *ibidem*.

conforme o assunto, se dirigir à classe que este assunto diretamente interesse, e a todas as classes ser útil. Um critério conceptivo geral, nem histórico, nem filosófico, nem científico, mas francamente objetivo e realista e inteligentemente mudável, conforme a natureza mesma do verbete. Uma geral objetividade realista, *nada sentimental*, que não dê opiniões nem palpites, nem tome partido.<sup>230</sup>

O ideal seria perseguir uma multivalência que pudesse levar aos lares brasileiros um saber objetivo, realista, que refletiria as diferentes características formadoras da cultura brasileira ao mesmo tempo em que serviria aos mais variados interesses e as mais variadas demandas por conhecimento da sociedade brasileira. Que sirva ao mesmo tempo para explicar conhecimentos “básicos” à massa operária e para aprofundar conhecimentos complexos de uma elite já culta.

As justificativas elencadas para a execução do projeto passam também pela necessidade de fazer oposição a uma especialização cada vez maior do conhecimento humano e pela necessidade urgente de equiparar o Brasil a outros países que já possuíam suas próprias enciclopédias. Dentre estes, estão a Inglaterra, a Itália e a Alemanha, que fornecem os modelos – *Britannica*, *Treccani* e *Brochhaus*, respectivamente – que serviriam de base para as propostas de Mário. É nelas que o autor se apoiaria para organizar os critérios de composição dos verbetes, de organização das informações, de constituição das comissões e subcomissões e de elenco da bibliografia de suporte. Se, por exemplo, Andrade optasse por seguir fielmente os critérios críticos e filosóficos da *La grande encyclopedie*, ou se optasse pelos critérios históricos da Enciclopédia Italiana, o seu projeto perderia o alcance desejado.

Para cumprir seus objetivos, o projeto não poderia ser especializado, além de ter que evitar ao máximo seguir um só horizonte cultural. Afinal, se fosse adotado um critério

---

<sup>230</sup> ANDRADE, Mário. *Enciclopédia Brasileira*, 1993, p. 20 – 21. [Grifo do autor].

específico para a sua elaboração, a Enciclopédia estaria servindo apenas a uma camada social: “se a *Enciclopédia Brasileira* se dirigir especialmente a uma determinada classe de cultura, se for culta, interessante especialmente a intelectuais como a *Italiana*, ou se for popular, se conformando exclusivamente à mediana cultural, ou mesmo ao proletariado, ela se arrisca a uma diminuição antinacional muito grande em seu alcance”.<sup>231</sup>

O projeto deveria ser, portanto, envolver a nação de uma maneira dupla: levar a cultura geral ao povo brasileiro como um todo, e falar do Brasil. Levar às camadas cultas da sociedade os elementos populares da cultura, e conseguir, concomitantemente, levar às camadas populares um conhecimento até então exclusivo dos dominantes. Buscando um *meio do caminho*, a Enciclopédia deveria carregar em si uma multivalência, com o intuito de servir ao mesmo tempo os intelectuais, os operários, a burguesia nascente, o campesinato. A possibilidade de atingir todas as camadas da sociedade brasileira passaria, assim, pela organização dos verbetes e das informações apresentadas.

A solução encontrada por Mário foi, portanto, a estratégia de adotar uma linguagem mais simples para os verbetes mais abrangentes de interesse geral – como Geografia, Direito, Literatura – e manter a linguagem técnica mais elaborada restrita aos verbetes mais específicos e especializados. Os primeiros se dirigiam aos leitores medianos e os segundos aos leitores cultos. “Assim, a meu ver, a primeira definição da *Enciclopédia Brasileira* é a de sua multivalência. Abrangerá todas as camadas de cultura de leitores possíveis, dando a cada assunto ou verbete um peso cultural diverso, de acordo com a sua própria área intelectual de vida”.<sup>232</sup>

Mário de Andrade afirmava ainda que a Enciclopédia não poderia ter a importância cultural universal das grandes

---

<sup>231</sup> ANDRADE, Mário. *Op. cit.*, p. 16 – 18.

<sup>232</sup> *Idem*, p. 24.

enciclopédias, que a validade e a legitimidade da sua versão brasileira estaria justamente em se basear na “coisa brasileira”:

O conhecimento da matéria nacional deve estar em desproporção em relação aos outros assuntos. Esse critério não somente dá uma maior funcionalidade nacional à *Enciclopédia Brasileira*, como também a possibilidade de adquirir uma validade universal. Ela preencherá o vazio que existe nas enciclopédias estrangeiras a respeito da "coisa nacional" do Brasil. [...] O autor acredita que essa universalização só pode se realizar através da afirmação da nacionalidade, destacando o que nos é específico, o que nos caracteriza. É o Brasil entrando para o concerto das nações por meio da enciclopédia: "Semelhante contribuição será um complemento brasileiro das enciclopédias estrangeiras, e o melhor recenseamento enciclopédico do que somos e do que já fizemos para a cultura e a vida humanas." <sup>233</sup>

O projeto, porém, naufragou na turbulenta relação estabelecida entre o escritor e a administração pública. Sob desconfiança de Augusto Meyer<sup>234</sup>, Mário não teve o apoio necessário por parte de Capanema para levar adiante o seu projeto. Descontinuado por Américo Facó, a intenção do INL de publicar a *Enciclopédia Brasileira* ficaria deixada em segundo plano até a mudança da direção do Instituto em 1956. Ao assumir o cargo de diretor no lugar de Augusto Meyer, José Renato Santos Pereira nomearia Euryalo Cannabrava para a chefia da seção da Enciclopédia. Professor de filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e do Colégio Pedro II, Cannabrava inicia seus trabalhos com um anteprojeto já anunciado no primeiro número da *Revista do Livro*, ainda em 1956.

Frente a frente, é visível o afastamento das diretrizes elaboradas por Mário de Andrade. Cannabrava, ao propor seu

---

<sup>233</sup> AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. *Uma enciclopédia à Brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade*. 1999, p. 405.

<sup>234</sup> Que, conforme vimos na primeira parte dessa tese, suspeitava da ação de Mário para substituí-lo na direção do Instituto Nacional do Livro.

esboço, mantém apenas os cinco anos de previsão para elaboração e publicação da *Enciclopédia*. Nas demais diretrizes, proposições bastante contrárias àquelas de Mário. Já nos objetivos, podemos perceber essas diferenças:

**Objetivos práticos**

A Enciclopédia se destina principalmente a completar estudos e contribuir para a aquisição de conhecimentos de alto nível cultural, através do sistema de verbetes, evitando-se o excesso de informações de caráter especializado.

A obra fornecerá também esclarecimentos sobre conceitos fundamentais nos diversos campos do conhecimento humano e conterá uma parte meramente informativa, com exposição clara e direta dos temas, sem concessões à erudição livresca ou à simples acumulação de notas e comentários.<sup>235</sup>

Ainda que a Cannabrava fale de evitar o excesso de informações de caráter especializado, a multivalência proposta por Mário de Andrade foi bastante empobrecida no esboço de Cannabrava. Perdeu-se a preocupação de fazer da *Enciclopédia* uma obra universal, que atingisse todas as camadas da população, que permitisse a mobilidade do conhecimento entre as camadas mais altas e as mais baixas. Ao focar a complementação de estudos e a contribuição para a aquisição de conhecimentos de alto nível cultural, Cannabrava excluiria do seu público-alvo não só a massa operária, as camadas mais populares da sociedade brasileira, como também deixou de fora da obra os conhecimentos de “baixo nível” cultural, ou seja, os conhecimentos populares, o folclore, a cultura – teatro, música, cinema, literatura – popular.

O que até então era um esboço ganhou corpo no número seguinte da *Revista do Livro* (03/04, dezembro de 1956)<sup>236</sup>, com

---

<sup>235</sup> CANNABRAVA, Euryalo. *Plano da Enciclopédia Brasileira*. In: **Revista do Livro**, n.º 01 / 02, 1956, p. 308.

<sup>236</sup> \_\_\_\_\_. *Diretrizes da Enciclopédia Brasileira*. In: **Revista do Livro**, n.º 03 / 04, 1956, p. 11 – 14.

a publicação do texto de apresentação das diretrizes que guiarão os trabalhos da *Enciclopédia Brasileira*, assinado por Euryalo Cannabrava. Em sua narrativa, o chefe da seção responsável pelos trabalhos discorreu acerca do estranhamento causado em seus colaboradores a orientação de que os verbetes deveriam ter um sentido eminentemente prospectivo. Acusaram-no de antitradicional e de fazer *tabula rasa* das conquistas históricas do passado. Em sua defesa, Cannabrava observa que “é forçoso reconhecer que a maioria das enciclopédias, inclusive a soviética, tem caráter acentuadamente retrospectivo, de repositório de dados ou informações sobre o que já foi realizado, contendo vaga indicação sobre o que se realiza presentemente e ainda menos sobre o que se pretende realizar”.<sup>237</sup> Esse sentido tradicionalista filia-se a uma orientação historicista de lidar com a cultura que, segundo Euryalo, impregnou a cultura do século XIX e ainda se manifesta no século XX. Tal orientação acabaria por desvincular a cultura do seu momento presente, sobrecarregando-a de condições históricas para se manifestar: “a única explicação para tudo isso é que os filósofos, como os políticos, os sociólogos e os historiadores, preferem descrever a interpretar, acumulando fatos e citações em vez de exercer a atividade crítica”.<sup>238</sup>

Ao propor um sentido prospectivo para a *Enciclopédia Brasileira*, Cannabrava estaria propondo que o caráter preditivo do conhecimento teria a mesma ou mais relevância que o caráter histórico de descrição dos fatos acumulados. O filósofo filia o seu projeto à agenda do desenvolvimentismo brasileiro, com seus ideais de crescimento do país, de aprofundamento de conquistas econômicas, enfim, um projeto ambiciosamente prospectivo, preocupado com o engrandecimento do país e de sua população.

O projeto de Euryalo alinha-se, assim como a própria *Revista do Livro*, como sendo mais uma manifestação dos altos

---

<sup>237</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>238</sup> *Idem*, p. 12.

propósitos do governo em contribuir para o aprimoramento da cultura nacional<sup>239</sup>. A obra serviria, portanto, na dupla mão de instruir, aprimorar a cultura nacional, enquanto, ao mesmo tempo, apontaria para o futuro aprazível que aguardaria o país ao aprofundar seu desenvolvimento nacional. O caráter preditivo seria exemplificado por Cannabrava, que recuperou as investigações da física nuclear para observar que:

Sabe-se perfeitamente que, na pilha atômica, a reação em cadeia é frenada de maneira a permitir a liberação da energia em quantidades praticamente utilizáveis. Em circunstância torna possível o emprego de energia térmica, produzida pela fissão, para abastecer as usinas elétricas. Nessa base, não poderemos sem risco prognosticar que em futuro mais ou menos próximo será possível utilizar a pilha atômica para as atividades industriais que exigem atualmente o petróleo, o carvão e a hulha branca? Indicar com precisão o que representará a energia nuclear sob o ponto de vista do transporte urbano, da navegação marítima e da vida social organizada parece constituir tarefa de sentido eminentemente enciclopédico.<sup>240</sup>

Ao falar das maravilhas proporcionadas pela energia nuclear, Cannabrava reforça o caráter prospectivo que ele deseja para o seu projeto, afinal, ele optou por ignorar os riscos envolvidos na utilização dessa fonte de energia, e de fazer *tabula rasa* – como o acusaram seus colaboradores – dos fatos históricos de certa maneira ainda recentes sobre a energia nuclear. Não distava, por exemplo, mais de 11 anos do fim da Segunda Grande Guerra e dos ataques às cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Porém, não cremos que seria o objetivo central da *Enciclopédia Brasileira* apontar as maravilhas do futuro proporcionadas pela energia nuclear, mas sim alinhar-se a uma

---

<sup>239</sup> Recuperamos a fala de Clóvis Machado, Ministro da Educação e Cultura do governo de Juscelino Kubistchek, ao apresentar o primeiro número da *Revista do Livro*, em 21 de maio de 1956.

<sup>240</sup> CANNABRAVA, Euryalo. *Op. cit.*, p. 13.

política de desenvolvimento nacional que projetaria o país para o futuro, dos 50 anos em 5. A postura que Cannabrava procurava para os seus trabalhos simboliza não necessariamente um desapego à história ou à tradição, mas sim um desprezo pelo passado arcaico e atrasado do país frente ao presente modernista de construção de Brasília, da exploração de uma fonte energética com um enorme potencial, da industrialização e urbanização do país. Antevemos no projeto da *Enciclopédia Brasileira* o esforço de inscrição do país dentre os países progressistas, desenvolvidos, maravilhados com as possibilidades e os confortos aportados pelo desenvolvimento científico. Esse esforço se traduz na dedicação que se dará ao conhecimento científico na elaboração da *Enciclopédia*, que ganhará “papel relevante em suas páginas”, sobretudo em sua faceta prospectiva, em suas possibilidades de avanços tecnológicos e científicos. Isso “sem prejuízo [ao] inventário retrospectivo de importantes aquisições.”<sup>241</sup>

Temos, assim, o principal afastamento entre os projetos de Mário de Andrade e de Euryalo Cannabrava. No primeiro, a cultura ganhava uma dimensão muito mais aprofundada e significativa, cujos intuitos, da *Enciclopédia*, perseguiram a possibilidade da multivalência da cultura – levar aos letrados a cultura popular ao mesmo tempo em que exerce o movimento contrário, permitindo, às camadas populares, o acesso à cultura culta, sem que esses movimentos acachapassem nenhuma das diferentes camadas sociais. Ao focalizar no conhecimento científico, Cannabrava afasta a cultura popular das páginas da *Enciclopédia*, relegando às camadas populares o papel de meros receptores do conhecimento letrado. O afastamento das camadas populares da obra fica ainda mais patente ao observamos a mudança do público-alvo previsto. Se em Mário havia uma intenção universalizadora, a nova versão do projeto prevê seu público composto por jovens estudantes universitários: “Mas é preciso não esquecer que o nosso objetivo consiste em atender

---

<sup>241</sup> *Idem*, p. 13.

às necessidades culturais do estudante de nível universitário”.<sup>242</sup> Com esse deslocamento, percebe-se a que o projeto de 1956 da *Enciclopédia* é muito mais técnico e tecnicizante que aquele de 1940.

Alia-se, desse modo, o caráter prospectivo almejado por Cannabrava à vontade de produzir e difundir um conhecimento técnico. Desta junção, produz-se uma superioridade da técnica sobre a cultura, da ciência sobre o pensamento humanístico. É justamente a partir desse embate que o filósofo mineiro esquematiza as diretrizes para o seu trabalho. Ao criticar aqueles que estranharam sua orientação de dar à *Enciclopédia* um sentido prospectivo, aqueles que o taxaram de antitradicionalista, Cannabrava afirma:

Acredita-se que a superioridade da filosofia perante a ciência consista, sobretudo, nesse sentido humanístico e historicista que confere aos exercícios especulativos significação muito mais elevada do que às pesquisas de laboratório ou às teorias de base experimental. Ignora-se voluntariamente a advertência de Whitehead, referindo-se à lógica, de que a ciência está perdida quando ela não esquece os seus fundadores. É precisamente essa incapacidade de olvidar os que lançaram os seus alicerces que nos explica a irrelevância de certas disciplinas, muito mais preocupadas em investigar as suas origens do que em sondar as diretrizes mais próximas de sua evolução.

Foi justamente porque a ciência voltou as costas ao passado, substituindo os hábitos conservadores pelo espírito de aventura, que o seu progresso constitui um dos traços marcantes da nossa época.<sup>243</sup>

Ao pregar a superioridade da ciência em detrimento da filosofia – das “ciências” humanas em geral –, o projeto da *Enciclopédia Brasileira* promulgado por Euryalo Cannabrava afastou-se radicalmente do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade para a mesma obra. No do escritor, o viés cultural era

---

<sup>242</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>243</sup> *Idem*, p. 11.

o predominante. No do filósofo, a técnica e a função prática do conhecimento roubam a cena. No de 1940, a tradição fazia parte do jogo, trazendo o aporte histórico para a discussão dos aspectos culturais brasileiros. No de 1956, a tradição é negada enquanto marco do atraso científico do país.

Euryalo Cannabrava permaneceu à frente da Seção da Enciclopédia e do Dicionário do Instituto Nacional do Livro entre os anos de 1956 e 1961. Passados os cinco anos previstos para a publicação da obra, tudo o que Cannabrava pôde apresentar foram obras subsidiárias de colaboradores que contribuiriam para a discussão e a elaboração dos verbetes, publicadas nas coleções do I.N.L., sobretudo nas coleções Biblioteca Científica Brasileira e Biblioteca Filológica. Dentre elas, tivemos, por exemplo, a publicação do *Dicionário Etimológico Latino*, do jesuíta francês erradicado brasileiro Augusto Magne.

Ainda no início de 1961 Cannabrava deixou vacante a direção da seção. Quem ocupou o espaço foi o funcionário de carreira do Instituto Nacional do Livro José Galante de Sousa<sup>244</sup>. Em texto não assinado, o qual atribuímos à Galante de Sousa pelo cargo recém assumido – publicado no número 23/24 da *Revista do Livro*, anunciou-se o andamento das tarefas da seção:

Com recursos orçamentários reduzidos, realizou essa Seção [a da Enciclopédia e do Dicionário], nos vinte anos de existência que antecederam à atual administração, trabalho digno de ser ressaltado, embora os percalços e contramarchas, companheiros do êxito e mestres de sabedoria e experiência.

[...] A atual administração do Instituto e da S.E.D., por seu turno, acompanhando o surto de desenvolvimento que se fez sentir no país, inclusive no terreno da educação e da cultura, que lhe exige uma ampliação estrutural e uma dinamização funcional, lançou-se desde o ano passado, a um trabalho positivo de planificação e

---

<sup>244</sup> Até então diretor da Seção da Biblioteca da Instituto Nacional do Livro, cargo que assumiu em 1939. Entre 1937 e 1939, Augusto Meyer acumulou a direção da Seção da Biblioteca com a direção geral do Instituto.

execução das atribuições que lhe incumbem, o qual vai a seguir transcrito em linhas gerais, com os seus primeiros resultados.<sup>245</sup>

Temos, desta maneira, o terceiro projeto para a *Enciclopédia Brasileira*. José Galante de Sousa o elaborou respeitando os trabalhos anteriores – ao contrário do que Cannabrava fez com o anteprojeto de Mário – e readaptando sua planificação para a nova realidade brasileira dos anos de 1960. A primeira grande mudança que Galante de Sousa promoveria nos planos da obra seria o abandono da estratégia de usar verbetes em ordem alfabética, com o intuito de dinamizar a enciclopédia. Desta maneira, a obra passaria a ser publicada através da reunião de matérias a fim, em cinco séries:

- A) Assuntos Brasileiros
- B) A Ciência Humana
- C) As artes
- D) A técnica
- E) Assuntos gerais

A nova organização aproximava-se da *Encyclopédie Française*, pois abria-se à possibilidade de publicar os volumes aleatoriamente, afinal, não haveria mais a necessidade de ordem numérica ou de assuntos. Percebemos, por essa nova estruturação, que o plano de Galante de Sousa localizar-se-ia como um meio termo entre o anteprojeto de Mário de Andrade e o plano prospectivo de Euryalo Cannabrava, uma vez que abria espaço para os assuntos brasileiros, suas letras e artes – tributários do primeiro anteprojeto –, e mantinha alguns aspectos técnicos-científicos – oriundos do segundo projeto. Se, por um lado, público-alvo permanecia aquele do filósofo:

---

<sup>245</sup> [Sem autoria identificada, atribuímos à José Galante de Sousa]. *A seção da enciclopédia e do dicionário do I.N.L.* In: **Revista do Livro**, n.º 23 / 24, 1961, p. 230 – 231.

Nos moldes projetados, a Enciclopédia Brasileira não será apenas uma obra de consulta apressada nas mãos do leitor curioso, mas se propõe, como finalidade principal, a atender à necessidade inadiável de textos para estudo em língua portuguesa, indispensáveis aos cursos universitários, e, em relação aos assuntos brasileiros, a palmilhar e dissecar, com os instrumentos de pesquisa e do estudo planejado, esse gigante quase desconhecido e inexplorado.<sup>246</sup>

Por outro lado, o plano de José Galante de Sousa dispôs-se a palmilhar e dissecar os assuntos brasileiros, aprofundando os estudos em língua portuguesa. Preocupações, como podemos perceber, em comum com o anteprojeto de Mário de Andrade. Ou seja, volta à cena, ainda que enfraquecida, a multivalência da *Enciclopédia Brasileira* andradiana, à qual se projetava a colaboração com os estudos universitários e, de maneira concomitante, um esforço de aprofundar os conhecimentos acerca desse *gigante* Brasil.

Partindo dessas duas orientações, José Galante de Sousa continua argumentando a favor do novo projeto, e lançando as bases de atuação que se seguiriam:

Optou-se começar os trabalhos pelas Séries A e B, acima referidos, lançando-se o Instituto, em relação aos Assuntos Brasileiros, à feitura do *Dicionário de Literatura*, ao mesmo tempo bibliográfico e de assuntos, registrando autores, obras, gêneros, movimentos, sociedades, academias, etc. Partindo de valioso material de pesquisa, acumulá-lo em anos de trabalho por Antônio Simões dos Reis e José Galante de Sousa, indiscutivelmente figuras exponenciais da Bibliografia Brasileira, tem desde o ano próximo passado, desenvolvimento a primeira fase da elaboração do Dicionário que consiste na complementação e atualização do levantamento bibliográfico geral, a cargo desses especialistas e de um grupo de colaboradores.<sup>247</sup>

---

<sup>246</sup> *Idem*, p. 232.

<sup>247</sup> *Idem, ibidem*. [O texto possui alguns pequenos erros de português e uma estrutura confusa. Optamos por manter fiel ao original publicado na revista].

O novo projeto, anunciado por Galante de Sousa, é de um *Dicionário de Literatura*, com um levantamento *biobibliográfico* geral, a cargo de especialistas e colaboradores, que compreenderia os diversos autores, obras, gêneros, movimentos da literatura nacional. O que não anuncia o diretor da seção da Enciclopédia é que esse projeto já teria se iniciado cinco anos antes, e responderia por um só nome: *Revista do Livro*.

Chegamos, desta maneira, à ideia de que o projeto da *Revista do Livro* era, na verdade, a confluência das atividades de três diferentes grupos que atuavam nas dependências do Instituto Nacional do Livro, e que tiveram representatividade para suas vozes, com maior ou menor espaço, nas páginas da revista. Três grupos oriundos das três diferentes propostas para a *Enciclopédia Brasileira*. Esta é a chave de leitura que ativamos com o intuito de compreender a profusão de textos, na revista, que aparentemente seriam desconexos e, de certa monta, contraditórios se alocados dentro de um único projeto. Ou melhor, ler a revista como um campo de atuação das diferentes interpretações para a *Enciclopédia Brasileira* foi o que nos permitiu perceber que, em suas páginas, conviviam três diferentes maneiras de lidar com a produção de conhecimento no Brasil. Daí a existência de três grandes grupos dentre os textos publicados pela *Revista do Livro*, nesses seus cinco anos de sua publicação, entre 1956 e 1961. Não seria, porém, produtivo analisar texto por texto a fim de o vincular a um grupo específico. Mesmo porque um mesmo ensaio pode servir aos propósitos de mais de um grupo, uma vez que eles não são excludentes entre si. Avançaremos na análise das seções *Estudos* e *Vária*, identificando os textos mais emblemáticos e as coincidências que nos direcionaram para cada um desses grupos, focando principalmente no método de construção do pensamento e da argumentação acerca dos temas. Ou seja, a

organização que propomos para ler os textos da *Revista do Livro* não é baseada em temas, em assuntos, em autores, e sim em uma maneira de tratar os diversos temas, assuntos e autores que a revista veicula, ainda que a própria revista não apresente essa distinção entre seus textos.<sup>248</sup> E essa maneira de tratar os diversos temas é que estaria ligada aos três diferentes projetos para a *Enciclopédia Brasileira*.

*Do primeiro grupo: anteprojeto de Mário de Andrade*

O primeiro destes grupos, tributário do anteprojeto de Mário de Andrade, é responsável pela multivalência da revista, procurando envolver a nação de uma maneira dupla: levar a cultura geral ao povo brasileiro como um todo, e falar do Brasil. Levar às camadas cultas os elementos populares da cultura, e conseguir, concomitantemente, levar às camadas populares um conhecimento até então exclusivo dos grupos dominantes. Recuperando a análise que propusemos para os editoriais na segunda parte desta tese, podemos perceber que advêm daí, da multivalência, as preocupações que José Renato Santos Pereira elenca no editorial de abertura da revista: “estamos sinceramente convencidos da utilidade de uma revista como a que ora entregamos aos nossos homens de cultura, aos estudiosos, a todos aqueles brasileiros que buscavam alcançar estágio superior”.<sup>249</sup> Ora, Santos Pereira direcionou a revista para o mesmo público-alvo de Mário de Andrade, aos estudiosos, aos homens de cultura, mas, ao mesmo tempo, de maneira concomitante, a todos aqueles que buscam aprofundar seus conhecimentos acerca da cultura nacional. E avança, ao concordar com Mário no papel que o governo deveria ter em

---

<sup>248</sup> Cujos levantamentos completos apresentamos nos anexos 1.6 e 1.7 deste trabalho.

<sup>249</sup> PEREIRA, José Renato Santos. *Depoimento*. In: **Revista do Livro**, n.º 01 / 02, 1956, p. 03.

subsidiar a *Enciclopédia Brasileira*, que, por extensão de sentido, pode ser entendido como uma maneira de “governo e intelectualidade [reunidos] impulsionar o processo civilizador da nação jovem e palpitante de perspectivas imediatas”.<sup>250</sup> Como governo, ele deveria ser responsável por reunir em suas fileiras e envolver em suas malhas institucionais intelectuais aptos a possibilitar o acesso à cultura a todos os interessados, de todas as camadas sociais brasileiras. Só assim, ainda nos dizeres de Santos Pereira, “o Estado estará cumprindo a sua missão de depositário das esperanças de dias melhores, de *democratização da cultura*”.<sup>251</sup> Por democratizar a cultura, lemos o significativo gesto de criar meios e possibilidades de acesso à cultura para todos aqueles interessados. Eis a razão de existir da *Enciclopédia Brasileira*, na visão de Andrade, em sua multivalência. Ambos, tanto Mário de Andrade quanto Santos Pereira, caem também no mesmo paradoxo. Enquanto o primeiro, em seu anteprojeto, discorre acerca da existência de uma massa campesina analfabeta, o segundo afirma que: “estamos convencidos da necessidade de serem incorporados à nossa cultura milhões e milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever”.<sup>252</sup> Ora, que diferença produziria no processo de alfabetização do povo brasileiro a publicação de uma enciclopédia? Como uma enciclopédia poderia contribuir para esse processo? Para combater esse problema, não seria necessário o investimento em escolas, professores, na universalização do ensino? E uma enciclopédia, por mais preocupada que esteja com as diferentes camadas sociais, não ensinaria, por si só, o povo brasileiro a ler ou escrever. Em ambos os casos, tanto no anteprojeto de Mário de Andrade quanto nos dizeres de José Renato Santos Pereira, isso se traduz, a nosso entender, não em um esforço real e direto contra o analfabetismo, mas sim em uma preocupação patente de que a

---

<sup>250</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>251</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>252</sup> *Idem, p. 04.*

“palavra Democracia readquirira a sua plenitude e a sua dignidade, e a palavra Cultura volte a ser parte integrante deste significado, como perfume à flor, o sabor ao alimento, a cor à terra”.<sup>253</sup>

Nesta linha, teríamos duas possibilidades de vincular os textos publicados na *Revista do Livro* ao grupo ligado ao anteprojeto de Mário. A primeira delas é a existência de textos que procurem levar às camadas cultas, elementos da cultura popular brasileira, como o ensaio de Renato Almeida sobre a *Importância dos estudos americanos de folclore*<sup>254</sup>, publicado na *Revista do Livro* n.º 05, no qual discorre acerca dos processos de transplantação cultural, e como o negro e o índio fazem parte do processo de construção cultural brasileiro.

A segunda maneira de vincular os textos publicados ao anteprojeto seria através dos textos contrários, os que procuram apresentar a cultura letrada às camadas menos cultas. Temos, nesse caso, o exemplo a discussão de Sylvio da Cunha sobre a fotografia, também no quinto número da revista. O texto de Cunha possui uma linguagem mais direta, mais simples, e procura apresentar diferentes aspectos do debate em torno da questão: a fotografia é arte?

Ainda que possa parecer contra produtivo que ambos os textos convivam no mesmo espaço da *Revista do Livro*, se recordarmos que a revista era distribuída para todas as bibliotecas cadastradas no Instituto Nacional do Livro, observaremos que a revista circulava ao mesmo tempo na Biblioteca Nacional, nas bibliotecas universitárias, municipais, escolares, estando ao alcance do mais variado público, e podendo cumprir diferentes papéis de acordo com seu espaço de circulação.

---

<sup>253</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>254</sup> Para evitar a proliferação exacerbada de notas de rodapé, remetemos todas as referências de citações indiretas aos anexos 1.6 e 1.7 – levantamento dos textos publicados nas seções Estudo e Vária. Manteremos as notas nos casos de citações diretas a fim de indicar a página, ou as páginas, do trecho citado.

Um dos indícios que gerou em nós a suspeição de ser a *Revista do Livro* um campo de atuação da *enciclopédia* foi a existência de colaboradores especialistas, fixos, recorrentes, responsáveis por temas específicos, como se tivessem sido contratados para trabalhar nos verbetes ou nos temas enciclopédicos. Se observarmos a lista dos autores colaboradores da *Revista do Livro*, disponível no anexo 2.1 desta tese, perceberemos que há colaborados frequentes, cujas publicações poderiam, a nosso ver, ser elencadas como um esforço de elaboração de verbetes ou de estudos acerca de uma temática específica, tal qual se espera de uma enciclopédia. O exemplo mais emblemático é o de Luís Cosme, responsável por 9 dos 363<sup>255</sup> textos publicados em todo o nosso *corpus* da *Revista do Livro*:

1. *Experiência do Concretismo na música*. Revista do Livro, n°.01 02, p. 77-80.
2. *Folc música no Rio Grande do Sul*. Revista do Livro, n°.03 04, p. 139-157.
3. *Três compositores brasileiros*. Revista do Livro, n°.08, p. 215-219.
4. *Ensaio sobre a música concreta*. Revista do Livro, n°.09, p. 215-220.
5. *Música e História*. Revista do Livro, n°.12, p. 127-134.
6. *Catálogo de disco musicais de longa duração*. Revista do Livro, n°.13, p. 139-162.

---

<sup>255</sup> As estatísticas geradas pela Base de Dados do projeto *Poéticas Contemporâneas* do Núcleo de Estudos Literários & Culturais elencam, para a apresentação dos dados, todas as informações acerca das revistas indexadas. Assim, 363 é o número total de textos publicados na *Revista do Livro*, em todas as seções, excetuando-se os textos não assinados, como alguns editoriais e algumas das notas publicadas na seção *Noticiário*. Somados todos os textos, teríamos um total de 442.

7. *Salamanca do Jarau*. Revista do Livro, n°.14, p. 189-196.
8. *Vila-Lôbos, compositor brasileiro*. Revista do Livro, n°.18, p. 191-196.
9. *Criação musical*. Revista do Livro, n°.23-24, p. 215-218.

Luís Cosme caracterizar-se-ia, a nosso ver, como o responsável pelo verbete *Música* da *Enciclopédia / Revista do Livro*, uma vez que todos os seus textos versam sobre música. Mais significativo ainda é o fato de que Cosme responde por 9 dos 12 textos que versam sobre música publicados na *Revista do Livro*. Dentre os 3 textos restantes, temos o de Zilda Cosme, sua esposa e responsável pela manutenção e organização do acervo de Luís Cosme após a sua morte<sup>256</sup>. O texto de Zilda, *Cosme, panorama da sua composição musical*, versa sobre a produção teórica e musical do marido, o que nos permitiria elevar para 10 a soma dos textos de Cosme.

Ao avançarmos na análise dos textos do musicólogo, perceberemos que o verbete *Música* é construído dentro das prerrogativas do anteprojeto de Mário de Andrade, ou seja, a partir de sua multivalência. Cosme, em alguns textos, versa sobre a música popular, o folclore, como se trouxesse para o âmbito da cultura letrada, da alta cultura, elementos de origem popular. Em outros, o funcionário do INL discute aspectos específicos da música, com uma linguagem mais complexa, contribuindo com os estudos especializados em verbetes mais precisos. Em outros, por fim, procura apresentar para as camadas mais populares, com uma linguagem mais simples, personagens e fatos significativos da história musical brasileira.

Essa diferenciação, instável, deu-se, a nosso ver, sobretudo no nível da utilização conceitual de ideias e termos.

---

<sup>256</sup> De acordo com os *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 189, 1989, o acervo de Luís Cosme foi adquirido pela Biblioteca em 1977, após acordo de compra e venda com a viúva. Compõem o acervo 628 pastas, todas referentes à música.

Nos textos em que Cosme traz o popular para o erudito, ele se vale frequentemente da estratégia de discutir os conceitos, as definições de popular, de música, o que se traduz em um esforço de valorização do elemento popular, em um esforço de justificar a busca por esse elemento popular. Nos textos contrários, nos quais o autor leva o erudito a um público não especializado, a linguagem adotada é mais simples, curta, direta. Isso significa que cada conceito, cada definição apresentada é didaticamente explicada – ainda que isso acarrete em uma redução, um empobrecimento do debate, da conceituação dos termos. Nestes textos, as informações são apresentadas como fatos históricos fechados, não há espaço para o debate, a opinião, a discussão conceitual ou argumentativa. Por fim, nos textos especializados para especialistas, Cosme se vale dos conceitos sem preocupação alguma de explicá-los, defini-los, como se se referisse a um conhecimento comum, partilhado com seus pares, a fim de emitir a sua opinião, a sua interpretação de um tema.

Luís Cosme respeita, desta maneira, a solução encontrada por Mário de Andrade: a de adotar uma linguagem mais simples, mais acessível para os verbetes mais abrangentes, de interesse geral. E manter a linguagem técnica mais elaborada restrita aos verbetes mais específicos e especializados, destinados aos estudiosos e conhecedores do tema. Os primeiros, os de linguagem simples, se dirigiam aos leitores medianos e os segundos, mais complexos, aos leitores cultos. Dando um peso cultural diverso para cada um dos seus textos, Cosme se abria a possibilidade de diálogo com os mais diversos leitores.

Outra das prerrogativas do anteprojeto de Mário de Andrade que o autor respeita é a de que o conhecimento da matéria nacional deve estar em desproporção em relação aos outros assuntos. Se tomarmos, como ponto de partida para a análise, as palavras-chave<sup>257</sup> de cada um dos seus textos, perceberemos que há entre elas uma recorrência bastante significativa, afinal, as duas palavras-chave mais frequentes são

---

<sup>257</sup> Cujas estatísticas de indexação estão disponíveis no anexo 2.3 deste trabalho.

*popular e nacional*, presentes em 5 dos 9 textos do autor. A terceira palavra-chave mais frequente é *biografia*, com 3 entradas, seguida de *concretismo*, com 2. Com apenas uma entrada, temos, por fim, as palavras-chave *técnica*, *folclore*, *história*, *bibliografia*, *estética* e *linguagem*.

Temos, desta maneira, como primeira impressão, a ideia de que os textos de Cosme podem ser compreendidos a partir da chave de leitura da tripla função da *Enciclopédia Brasileira* de Mário de Andrade: falar, de maneira erudita, do popular; falar, de maneira popular, do erudito; e falar, de maneira erudita, para especialistas, de aspectos específicos da música. Não nos esquecendo da necessidade de, sempre que possível, haver um maior espaço à matéria nacional. Se formos organizar os seus textos com o intuito de confirmar essa impressão, teríamos, a partir dessa prerrogativa, a seguinte divisão:

a) Falar, de maneira erudita, do popular:

Em *Folcmúsica no Rio Grande do Sul*, publicado no segundo volume da *Revista do Livro*, Luís Cosme aborda o tema a partir de um dos valores da multivalência de Mário de Andrade. Ao falar das experiências populares presentes na música gaúcha, o musicólogo discutiu a real presença e alcance do popular nas produções musicais gaúchas da década de 1950. Elegendo a coletânea *Gaúcho* como elemento analítico, Luís Cosme vai notar que houve, no disco, um esforço de aperfeiçoamento da qualidade harmônica e orquestral estranho à matéria popular. E que esse esforço tirara a legitimidade do disco como elemento representativo da música popular do Rio Grande do Sul. Em seguida, o autor apresentou uma longa lista dos discos de “autênticos motivos regionais”<sup>258</sup> da música gaúcha, como se rendendo a preocupação de bem direcionar os eruditos aos valores autênticos do folclore dos pampas, distanciando-os

---

<sup>258</sup> COSME, Luís. *Folcmúsica no Rio Grande do Sul*. In: **Revista do Livro** n. 03 / 04, p. 142.

das “desastrosas obras em que seria preciso conciliar a excessiva autenticidade dos motivos folclóricos com as exigências da unidade formal da música”.<sup>259</sup>

Temos, neste texto, uma abordagem erudita de uma problemática popular, ou da própria conceituação e preservação do popular diante de pressões estranhas à matéria. O mesmo movimento pode ser visto no ensaio *Salamanca do Jarau*, publicado no número 14 da *Revista do Livro*, no qual Cosme apresenta as motivações que o levaram a elaborar o seu bailado homônimo. Inspirado na lenda espanhola *Cuevas de San Cebrian*, Cosme afirmou categoricamente que a lenda já estava “incorporada ao folclore rio-grandense”<sup>260</sup> mesclado a elementos locais de tipos, paisagens e língua.

O seu texto avança, apresentando as motivações e particularidades de sua obra. A Salamanca do Jarau seria uma caverna assombrada que serviria de cárcere para o Sultão de Salamanca e a princesa Teiniaguá que, apaixonados, foram lá aprisionados por conta do amor proibido. A presença de elementos espanhóis é patente, desde o título da lenda. Confundida com a cidade de Salamanca, a caverna ganha o significado de uma furna encantada por conta de uma suposta escola de magia que se instalou na cidade durante a ocupação moura. A própria nomenclatura das personagens da lenda parece, a princípio, distante do folclore gaúcho, com o sultão e a princesa. Porém, ao se localizar no Jarau, linha divisória entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, a lenda ganha aspectos de cor local, como, de acordo com Cosme, a presença do vaqueiro Blau Nunes<sup>261</sup>, o destemido herói que enfrentaria os mistérios da caverna com o intuito de resgatar o casal aprisionado.

Salamanca do Jarau seria, desta maneira, mais um texto de Luís Cosme que se alinha à função de apresentar elementos populares brasileiros a uma camada culta da sociedade brasileira

---

<sup>259</sup> *Idem*, p. 141.

<sup>260</sup> COSME, Luís. *Salamanca do Jarau*. In: **Revista do Livro** n. 14, p. 189.

<sup>261</sup> O mesmo narrador de *Contos Gauchescos*, de Simões de Lopes Neto.

de maneira erudita, discorrendo sobre as influências estranhas à matéria nacional e sobre como essas influências foram incorporadas, transformadas na lenda gaúcha.

b) Falar, de maneira popular, do erudito:

Em seu segundo papel no esforço de perseguir a multivalência de Mário de Andrade para a *Enciclopédia Brasileira*, Luís Cosme altera sua chave de escrita e de abordagem dos textos. Motivado por preocupações que reconhecemos como didáticas, o musicólogo elabora seu *Três compositores brasileiros* com o intuito de apresentar a um público distante da música brasileira, três dos seus representantes: José Maurício, Carlos Gomes e Villa-Lobos. Adotando uma linguagem mais simples e didática, Cosme traça um brevíssimo panorama histórico da música à guisa de introdução, já no primeiro parágrafo do seu texto:

Além das influências que concorreram para o crescimento da música brasileira, como a influência jesuítica, que constitui o período de formação; a espanhola, constituindo o período de caracterização; a bragantina que constitui o período de desenvolvimento; a dos pseudo-maestros italianos, período de corrupção, ou mesmo a influência republicana, significando o período nativista, a música brasileira tem os seus alicerces em três raças tristes: a portuguesa, a negra e a ameríndia.<sup>262</sup>

Tal qual um enciclopedista armando uma didática linha evolutiva da música brasileira, Cosme apresenta informações de cada período histórico, sem aprofundar a discussão ou sem justificar os rótulos dados. Com essas afirmações categóricas, instituiu-se um conhecimento básico e introdutório acerca da

---

<sup>262</sup> COSME, Luís. *Três compositores brasileiros*. In: **Revista do Livro**, n. 08, p. 215.

música brasileira. Nessa linha evolutiva, Luís Cosme elenca os três compositores modelos.

O primeiro, José Maurício, é apresentado em seu contexto de atuação, advindo das benfeitorias decorrentes da chegada da corte ao Rio de Janeiro, em 1808. Sem maiores informações sobre Maurício, Cosme apressa-se em afirmar que o padremestre José Maurício Nunes Garcia, inspetor de música da Capela Real, foi o maior expoente da cena musical brasileira em seu período colonial e de influência portuguesa.

Avançando na linha evolutiva, “depois de José Maurício, o acontecimento da música brasileira é, na realidade, Carlos Gomes”.<sup>263</sup> Com o intuito de apresentar o segundo dos três compositores, Luís Cosme repete sua fórmula didática que utilizou para José Maurício. Começa introduzindo o contexto histórico, citando as influências e apresentando conceitos fechados para os termos mais complexos utilizados. Desta maneira, Cosme define o romantismo musical como uma arte que realça o papel da emoção e da subjetividade, “e negligencia o ponto de vista formal e estrutural”.<sup>264</sup> O autor afirma, assim, que o romantismo musical encontrou terreno fértil no Brasil, por sua aproximação com a literatura. Cosme vai, ainda, afirmar que Carlos Gomes “foi quem adivinhou o nosso lirismo, quem afirmou o Romantismo musical, e, talvez, o primeiro a manifestar-se por uma música nacional”. Enquanto precursor da tendência nacionalista na música brasileira, Carlos Gomes abria a trilha que seria percorrida a exaustão por Villa-Lobos.

Aplicando novamente a fórmula de apresentar o compositor a partir de um elemento mais amplo para, em seguida, focar em uma característica, Cosme apresenta Villa-Lobos – ou Vila Lôbos, no original – em seu contexto de atuação e, em seguida, concentra-se em aspectos particulares da sua obra. Comparando-o com outros compositores atuantes na década de 1950, o musicólogo reforça o destaque dado ao

---

<sup>263</sup> *Idem*, p. 216.

<sup>264</sup> *Idem*, p. 217.

compositor das *Bachianas brasileiras* sobretudo pela forte presença do elemento nacional em sua obra, interpenetrada de “elementos musicais provenientes do folclore brasileiro”.<sup>265</sup> Ainda segundo Cosme, não é gratuito o fato de que

Grande parte das obras de Vila Lóbos estar situada na fase nacionalista de aspecto folclórico – marcando assim o ciclo mais original e mais fortemente consciente da história musical do Brasil contemporâneo – revela ainda a sua universalidade artística.<sup>266</sup>

Por fim, Cosme realiza o mesmo movimento que vimos em *Salamanca do Jarau*: apontar as influências estrangeiras, transpostas, assimiladas e adaptadas a cena brasileira, apontar como Villa-Lobos valeu-se de sua formação de música erudita universal para mesclá-la com elementos do folclore brasileiro, sobretudo em suas *Bachianas*.

Como se realizasse uma revisão, ou melhor, um aprofundamento do verbete *Villa-Lobos* da *Enciclopédia Brasileira*, Luís Cosme assinou o texto *Vila Lóbos, compositor brasileiro*, publicado no número 18 da *Revista do Livro*. Lemos este texto como uma revisão pois o seu primeiro parágrafo é uma transcrição *ipsis litteris* do primeiro parágrafo do texto que analisamos anteriormente. Além de alguns trechos idênticos, o seu *modus operandi* também se mantém inalterado: o autor começa por um campo temático mais amplo, para depois, aprofundar a leitura e localizar Villa-Lobos em seu contexto histórico de atuação, citando a evolução da música brasileira, das influências estrangeiras, das reações nacionais:

Ainda que tocando fundo o coração brasileiro, a *modinha*, como simples manifestação do nosso sentimento, é o produto abrazeirado de outras civilizações e outras culturas, agindo na alma nacional. Sendo de caráter essencialmente amoroso e

---

<sup>265</sup> *Idem*, p. 218.

<sup>266</sup> *Idem*, *ibidem*.

romântico, foi acolhida por nós e por nós aproveitada, recebendo a feição característica do nosso sentimento.<sup>267</sup>

Luís Cosme segue à risca o preceito de Mário de Andrade para a *Enciclopédia Brasileira*: vincular o nacional ao universal, dando ênfase ao primeiro, ou melhor, dando ênfase em como o primeiro, o nacional, valeu-se de influências estrangeiras para se configurar, para se formar. Dizia Mário que os elementos universais já estavam bem explorados pelas enciclopédias estrangeiras, e que cabia à *Enciclopédia Brasileira* dar maior peso a matéria nacional, a fim de fazer valer o nacional diante do universal. Assim, Villa-Lobos, por tão bem explorar a *modinha*, ganhou o reconhecimento de Luís Cosme, e, de acordo com o cânone do musicólogo, seu lugar no panteão dos grandes músicos brasileiros.

Luís Cosme, ainda neste texto, avança na mesma toada até chegar na análise das *Bachianas Brasileiras*. Para discorrer, elogiosamente, acerca da *obra prima* de Villa-Lobos, o autor vai novamente transcrever tal e qual mais um parágrafo do seu ensaio anterior:

Grande parte das obras de Vila Lôbos estar situada na fase nacionalista de aspecto folclórico – marcando assim o ciclo mais original e mais fortemente consciente da história musical do Brasil contemporâneo – revela ainda a sua universalidade artística.<sup>268</sup>

Como se transcrevesse o esforço de afirmar o lugar ocupado pela cultura nacional diante da universal, Luís Cosme, a nosso entender, mantém-se fiel ao projeto de Mário de Andrade para a *Enciclopédia Brasileira*, o de levar a cultura erudita às camadas populares da população brasileira, dando

---

<sup>267</sup> COSME, Luís. *Vila-Lôbos, compositor brasileiro*. In: **Revista do Livro**, n.18, p. 192

<sup>268</sup> *Idem*, p. 192.

ênfase a um processo de valorização da produção nacional, do bem nacional, enfim, da cultura nacional.

c) Falar, de maneira erudita, do erudito:

O último método de abordagem baseado nos três pilares da *Enciclopédia Brasileira* do anteprojeto de Mário de Andrade também é explorado por Luís Cosme, ao abordar temas específicos da música, como se falasse para seus próximos. Nestes textos, o autor se permite uma maior liberdade ao emitir juízos de valor e suas opiniões teóricas, musicais e de gosto. Em *Experiência do Concretismo na música*, publicado na *Revista do Livro* número 01/02, por exemplo, o funcionário do INL construiu o seu debate em torno das influências que o concretismo exerceu na música, ou melhor, sobre o rumo ao qual a experiência concretista na música estaria direcionando-a:

Parece-me que a arte de pensar com os sons não deve existir do ponto de vista do simples movimento sonoro, mas sobretudo, devemos considerá-la como algo artístico: fator construtivo para o aproveitamento do seu nível estrutural ou estético. Colocar a música na pura limitação do simples movimento sonoro é o rumo do concretismo, que provém dos conceitos estéticos de Stravinski (sic) e dos efeitos dodecafonistas de Schönberg a um tipo de música evidentemente extravagante, cujo emprego sugere um fenômeno sonoro de música espacial, tão complexo quanto se possa imaginar, música baseada em três planos de referências: a) plano melódico ou tessitura; b) plano dinâmico ou formas; c) plano melódico ou timbres.<sup>269</sup>

Ao apontar que, em sua opinião, a arte de pensar não deve existir apenas como movimento sonoro, o autor apresenta sua primeira crítica à experiência concretista na música, considerando-a uma limitação do movimento sonoro, e não um

---

<sup>269</sup> COSME, Luís. *Experiência do Concretismo na música*. In: **Revista do Livro** n. 01 / 02, p. 77.

fator construtivo no nível estético. Luís Cosme segue, ainda, a apresentar os três planos de referência nos quais estão baseadas as experiências concretistas, os planos de tessitura, formas ou timbres, e a argumentar que o concretismo encara a música a partir de uma organização celular ou em notas complexas. Ou seja, Cosme lança mão de uma análise mais aprofundada, valendo-se de conceitos – sem defini-los – e termos complexos, partilhados somente entre os especialistas no assunto.

O autor volta a revisar o verbete no texto *Ensaio sobre a música concreta*, publicado na *Revista do Livro* número 09, de março de 1959, adaptando o seu parágrafo introdutório:

Este sistema de compor consiste em colocar a música como simples elemento sonoro, partindo dos conceitos de Stravinski (sic), e dos efeitos dodecafônicos de Schoenberg, para um tipo de música evidentemente extravagante, cujo emprego sugere um fenômeno sonoro de música espacial, tão complexo quanto se possa imaginar; música baseada em três planos de referência: a) plano melódico ou tessituras; b) plano dinâmico ou formas; c) plano harmônico ou timbres.<sup>270</sup>

O que difere entre os textos é, sobretudo, a organização textual e a apresentação visual dos argumentos. Se, no primeiro, Luís Cosme trabalha com as informações em texto corrido, no segundo a organização visual torna-se mais elaborada, com divisões e marcas paratextuais introduzindo a discussão de cada um dos planos anunciados. Em seu segundo ensaio, o musicólogo corrige também uma pequena falha do texto anterior: no primeiro, a divisão entre os planos foi feita entre os planos melódico, dinâmico e melódico novamente. Já no seu segundo texto temos a divisão em: melódico, dinâmico e harmônico. A manutenção do tema, a correção da análise dos planos, a repetição literal dos parágrafos são elementos que

---

<sup>270</sup> COSME, Luís. *Ensaio sobre a música concreta*, In: **Revista do Livro**, n. 09, p. 215.

corroboram com a nossa leitura de que, no fundo, ambos eram um só texto, que fora revisado entre uma publicação e outra.

A revisão dos planos reaparece, novamente, em *Música e História*, publicado na *Revista do Livro* n.º 12, no qual o autor discorre sobre como cada um destes planos atua em diferentes escolas – termo utilizado por Cosme para definir agrupamentos de criações musicais influenciadas por um nome, por um grupo, ou por uma época, como o Italianismo de Rossini, ou o ecletismo de Meyerbeer –, ou melhor, sobre como cada uma das escolas que ele analisa explora os diferentes planos.

Esse constante revisitar de seus textos leva água ao moinho da nossa hipótese de elaboração de verbetes da *enciclopédia*, como se o autor estivesse, ao longo dos anos, reelaborando e readaptando seus escritos com o intuito de aprimorar o que, por ventura, viria a ser publicado de maneira definitiva na *Enciclopédia Brasileira*. A revista, por seu caráter transitório, periódico, configurar-se-ia como um bom espaço para pôr à prova os seus verbetes.

#### *Do segundo grupo: Euryalo Cannabrava*

Dentre os textos publicados na *Revista do Livro*, há um segundo agrupamento possível, o de textos filiados ao projeto da *Enciclopédia Brasileira* sob a coordenação do filósofo Euryalo Cannabrava. Com um espaço muito mais reduzido, diante da hegemonia do grupo de José Galante de Sousa, foram poucos os textos que se alinharam aos princípios da enciclopédia de Cannabrava. Nestes textos, podemos perceber um enfoque maior na complementação dos estudos universitários, da formação universitária, a fim de contribuir para o processo de aquisição de um conhecimento especializado, de alto nível cultural. Nota-se, também, nesse grupo, a ausência significativa de elementos de origem popular.

Elencamos, portanto, nesse grupo, textos que, grosso modo, puderam ser divididos em duas vertentes:

a) A partir do seu caráter prospectivo

Nesta subdivisão se enquadram alguns ensaios que possuem um caráter prospectivo, que estabelecem projeções, emitem opiniões, sempre ligadas a temas especializados, voltados a um público universitário. Não necessariamente esses textos se vinculam ao desapego pelos elementos históricos, como apregoa Euryalo Cannabrava, mas são ensaios que versam, principalmente, sobre temas emergentes do presente histórico da revista, temas em destaque na cena universitária, na cena crítica das décadas de 1950 e 1960.

Temos nesse grupo, por exemplo, o texto de Afrânio Coutinho, *A Nova Crítica*, publicado na *Revista do Livro* número 03/04. Ao falar das diferenças entre a nova crítica e o *new criticism* anglo-americano, Coutinho aponta o aspecto ainda em formação da cena crítica: [a nova crítica] “é uma tendência geral da evolução crítica, a qual caracteriza a primeira metade do século, tudo indicando que a dirige para a constituição da crítica literária como disciplina autônoma”.<sup>271</sup> Ao notar as tendências da cena crítica à época, Coutinho emite sua opinião a partir da percepção acerca da crescente especialização da disciplina de crítica literária. Especialização essa ligada ao desenvolvimento universitário brasileiro, à expansão e ampliação dos cursos de Letras, ou Literatura pelo país, dentre outros fatores que vimos na primeira parte desta tese.

Ao se dirigir a um público especializado, Coutinho vale-se da não necessidade de explicação ou apresentação dos conceitos. O autor cita-os sem defini-los, por entender que já fazem parte do arcabouço teórico de estudantes e pesquisadores interessados no tema. Ao falar, por exemplo, das diferenças entre as críticas do século XIX e a Nova Crítica, Afrânio Coutinho lança mão de alguns conceitos fundamentais da crítica literária:

---

<sup>271</sup> COUTINHO, Afrânio. *A Nova Crítica*. In: **Revista do Livro**, n. 03/04, p. 256.

A primeira, a oitocentista, é genética, historicista, extrínseca; a atual é estruturalista, intrínseca ergocêntrica, em vez de buscar a origem do poema, procura estudar a sua natureza, a sua estrutura, segundo a sua “unicidade”, as leis e constantes de sua existência como tal.<sup>272</sup>

Sem falar o que é a crítica genética, historicista, extrínseca, muito menos o que seria o estruturalismo, a crítica intrínseca, ergocêntrica, Coutinho deixa a cargo do leitor o conhecimento acerca desses conceitos, como se essas informações fizessem parte de um pressuposto de leitura exigido do leitor.

A própria discussão levantada pelo crítico literário se inscreve em uma esfera de circulação particular, já referenciada no chamativo que abre o texto: “o equívoco maior que vigora entre nós...”<sup>273</sup> Esse *nós* a que faz referência Afrânio se inscreve na esfera do nós, interessados pela literatura, nós, críticos literários, nós, estudantes de literatura, ou melhor, estudantes de crítica da literatura. Coutinho segue seu texto em tom professoral, como se ministrasse uma aula sobre as diferenças entre as metodologias oitocentistas e contemporâneas de se pensar a literatura, exaltando os méritos daquela, enquanto apresenta os deméritos desta.

Vale notar que a *Revista do Livro* chega nesse debate bastante tardiamente. Afrânio Coutinho começou a divulgar a Nova Crítica e a combater a crítica de caráter impressionista que se praticava no país depois de sua experiência nos Estados Unidos, entre os anos de 1942 e 1947. Em sua temporada, Coutinho teve contato com o formalismo de Jakobson, com os estudos de René Wellek e Austin Warren, ou ainda, com Leo Spitzer. O crítico atuaria em busca de uma profissionalização do crítico literário no Brasil, sobretudo a partir da valorização da

---

<sup>272</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>273</sup> *Idem, ibidem.*

formação nas Faculdades de Letras, que, a seu ver, passaria – grosso modo – pela adoção de esquemas metodológicos científicos, que pudessem ser verificados e comprovados por outros pesquisadores.

Ao destacar os avanços técnicos da Nova Crítica, o autor observa que a boa crítica é justamente aquela que “desenvolve uma série de técnicas de leitura textual e interpretação do texto” sem negligenciar “a contribuição extrínseca naquilo que ela pode ser útil”.<sup>274</sup> Nessa acepção, a literatura passaria a ser definida por critérios estéticos, e não mais por parâmetros externos ao texto. Coutinho posicionou-se, desta maneira, contra grande parte da crítica perpetuada pela *Revista do Livro*, que guardava suas bases nos aspectos extrínsecos ao texto, sobretudo nos métodos históricos e biográficos. A presença hegemônica da Academia Brasileira de Letras entre os *grandes vultos* das seções *Inéditos* e *Arquivo*, como vimos na parte anterior desta tese, é um sintoma da predominância desta crítica oitocentista.

Porém, o que diferenciaria o texto de Coutinho dos textos especializados para especialistas de Luís Cosme que não o enquadraria no anteprojeto de Mário de Andrade? Uma diferença fundamental, que o próprio texto de Coutinho trata: o seu caráter opinativo e prospectivo:

É evidente que a nova crítica ainda não se constituiu completamente. A própria diversidade de correntes em todo o mundo é disso uma prova. Por ora está na fase das críticas, à espera da Crítica. Mas chegaremos lá, e que é este o caminho não resta dúvida aos que estão a par do problema.<sup>275</sup>

Se fizermos um jogo com a observação de Cannabrava que vimos anteriormente, poderíamos ler: “é evidente que a energia nuclear ainda não se constituiu completamente”. “Por ora, está na fase dos testes, mas chegaremos lá”. Chegaremos lá, neste

---

<sup>274</sup> *Idem*, p. 257.

<sup>275</sup> *Idem*, p. 258.

futuro prometido da Crítica, das maravilhas da energia nuclear, do domínio da técnica, do método.

b) Pelo enfoque dado à técnica

Sob o domínio da técnica e do método de pesquisa estão alguns textos publicados pela *Revista do Livro* em suas páginas ao longo dos cinco anos que compõem o nosso *corpus*. Os mais emblemáticos são os textos de Manuel Cavalcanti Proença, sobretudo o seu *Alguns aspectos formais de “Grande Sertão: Veredas”*, *Revista do Livro* número 05, de março de 1957. Em seu estudo, Proença concentra-se nos aspectos formais da escritura de Guimarães Rosa, trabalhando somente com os elementos intrínsecos ao texto. Cavalcanti lança mão, desta maneira, de uma série de técnicas de leitura para analisar o processo de formação das palavras, o processo estilístico de Rosa.

O estudo de Proença não deixaria de ser uma aplicação direta sobre um texto dos preceitos da nova crítica de que falou Afrânio Coutinho. O autor vai, assim, tabular os dados analíticos, elencando as formações advindas dos latinismos, arcaísmos, palavras eruditas, indianismos, pleonasmos, superlativos, jogos sonoros, prefixação. Não há espaço em seu texto para aspectos extrínsecos, oriundos da crítica oitocentista, para a leitura biográfica, histórica da literatura.

O mesmo gesto de valorização do intrínseco face aos elementos extrínsecos é repetido por Jorge de Sena, em sua leitura d’*A estrutura de “Os Lusíadas”*, publicado na *Revista do Livro* número 21 – 22:

De *Os Lusíadas* tem-se estudado tudo: a fauna e a flora, a astronomia, a geologia, e, monumentalmente, as “fontes”. Tem-se discutido se é ou não um poema épico, se o papel do maravilhoso é feliz ou infeliz artisticamente, e a última moda é que, de tão feliz, as personagens de carne e osso são as que não tem, a comparar com os “deuses”, carne e osso nenhuns. Com efeito, a Vênus, que

atravessa o poema, e as residentes da ilha dos Amores, são suficientemente planturosas para perturbar a adolescência recalçada de qualquer erudito. **Mas isso é uma outra questão.** A questão que nos ocupa é muito diversa. Não se trata de discutir o que está mais bem ou menos bem realizado naquele **texto** composto de 8816 versos. Trata-se, apenas, de observar, *estruturalmente*, o que Camões fez.<sup>276</sup>

É essa outra questão que ganha destaque na leitura *estrutural* de Jorge de Sena. Os aspectos extrínsecos, que outrora eram determinantes para a crítica, ficariam restritos às suas disciplinas de origem. A fauna e a flora cabeira à biologia, a astronomia aos astrônomos, as fontes aos arqueólogos e historiadores. Para o crítico literário, a questão é outra, é o texto e a sua estrutura. E para seu estudo textual, Jorge de Sena procura verificar como *Os Lusíadas* são “não só um prodígio de arte narrativa, como um prodígio de *arquitetura* significativa”.<sup>277</sup>

O autor vai em busca, portanto, da armação estrutural do poema épico, estrutura essa que produz significado por si só, sem se importar com elementos estranhos ao textual, extrínsecos ao poema. Nem mesmo as influências que Camões possa ter sofrido seriam significativas para o autor: “insisto: para a compreensão estrutural de uma obra de tal escala (em tamanho e em ambições), não importa que Virgílio, Ovídio, Horácio [...] estejam presentes, demasiado presentes, em passos decisivos”.<sup>278</sup> É, a seu ver, a estrutura a verdadeira estância significativa. Sua análise avança, desta maneira, centrada nos aspectos estruturais e técnicos da formação do poema de Camões, propondo estatísticas de versificação, de construção, computando quantos versos compõem cada canto, e como os cantos se equilibrariam entre si.

---

<sup>276</sup> SENA, Jorge de. *A estrutura de “Os Lusíadas”*. In: **Revista do Livro** n. 21/22, p. 65. [Grifos em itálico do autor, grifos em negrito, nossos.]

<sup>277</sup> *Idem*, p. 66.

<sup>278</sup> *Idem, ibidem*.

O que queremos notar é que Jorge de Sena, ao produzir uma análise estruturalista do poema épico de Camões, alinha-se à valorização da técnica em detrimento dos aspectos subjetivos, tal qual propunha Euryalo Cannabrava, e por isso pode ser agrupado junto aos textos que serviriam aos preceitos da *Enciclopédia Brasileira* do filósofo.

*Do terceiro grupo: a leitura bibliográfica*

Era um nome, ver o que. Que é que é um nome?  
Nome não dá: recebe.

João Guimarães Rosa. *Grande Sertão: veredas*.

Se o primeiro grupo se organizou em torno do anteprojeto de Mário de Andrade e o segundo a partir dos preceitos lançados por Euryalo Cannabrava para a *Enciclopédia Brasileira*, a terceira vertente, a vertente predominante nas páginas da *Revista do Livro*, pode ser lida em torno do projeto coordenado por José Galante de Sousa.

Em seu projeto, Galante de Sousa previa o retorno, ainda que enfraquecido, da multivalência elaborada por Mário de Andrade. Afirmamos que esse retorno teria seu caráter enfraquecido pois o projeto de Galante de Sousa não se dedicaria com o mesmo afinco à valorização e à transposição do popular ao erudito. Os elementos populares perderiam, desta maneira, seu espaço de destaque. Ainda assim, havia uma ampliação do público-alvo, com uma preocupação *didática* de levar a outras camadas de leitores o conhecimento enciclopédico acerca da cultura geral. Desta maneira, dentre os textos que elencamos como pertencentes a esta corrente interpretativa da cultura, o popular deixaria de ser um tema ou uma chave de leitura, e passaria a significar um esforço de popularização da alta cultura. Isto quer dizer que haveria, dentre os textos deste grupo, aqueles que se direcionariam a um público não necessariamente especialista, mas também a um público interessado em ampliar

seus conhecimentos acerca da cultura brasileira. Ou melhor, haveria, dentre os textos presentes neste grupo, aqueles que almejavam permitir um acesso mais amplo a um conhecimento mais elaborado, mais complexo: a alta cultura.

Podemos perceber mais essa mudança na abordagem dos textos. Em resumo, nos estudos ligados ao anteprojeto de Mário de Andrade era visível a multivalência do erudito, do popular e do especializado; nos ensaios vinculados ao projeto de Cannabrava, a especialização temática e a predominância da análise científica; e nos textos do grupo de Galante de Sousa, a apresentação, o levantamento biográfico e bibliográfico.

Estes textos valorizam, porquanto, os aspectos extrínsecos, sobretudo os aspectos biográficos e históricos, traduzidos em um esforço de apresentação de um tema, de um assunto, de um *grande vulto* a um público não especializado. Temos, novamente, a figura do *arconte*, selecionando quais os nomes, quais os *grandes vultos* deveriam entrar no *dicionário de literatura brasileira*. Isso quer dizer que o mesmo movimento que analisamos na segunda parte desta tese repetir-se-ia na maioria dos ensaios publicados nas seções *Estudos* e *Vária*. A *Revista do Livro* configurar-se-ia, novamente, a partir de um projeto político, literário e cultural específico que atuaria como um órgão de *preservação dos valores tradicionais*, com o intuito de traçar um retrato da *verdadeira* literatura brasileira através do engrandecimento dos seus *grandes vultos*.

Há, na *Revista do Livro*, uma série de indícios que nos permite lê-la como um esforço de publicação do *dicionário de literatura brasileira*. Se atentarmos, por exemplo, às estatísticas de palavras-chave dos textos publicados pela *Revista do Livro*, disponíveis por completo no anexo 2.3 desta tese, perceberemos que apenas 9 entradas correspondem a quase metade do tesouro total. São elas:

Palavras-chave mais frequentes			
	Entrada	Total	Percentual
1.	Biografia	117	11,30
2.	Bibliografia	83	8,02
3.	História	72	6,96
4.	Crítica	59	5,70
5.	Poesia	54	5,22
6.	Informes	43	4,15
7.	Linguagem	39	3,77
8.	Estética	26	2,51
9.	Romance	24	2,32
	Totais	517	49,95

Tabela 5: Palavras-chave mais frequentes na Revista do Livro.

A predominância das palavras-chave *Biografia*, *Bibliografia*, *História* e *Crítica* – com 32,98% do total – corrobora com a nossa leitura de que a *Revista do Livro* configurar-se-ia como uma espécie de pré-dicionário biobibliográfico da literatura brasileira, por respeitar justamente os critérios instituídos por José Galante de Sousa. Voltemos a eles:

Optou-se começar os trabalhos pelas Séries A e B, acima referidos, lançando-se o Instituto, em relação aos Assuntos Brasileiros, à feitura do *Dicionário de Literatura*, ao mesmo tempo bibliográfico e de assuntos, registrando autores, obras, gêneros, movimentos, sociedades, academias, etc. Partindo de valioso material de pesquisa, acumulá-lo em anos de trabalho por Antônio Simões dos Reis e José Galante de Sousa, indiscutivelmente figuras exponenciais da Bibliografia Brasileira, tem desde o ano próximo passado, desenvolvimento a primeira fase da elaboração do Dicionário que consiste na complementação

e atualização do levantamento bibliográfico geral, a cargo desses especialistas e de um grupo de colaboradores.<sup>279</sup>

O dicionário deveria atuar, portanto, em duas frentes concomitantes. Ser ao mesmo tempo bibliográfico – disciplina que tem por objeto o levantamento de textos segundo critérios sistemáticos diversos (cronológico, autoral, temporal, geográfico, histórico), visando facilitar o acesso a eles – e de assuntos, temático. Não somente a predominância da palavra-chave biografia, mas também a análise dos textos nos permitirá afirmar que o critério sistemático adotado para a confecção do dicionário fora o biográfico, o autoral.

Se atentarmos, mais uma vez, às estatísticas geradas pela indexação da Base de Dados do NELIC, veremos que há um arranjo complexo entre os textos que corrobora, também, com a predominância do biográfico nas páginas da revista.

No total, a *Revista do Livro* reuniu 442 textos – 363 se contarmos os que são assinados – divididos em sete diferentes seções. Se excluirmos os textos que necessariamente não teriam um autor central – aos quais voltaremos no próximo capítulo –, como a *Bibliografia Corrente Brasileira*, reduzimos para 422 esse total. Destes, 218 possuem um nome no campo de *Nome pessoal como assunto*, ou seja, 51,65% dos textos publicados pela *Revista do Livro* versam sobre um autor específico.

Se separarmos os autores mais frequentes, aqueles que apareceram no mínimo três vezes, teremos a seguinte organização:

---

<sup>279</sup> SOUSA, José Galante. *Op. cit.*, p. 232.

Nome pessoal como assunto por frequência			
Entrada		Total	Percentual
1.	Machado de Assis	34	15,60
2.	Euclides da Cunha	8	3,67
3.	Mário de Andrade	6	2,75
4.	João Guimarães Rosa	6	2,75
5.	Augusto Sacramento Blake	4	1,83
6.	Henrique Coelho Neto	4	1,83
7.	João Cabral de Melo Neto	4	1,83
8.	Lúcio de Mendonça	4	1,83
9.	Augusto dos Anjos	3	1,38
10.	Aluísio Azevedo	3	1,38
11.	Tomas Antônio Gonzaga	3	1,38
12.	Joaquim Manoel de Macedo	3	1,38
13.	Luís Carlos Martins Pena	3	1,38
Totais		85	38,99

Tabela 6: Nome pessoal como assunto por frequência - Revista do Livro

Assim, dos 218 textos que versam sobre um autor específico, 34 elegem Joaquim Maria Machado de Assis como elemento central para sua análise. Se separarmos por seção, veremos que Machado de Assis aparece em apenas um editorial, o da *Revista do Livro* número 11, em sua homenagem. O autor de *Quincas Borba* responderia ainda por duas entradas na seção *Arquivo* e quatro na *Inéditos*. A revista publica, ainda, seis informes sobre Machado. Contudo, a seção que responderia pela maioria dos textos sobre o autor de *Brás Cubas* seria *Estudos*, com 21 entradas. Nestes ensaios, as palavras-chave mais frequentes são: Biografia (13 entradas), Crítica (8), História (6), Bibliografia (5), Linguagem (4), Poesia, Romance e Personagem (3).

Já Euclides da Cunha, o segundo da lista, responde por 8 textos. Destes, 6 foram publicados na seção *Estudos*, um como inédito, e outro nos informes da revista, acerca da repercussão da morte do autor na Câmara dos Deputados. Destes 6 textos, as palavras-chave mais frequentes são Biografia (6 entradas), Bibliografia, História e Crítica (2), Linguagem, Poética, Romance, Ciência (1).

Em comum entre os dois escritores: ambos foram homenageados na *Revista do Livro*, ambos foram biografados por José Galante de Sousa.

Estas recorrências corroboram, mais uma vez, com nossa leitura da hegemonia dos textos vinculados ao projeto de José Galante de Sousa para a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário de literatura brasileira*.

Contudo, os casos de Mário de Andrade, João Guimarães Rosa, Coelho Neto, Augusto dos Anjos e Aluizio Azevedo estruturam-se de maneira diversa. Nesses, não temos a predominância das palavras-chave biografia, bibliografia, história, pois os textos que versam sobre esses autores se inscrevem na esfera da nova crítica, alinhada à *Enciclopédia Brasileira* de Euryalo Cannabrava. As palavras-chave mais frequentes nesse grupo de textos seriam, portanto, aquelas ligadas a uma crítica intrínseca, tais como linguagem, poesia, modernismo, estética, poética.

Por fim, temos ainda nomes como João Cabral de Melo Neto, Lúcio de Mendonça, Tomas Antônio Gonzaga, Joaquim Manoel de Macedo e Martins Pena. Nesses casos, a repetição se deve não a uma ampla presença do autor nas páginas da revista, mas sim ao estudo especializado de pesquisadores que publicaram seus ensaios em partes, em diferentes números. Cabral, por exemplo, é o nome pessoal como assunto dos quatro textos de Othon Moacyr Garcia, intitulados *A página branca e o deserto (I, II, III e IV)*, publicados nos números 07, 08, 09 e 10, respectivamente. Assim como Tomas Antônio Gonzaga recebe a atenção de Rodrigues Lapa, Joaquim Manoel de Macedo e

Temístocles Linhares; e Martins Pena, de Darcy Damasceno. Todos esses textos podem ser vinculados aos preceitos de explorar o conhecimento especializado, entre pares.

Para além dessa distinção entre os projetos das enciclopédias e como esses influenciaram as diferentes publicações da *Revista do Livro*, o que podemos perceber é que a análise que construímos durante a segunda parte desta tese reflete também o papel dos textos publicados nas seções *Estudos* e *Vária*. Se havíamos afirmado que a *Revista do Livro* agia a partir de um projeto específico cujos objetivos eram, ao mesmo tempo, cumprir a tarefa de Machado de Assis e civilizar o barbarismo reinante no Brasil ao *evangelizar* o povo para ensiná-lo a louvar o Senhor Machado, veremos que o mesmo projeto subjaz nas seções *Estudos* e *Vária*.

Ao se definir como um órgão de preservação dos valores tradicionais, a *Revista do Livro*, iria, através dos textos que selecionava para publicar, traçar um retrato da “boa” literatura brasileira através do engrandecimento dos seus *grandes vultos*. A hegemonia da leitura biográfica, bibliográfica e histórica em suas páginas é um dos sintomas desse projeto. Mesmo os textos que não obedecem a esses critérios hegemônicos podem ser lidos como integrantes do dicionário, por não escaparem da centralidade do autor. Ou melhor, mesmo os textos que fogem da leitura biográfica, apresentam uma leitura centralizada na figura do autor. Ou seja, de um lado teríamos os textos que se valem da vida do autor para engrandecer a sua literatura; por outro, ensaios que se valem do nome do autor para analisar a sua produção. Disso acarreta o fato de que o *Dicionário da literatura brasileira* – que deveria ter sido, ao mesmo tempo bibliográfico e de assuntos, registrando autores, obras, gêneros, movimentos, sociedades, academias – concentrar-se-ia, na sua versão *Revista do Livro*, somente no primeiro item, o autor.

Notamos, também na segunda parte desta tese, que a seleção e a composição dos textos da revista para as seções

*Inéditos e Arquivo* eram balizadas por um elemento em comum: a Academia Brasileira de Letras. Se atentarmos-nos à lista dos autores mais frequentes da revista, notaremos que a Academia funciona novamente como critério de seleção dos *grandes vultos* que entrariam no *Dicionário de literatura brasileira*. Dos 13 nomes mais frequentes, apenas dois não fizeram parte da agremiação: Mário de Andrade e Augusto Sacramento Blake. Mário de Andrade apareceria nas páginas da revista graças a sua ligação com o Instituto, seu papel no primeiro projeto da *Enciclopédia Brasileira*, e suas atividades desenvolvidas no Departamento de Cultural de São Paulo. Já Sacramento Blake apareceria através da republicação do seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, sobre o qual falaremos no próximo capítulo. Se alargarmos o olhar para a totalidade dos nomes pessoais como assunto, a presença da Academia Brasileira de Letras confirma-se hegemônica, afinal, das 218 entradas neste campo da indexação, 114 são de nomes vinculados à agremiação. Essa presença, porém, é concentrada em 46, dos 130 nomes pessoais como assunto nos textos da revista. Ou seja, 35% dos nomes pessoais correspondem a 52% das entradas, dados que fortalecem a participação dos acadêmicos na *Revista do Livro*.

Falávamos, ainda, que ao assumir para si uma postura de valorização do elemento nacional diante do universal, a *Revista do Livro* selecionou, inventou e imaginou quais seriam os traços que comporiam o retrato da literatura brasileira. Por seleção, invenção e imaginação, entendemos a ação do arconte *Revista do Livro*, atuando quase como um retratista, interferindo, apagando, reforçando, re-criando cada traço deste retrato.

Além de Machado de Assis, temos, assim, outros acadêmicos retratados nas páginas da *Revista do Livro*. O também fundador, Lúcio de Mendonça, por exemplo, é biografado por seu filho, Carlos Sússekind de Mendonça, no número 03 / 04 da revista:

Prestados em janeiro de [18]71 os seus exames de Retórica e de História, Lúcio se matricula a 3 de abril no primeiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo. Tem dezessete anos mal completos. É um rapaz esbelto. Bonito mesmo. Usa os cabelos, negros e brilhantes, penteados para trás. Tem um pequeno buço. Veste fraque preto, calças claras, gravata borboleta, punhos duros, engomados como o colarinho. De sua turma fazem parte Martin Francisco Júnior, Mendes de Paiva, Olímpio Valadão, Teixeira da Mota, Dino Bueno, Canuto Saraiva, Inácio de Bulhões, Caetano de Magalhães, Melo Nogueira, Rubim César, Jacó da Paixão, João Köpke, Acioly de Brito, Pádua e Castro, Miguel Dutra e outros.

280

Ao tratar dos anos de formação da Lúcio de Mendonça, seu filho Carlos retrata o autor como um rapaz esbelto, bonito mesmo, cujos cabelos estavam penteados para trás, negros e brilhantes. A descrição de Carlos Sússekind procura, a nosso ver, perfilar os traços significativos do pai, a fim de retratá-lo da melhor maneira possível. O arazoado de nomes desconhecidos contribui no processo de engrandecimento do *grande vulto* de Lúcio de Mendonça, como se destacasse que, de dentro da multidão, do ordinário, emergiria um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Carlos vai, então, narrando as peripécias de seu pai, ao longo de seus anos de formação, suas aventuras estudantis, a sua participação no motim estudantil de 1871, contra alterações que o governo promulgara nos exames das faculdades brasileiras.

Narrando a sociabilidade de Mendonça, Carlos vai afirmar que seu pai vai, lentamente, aproximando-se dos colegas que “fazem ou dizem versos”. A sua produção literária, contudo, apareceria pela primeira vez somente na terceira nota de rodapé do texto, na segunda página, com a transcrição dos versos que Lúcio proclamara em uma sessão pela memória de Castro Alves, ainda na Faculdade de Direito.

---

<sup>280</sup> MENDONÇA, Carlos Sússekind de. *Lúcio de Mendonça: anos de formação – da “Revolução Acadêmica” ao primeiro livro (1871 – 72)*. In: **Revista do Livro**, n.º 03/04, p. 93.

Relegada a notas de rodapé, a literatura apareceria nessa biografia como um suplemento da vida do *grande vulto* que é Lúcio de Mendonça. O que queremos apontar é que a leitura de Carlos é de que a vida do *grande vulto* explica e justifica a literatura. Ou melhor, é que Carlos Sússekind, ao apontar prioritariamente os aspectos biográficos de formação de seu pai, partilha da mesma definição da *Revista do Livro* para a literatura: obra produzida por *homens feitos* que poderiam, através das suas experiências de vida, analisar, sob a ótica da moral, manifestações naturais da vida humana. Torna-se dispensável, nesta concepção de literatura, o debruçar-se sobre a produção desses *homens feitos*. Com o intuito de compreender suas obras, bastaria debruçar-se sobre suas vidas, sobre suas experiências.

O mesmo movimento repete-se em diversos textos publicados na *Revista do Livro*, dentre eles, por exemplo, o retrato de Jorge de Lima, traçado por Luís Martins, publicado no número 05, ou então, o ensaio assinado por Rodrigues Lapa, no número 14, intitulado *Algo de novo sobre Alvarenga Peixoto*.

Nestas leituras, a literatura configurar-se-ia como um suplemento da vida do autor. Ou melhor, a literatura seria apenas uma manifestação natural de um *grande vulto*. Há, porém, nas páginas da *Revista do Livro*, uma outra abordagem biográfica da literatura, na qual a produção poética ou em prosa de um autor é entendida como um complemento da sua vida. A partir dessa chave de leitura, aspectos biográficos auxiliariam na compreensão do texto, da produção do autor.

Teríamos um exemplo no ensaio de Aires da Mata Machado Filho, sobre *O poeta Augusto de Lima*, publicado no número 19 da *Revista do Livro*. Nele, Aires da Mata vai elencar aspectos da vida de Augusto de Lima com o claro intuito de apontar como esses acontecimentos produziram marcas na poética do autor. Ao recordar, por exemplo, do ambiente da Faculdade de Direito, Machado afirmaria que as influências ali construídas reverberariam na poesia do acadêmico Lima:

Sabe-se como seria então o ambiente na Faculdade de Direito de São Paulo. Recordemo-lo, na impressionante síntese de Carlindo Lellis, que aí situa “a mais atormentada, tumultuosa e inquieta companhia intelectual”. Os grandes mestres eram compulsados. Heckel e Darwin desvendavam mundos novos ao conhecimento. Liam-se e discutiam-se os filósofos e abandonava-se a velha escolástica por Spencer, e Kant e Hegel. [...] Lúcio de Mendonça bradava, como um Ferrabraz da imaginação, que a humanidade não se salvaria se não bebesse “o sangue do último dos padres no crânio do último dos reis”<sup>281</sup>.<sup>282</sup>

Seria, antes de mais nada, o Lúcio de Mendonça de Machado Filho o mesmo de Carlos Süssekind, o rapaz esbelto, bonito mesmo, de cabelos negros e brilhantes cuidadosamente penteados para trás, com seu fraque preto, gravata borboleta e calças claras? Seria esse engomado rapazote, com seus 17 anos mal completos, o cavaleiro sarraceno a bradar bravamente contra a Igreja Católica e a monarquia, enquanto declamava, em notas de rodapé, poemas em homenagem a Castro Alves?

O que se difere, entre as duas abordagens, é que a primeira se esforça em elaborar um retrato do autor a partir de uma ideia de genialidade natural, enquanto a segunda mostra, ao analisar o percurso transcorrido pelo literato, os seus processos de formação, de influências, de aprendizagem. Ou seja, na primeira acepção, a literatura é um suplemento, uma decorrência natural da vida excepcional de um *grande vulto*, enquanto na segunda, vida e literatura andam lado a lado, complementando-se.

---

<sup>281</sup> *Apud* LELLIS, Carlindo. *Augusto de Lima, sua vida e sua obra*, 1959, p. 20 – 21. [Nota do autor].

<sup>282</sup> MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O poeta Augusto de Lima*. In: **Revista do Livro**, n.º 19, p. 119.

## 2. Do biobibliográfico, das bibliotecas

Na introdução da terceira parte desta tese recuperamos uma fala do então Ministro da Educação e Saúde Pública Clóvis Salgado acerca dos papéis da *Revista do Livro* enquanto órgão oficial do Instituto Nacional do Livro. Afirmamos, antes, que a revista respeitaria somente seu papel de demonstrar “o empenho do I.N.L. em cumprir suas *tarefas específicas*”.<sup>283</sup> Vimos que essas tarefas específicas seriam duas das quatro atribuições delegadas ao Instituto pelo seu decreto de fundação.

À primeira delas, a *Revista do Livro* contribuiu efusivamente, acolhendo em suas páginas os três diferentes projetos de *Enciclopédia Brasileira*, e atuando como se elaborasse o *Dicionário de literatura brasileira*, sobretudo nos assuntos autorais. Seria, porém, à segunda dessas atribuições que a *Revista do Livro* prestaria seus préstimos mais fiéis. Ao abrigar diversos textos sobre a bibliografia e seus estudos no Brasil a revista auxiliaria o INL na sua tarefa de “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional”.<sup>284</sup>

Aliada a tarefa de organizar e auxiliar na manutenção de bibliotecas país afora, a *Revista do Livro* atuaria também no levantamento bibliográfico dos *grandes vultos* da literatura nacional, não à toa a segunda palavra-chave mais frequente em suas páginas é bibliografia.

A primeira das atividades desenvolvidas na *Revista do Livro* para o auxílio da manutenção das bibliotecas é a publicação regular da *Bibliografia Brasileira Corrente*. A seção *Bibliografia* é a única, ao lado da *Estudos*, presente em todos os números do *corpus*.

---

<sup>283</sup> SALGADO, Clóvis. “A ‘*Revista do Livro*’, órgão...” In: **Revista do Livro**, n.º 01/02, 1956, p. 02.

<sup>284</sup> In: BRASIL, Decreto-lei número 93, de 21 de dezembro de 1937.

Agindo no que seria tarefa da Biblioteca Nacional<sup>285</sup>, Áureo Ottoni<sup>286</sup> e os demais funcionários da Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro, organizavam, a cada número da *Revista do Livro*, o levantamento bibliográfico de todos os livros publicados no Brasil no período referenciado, organizados a partir de uma classificação temática de assuntos. Esse levantamento ocuparia um volume significativo da revista, com uma média de 60 páginas por número. Em todos os números – com exceção do primeiro, por não ter o mesmo projeto gráfico – a bibliografia foi publicada em papel colorido, mormente amarelo, em destaque em relação ao restante da revista.

A partir do segundo volume da revista iniciou-se a tradição de recuperar antigos dicionários biobibliográficos de assuntos brasileiros, publicando-se os seus índices gerais. O primeiro a ser revisitado foi do *Dicionário Biobibliográfico Cearense*, de Guilherme Studart. Em sua tradução, Paulo Sérgio Nery recorre à correspondência de Studart com Capistrano de Abreu para notar que:

Já por volta de 1901 escrevia Guilherme Studart a Capistrano de Abreu, pedindo-lhe dados para sua biobibliografia. Iniciado fazia uns três anos, o *Dicionário Biobibliográfico Cearense* foi sendo, à medida que os verbetes ficavam prontos, publicado em jornais e revistas do Ceará, notadamente na “Revista da Academia Cearense”, antes que o autor preparasse o volume.<sup>287</sup>

---

<sup>285</sup> A publicação da *Bibliografia Brasileira Corrente* é uma das missões atribuídas à Biblioteca Nacional. O levantamento é, atualmente, elaborado a partir dos depósitos legais obrigatórios. O primeiro dispositivo legal que garantiria o depósito das obras publicadas no Brasil na Biblioteca Nacional é o decreto legislativo número 433, de 03 de julho de 1847. Reformado pelo decreto-lei n.º 1825, de 29 de dezembro de 1907, atribuiu-se à Biblioteca Nacional a tarefa de publicar “regularmente um boletim bibliográfico que terá por fim principal registrar as aquisições efetuadas em virtude desta lei”. In: BRASIL, Decreto-lei número 1.825, de 29 de dezembro de 1907.

<sup>286</sup> Ora grafado Ottoni, ora Otonni, Áureo seria o colaborador mais regular da *Revista do Livro* graças à *Bibliografia Brasileira Corrente*.

<sup>287</sup> NERY, Paulo Sérgio. *Índice geral do Dicionário Biobibliográfico Cearense de Guilherme Studart*. In: **Revista do Livro**, n.º 03/04, p. 264.

Guilherme Studart agiu da mesma maneira que os colaboradores do Instituto Nacional do Livro encarregados do *Dicionário de literatura brasileira*: a medida que os seus verbetes eram redigidos, eles eram publicados na *Revista do Livro*, antes de agrupá-los em um futuro volume.

Nery iria apontar também o objetivo da Seção de Publicações do Instituto para com a organização do índice geral dos três volumes da obra de Guilherme Studart: “para os que manuseiam esse dicionário – e são muitos os bibliógrafos e dicionaristas que, tal como Velho Sobrinho, se limitam a transcrever os verbetes de Studart, sem mais exame – fazia falta um índice que reunisse as informações esparsas nos três volumes”.<sup>288</sup> Revisitando os antigos dicionários biobibliográficos brasileiros, os responsáveis pela seção de Bibliotecas acabam por aprofundar seus conhecimentos acerca das características e do funcionamento destes dicionários na cena brasileira. Paulo Sérgio Nery iria, desta maneira, reconhecer as qualidades do trabalho do Barão de Studart, e estudar os seus defeitos, a fim de saná-los no *Dicionário de literatura brasileira*.

Alexandre Eulálio, em seu texto de apresentação ao *Índice do Dicionário Bibliográfico de A. V. A. Sacramento Blake* – que seria publicado em quatro números da *Revista do Livro*, do 05 ao 08 –, explicitaria as intenções da seção ao elaborar tais levantamentos:

Proseguindo no seu intuito de organizar o índice geral dos dicionários bibliográficos brasileiros, iniciado no último número da *Revista do Livro* com o do *Dicionário Bibliográfico Cearense* do Barão de Studart, a Seção de Publicações do I.N.L. dá agora à

---

<sup>288</sup> *Idem*, p. 265.

estampa o índice do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* de Sacramento Blake.<sup>289</sup>

Haveria, desta maneira, uma vontade de organizar um índice geral dos dicionários bibliográficos brasileiros “na intenção de colocar novamente ao alcance dos interessados um guia”<sup>290</sup> de pesquisa que pudesse orientar os pesquisadores, bibliógrafos e bibliotecários no acesso às informações destes dicionários.

O próximo dicionário a receber a atenção do Instituto Nacional do Livro seria o *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva. Publicado nos números 09 e 10 da *Revista do Livro*, coube à Célio Assis do Carmo<sup>291</sup> a organização do índice da obra de Inocêncio. Interessa-nos, notar, no entanto, que o trabalho de Célio possui uma particularidade em relação aos seus anteriores: “Ao invés, porém, de organizar-se um índice geral (como se fará em próxima oportunidade), fez-se o levantamento dos escritores *brasileiros* e ligados ao *Brasil* dicionarizados por Inocêncio, registrando-se todos os pseudônimos localizados”.<sup>292</sup> Reforça-se, desta maneira, nossa leitura de que os levantamentos bibliográficos organizados pela Seção de Publicações serviriam como estudos de base, como coleta de dados para a elaboração do *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*.

---

<sup>289</sup> EULÁLIO, Alexandre. *Índice do “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” de A. V. A. Sacramento Blake*. In: **Revista do Livro**, n.º 05, p. 213.

<sup>290</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>291</sup> Na condição de terceiro maior colaborador da *Revista do Livro*, Célio Assis do Carmo posicionar-se-ia atrás apenas de Áureo Ottoni (20 entradas) e Luís Cosme (9), todos os três funcionários do Instituto Nacional do Livro. Célio Assis do Carmo, assim como Ottoni, apareceria na revista apenas como organizador de levantamentos bibliográficos.

<sup>292</sup> CARMO, Célio Assis do. *Índice Brasileiro do “Dicionário Bibliográfico Português” de Inocêncio Francisco da Silva*. In: **Revista do Livro**, n.º 09, p. 235. [Grifos nossos].

As intenções da Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro de preparar a *Enciclopédia Brasileira* a partir da elaboração dos *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* e do *Dicionário de literatura brasileira* foram reforçadas por Célio Assis do Carmo, em sua introdução ao índice do *Dicionário biobibliográfico Brasileiro*<sup>293</sup>, de João Francisco Velho Sobrinho:

Pretendia Velho Sobrinho completar e modernizar os dicionários biobibliográficos existentes publicando uma obra que pudesse reunir em si “todos os ramos da atividade humana, de modo a facilitar a pesquisa de obras sobre qualquer gênero da Medicina, Jurisprudência, Engenharia e assim por diante”. [...] O acervo deixado por Velho Sobrinho encontra-se em poder do Instituto Nacional do Livro que pretende usá-lo como um subsídio para a composição de um grande dicionário da literatura brasileira.<sup>294</sup>

Surge, a partir do trabalho de Velho Sobrinho, o prefixo *bio-* no bibliográfico dos dicionários consultados pelo Instituto. Porém, uma obra que reunisse em si todos os ramos da atividade humana, aproximar-se-ia de uma ideia de enciclopédia, e não de dicionário. Seria melhor afirmar, assim, que o projeto de Velho Sobrinho foi de uma enciclopédia biobibliográfica e não de um dicionário.

Célio Assis do Carmo voltaria às páginas da *Revista do Livro* a partir do número 17, com o índice do *Dicionário biográfico de Pernambucanos célebres* e da *Coletânea de autores mineiros*:

O *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, de Pereira da Costa, vindo à luz em 1882, contém as biografias das pessoas que até então se haviam notabilizado por seus feitos em vários ramos da atividade humana na província de Pernambuco. Não foi

---

<sup>293</sup> Publicado nos números 12, 13 e 14 da *Revista do Livro*.

<sup>294</sup> CARMO, Célio Assis do. *Índice do Dicionário Biobibliográfico Brasileiro de J. F. Velho Sobrinho*. In: **Revista do Livro**, n.º 12, p. 253.

outro senão o intuito da memoração de tais feitos e a perpetuação de tantos nomes ilustres e legendários, o que deu motivo à elaboração do *Dicionário*, como confessa o próprio autor na introdução. Pernambuco, a província que por muitos anos ocupou a hegemonia no cenário do desenvolvimento nacional, foi berço de homens cuja bravura e feitos patrióticos tanto orgulho traz ao Brasil. Homens que se destacaram na alta administração do país, nos conselhos da Coroa, na Magistratura, na hierarquia religiosa, nas missões diplomáticas, na literatura, nas ciências, nas artes, no parlamento etc.<sup>295</sup>

Ao descrever os preceitos do *Dicionário biográfico de Pernambucanos* de Pereira da Costa, Célio Assis do Carmo estaria, de certa maneira, descrevendo o que se projetava para a *Enciclopédia Brasileira*, através do *Dicionário da literatura brasileira*: a reunião das biografias dos *homens feitos*, de destaque, a fim de garantir a memoração dos seus feitos, e a perpetuação de seus ilustres nomes.

Já na Coletânea de autores mineiros, organizada pelo governo estadual de Minas Gerais, propunha-se a “prestar um preito” aos que “em seus atos, seus escritos”<sup>296</sup>, forjaram o patrimônio do Estado. Os critérios de seleção dos nomes destes *grandes vultos* ficaram a cargo da Academia Mineira de Letras. A agremiação chegou a organizar e publicar três dos quatro volumes previstos para a obra.

Célio Assis do Carmo iria, por fim, supervisionar a organização do índice do *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, de Argeu de Segadas Machado Guimarães. Publicado nas *Revista do Livro* números 19 e 20, o dicionário de Argeu concentrar-se-ia apenas no levantamento do corpo diplomático brasileiro ou daqueles estrangeiros que, de alguma maneira, vincularam-se à diplomacia brasileira. Sua participação no programa de elaboração de índices dos dicionários

---

<sup>295</sup> CARMO, Célio Assis do. *Índices do “Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres” e da “Coletânea de autores mineiros”*. In: **Revista do Livro**, n.º 17, p. 215.

<sup>296</sup> *Idem*, *ibidem*.

biobibliográficos brasileiros do Instituto foi justificava por Carmo, a partir do “desejo de publicar os índices de todos os dicionários biobibliográficos brasileiros”.<sup>297</sup>

Notamos, desta maneira, uma certa evolução lógica na seleção dos dicionários recuperados pela *Revista do Livro*. Parece-nos que houve, aos poucos, a elaboração dos critérios eletivos e seletivos dos *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* e do *Dicionário de Literatura brasileira*, como se cada um dos trabalhos estudados através da revista tivesse contribuído na definição e elaboração desses critérios. Desta maneira, do trabalho do Barão de Studart, tirou-se a influência da Academia, do de Blake, os propósitos de ser um guia de pesquisa e orientação, do dicionário de Francisco da Silva, o caráter nacional, do de Velho Sobrinho, o perfil enciclopédico, e, por fim, do dicionário de Pereira da Costa, a valorização da biografia destes *grandes vultos*.

Retornamos, desta maneira, ao ponto de partida: os *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* e *Dicionário de literatura brasileira* configurar-se-iam como um levantamento biobibliográfico dos *grandes vultos* brasileiros, a partir de um caráter enciclopédico, e de uma definição de literatura como sendo obra produzida por *homens feitos*, cuja experiência de vida permitiria o manifestar-se acerca dos aspectos e atividades humanas.

### *Das bibliotecas*

A *Revista do Livro* publicaria, ainda, alguns textos relativos à Seção de Bibliotecas do Instituto Nacional do Livro, textos estes relativos à biblioteconomia e ao desenvolvimento da disciplina no país. Ao contrário dos índices dos dicionários publicados pela Seção de Publicações – que apareceriam na

---

<sup>297</sup> CARMO, Célio Assis do. *Índice do “Dicionário Biobibliográfico brasileiro” de Argeu Guimarães*. In: **Revista do Livro**, n.º 19, p. 227.

seção *Bibliografia* – os ensaios sobre a gestão das bibliotecas brasileiras seriam elencados na seção *Estudos* da revista.

O primeiro destes estudos viria na *Revista do Livro* número 05, de março de 1957. Nele, Edson Nery da Fonseca traça um perfil histórico da disciplina no país, desde a criação das primeiras bibliotecas, ainda no século XVI, instaladas nos colégios e residências jesuítas, franciscanos e beneditinos. A profissionalização da atividade, porém, iniciar-se-ia somente no começo do século XIX, depois da chegada da família real portuguesa e a fundação das primeiras bibliotecas públicas na cidade do Rio de Janeiro.

As primeiras influências, como bem observa Fonseca, viriam dos paradigmas europeus, predominantes em todo o desenvolvimento da cultura brasileira no século XIX. Data, porém, somente de 1911 o primeiro Curso de Biblioteconomia brasileiro, organizado pela Biblioteca Nacional.

Edson Nery da Fonseca avança, em sua análise, apontando para as estatísticas de desenvolvimento da biblioteconomia brasileira, e para como esse desenvolvimento estaria intimamente ligado aos cursos de biblioteconomia fundados a partir de 1930. Nesse processo, o autor destaca a participação do Instituto Nacional do Livro:

Para esse movimento [o de crescimento do número de bibliotecas brasileiras] foi, igualmente, decisivo o papel do Instituto Nacional do Livro, criado em 1937 e dirigido, desde a sua fundação até 1956, pelo escritor Augusto Meyer. Além de promover cursos regulares e avulsos de biblioteconomia, o Instituto Nacional do Livro fez doações de livros às bibliotecas de todo o território nacional – doações que atingiram, em 1950, a cifra de um milhão – publicou manuais sobre organização, classificação e catalogação de bibliotecas, imprimiu fichas catalográficas (serviço interrompido), promoveu visitas de seus técnicos às bibliotecas do interior e instalou, com a colaboração da Associação dos Servidores Civis do Brasil, uma biblioteca piloto que é hoje das

Fonseca fora, entre os anos de 1952 e 1953, um dos técnicos do Instituto Nacional do Livro responsável por essas visitas às bibliotecas do interior dos estados nordestinos da Paraíba, Alagoas e Pernambuco. Porém, não seria no estudo da biblioteconomia nem do papel do Instituto no desenvolvimento das bibliotecas brasileiras que Edson Nery da Fonseca concentrar-se-ia. A sua análise centrou-se na figura de três personagens importantes na história brasileira da biblioteconomia: Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Alfredo do Valle Cabral e Manoel Cícero Peregrino da Silva. Todos bibliotecários com contribuições fundamentais na história da Biblioteca Nacional entre os séculos XIX e XX. O que queremos notar, ao recuperar o texto de Nery da Fonseca, é que mesmo em um estudo histórico e metodológico sobre a biblioteconomia brasileira, ainda haveria espaço para o elemento biográfico.

A *Revista do Livro* continuaria a contribuir na tarefa do Instituto Nacional do Livro de “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas” com o longo estudo de Vera da Silva Porto, sobre o *Tratamento das publicações das Nações Unidas nas Bibliotecas*, publicado no número 08, de dezembro de 1957. Em seu estudo sobre três diferentes maneiras de se tratar os documentos das Nações Unidas, Silva Porto analisaria os diversos tipos de produções do organismo, a fim de capacitar os bibliotecários brasileiros na tarefa de catalogá-los.

O ensino da Biblioteconomia voltaria a ser tema de estudos na *Revista do Livro* através do ensaio de Antônio Caetano Dias, publicado no seu número 13. Em seu texto – a publicação da sua fala no Simpósio de Biblioteconomia e Documentação, realizado durante o Segundo Congresso para o progresso das ciências, em julho de 1958, na cidade de São Paulo

---

<sup>298</sup> FONSECA, Edson Nery. *Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil*. In: **Revista do Livro**, n.º 05, p. 97.

–, Dias iria analisar a situação na qual se encontrava a regulamentação do ensino da biblioteconomia no Brasil. Segundo o autor, em 1958 a profissão de bibliotecário ainda não era registrada no país, e apenas algumas esferas públicas cobravam diplomas de biblioteconomia para os seus concursos de admissão. Antônio Caetano Dias discorreria, ainda, sobre a necessidade da elaboração de normas de padronização e uniformização dos cursos da disciplina no país, o que contribuiria, a seu ver, na valorização da profissão de bibliotecário.

Percebemos, porém, que a exigência de uma profissionalização da função passaria por um grau maior de especialização técnica dos conhecimentos relativos à área:

Tanto o bibliotecário quanto o documentalista será um especialista ou um profissional especializado que, de posse de um técnico [uma técnica]<sup>299</sup> que, em princípio, serve para qualquer tipo de biblioteca ou centro de documentação, ele a aplicará no ramo ou no setor do seu melhor agrado.<sup>300</sup>

Dias encerraria seu breve ensaio propondo, ainda, a criação de uma Comissão especial para, depois de analisar as diferentes correntes que a biblioteconomia brasileira de então, propor um consenso, com o intuito de elaborar-se um único currículo para os cursos de formação na área. A ausência de uma estrutura curricular uniforme seria, segundo Dias, o maior entrave para o processo de profissionalização da função de bibliotecário completar-se.

A *Revista do Livro* configurar-se-ia, portanto, a partir de uma confluência de diversas frentes de atuação. A revista

---

<sup>299</sup> Notamos, aqui, um pequeno erro de concordância. Cremos que o autor queria utilizar a palavra técnica.

<sup>300</sup> DIAS, Antônio Caetano. *O ensino da Biblioteconomia e sua regulamentação*. In: **Revista do Livro**, n.º 13, p. 233.

congregou, em suas páginas, os diferentes projetos da *Enciclopédia Brasileira*, servindo de palco para os trabalhos da Seção de Publicações, enquanto auxiliaria a Seção de Bibliotecas na organização e manutenção das instituições conveniadas com o INL. Nos 20 volumes que compuseram nosso *corpus* de pesquisa pudemos perceber as influências do anteprojeto de Mário de Andrade, sobretudo na multivalência da sua enciclopédia, os preceitos prospectivos da proposta de Euryalo Cannabrava, e os ímpetus biobibliográficos que moviam José Galante de Sousa e seus *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* e *Dicionário da literatura brasileira*.

Ao reunir essas forças, em alguns aspectos similares, em outros conflitantes, a *Revista do Livro* confirmou sua vocação principal: a de ser também uma *Enciclopédia Brasileira*.

### **Conclusão:** *As vozes que (se) calam*

Ao nos propormos a tarefa de perseguir a hipótese de que a *Revista do Livro* atuou, durante aquilo que chamamos de primeira fase, como tributária de um projeto político, literário e cultural específico, tínhamos, em nosso horizonte, a suspeição de que a revista seria partidária dos projetos nacionais desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek. Tal suspeição parecia confirmar-se em nossas leituras iniciais da revista, sobretudo ao levarmos em conta algumas características particulares: o seu caráter oficial, a sua aparente padronização – quanto ao número de páginas, de textos, de seções – a importância que parecia adquirir, em suas páginas, o elemento nacional e a sua publicação em um período que coincidia exatamente com o governo de Juscelino. Foi esse pressentimento inicial que, aliado a um desejo de nos concentrarmos nos acontecimentos da Era JK, levou-nos ao recorte estabelecido no volumoso *corpus* da revista.

Porém, ao debruçar-nos sobre o arquivo *Revista do Livro*, nossas suspeições e desconfianças foram deslocadas o suficiente até apontar um caminho muito mais tortuoso. Nas páginas da revista haviam forças díspares, que ora conviviam em torno de um mesmo projeto, ora tangenciavam propostas bastante diversas. O que antes, em nosso contato inicial com a revista, parecia uma imagem estável, uniforme, oficial, foi, aos poucos, turvando-se, complexando-se e compondo uma imagem caleidoscópica.

Esse debruçar-nos sobre o arquivo nos impeliu a pensar a revista em mais de uma chave de leitura, tal qual malhas de uma trama que, vista de longe, pareceria uma só. Desfeita essa nossa impressão inicial, deixaríamos de compreender a *Revista do Livro* como uma revista institucional, como um órgão homogêneo, porta-voz e representante do Instituto Nacional do Livro, para percebemo-la como um campo de atuação de diferentes grupos de intelectuais ligados ao Instituto. A revista

configurar-se-ia, portanto, como uma revista ao mesmo tempo oficial e de um grupo de intelectuais, ou melhor, de grupos de intelectuais.

De um contato mais próximo para com a revista, em sua primeira fase, destacaram-se três figuras que centralizaram, que convergiram – com uma maior ou menor intensidade – as propostas subjacentes aos textos publicados. Estes três núcleos duros gravitariam em torno dos nomes de Joaquim Maria Machado de Assis (ao qual se colou imediatamente o de José Galante de Sousa), Mário de Andrade e Euryalo Cannabrava. Perpassando estes três núcleos, os projetos para a *Enciclopédia Brasileira*.

Nossa hipótese inicial de que a *Revista do Livro* atuaria a partir de um projeto político, literário e cultural específico, desdobrar-se-ia, portanto, em uma hipótese plural: a de que a *Revista do Livro* atuaria não só a partir de um projeto, mas sim a partir de três diferentes propostas de se pensar a cultura e a literatura nacionais.

Na segunda parte desta tese, propusemos a leitura de que um desses projetos teria dois objetivos centrais: cumprir a tarefa de Machado de Assis – verificar se reuniríamos as condições necessárias e as motivações históricas para a fundação da Literatura Brasileira – e, ao mesmo tempo civilizar o barbarismo reinante no Brasil ao *evangelizar* o povo para ensiná-lo a louvar ao Senhor Joaquim Maria Machado de Assis. Reunimos em torno do núcleo duro Machado de Assis / José Galante de Sousa, os textos que partilhavam uma definição específica de literatura. A de que ela, a literatura, seria obra realizada por *homens feitos*, cujas experiências de vida lhes permitiriam analisar, sob a ótica de uma moral, manifestações naturais da vida humana.

Foi esse grupo hegemônico de textos que, a nosso ver, correspondeu à definição que a *Revista do Livro* apresentaria de si própria: um órgão de preservação dos valores tradicionais. Nesses textos, encontramos o mesmo *modus operandi* que motivara a publicação da revista *Galeria Contemporânea do*

*Brasil*. Ou seja, a revista atuaria na elaboração de retratos dos *grandes vultos* da literatura brasileira, a fim de valorizá-los enquanto tal, preservando-os do olvidamento. Estes retratos seriam traçados através de procedimentos de *seleção*, *invenção* e *imaginação* dos aspectos que deveriam ser exaltados nestes *homens feitos*.

Os textos que compunham o núcleo duro Machado / Galante seriam orientados, enfim, mais pelos elementos analíticos extrínsecos – a biografia, a bibliografia, a história – do que pelos elementos intrínsecos à análise da literatura. De fato, a própria definição de literatura que este núcleo promulgava não permitiria a análise, o *close reading* de uma produção literária. O objeto central da análise, da crítica, deveria ser, e foi, as experiências de vida dos *grandes vultos*. Emergiram, dessa compreensão, os projetos do *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro* e do *Dicionário de literatura brasileira*.

A partir do segundo núcleo duro, aquele aglutinado ao redor do anteprojeto de Mário de Andrade, elencamos os textos que respeitavam o caráter de multivalência proposto pelo autor de *Macunaíma* para a *Enciclopédia Brasileira*. Nesses, o elemento popular ganhara destaque fundamental, ora como elemento a ser valorizado e transportado às camadas cultas da sociedade brasileira, ora como característica do público-alvo da enciclopédia. Essa chave de leitura permitiu-nos “dar conta” de ensaios e escritos que não se vinculariam aos demais núcleos, justamente por trazerem elementos a eles estranhos, tais como o popular, o folclore, o desejo de democratização do conhecimento, de maior integração entre as diferentes camadas sociais brasileiras. Perpassa, nos textos aqui elencados, uma definição de literatura próxima da concepção modernista brasileira, quer dizer, uma literatura que passa pela construção de uma relação diferente para com o passado que não a preservação dos seus valores mais tradicionais.

Por fim, aglutinados ao redor do terceiro núcleo duro, elencamos os textos que propagavam o caráter prospectivo de

Euryalo Cannabrava. Estes ensaios, em menor número, propunham uma outra abordagem crítica em relação à literatura brasileira, centrada nos aspectos intrínsecos ao texto, nas metodologias de pesquisa e análise do texto *em si*. Neles, o elemento biográfico não teria a mesma centralidade apresentada no núcleo duro de Machado / Galante. Neles, o biobibliográfico, a história, os aspectos extrínsecos serviriam apenas de suporte à análise literária, cumprindo a função de um suplemento. A presença enfraquecida deste núcleo pode ser compreendida como um reflexo da presença enfraquecida de Cannabrava no próprio Instituto, como vimos na análise do seu plano para a *Enciclopédia Brasileira*. Optamos, assim, dar menos destaque ao grupo de Euryalo Cannabrava.

Percebemos, ainda, que há, na *Revista do Livro*, outras vozes que nesta tese calaram-se. São textos que marcam diferentes abordagens e compreensões diversas da literatura e seu papel social, cultural, mas que não constituíram, entre si, um projeto coletivo, o que os fez escapar do enfoque da hipótese de pesquisa da presente tese. Assim, ao direcionarmos-nos à análise do papel dos *grandes vultos* nos três projetos políticos, literários e culturais centrais da *Revista do Livro*, acabamos nos afastado de outros possíveis caminhos de leitura da revista.

Antevemos, desta maneira, alguns possíveis desdobramentos de pesquisa. Um primeiro caminho seria pensar a revista – e seus projetos políticos, literários e culturais –, em comparação a outros projetos, outros periódicos do período. Uma leitura nesta direção poderia render excelentes frutos que auxiliariam na compreensão dos caminhos da crítica literária brasileira. Inclui-se, nesta proposta, a possibilidade de localizar a *Revista do Livro* perante as diversas correntes críticas, extrínsecas, intrínsecas, históricas, sociológicas. Caberia, nessa direção, um aprofundamento da análise dos críticos que a revista recupera, como José Veríssimo, Sílvio Romero, Afrânio Coutinho, dentre outros.

Outra possibilidade de pesquisa que se abre seria através da análise comparativa entre as atividades e publicações da *Revista do Livro* e aquelas do Instituto Nacional do Livro. Nesse caso, observamos que a grande maioria dos estudos relativos ao Instituto foram desenvolvidos nas áreas de biblioteconomia ou de história política. Uma análise da *Revista do Livro* e do INL sob a ótica da literatura poderia contribuir com as pesquisas sobre as políticas públicas livreiras e as influências destas na produção literária brasileira. Ainda no âmbito da *Revista do Livro* / INL, um olhar poderia ser lançado em direção as disputas e assonâncias entre o mercado livreiro, o poder estatal, os intelectuais e a produção literária no Brasil.

Dar amplitude às vozes dissidentes – como a pequena presença do concretismo nas páginas da revista – poderia, também, abrir novas trilhas na compreensão do papel da *Revista do Livro* na cena literária dos anos de 1950 e 1960.

Outro desdobramento possível, a partir de um estudo da revista, seria verificar como ela atuaria em relação aos demais projetos nacionais desenvolvimentistas brasileiros do período, analisar como se deu a presença de colaboradores estrangeiros na revista, sobretudo aqueles exilados no Brasil, como Rodrigues Lapa ou Justo Pastor Benítez, ou perceber as diferentes relações que a *Revista do Livro* construiu com a América Latina.

Entrementes, em nossa pesquisa, a partir da hipótese que nos guiou, percebemos que a revista atuou, com seus três núcleos duros, em consonância com o seu tempo, com o ano de 1956. Pudemos perceber que a revista estava inserida em um verdadeiro amálgama de diversos elementos característicos de fases anteriores, revisitados, atualizados em diversas – não só em quantidade, mas também em variedade e qualidade – chaves de leituras que compunham uma cena vasta, complexa e, sobretudo, caleidoscópica. Esse amálgama produziu efeitos nos três projetos para a *Enciclopédia Brasileira*. E esse mesmo

amalgama criou, dentre outros tantos efeitos, esse que nos interessou em particular: a *Revista do Livro*.

## Bibliografia

ABREU, Casimiro. *As primaveras*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Coleção Obras Raras [Edição fac-similar], 1952.

AGUILAR, Gonzalo. *Poesia concreta brasileira: as vanguardas na encruzilhada modernista*. São Paulo: EdUSP, 2005.

ALMEIDA, Lucia de Oliveira. *Das memórias às veredas*: Revista USP – letras, cenas e sons. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLIT0300-T.pdf>>

AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. *Uma enciclopédia à Brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade*. In: **Estudos Históricos**, v. 13, n.º 24. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTELO, Raul. *Literatura em revista*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

ARON, Paul. *Les revues littéraires : histoire et problématique*. In: *Revue ConTextes*, número 4, 2008. Disponível em: <<http://contextes.revues.org/3813>>

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Notícias da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*. In: **Obras completas**, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. [p. 801 – 809].

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Barthold. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Coleção Obras Raras, 1953.

AZEVEDO, Fernando de. *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>, acessado em 28.11.2014.

Banco Central do Brasil. *Ferramenta de correção e atualização monetária*. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>

BAREL, Ana Beatriz Demarchi. *Folhetins, romances, revistas: identidade nacional na imprensa, na literatura e na política do Império do Brasil (1836-1872)*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle, 2013.

BRASIL, Decreto-lei número 93, de 21 de dezembro de 1937.

Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 28.11.2014.

CANDIDO, Antonio. *Esquemas de Machado de Assis*. In: **Vários Escritos**. São Paulo: Duas cidades, 1977. [p. 15 – 32].

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CAMARGO, Maria Lucia de Barros. *Sobre revistas, periódicos e qualis tais*. In: **Travessia 40 / Outra Travessia 1**. Florianópolis: EdUFSC, 2003. [p. 21 – 36].

CAMPOS, Humberto de. *Diário secreto – memórias*. São Paulo: Opus, 1983.

- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora da UNB e Fundação Roberto Marinho, 1983.
- CASAL, Aires. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Coleção Obras Raras, 1945.
- CASTELO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: Origens e unidade*. V. I, São Paulo: EdUSP, 1999.
- CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade: Exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- DAUZAT, Albert, DUBOIS, Jean et MITTERAND, Henri. *Dictionnaire étymologique et historique du français*. Paris : Larousse éditions, 2013.
- DERRIDA, Jacques. *Mal d'archive*. Paris : Éditions Galilée, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. [Trad. Cláudia de Moraes Rego] Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DIMAS, Antônio. *Um suplemento carnudo*. In: **Continente Sul Sur**. Porto Alegre, n. 2, 1996. [p. 35 – 45].
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, São Paulo: EdUSP, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reforma do Jornal do Brasil*. In: ABREU, Alzira Alves de. [Et al.] **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. [p. 141 – 155].
- GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. 2 vols., Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

GAFFIOT, Félix. Dictionnaire Latin-Français, Paris, Hachette-Livre, 2000.

GOMES, Renato Cordeiro. *Intelectuais e a cidade das letras*. In: MARGATO, I, GOMES, R. C. (org.) **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte, EdUFMG, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUsp, 1985.

HANSEN, João Adolfo. “*Pra falar das flores*”. In: Anos 70: trajetórias. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2005. [p. 71 – 76].

HOBSBAWM, Eric. *L’invention de la tradition*. In: \_\_\_\_\_ et RANGER, Terence. **L’invention de la tradition**. Paris: Éditions Amsterdam, 2006. [p. 11 – 25].

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Saraiva Edições, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. CD-ROM, Versão 1.0, 2001.

HUGO, Victor. *Do grotesco e do sublime*, São Paulo: Perspectiva, 2002.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Ed. Itatiaia / EdUSP, 1980.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Um estadista na República* – Afrânio de Melo Franco. 3 vols., Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

MENDES, João Camargo. *Introdução à paleontologia geral*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Coleção do Estudante, 1960.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1920 – 1945). São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933 – 1974). Coleção Ensaios. São Paulo: Ática, 1977.

MORAIS, Santos. *SB: Livros para todo o Brasil*. In: **Revista do Livro**, n.º 31, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. [p. 169 – 182].

MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*, v. 01 e 02. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1973.

NAVA, Pedro. *Recado de uma geração*. Prefácio à edição fac-similar de **A Revista**. São Paulo: Metal Leve edições, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich. *Verdade e Mentira no sentido extramoral*. [Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho]. In: **Revista Comum**, v. 6, n. 17, Rio de Janeiro, julho a dezembro de 2001. [p. 05 – 23].

NITHEROY – *Revista Brasiliense Ciencias, Letras e Artes*. Paris: Librairie Dauvin et Fontaine, 1836.

PEREGRINO, Umberto. *Discurso de posse no cargo de Diretor Geral do Instituto Nacional do Livro*, in: *Revista do Livro*, nº 31, 1961. [p. 83 – 89].

PEREIRA, Ricardo Antônio Barbosa. *A ENBA da primeira metade do século XX vista pela obra de seus professores – uma gradual transição para o moderno*. In: 19&20, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2013. Disponível em:

<[http://www.dezenovevinte.net/ensino\\_artistico/ensino\\_enba\\_r.p.htm](http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/ensino_enba_r.p.htm)>.

PETRY, Fernando Floriani. *Arquivando conceitos: metodologias em revista*. In: **Patrimônio e Memória**. Revista Eletrônica do CEDAP. V. 07, n. 02, Assis, SP: EdUNESP, dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. *O cão e o frasco, o perfume e a cruz: arquivo Rosa-Cruz revisitado*. [Dissertação de Mestrado] Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em:

<<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLIT0459-D.pdf>>.

*Revista do Livro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, n. 01/02 – 43 [1956 – 1970]. et Departamento Nacional do Livro, n. 44 – 54, [2002 - 2015].

RAMOS, Fernão et MIRANDA, Luiz Felipe. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*, São Paulo: SENAC, 1997

RAMOS, Maria. *Ação editorial do INL*, in: **Revista do Livro**, n.º 31, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. [p. 149 – 158].

RENAN, Ernest, *Qu'est-ce qu'une nation?*, in : **Œuvres complètes**, Paris : Pierre Bordas et fils, 1991.

ROCCA, Pablo. *Por que, Para que uma revista*. [Trad: George Luiz França] in: **Boletim de Pesquisa NELIC** – Instabilidades e Modernismos, Florianópolis, V. 07, N. 10, 2007. [p. 01 – 22].

ROSA, Victor Luiz da. *Salão de poses: retrato, fotografia e moda em Machado de Assis*. [Tese de doutoramento]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Literatura, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet et COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SENNA, Homero. *Brito Broca e Alexandre Eulálio: afinidades eletivas*. In: Remate de Males, v. 11, n. 27-30, Campinas, 1991. [p. 27 – 30].

SILVA, Luciane Nunes da. *O conservatório dramático brasileiro e os ideais de arte, moralidade e civilidade no século XIX*. [Tese de doutorado] Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense, 2006.

SILVA, Suely Braga da. *O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, ideais e realizações*. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

SPINELLI, Vincenzo et CASASANTA, Mário. *Dizionario completo italiano*. Milão: Editore Ulrico Hoepli, 1957.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SÜSSEKIND, Flora. *Rodapés, tratados e ensaios* (a Formação da crítica brasileira moderna). In: **Papéis colados**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

TOLEDO, Carlos Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

VARGAS, Getúlio Dornelles. *Discurso da Presidência na Associação Brasileira de Imprensa*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1931. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1931/05.pdf/view>> - Biblioteca da Presidência da República do Brasil.

\_\_\_\_\_. *Proclamação ao povo brasileiro*. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1937/04.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1937/04.pdf/at_download/file)> - Biblioteca da Presidência da República do Brasil.

VELLINHO, Moysés. *Letras da província: crítica literária*. Porto Alegre: Globo, 1960.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VIANA, Hélio. *Contribuições à história da imprensa brasileira (1812 – 1869)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Coleção Bibliografias especiais, 1945.

TURAZZI, Maria Inez. *A “criatura” e o “espelho”*: o retrato de Machado de Assis por Marc Ferrez. In: Revista *Aletria*, v. 24, n.2, 2014. Disponível em:

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/6938>>. Acessado em 18 de junho de 2015.

WILLS, David et BRUNETTE, Peter. *Deconstruction and the Visual Arts: Art, Media, Architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WHITTEMORE, Reed. *Little Magazine*. Minneapolis: University of Minnesota, 1963.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA  
NÚCLEO DE ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

Em cotutela com

UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE  
ÉCOLE DOCTORALE 122 – EUROPE LATINE,  
AMÉRIQUE LATINE  
CENTRE DE RECHERCHES SUR LES PAYS  
LUSOPHONES

FERNANDO FLORIANI PETRY

*REVISTA DO LIVRO*

Um projeto político, literário e cultural

Volume 02:  
ANEXOS

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA LUCIA DE BARROS  
CAMARGO

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CLAUDIA PONCIONI

Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3

Florianópolis / Paris - novembro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA  
NÚCLEO DE ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

Em cotutela com

UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE  
ÉCOLE DOCTORALE 122 – EUROPE LATINE,  
AMÉRIQUE LATINE  
CENTRE DE RECHERCHES SUR LES PAYS  
LUSOPHONES

FERNANDO FLORIANI PETRY

*REVISTA DO LIVRO*

Um projeto político, literário e cultural

Volume 02:  
ANEXOS

Anexo à Tese de doutoramento de Fernando FLORIANI PETRY, desenvolvida em cotutela sob orientação de Maria Lucia de BARROS CAMARGO e Cláudia PONCIONI, apresentada como requisito parcial para conclusão do Doutorado em Literaturas do Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina e do Doctorat en Études du Monde Lusophone de l'École Doctorale 122 – Europe Latine, Amérique Latine de l'Université Sorbonne Nouvelle.

Florianópolis / Paris - novembro de 2015.

## ***Sumário:***

1. Anexos: .....	280
1.1 Levantamento biobibliográfico .....	280
1.2 Levantamento detalhado dos conselhos editoriais .....	341
1.3 Compilação dos editoriais publicados na Revista do Livro: .....	345
1.4 Levantamento dos textos publicados na seção Inéditos: .	366
1.5 Levantamento dos textos publicados na seção Arquivo: .	370
1.6 Levantamento dos textos publicados na Seção Estudos..	374
1.7 Levantamento dos textos publicados na seção Vária .....	382
2. Tabelas de indexação .....	387
2.1 Estatística - Autor.....	387
2.2 Estatísticas - Nome pessoal como assunto .....	391
2.3 Estatísticas - Palavras-chave .....	396
2.4 Estatísticas – Vocabulário controlado .....	400

## 1. Anexos

### 1.1 Levantamento biobibliográfico

O padrão metodológico adotado para a composição deste levantamento biobibliográfico dos autores publicados pela Revista do Livro segue a ordem de apresentação com o sobrenome em caixa alta e o restante do nome em caixa baixa. Em alguns casos, a assinatura do texto publicado na revista não corresponde ao nome completo do autor. Nesses casos, assinalaram-se as informações faltantes entre colchetes. Em seguida, entre parênteses, apresenta-se a cidade, o estado e o ano de nascimento e morte. Na linha abaixo, apresenta-se uma pequena biografia do autor, com a lista de publicações patrocinadas pelo Instituto Nacional do Livro, se houver. Por fim, cita-se a fonte das informações compiladas.

Importante notar que não se procura uma biografia exaustiva dos autores. A proposta é apenas apresentá-los, situá-los em seu contexto de atuação e em suas possíveis relações com a Revista do Livro.

Segue-se a esse levantamento biobibliográfico as referências utilizadas para a sua constituição.

## Índice

ALMEIDA, Renato.....	285
ALVAR [LÓPEZ], Manuel.....	285
ALVARENGA, Octávio [Junqueira] Mello.....	286
ANDRADE, Olímpio de Souza.....	286
ÂNGELO, Hersílio.....	287
BANDEIRA, Antônio Rangel.....	287
BARATA, Mário.....	287
BARBOSA, Francisco de Assis.....	288
BENÍTEZ, Justo Pastor.....	289
BRANT, Celso [Teixeira].....	289
BROCA, [José] Brito.....	290
BUNGE, [Augusto] Mário.....	291
CÂMARA, J[oaquim] Mattoso (Júnior).....	291
CAMPOS, Augusto [Luís Browne] de.....	292
CAMPOS, Haroldo [Eurico Browne] de.....	292
CANNABRAVA, Euryalo [Vianna].....	293
CARNEIRO, Edison [de Souza].....	293
CARNEIRO, Felisberto [Olímpio].....	294
CARPEAUX, Otto Maria.....	295
CASCUDO, Luís da Câmara.....	295
CASTRO, Sílvio.....	296
CASTRO, Zaíde Maciel de.....	296
CAVALCANTI, Valdemar.....	297
COELHO, Jacinto do Prado.....	298
COSME, Luís.....	298
COSTA, Miguel [Filho].....	298
COUTO, Araci do Prado.....	299
CUNHA, Fausto.....	299
CUNHA, José Marianno Carneiro da.....	299
DOMINGO, Javier. [Xavier].....	300
DOURADO, Mecenas.....	300
ESTRADA, Ezequiel Martínez.....	300
ETCHEVERRY, Manuel Graña.....	301
EULÁLIO, Alexandre. [Alexandre Magitot Pimenta da Cunha].....	301
FARIA, Octavio [de].....	302
FERREIRA, Izacyl Guimarães.....	303
FERREIRA, Orlando da Costa.....	303
FONSECA, Edson Nery da.....	303
FRAGOSO, Augusto.....	304
FREIXEIRO, Fábio Mello.....	304
GARCIA, Othon Moacyr.....	304
	282

GAUTHIER, Michel.....	305
GOMES, Eugênio.....	305
GONÇALVES, Suzana.....	306
GRASSO, Dick Edgar Ibarra.....	306
GRÜNEWALD, José Lino.....	306
GUIMARAENS, Alphonsus [Henriques da Costa] de [Filho].....	307
GUZMÁN, Pascual González.....	307
HADDAD, Jamil Almansur.....	308
HECKER, Paulo [Filho].....	308
HOUAISS, Antônio.....	308
IVO, Lêdo.....	309
JOZEF, Bella.....	310
JUCÁ FILHO, Cândido.....	310
LAPA, M[anuel] Rodrigues.....	311
LIMA, Hermes Herman.....	311
LINHARES, Temístocles.....	312
LINS, Ivan [Monteiro de Barros].....	313
LISBOA, Henriqueta.....	313
LOPES, Roberto (Frei) [Belarmino].....	313
LOURENÇO, Eduardo.....	314
LUBIN, Maurice A[lcibiade].....	314
LUCAS, Fábio.....	315
LYRA, Heitor.....	315
MACHADO, Aires da Mata [Filho].....	315
MACHADO, Lourival Gomes.....	316
MAGALHÃES, Raimundo [Júnior].....	317
MANZI, Ítalo Alfonso.....	317
MARQUES, Oswaldino [Ribeiro].....	318
MARTINS, Heitor.....	318
MARTINS, Hécio [de Andrade].....	319
MENDONÇA, Carlos Sussekind de.....	319
MEYER, Augusto.....	320
MEYER, Marlyse.....	321
MOISÉS, Massaud.....	321
MONTELLO, Josué [de Souza].....	321
NAVA, José [da Silva].....	322
NEVES, José Teixeira.....	323
NÓBREGA, Humberto Galiano Mello.....	323
OLIVEIRA, Franklin de [José Ribamar].....	323
PAIM, Antônio.....	324
PENNAFORT, Onestaldo de [Caldas].....	324
PEREGRINO JÚNIOR, João da Rocha Fagundes.....	325
PEREIRA, Astrojildo [Duarte Silva].....	325

PEREIRA, Emmanuel [Filho].	326
PEREIRA, Lúcia Miguel.	326
PEREZ, Renard [Quintas].	327
PICCHIO, Luciana Stegagno.	327
PORTELLA, Eduardo Mattos.	328
PROENÇA, M[anu]el Cavalcanti.	329
RAEDERS, Georges.	329
RELA, Walter.	330
RÉVAH, I[sra]el S[alvator].	330
RICARDO, Cassiano [Leite].	331
RODRIGUES, José Honório.	331
RÓNAI, Paulo.	332
SALLES, Vicente.	333
SENA, Jorge de.	333
SILVA, Alberto [Vasconcellos] da Costa e.	334
SIMÕES, João Gaspar.	334
SODRÉ, Néelson Werneck.	335
SOIFER, Miguelina.	335
SOUSA, Arlindo de.	336
SOUSA, José Galante de.	336
THEODOR, Erwin [Rosenthal].	337
VAL, Waldir Ribeiro do.	338
VARGAS, Augusto Tamayo.	339
VELLINHO, Moisés [de Moraes].	339
VIANNA, [Luís] Fernando [de Sá] Mendes.	340
XISTO, Pedro [Pereira de Carvalho].	340

ALMEIDA, Renato.

(Santo Antônio de Jesus, BA, 1895 – Rio de Janeiro, RJ, 1981)

Formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, Renato Almeida trabalhou como advogado e jornalista, sendo redator chefe do periódico *América Brasileira*<sup>1</sup> (publicado entre 1922 e 1924 com o subtítulo “resenha da atividade nacional”). Em 1926 foi nomeado diretor do Lycée Français, atual Colégio Franco-Brasileiro, época na qual também ingressou no Ministério das Relações Exteriores. Participou, no ano de 1947, da fundação da Comissão Nacional do Folclore, promovendo entre 1947 e 1952 a Semana do Folclore em diversos estados brasileiros. A partir de 1956 Almeida foi membro fundador do Conselho Superior de Música Popular Brasileira do Museu da Imagem e do Som (MIS). Publicou: “Histórica da Música Brasileira” (1926, RJ), “Compêndio de História da Música Brasileira” (1948, RJ), “Inteligência do Folclore” (1957, RJ), “O folclore na Poesia e na Simbólica do Direito” (1960, Miami USA), “Tablado do Folclore” (1961, SP), “O IBECC e os estudos de Folclore no Brasil” (1964, RJ), “Manual de Coleta Folclórica” (1965, RJ), “Música e Dança Folclórica”, (1968, RJ), “Danses africaines en Amérique Latine” (1969, RJ) e “Vivência e Projeção do Folclore” (1971, RJ)<sup>2</sup>.

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Inteligência do Folclore, 1957.

ALVAR [LÓPEZ], Manuel.

(Castellón, Espanha, 1923 – Madrid, Espanha, 2001)

Membro da Real Academia Espanhola a partir de 1975, Alvar começou seus estudos em Zaragoza, licenciando-se em Filosofia e Letras pela Universidade de Salamanca e doutorando-se pela Universidade de Madrid. Professor universitário, o acadêmico foi catedrático de Gramática Histórica da Língua Espanhola na Universidade de Granada e de Língua Espanholada nas universidades Autônoma e Complutense de Madrid. Foi nomeado doutor honoris causa em vinte e cinco universidades europeias e americanas.

Manuel Alvar López dirigiu o Instituto Nacional de Filologia, presidiu a Sociedade de Linguística Românica e a Associação Internacional de História da língua espanhola. Foi membro do conselho de diversos periódicos acadêmicos, como da Revista de Filologia espanhola e da *Español Actual*.

---

<sup>1</sup> Disponível para consulta on-line na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional e na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

<sup>2</sup> Adaptado da biografia publicada no Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira.

Estudioso da língua em todos os seus aspectos, Alvar publicou diversos atlas linguísticos sobre a dialetologia espanhola e latino-americana, assim como foi responsável pela publicação da quarta edição do Dicionário da Língua Espanhola da Real Academia durante a sua direção.<sup>3</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Cantos de muerte Sefardíes, 1960.

ALVARENGA, Octávio [Junqueira] Mello.

(Belo Horizonte, MG, 1926 – Rio de Janeiro, RJ, 2010)

Presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) por 31 anos (1979 – 2010), o advogado e escritor Mello Alvarenga também presidiu a Comissão de Direito Agrário do Instituto dos Advogados Brasileiros entre 2009 e 2010. Como escritor, assina 18 livros, sendo 6 técnicos e 12 ligados à literatura, entre ensaios, poemas, romances, biografias e crítica literária. Mello Alvarenga recebeu dois prêmios Walmap de Literatura, nos anos de 1967 (com o livro “Judeu Nuquim”) e 1971 (com o livro Sexta-feira, dezesseis”). Enquanto presidente da SNA, Alvarenga estruturou o Instituto Cultural da SNA e foi responsável pelo Centro Cultural Brasil – Israel. O seu maior destaque, porém, é ser o único latino-americano titular da Academia de Agricultura da França, eleito em 1990.<sup>4</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Mitos e valores, 1956.

ANDRADE, Olímpio de Souza.

(São José do Rio Pardo, SP, 1914 – São Paulo, SP, 1980)

Jornalista e economista, Olímpio de Souza Andrade dedicou-se aos estudos literários relacionados à obra de Euclides da Cunha. Sua vasta biblioteca euclidiana, composta por livros, revistas, recortes de jornais, correspondências, foi depositada no Instituto Moreira Salles em outubro de 2007. Em 1975, Andrade organizou e editou a “Caderneta de Campo” de Euclides da Cunha, assim como organizou edição de texto definitivo de “Canudos” em 1967.<sup>5</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Os ‘Sertões’ entre dois vales, 1961.

---

<sup>3</sup> Traduzido e adaptado da biografia publicada no site da Real Academia Espanhola.

<sup>4</sup> Adaptado da biografia publicada no site do Instituto dos Advogados Brasileiros.

<sup>5</sup> Adaptado da biografia publicada do site do Instituto Moreira Salles.

2. DA CUNHA, Euclides. Caderneta de Campo. Editado por ANDRADE, Olímpio de Souza, 1975.
3. Joaquim Nabuco e o Brasil na América, 1978.

ÂNGELO, Hersílio.

(Orlândia, SP, 1910 – São José do Rio Pardo, SP, 2003)

Professor de literatura brasileira na PUC de Campinas, Hersílio Ângelo assina o livro “Euclides, escritor”, publicado em 1969, pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Com uma intensa produção em torno da obra do autor de Canudos, Ângelo foi um dos criadores da Maratona Euclidiana e responsável pelo incremento do movimento euclidiano em São José do Rio Pardo. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932.

Formado em Letras pela Universidade de São Paulo, lecionou no Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo.<sup>6</sup>

BANDEIRA, Antônio Rangel.

(Recife, PE, 1917 – São Paulo, SP, 1988).

Nascido em Recife, em 24 de outubro de 1917, Antônio Rangel Bandeira foi poeta, cronista, ensaísta, jornalista, advogado, membro da Academia Pernambucana de Letras. Bandeira possui cinco poemas publicados na Revista de Poesia e Crítica (nº. 5, de dezembro de 1978).<sup>7</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Da liberdade da criação artística, 1956.

BARATA, Mário.

(Leysin, Suíça, 1921 – Rio de Janeiro, RJ, 2007)

Com 16 anos, Mário Barata torna-se colaborador da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujo primeiro diretor foi Rodrigo Melo Franco de Andrade. Na secretaria iniciou sua amizade com Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa. Em 1940 forma-se no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, mesmo ano em que funda, com Maria Barreto e Carlos Cavalcanti o Instituto Brasileiro de História da Arte. Em 1941 forma-se bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Entre os anos de 1942 e 1954 exerce atividades

---

<sup>6</sup> Adaptado da biografia publicada no site da Academia de Letras de São João da Boa Vista.

<sup>7</sup> Adaptado das informações da Revista do Poesia e Crítica.

ligadas ao Museu de Belas Artes e à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1946 participa das reuniões que estruturam o Conselho Internacional de Museus, no museu do Louvre como representante brasileiro. Em 1948 é licenciado em Letras pela Sorbonne. Em 1949, com Sérgio Milliet, Mário Pedrosa, entre outros, funda a Associação Brasileira de Críticos de Arte.

Barata termina sua livre-docência e doutorado em História da Arte pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil em 1954, tornando-se, no ano seguinte, professor catedrático de História da Arte-Estética na mesma Universidade. Em 1969 é aposentado compulsoriamente pelo AI-5 das suas funções na Universidade. Em 1982 torna-se professor de Museologia na UNIRIO, sendo, dez anos mais tarde, agraciado com o título de professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.<sup>8</sup>

BARBOSA, Francisco de Assis.  
(Guaratinguetá, SP, 1914 – Rio de Janeiro, RJ, 1991)

Eleito em 1970 para a Academia Brasileira de Letras, Francisco de Assis Barbosa ocupou a cadeira de número 13, sucedendo Augusto Meyer. Jornalista, biógrafo, historiador e ensaísta, Barbosa ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1931. Ainda estudante lançou, com Donatelo Grieco e Fernando de Castro, o jornal *Polêmica*, logo se tornando redator-chefe da revista *A época*, órgão oficial do corpo discente da faculdade. Teve postos de redator em *A Noite* (1934), *O Imparcial* (1935), *A Noite*, *A Noite ilustrada*, *Vamos Ler*, *Carioca*, *Diretrizes* (de 1936 a 1942), *Correio da Manhã* (1944), *Diário Carioca*, *Folha da Manhã* (SP), e *Última Hora* (de 1951 a 1956). Além do intenso trabalho jornalístico, Barbosa ainda colaborou com a *Revista do Globo* e foi editor dos *Cadernos do Jornal do Brasil*, comemorativos ao IV Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro, em 1965.

Paralela à sua atividade jornalística, em 1945, Francisco de Assis Barbosa foi vice-presidente do I Congresso Brasileiro de Escritores. Foi também técnico de educação, servindo na seção de publicações do Instituto Nacional do Livro sob a chefia de Sérgio Buarque de Hollanda, além de redator da “*Encyclopaedia Britannica*” e diretor da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* a partir de 1966. Alçado ao cargo de assessor de documentação da Presidência da República durante o Governo de Juscelino Kubitschek, Barbosa assumiu ainda a vice-presidência da Fundação Padre Anchieta, em São Paulo. A partir de 1977 passou a integrar o corpo de

---

<sup>8</sup> Adaptado da cronologia publicada no site do Memorial Mário Barata.

diretores da Fundação Casa de Rui Barbosa, chefiando o Centro de Estudos Históricos.

Barbosa ganhou destaque também por seus estudos acerca de Lima Barreto, publicando a biografia completa do autor, além de ter compilado, com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença, as Obras Completas de Lima Barreto. Francisco de Assis assina também a biografia de Juscelino Kubitschek.<sup>9</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. A vida de Lima Barreto, 1952.
2. Achados do vento, 1958.
3. Santos Dumont inventor, 1974.

BENÍTEZ, Justo Pastor.

(Assunção, Paraguai, 1895 – 1963)

Ensaísta, historiador, sociólogo, crítico literário, político, diploma. Diversas são as funções que Justo Pastor Benítez assumiu. Uma figura controversa de grande destaque na vida política e intelectual latino-americana da primeira metade do século XX. Cursou Direito na Universidade Nacional de Assunção, formou-se em 1919 já com o título de doutor. Não tendo continuidade nas atividades acadêmicas, ingressou na vida política paraguaia, assumindo diversas secretarias, dentre elas a de Assuntos Exteriores durante a Guerra do Chaco. Foi eleito deputado em 1920, sendo reeleito até 1930. Em 1938, assumiu uma cadeira no senado paraguaio.

Em 1939, inflamado pelos desdobramentos da Guerra do Chaco, o general José Félix Estigarribia foi eleito presidente. Benítez assumiu o cargo de Ministro da Fazenda e de principal inspirador da Constituição Paraguaia de 1940. Acusado de organizar a morte de Estigarribia em um acidente aéreo, Benítez foi preso e exilado no Brasil, na Argentina, países nos quais sempre teve um forte papel de divulgador da cultura paraguaia através de uma presença constante nos periódicos. Durante sua estadia brasileira, foi funcionário do Instituto Nacional do Livro, como atesta o editorial do número 25 da Revista do Livro, publicado em março de 1964.<sup>10</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Algunos aspectos de la cultura guaranítica, 1961.

BRANT, Celso [Teixeira].

(Diamantina, MG, 1920 – Belo Horizonte, MG, 2004)

---

<sup>9</sup> Adaptado da biografia publicada no site da Academia Brasileira de Letras.

<sup>10</sup> Adaptado da biografia apresentada por IGLESIAS, Mario Marín em “Notas para la historia de un hombre libre: Justo Pastor Benítez”.

Homem político, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde mais tarde foi professor, Celso Brant foi secretário particular do Governador Clóvis Salgado e seu chefe de gabinete no Ministério da Educação.

Eleito deputado federal em 1956, foi cassado pela Ditadura Militar em 1964, através do primeiro Ato Institucional. Foi Ministro da Educação durante o Governo de Juscelino Kubitschek. Em 1989 candidatou-se a Presidência da República pelo PMN, partido fundado por ele mesmo. Além disso, foi Secretário do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais durante o governo de Itamar Franco. Além de figura pública, Brant foi ainda musicógrafo, poeta e contista, publicando dezenoves livros espalhados por suas diferentes áreas de atuação.<sup>11</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Bach, o quinto evangelista, 1957.

BROCA, [José] Brito.

(Guaratinguetá, SP, 1903 – Rio de Janeiro, RJ, 1961)

Crítico, ensaísta e jornalista literário, Brito Broca é conhecido por sua forte atuação na imprensa. Ainda estudante publica suas primeiras crônicas no jornal O Farol. Em 1927 inicia sua carreira profissional no jornalismo na redação de A Gazeta, com o pseudônimo de Lauro Rosas. 4 anos mais tarde assume a redação de O Tempo.

Em 1937 muda-se para o Rio de Janeiro e trabalha como redator na editora José Olympio. Reúne suas crônicas já publicadas em Americanas, seu primeiro livro, lançado em 1944, época em que integra o Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1956 publica A vida literária no Brasil – 1900, inspirado no trabalho de André Billy. O volume faria parte de um projeto mais amplo, com mais três volumes, referentes aos períodos romântico e colonial, naturalista e modernista. Projeto esse que fora realizado. Parte do acervo de sua biblioteca pessoal está depositada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Campinas, São Paulo.<sup>12</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Horas de Leitura, 1957.
2. No arquivo de Coelho Neto, 1958.
3. Quando havia província, 1961.

---

<sup>11</sup> Adaptado da biografia publicada no Memorial Celso Brant.

<sup>12</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

4. Introdução ao Estudo da Literatura Brasileira, 1963. Coautor: SOUZA, José Galante de.
5. Vida literária e romantismo brasileiro, 1979.
6. Obras reunidas de Brito Broca, 1979.
7. Ensaio de mão canhestra, 1981.
8. Machado de Assis e a política, 1983.

BUNGE, [Augusto] Mário.  
(Buenos Aires, Argentina, 1919)

Mário Bunge é filósofo, professor de Lógica e Metafísica da Universidade de McGill, em Montreal, Canadá. Iniciou a sua carreira acadêmica como professor assistente de física experimental na Universidade de la Plata, em 1941. 6 anos mais tarde assumiu o cargo de professor auxiliar na Universidade de Buenos Aires, restando no cargo até 1958, ano no qual abandonou a carreira física para se concentrar nos estudos da filosofia. Em 1966 migra ao Canadá para o cargo de professor de filosofia da Universidade McGill. Autor ou editor de mais de 50 livros e de 500 artigos, Mário Bunge publica em diversas áreas de atuação, da filosofia à física, passando pela sociologia, psicologia, matemática, neurociência.<sup>13</sup>

CÂMARA, J[oaquim] Mattoso (Júnior).  
(Rio de Janeiro, RJ, 1904 – 1970)

Joaquim Mattoso Câmara Jr. fez seus estudos primários e secundários com professores particulares, submetendo-se ao regime de exames parcelados no Colégio Pedro II. Jônates Serrano foi o principal educador de Mattoso Câmara, fazendo-o, inclusive, publicar poemas e traduções na Revista Social. Em 1927 o filólogo graduou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes, graduando-se pela segunda vez, em Direito, pela Universidade do Rio de Janeiro, em 1932. Iniciou no magistério em 1928.

Bolsista da Fundação Rockefeller, em sua temporada nos Estados Unidos da América Mattoso Câmara frequentou cursos de Grego, Sânscrito, línguas africanas, além dos cursos de Linguística Comparada e Linguística Geral ministrados por Roman Jakobson. No retorno ao Brasil, cursa o doutorado em Letras Clássicas na então Faculdade Nacional de Filologia da Universidade do Brasil, com a tese Para o estudo da fonêmica portuguesa. Em 1938 inicia sua carreira no magistério universitário, como professor de Linguística e Latim na Universidade do Distrito Federal. Em 1952 adquire o título de Livre-Docência em Língua Portuguesa pela Faculdade Nacional de

---

<sup>13</sup> Traduzido e adaptado da biografia publicada no site do autor.

Filosofia com a tese Contribuição para uma estilística da língua portuguesa. Nos últimos anos de vida Mattoso Câmara coordena o setor linguístico da divisão de antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tornando-se professor do Curso de Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras. Membro fundador da Academia Brasileira de Filologia, tornou-se presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina no mesmo ano em que veio a falecer.<sup>14</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. A linguagem: introdução ao estudo da fala, 1954.
2. Ensaios machadianos, 1977.
3. Contribuição à Estilística Portuguesa, 1977.

CAMPOS, Augusto [Luís Browne] de.  
(São Paulo, SP, 1931)

Poeta, tradutor, ensaísta, crítico de literatura e de música, Augusto de Campos estreou na vida literária com o livro de poemas O rei menos o reino, em 1951. Em 1952, com o irmão Haroldo e Décio Pignatari, lançou a revista Noigandres, porta-voz do grupo homônimo que trouxe o movimento internacional da Poesia Concreta ao Brasil. Em 1956 Augusto auxiliou na organização da Primeira Exposição Nacional de Arte Concreta no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Sua obra está espalhada em um sem número de antologias internacionais de poesia concreta.

Na década de 1960, com colaborações de Cassiano Ricardo, Sebastião Uchoa Leite e Paulo Leminski edita a revista literária Invenção. Como tradutor, versou ao português poemas de Pound, Joyce, Gertrude Stein, Cummings, Maiakóvski, Khliébnikov, Arnaut Daniel, Donne, Mallarmé e alguns dos simbolistas franceses. A sua primeira antologia de traduções é Verso reverso controverso, de 1978. A vasta produção ensaística de Augusto de Campos é bem conhecida, com destaque pela coautoria da Teoria da Poesia Concreta, com Haroldo e Décio, em 1965. Poesia antipoesia antropogafia, de 1978, O anticrítico, de 1986, Linguaviagem, de 1987, À margem da margem, de 1989 são alguns exemplos da produção teórico-crítica de Augusto.<sup>15</sup>

CAMPOS, Haroldo [Eurico Browne] de.  
(São Paulo, SP, 1929 – 2003)

---

<sup>14</sup> Adaptado da biografia apresentada por UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão em “Joaquim Mattoso Câmara Jr.”.

<sup>15</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

Haroldo de Campos, assim como o seu irmão mais novo Augusto, foi poeta, tradutor, ensaísta, crítico literário. Em 1950 lançou o seu primeiro livro de poemas, *O auto do Possesso*, pelo Clube de Poesia de São Paulo, ligado ao grupo que ficou conhecido como a Geração de 45. Em 1951 os irmãos Campos rompem com o Clube, e, junto com Pignatari, formam o grupo Noigandres. O grupo publica, em 1958, em Noigandres 4, o Plano-piloto para Poesia Concreta.

Haroldo defende a tese de doutoramento *Morfologia do Macunaíma* em 1972, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em menos de um ano após a defesa, assume a cadeira de semiótica da literatura no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona até 1989. Em 1984 publica *Galáxias*, um dos seus textos mais conhecidos. Assim como Augusto, possui uma vasta produção em tradução de poesia, concentrando-se em Ezra Pound e James Joyce.<sup>16</sup>

CANNABRAVA, Euryalo [Vianna].

(Cataguases, MG, 1908 – Rio de Janeiro, RJ, 1978)

Professor do magistério secundário, responsável pela disciplina de filosofia – cujos cursos focavam no ensino da Lógica Formal – no Colégio Pedro II, Cannabrava foi também catedrático da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Membro do Instituto Brasileiro de Filosofia, o autor teve uma ativa participação nos círculos de filosofia nos anos 1950 a 70. Advogado por formação acadêmica, Cannabrava teve um papel fundamental na transformação do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, em Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, em um Instituto de Psicologia ligado ao então Ministério da Educação e Saúde. Além disso, participou da fundação do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil.

Patrono da Academia Brasileira de Filosofia, Cannabrava teve também forte atuação na crítica literária, focando seus estudos na produção de João Guimarães Rosa, principalmente em *Corpo de Baile*.<sup>17</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Ensaios filosóficos, 1957.

CARNEIRO, Edison [de Souza].

(Salvador, BA, 1912 – Rio de Janeiro, RJ, 1972)

---

<sup>16</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

<sup>17</sup> Adaptado da biografia apresentada por MENDONÇA, José Márcio, em “Euryalo Cannabrava”.

Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Salvador em 1935, Edison Carneiro foi jornalista, poeta, jurista e folclorista. Dedicou grande parte de sua vida aos estudos sobre o negro brasileiro, especializando-se nos cultos afro-brasileiros.

Membro da Academia dos Rebeldes (1928 – 1932), cujo líder era Pinheiro Vargas, publicou sua primeira coletânea de poemas no jornal A Noite, de Salvador, entre os dias 24 e 27 de novembro de 1928. Contratado pelo jornal Estado da Bahia em 1936, escreve sobre os ritos e festas dos candomblés baianos. Assina textos publicados nos periódicos A Luva, O Momento, Revista Flama, Boletim de Ariel, Seiva, Diretrizes, Jornal do Brasil.

Em 1939 transfere-se ao Rio de Janeiro, contratado por O Jornal, além de trabalhar, entre 41 e 49 como tradutor e redator-chefe da agência The Associated Press e do jornal Última Hora. Contratado pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para redigir o seu Boletim Mensal, Carneiro permaneceu no cargo entre os anos de 1956 e 1966. Como professor, Edison Carneiro foi responsável pelo curso de Bibliografia de Folclore do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e pelo curso de Cultura Popular no Instituto Villa-Lobos.

Autor de diversos livros, foi ainda diretor executivo, entre os anos de 1961 e 64, do Conselho Técnico da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, do MEC.<sup>18</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. A sabedoria popular, 1957.

CARNEIRO, Felisberto [Olimpio].

(?,1917 - ?)

Funcionário do Instituto Nacional do Livro, contratado em 1953 para a função de revisor textual e lexicógrafo, Felisberto Olímpio Carneiro era licenciado em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Teve seu contrato cassado em 1965, por decisão do Tribunal de Contas da União e da Câmara de Deputados. Professor, foi ainda Oficial de Gabinete do Conselho Nacional do Petróleo durante o governo Vargas.

Carneiro trabalhou também como revisor na obra História Natural e Médica da Índia Ocidental, de Guilherme Piso, publicada pelo Instituto Nacional do Livro.<sup>19</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

---

<sup>18</sup> Adaptado da biografia publicada pela Fundação Joaquim Nabuco.

<sup>19</sup> Adaptado das informações publicadas nos agradecimentos do livro História Natural e Médica da Índia Ocidental, de Guilherme Piso.

1. História natural e médica da Índia Ocidental, 1957. Coautores: PISO, Guilherme; LEAL, Mário Lobo, RODRIGUES, Eduardo Silveira Melo et RODRIGUES, José Honório.

CARPEAUX, Otto Maria.  
(Viena, Áustria, 1900 – Rio de Janeiro, RJ, 1978)

Ensaísta e jornalista, Otto Maria Karpfen diploma-se no doutorado em Letras e Filosofia na Faculdade de Direito da Universidade de Viena em 1925. Parte então para uma série de viagens de estudos, que vão desde ciências matemáticas em Leipzig até sociologia em Paris, passando por estudos de literatura comparada em Nápoles e de política em Berlim. Em 1938, em função de suas oposições ao Partido Nazista alemão, muda-se para Antuérpia, onde trabalha no periódico *Gazet van Atwerpen*.

O início da Segunda Grande Guerra marca a fuga de Karpfen para o Brasil. Em terras brasileiras, decide adotar o sobrenome de sua esposa, a cantora lírica Helena Carpeaux, por considerar que um nome francês teria maior inserção na intelectualidade brasileira. Em 1941 passa a colaborar no *Correio da Manhã*, pela intervenção de Álvaro Lins. No ano seguinte, 1942, assume a direção da Biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1944, passa à direção da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, ocupando o cargo até 1949.

Em 1950 assume a posição de redator editorialista do *Correio da Manhã*, cargo que ocupa até 1968, quando anuncia o fim de sua carreira literária e jornalística para se dedicar à luta política de oposição ao regime militar brasileiro. Carpeaux possui um papel interessante no cenário literário brasileiro, por introduzir novas referências à cena, tais como Franz Kafka, Giovanni Verga, Giambattista Vico, Francesco de Sanctis e Benedetto Croce.<sup>20</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Presenças, 1958.

CASCUDO, Luís da Câmara.  
(Natal, RN, 1898 – 1986)

Luís da Câmara Cascudo, folclorista, professor, historiador e jornalista, inicia a sua carreira em 1918, como responsável pela coluna *Bric-à-Brac* do jornal *A Imprensa*. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, assume, em 1928, o cargo de professor de história do Colégio Atheneu Nortteriogrândense.

---

<sup>20</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

Seis anos mais tarde torna-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e assina diversos artigos publicados em sua revista. Em 1941 participa da fundação da Sociedade Brasileira de Folclore, o que lhe proporciona o convite feito por Augusto Meyer, então diretor do Instituto Nacional do Livro, para redigir o Dicionário do Folclore Brasileiro, lançada em 1954.

Em 1961 assume o cargo de Professor Catedrático de Direito Internacional Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Foi agraciado, em 1970, com o prêmio Brasília de Literatura pelo conjunto de sua obra.<sup>21</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Dicionário do Folclore Brasileiro – Volumes [A-I] e [J-Z], 1954.
2. Prelúdio da cachaça, 1962.
3. Ensaios da Etnografia Brasileira, 1971.
4. Seleta, 1972.
5. Civilização e Cultura – Volume 2, 1973.
6. Geografia dos mitos brasileiros, 1976.
7. Literatura oral no Brasil, 1978.
8. Canto de muro, 1977.

CASTRO, Sílvio.  
(Laranjais, RJ, 1931)

Atualmente Sílvio Castro é professor de Literatura Brasileira na Universidade de Pádua, na Itália. Poeta, romancista, ensaísta, crítico literário, Castro é responsável pela organização de diversas antologias de autores brasileiros publicadas na Europa. Publicou o seu primeiro livro em 1956, intitulado Infinito Sul. Em 1961, mesmo ano que assina o artigo na Revista do Livro, publica seu quinto livro, Raquel de Queirós e o Romance Nordestino. Seu livro mais recente, de 2010, intitula-se Poesia do Socialismo Português no percurso de 1850 a 1974.

Além de ter diversas obras publicadas, Sílvio Castro foi presidente da União Brasileira de Escritores nos anos de 1960 e 61.<sup>22</sup>

CASTRO, Zaíde Maciel de.  
(?)

Zaíde Maciel de Castro foi Membro da Comissão Nacional do Folclore. Organizou uma série de cursos de danças populares para professores e alunos da rede pública de ensino fundamental e médio dos estados do Rio de Janeiro

---

<sup>21</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

<sup>22</sup> Adaptado da biografia apresentada no site da Universidade de Pádua.

e Minas Gerais. Foi ainda professora do Instituto Villa Lobos, ministrando os cursos de Folclore e Danças Regionais. A Folia de Reis foi um dos temas centrais em sua pesquisa, publicando o livro *Folia de Reis*, em parceria com Aracy do Prado Couto, em 1961.<sup>23</sup>

CAVALCANTI, Valdemar.  
(Maceió, Alagoas, 1912 – Rio de Janeiro, 1982).

Jornalista, crítico literário, Valdemar – registrado certas vezes como Waldemar – Cavalcanti foi funcionário público de carreira do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em sua atuação jornalística, ficou marcado por ser o primeiro crítico literário de *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, jornal no qual manteve a coluna *Jornal literário* por duas décadas. Em 1928 assumiu seu primeiro cargo jornalístico, como redator do *Jornal de Alagoas*. Fundou, em Alagoas, o semanário cultural *Novidade*, em 1931, com Alberto Passos Guimarães.

Três anos mais tarde assumiu o *Diário de Pernambuco*, permanecendo como secretário de redação por dois anos. Em 1937 partiu ao Rio de Janeiro para trabalhar no IBGE, órgão do qual foi diretor de Documentação e Divulgação. Cavalcanti não interrompeu suas atividades jornalísticas, e foi redator-chefe do *Jornal de Letras* e diretor do *Suplemento Literário d'O Jornal*, dos *Diários Associados*.

Valdemar Cavalcanti foi redator da *Revista do Livro* entre os anos de 1967 e 1970, no período em que o Instituto Nacional do Livro era dirigido por Umberto Peregrino. Cavalcanti foi também membro honorário da Academia Francesa de Letras e ganhador dos prêmios Jabuti (1965) – melhor crítica em jornais – e Machado de Assis (1974), da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da sua obra.<sup>24</sup>

Observação: foi possível encontrar informações acerca de mais de um Valdemar Cavalcanti funcionário público no período. A suspeita de se tratar de Valdemar Cavalcanti, o jornalista alagoano deu-se a partir de foto do autor publicada n'O *Semanário*, na coluna *Letras e Artes*, no momento do lançamento de um número não especificado da *Revista do Livro*.

---

<sup>23</sup> Adaptado de notas arquivadas no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

<sup>24</sup> CAVALCANTI, Rafael. O centenário de Valdemar Cavalcanti. In: *Gazeta de Alagoas*, 14 de abril de 2012.

COELHO, Jacinto do Prado.  
(Lisboa, Portugal, 1920 – 1984)

Licenciado em Filologia Românica em 1941 pela Faculdade de Letras de Lisboa, Jacinto do Prado Coelho ingressou nessa mesma Faculdade como professor assistente em 1943. Doutorou-se, com a tese *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, em 1947. Em 1953 tornou-se Professor Catedrático de Literatura Portuguesa Moderna.

Entre os anos de 1954 e 1965 presidiu o Centro de Estudos Filológicos do Instituto de Alta Cultura. Em 1972 assumiu a direção da Academia das Ciências de Lisboa. Foi sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, eleito em 1976. Convidado em 1970, por Hernani Cidade, dirigiu a *Colóquio – Revista de Artes e Letras da Fundação Calouste Gulbenkian* até sua morte, em 1984.<sup>25</sup>

COSME, Luís.  
(Porto Alegre, RS, 1908 – Rio de Janeiro, RJ, 1965)

Violinista, musicólogo e compositor, Luís Cosme estudou música no Conservatório de Porto Alegre. Destaque nos estudos, foi agraciado com uma bolsa de estudos para ir a Cincinnati, Ohio. Lá praticou o violino e a composição e, depois de uma breve estadia em Paris, retorna à Porto Alegre para sua estreia como compositor em um concerto público em 1931. Muda-se para o Rio de Janeiro em 1932, cidade na qual apresenta a sua principal obra, o bailado *Salamanca do Jarau*, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, sob a regência de Villa-Lobos, em 1936.

Funcionário do Instituto Nacional do Livro e da Rádio MEC, Cosme escreveu diversos livros sobre música, dentre eles um *Dicionário Musical*, de 1957 e *Música, sempre música*, de 1959.<sup>26</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Manual de classificação e catalogação de discos musicais, 1949.
2. Compêndio de Classificação Decimal e Índice alfabético, 1950.
3. Dicionário Musical, 1957.
4. Música, sempre música, 1959.

COSTA, Miguel [Filho].  
(1911 - ?)

---

<sup>25</sup> Adaptado da biografia publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>26</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Música.

Filho do General Miguel Alberto Crispim Rodrigo da Costa – membro da Coluna Prestes – Miguel Costa Filho, jornalista, publicou livros sobre Minas Gerais, destacando o papel da imprensa no Primeiro Reinado, o ciclo da Cana de Açúcar, ou ainda a Revolução Constitucionalista. Tradutor de Stálin para o português, foi conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa.<sup>27</sup>

COUTO, Araci do Prado.

(?)

As únicas informações que pude reunir em torno de Araci do Prado Couto foram publicadas no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 1939 autorizando-a a exercer a função de estagiária no Departamento de Educação, por ter reconhecido o seu diploma do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 1946, concedendo-a o pagamento do seu quinquênio como professora de curso primário.

CUNHA, Fausto.

(Recife, PE, 1923 – Rio de Janeiro, RJ, 2004).

Crítico, escritor, tradutor e editor, Fausto Cunha iniciou a sua carreira de crítico literário na década de 1950. Nas duas décadas seguintes, conquista um espaço significativo na cena literária brasileira, publicando em diversos periódicos. Possui também importante produção em Ficção Científica, fazendo parte da “Geração GRD”, grupo de autores de ficção científica promovido pelo editor Gumercindo Rocha Dorea. Sua estreia na ficção foi com a coletânea de contos *As noites Marcianas*, de 1960.<sup>28</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Biografia crítica das letras mineiras, 1956. Coautor: DUTRA, Waltensir.
2. Obras escolhidas de José de Condé, 1978.

CUNHA, José Marianno Carneiro da.

(Recife, PE, 1881 – Rio de Janeiro, RJ, 1946)

Filho do jornalista José Mariano Carneiro da Cunha e irmão de Olegário Mariano, foi médico e historiador da arte. Formado pela Universidade do Brasil, Cunha foi membro fundador da Sociedade Brasileira de Belas Artes,

---

<sup>27</sup> Adaptado de informações publicadas pela Associação Brasileira de Imprensa.

<sup>28</sup> Adaptado da biografia apresentada por Roberto de Sousa Causo em “Fausto Cunha, grande escritor da ficção científica brasileira”.

com sede no Rio de Janeiro, além de apoiar a criação do Instituto Brasileiro dos Arquitetos.

Como presidente da Sociedade de Belas Artes, patrocinou as viagens de Lucia Costa, Nereu Sampaio e Nestor de Figueiredo às cidades mineiras coloniais, em um projeto de valorização da arquitetura colonial brasileira. Entre os anos de 1926 e 27 foi o diretor da Escola Nacional de Belas Artes. Em 1931 assumiu briga pública com Lúcio Costa, então diretor da ENBA, contra a interseção de um currículo de cunho modernista na Escola.<sup>29</sup>

DOMINGO, Javier. [Xavier]  
(Tortosa, Espanha, 1929 – Barcelona, Espanha, 1966)

Membro do conselho editorial de *El mundo de Catalunya*, Xavier Domingo (publicado na Revista do Livro como Javier) foi correspondente da agência France Press e do semanário *Cambio* durante a sua estadia em Paris, entre 1956 e 1976. Em 1987 transferiu-se para Barcelona como delegado do Grupo 16, a fim de elaborar o *Setze*, suplemento catalão do semanário *Cambio*.

Jornalista, Domingo trabalhou ainda no *El Observador* e no *Set dies*. Escreveu ainda *Villa Milo*, *La rêve de la raison*, *El cetro y la bomba*, *La mesa del Buscón*, *La erótica hispánica*. Prefaciou a tradução para o francês de *Buriti*, de João Guimarães Rosa.<sup>30</sup>

DOURADO, Mecenas.  
(Belém, PA, 1893 – Rio de Janeiro, RJ, 1967)

Professor de história, Mecenas Dourado ganhou destaque como biógrafo do jornalista Hipólito da Costa, trabalho pelo qual foi laureado com o Prêmio Pandiá Calógeras de 1956, concedido pela Biblioteca do Exército. Nascido em Belém do Pará, Dourado desenvolve sua carreira na cidade do Rio de Janeiro, focalizando suas pesquisas em torno da figura de Hipólito da Costa e a questão inglesa. Envolve-se em grande debate com Carlos de Andrade Rizzini, outro biógrafo do jornalista.<sup>31</sup>

ESTRADA, Ezequiel Martínez.  
(San José de la Esquina, Argentina, 1895 – Bahía Blanca, Argentina, 1964)

---

<sup>29</sup> Adaptado da biografia publicada no Dicionário de Artistas do Brasil.

<sup>30</sup> Adaptado do artigo *Fallece en Barcelona el periodista y escritor Xavier Domingo*.

<sup>31</sup> Adaptado da biografia apresentada por Antonio F. Costella em “Os biógrafos de Hipólito da Costa”.

Filho de pais comerciantes, Martínez Estrada parte, em 1907, para Buenos Aires a fim de seguir os estudos no Colégio Avellaneda. Enfrentando problemas financeiros, abandonou logo os estudos e passou a trabalhar, em 1914, no Correio Central de Buenos Aires. Em 1921, já com uma relativa fama de poeta e ensaísta, casa-se com a escultora e pintora italiana Agustina Morriconi.

Em 1924, assume a cadeira de literatura no Colégio Nacional da Universidad Nacional de la Plata, posto que perde com a ascensão de Péron ao poder. Em 1933, Estrada é agraciado com o Prêmio Nacional de Literatura. Corresponde no exterior da Revista Sur, o poeta auto exila-se no Chile. Entre os anos de 1960 e 1962 foi diretor do Centro de Estudos Latino-americanos de Cuba, na Casa das Américas. Tendo deixado Cuba na Crise dos Mísseis, Martinez Estrada deixa a ilha em direção ao México, a fim de retornar à Argentina.<sup>32</sup>

ETCHEVERRY, Manuel Graña.  
(Córdoba, Argentina, 1915)

Advogado, Manuel Graña Etcheverry foi eleito Deputado do Congresso Nacional Argentino em 1945. Genro de Carlos Drummond de Andrade, Etcheverry é o autor do projeto de lei que instituiu o voto feminino na Argentina. Em 1948, o poeta e tradutor abandonou a carreira política. Apoiado pelas relações com a família Drummond, ganhou o cargo de advogado do Banco do Brasil em Buenos Aires. Além de traduzir o próprio sogro, Manuel Graña versou ainda, para o espanhol, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Augusto dos Anjos, Cecília Meirelles e Vinícius de Moraes.<sup>33</sup>

EULÁLIO, Alexandre. [Alexandre Magitot Pimenta da Cunha]  
(Rio de Janeiro, RJ, 1932 – São Paulo, SP, 1988)

Filho de Elisiário Pimenta da Cunha e Maria Natália Eulálio de Sousa da Cunha, Alexandre Magitot Pimenta da Cunha, ao completar 18 anos, muda-se para Diamantina e passa a responder pelo nome de Alexandre Eulálio, em respeito e admiração à ancestralidade mineira. Frequentou a Faculdade Nacional de Filosofia entre os anos de 1952 e 1955, ano em que desistiu do diploma acadêmico. Autodidata, principalmente no campo da Estética, Alexandre Eulálio se interessaria pela história, sobretudo a história das ideias.

---

<sup>32</sup> Adaptado da biografia publicada no Dicionário de Biografias do site Escritores.org.

<sup>33</sup> Adaptado da biografia apresentada por Lucas Ferraz em “O genro e o poeta”.

O seu primeiro projeto foi a elaboração da biografia de Dom Luís, neto de Dom Pedro II, ao qual não deu cabo.

O seu segundo projeto foi recuperar e preparar a edição crítica dos textos de Joaquim Felício dos Santos. Esse projeto lhe rendeu uma estadia nos Estados Unidos, entre os anos de 1967 e 1969, apoiado pela Fundação Guggenheim. Com forte atuação na imprensa carioca e mineira desde os anos 50, Alexandre Eulálio manteve colunas fixas publicadas no Diário Carioca (1953 – 1955), no Correio da Manhã (1954 – 1965), no Jornal de Letras (1955 – 1963), no Globo (1964 – 1965) e no Jornal da República (1979).

Durante os anos de 1956 a 1965 foi redator da Revista do Livro, sob os auspícios de Augusto Meyer. E, em 1979, retornou à Universidade, como docente notório da UNICAMP, no departamento de Teoria Literária. Trabalhou ainda em diversos projetos, sobretudo na organização e publicação da vasta obra de Brito Broca, amigo e companheiro de Instituto Nacional do Livro.<sup>34</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. A aventura brasileira de Blaise Cendrars, 1978.

FARIA, Octavio [de].

(Rio de Janeiro, RJ, 1908 – 1980)

Octavio de Faria foi o quinto ocupante da cadeira de número 27 da Academia Brasileira de Letras, eleito em janeiro de 1972. Ensaísta, romancista e tradutor, é filho de Alberto da Faria, também acadêmico, além de cunhado de Afrânio Peixoto e Alceu Amoroso Lima.

Octavio de Faria realizou seus estudos superiores na Escola Nacional de Direito, entre os anos de 1927 e 31, apesar de nunca ter exercido a profissão. O autor teve participação em diversas revistas literárias brasileiras, como Boletim de Ariel, Pelo Brasil, Hierarquia, A Época, Letras e Artes, entre outras; além de publicações em jornais como Correio da Manhã, Jornal do Comércio etc.

Seu primeiro romance, *Mundos mortos*, foi lançado em 1937, início de um audacioso projeto literário dividido em 20 volumes, dos quais publicou 13. Aos treze volumes publicados em vida foram adicionados mais dois inéditos na edição completa de *A tragédia burguesa*, entre 1984 e 1985.<sup>35</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. *Tragédia burguesa: mundos mortos, os caminhos da vida, o lodo das ruas*, 1985.

---

<sup>34</sup> Adaptado da biografia publicada no site do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

<sup>35</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

2. Tragédia burguesa: a sombra de deus; o cavaleiro da virgem; o indigno; o pássaro oculto, 1985.

FERREIRA, Izacyl Guimarães.  
(Rio de Janeiro, RJ, 1930)

O carioca Izacyl Ferreira retornou ao Brasil, fixando residência em São Paulo, após 15 anos de serviços no exterior a cargo do Itamaraty, como Diretor de Centros de Estudos Brasileiros ou como Adido Cultural nas embaixadas do Uruguai, da Costa Rica e da Colômbia.

Entre suas atividades, preside o conselho da União Brasileira de Escritores. Poeta e tradutor, possui vasta obra, totalizando até o presente 16 livros, tendo iniciado sua produção aos 23 anos, em 1953.<sup>36</sup>

FERREIRA, Orlando da Costa.  
(Recife, PE, 1915 – Rio de Janeiro, RJ, 1975)

Orlando da Costa Ferreira foi pesquisador, professor da Escola de Biblioteconomia do Recife e cofundador da oficina editora O gráfico amador. Foi também diretor da Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Assina o livro Imagem e Letra: introdução à Bibliologia Brasileira.<sup>37</sup>

FONSECA, Edson Nery da.  
(Recife, PE, 1921 – Olinda, PE, 2014)

Formado em 1946 no curso de Biblioteconomia oferecido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o professor e pesquisador Edson Nery da Fonseca trabalhou também como jornalista no Diário de Pernambuco. Participou do processo de formação dos cursos de Biblioteconomia das Universidades de Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco) e de Brasília (UNB). Parte significativa de sua produção intelectual foi dedicada à análise da obra literária e crítica de Gilberto Freyre. E essa vasta produção lhe rendeu, entre tantos méritos, o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Pernambuco em 2011.<sup>38</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

---

<sup>36</sup> Adaptado da biografia publica no site do autor.

<sup>37</sup> Adaptado das informações publicadas na orelha do livro Imagem e Letra, de Orlando da Costa Ferreira.

<sup>38</sup> Adaptado do obituário do autor publicado na Folha de São Paulo de 23 de junho de 2014.

1. Bibliographie franco-brésilienne 1551 – 1957, 1960. Coautor: RAEDERS, George.
2. A biblioteconomia brasileira no contexto mundial, 1979.

FRAGOSO, Augusto.  
(Rio de Janeiro, RJ, 1908 – 1997).

[Não confundir com Augusto Tasso Fragoso, general de divisão do exército]. Formado em 1958 pela Escola Superior de Guerra, Augusto Fragoso foi general do exército brasileiro. Com posições polêmicas durante o governo de JK, Fragoso ganhou destaque ao criticar a Convenção de Genebra a favor do cerceamento dos direitos humanos e civis da população na sua conferência “O estudo da Guerra Revolucionária”, pronunciado na Escola Superior de Guerra, em 1959.

Diretor da Escola Superior de Guerra entre os anos de 1967 a 1971, a sua ascensão na carreira militar culminou no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar durante a Ditadura Militar brasileira.<sup>39</sup>

FREIXIEIRO, Fábio Mello.  
(?, 1931 – Rio de Janeiro, RJ, 1984)

Crítico literário e professor de letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fábio Mello Freixieiro deixou um grande acervo de referências literárias, sobretudo de literatura brasileira. O acervo hoje está depositado no Departamento de Acervo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Além de suas funções como professor, foi fundador do Curso Freixierio, especializado na preparação para o Instituto Rio Branco.<sup>40</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Da razão à emoção: ensaios rosianos, outros ensaios e documentos, 1971.

GARCIA, Othon Moacyr.  
(Mendes, RJ, 1912 – Rio de Janeiro, RJ, 2002)

Filólogo, ensaísta, linguista e crítico literário, Othon Moacyr Garcia foi membro da Academia Brasileira de Filologia e da Sociedade Brasileira de Filologia. A sua obra de maior destaque é Comunicação em prosa moderna:

---

<sup>39</sup> Adaptado das informações publicadas por João Roberto Martins Filho, em “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”.

<sup>40</sup> Adaptado das informações publicadas no site do Museu Histórico Nacional.

aprenda a escrever, aprendendo a pensar, a qual já conta com 27 reedições. Em 1937 formou-se em direito, e em 1938 gradua-se no Curso de Filologia e Literatura Luso-Brasileira da Universidade do Distrito Federal, no mesmo ano em que é aprovado em concurso para dar aulas no Colégio Pedro II. Entre os anos de 1939 e 1942 realiza sua pós-graduação em Literatura e Educação na Universidade da Flórida (Gainesville), EUA.<sup>41</sup> Retorna ao Brasil e ao Colégio Pedro II para dedicar-se às pesquisas e ao ensino.

GAUTHIER, Michel.  
(Orleans, França, 1933)

Michel Gauthier fez seus estudos superiores em Paris, no Instituto Hispânico, obtendo os diplomas de estudos superiores em espanhol, português e português do Brasil. Professor do liceu Pothier em Orleans, o professor Gauthier logo teve sua tese aprovada e foi deslocado à Paris, a cargo da disciplina de português e espanhol na Université de la Sorbonne. Atualmente, é professor emérito da Université du Temps Libre, em Orleans.<sup>42</sup>

GOMES, Eugênio.  
(Ipirá, BA, 1897 – Rio de Janeiro, RJ, 1972)

Eugênio Gomes teve suas primeiras lições sobre Shakespeare com o poeta e tradutor Artur de Sales. Formado como perito, transferiu-se, primeiramente, do interior da Bahia para Salvador. Na capital, participou, ao lado de Carlos Chiacchio, da introdução do Modernismo no estado, o que lhe ajudou a tornar-se crítico literário.

Entre os anos de 1936 e 40 foi diretor do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes, na capital soteropolitana. Já entre 1946 e 47 foi redator da revista Seleções, em Nova Iorque. Secretário do Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, atuou no cargo de 1947 a 50. Depois dessa experiência ministerial, tornou-se Adido Cultural do Brasil em Madri. No seu retorno ao Brasil assumiu a direção da Biblioteca Nacional de 1951 a 1956, para logo depois, em 1960, tornar-se diretor do centro de pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> Adaptado da biografia publicada no site da Academia Brasileira de Filologia.

<sup>42</sup> Adaptado das informações apresentadas no site da Université du Temps Libre de Orleans.

<sup>43</sup> Adaptado das informações apresentadas no site da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Visões e revisões, 1959.

GONÇALVES, Suzana.

(Rio de Janeiro, RJ, 1914 – 2010)

Diretora da CAPES em substituição do professor Anísio Teixeira, Suzana Gonçalves era professora do departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Trabalhou, também na assessoria de planejamento e na direção da Biblioteca Central dessa universidade.

Frente à CAPES durante a Ditadura Militar, teve papel importante no arquivamento do processo contra Anísio Teixeira e na manutenção da agência durante os primeiros anos de repressão.<sup>44</sup>

GRASSO, Dick Edgar Ibarra.

(Entre Rios, Argentina, 1914 – Buenos Aires, Argentina, 2000)

Professor de várias universidades sul-americanas (em Tucumán, Rosário e Cochabamba), Dick Edgar Ibarra Grasso foi um pesquisador autodidata. Sequer a escola primária Grasso completou. Muito ligado aos saberes tradicionais, tendo como mestre um Shaman patagônico e um conjunto de sábios Aymaras da Bolívia.

Trabalhando desde os 23 anos com a pré-história, Ibarra Grasso é responsável pelo achado de cerca de 32 mil peças históricas, oito templos incas, entre outros achados. Fundou na Bolívia alguns museus para abrigar as suas descobertas, além de dirigir o Museu Arqueológico Nacional.

Hoje, sua memória e suas pesquisas são preservadas pela Fundação Ibarra Grasso, dirigida por Delia Etchegoimberry (sua última esposa).<sup>45</sup>

GRÜNEWALD, José Lino.

(Rio de Janeiro, RJ, 1931 – 2000)

Poeta, tradutor, ensaísta e crítico de cinema, José Lino Grünwald formou-se em direito pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal de Santa Catarina, em 1953. Não advogou, mas trabalhou como procurador da Superintendência Nacional da Marinha Mercante. Na segunda metade da década de 1950 integra o movimento de poesia concreta, iniciado pelos irmãos Campos e Pignatari em 1952. A partir de 1956 passa a colaborar no

---

<sup>44</sup> Adaptado da biografia apresentada na seção de perfis do site da PUC / RJ.

<sup>45</sup> Adaptado da biografia publicada no site Letras & Histórias.

Jornal do Brasil, escrevendo para o Suplemento Dominical, na página Poesia-Experiência, de Mário Faustino.

Editor político do jornal Correio da Manhã a partir de 1962, publica seus poemas no último número da revista Noigandres, mesmo ano do lançamento da revista Invenção. Publica suas críticas sobre cinema, artes, música popular em jornais de grande circulação como O Globo, Última Hora, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, além do próprio Correio da Manhã, no qual trabalha até 1970.<sup>46</sup>

GUIMARAENS, Alphonsus [Henriques da Costa] de [Filho].  
(Mariana, MG, 1918 – Rio de Janeiro, RJ, 2008)

Poeta e jornalista, Alphonsus de Guimaraens integra a profficia uma família de poetas e escritores. Filho do poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens, sobrinho-neto do romancista Bernardo Guimarães, irmão do contista e poeta João Alphonsus, Alphonsus Filho é pai do poeta Afonso Henriques Neto.

Em Belo Horizonte, realizou seus estudos iniciais. Aos 16 anos começa a trabalhar como jornalista no Diário da Tarde. Em 1940, formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Entre os anos de 1937 e 46, trabalha na Rádio Inconfidência. Na década de 1950, atua como auxiliar do corpo jurídico do governo estadual de Minas Gerais, sob o comando de Juscelino Kubitschek. Aposentou-se como subprocurador do Tribunal de Contas da União em 1972.<sup>47</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Poesias completas de Bernardo Guimarães, 1959.
2. Absurda fábula, 1973.
3. Todos os poemas, 1974.
4. História e tradição da Província de Minas Gerais, 1976.
5. Discurso do deserto, 1982.

GUZMÁN, Pascual González.

(Granada, Espanha, ? – Almería, Espanha, ?)

Diretor do Instituto Nicolás Salmerón, Pascual González Guzmán foi catedrático de língua e literatura, além de diretor do Instituto Nacional de Ensino Médio de Almería, Espanha. Autor de El habla viva del valle de Aragues, publicado em 1954, com uma reedição em 1961.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

<sup>47</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

<sup>48</sup> Adaptado da biografia publicada na contracapa de El habla viva del valle de Aragues.

HADDAD, Jamil Almansur.  
(São Paulo, SP, 1914 – 1988)

Crítico, ensaísta, historiador, tradutor, poeta, Jamil Almansur Haddad exerceu diversas atividades paralelas à medicina, sua profissão. Formado em 1938, assumiu o Departamento de Cultura da Associação Paulista de Medicina. Figura constante em diversos jornais do estado de São Paulo, Haddad foi também presidente da Casa Castro Alves.

Hoje tem, em seu nome, a Biblioteca Pública Jamil Almansur Haddad, na cidade de São Paulo.<sup>49</sup>

HECKER, Paulo [Filho].  
(Porto Alegre, RS, 1926 – 2005)

Formado em direito, Paulo Hecker não exerceu a profissão. Dedicou-se somente às letras. Crítico, poeta, novelista, dramaturgo, tradutor, Hecker estreou em 1949 com o livro de crítica, *Diário*. Fundador da revista *Crucial*, o autor também participou das revistas *Quixote* e *Fronteira*, além de colaborar na mídia impressa, como *Correio do Povo*, *Zero Hora* e *O Estado de São Paulo*.

Foi agraciado, em 1986, com o prêmio Cassiano Ricardo por *Perder a Vida*, livro de poemas. Seu acervo foi doado pela família para o Delfos, Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUC / RS.<sup>50</sup>

HOUAISS, Antônio.  
(Rio de Janeiro, RJ, 1915 – 1999)

Professor, diplomata, filólogo, formou-se em Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Lecionou português, latim e literatura no magistério secundário oficial do Rio de Janeiro entre os anos de 1934 e 46. Durante esse período, foi contratado pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores como professor de língua portuguesa no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, em Montevideú, entre 1943 e 45.

Vice-cônsul do Consulado Geral do Brasil em Genebra entre 1947 e 49, Antonio Houaiss representou o Brasil em diversas assembleias na ONU, OMS, OIT. De Genebra partiu para São Domingos como terceiro secretário da Embaixada Brasileira na República Dominicana, lá restando por dois anos. Assumiu, também por dois anos, o mesmo cargo na Embaixada Brasileira de

---

<sup>49</sup> Adaptado da biografia publicada pela Biblioteca Jamil Almansur Haddad.

<sup>50</sup> Adaptado da biografia pública pelo Delfos da PUC / RS.

Atenas, na Grécia. Houaiss teve ainda outras atividades a serviço do Ministério das Relações Exteriores antes de sua aposentadoria compulsória e da perda dos seus direitos políticos, em 1964.

Após intensa atividade entre os anos ditatoriais, foi nomeado ao Conselho Federal de Cultura, em 1988, restando no cargo até a extinção do Conselho. Nomeado também Ministro da Cultura durante o Governo de Itamar Franco durante o ano de 1993, foi membro do Conselho Nacional de Política Cultural entre 1994 e 95.<sup>51</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Introdução ao texto crítico das Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, 1959.
2. Sugestões para uma política de língua, 1960.
3. Elementos de bibliologia, 1967.

IVO, Lêdo.

(Maceió, AL, 1924 – Sevilla, Espanha, 1988)

Eleito em 13 de novembro de 1986 para a Academia Brasileira de Letras, foi escritor, jornalista e crítico literário. Ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1943. No ano seguinte fez sua estreia literária, com *As imaginações*. Em 1945, publica *Ode e Elegia*, pelo qual foi agraciado com o prêmio Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras.

Autor de diversos livros de poesia e romance, foi traduzido em inglês, espanhol, italiano, dinamarquês, holandês, francês. Em 1973 ganhou, com *Finisterra*, os prêmios Luísa Cláudio de Sousa, do PEN Clube do Brasil; o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro; o Prêmio da Fundação Cultural do Distrito Federal; e o Prêmio Casimiro de Abreu, do Governo do Estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano conquistou o Prêmio Nacional Walmap, com o romance *Ninho de Cobras*.

Ao longo da sua vida ganhou ainda vários outros prêmios nacionais e internacionais, além de condecorações como a Ordem do Mérito dos Palmares, Ordem do Mérito Militar, Ordem do Rio Branco, Medalha Manuel Bandeira, Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Alagoas.<sup>52</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. O sinal semafórico, 1974.
2. Central poética, 1976.
3. Confissões de um poeta, 1979.
4. 10 contos escolhidos, 1987.

---

<sup>51</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

<sup>52</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

JOZEF, Bella.

(Rio de Janeiro, RJ, 1926 – 2010)

Professora emérita de Literatura Hispano-americana da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bella Jozef foi vice-presidente do Pen Clube do Brasil, além de condecorada com vários prêmios internacionais, como as Palmas Acadêmicas (França) e a Ordem do Sol (Peru).

Jozef foi também vice-presidente do Instituto Internacional de Literatura Ibero-americana, além de fundadora e diretora da Associação de Professores de Espanhol do Rio de Janeiro. Professora visitante na Universidade Hebraica de Jerusalém (1972 – 73), Universidad Complutense de Madrid (1977), Centre for Study Romulo Gallegos (Caracas, 1986), Bella Jozef foi também professora titular honorária da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, no Peru.<sup>53</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. História da literatura hispano-americana, 1982.

JUCÁ FILHO, Cândido.

(Rio de Janeiro, RJ, 1900 - 1982)

Fundador da cadeira número 01 da Academia Carioca de Letras, Cândido Jucá Filho foi filólogo e professor. Membro da Academia Brasileira de Filologia, Jucá Filho tem diversos livros publicados, entre dicionários, biografias, gramáticas e literatura.

Foi professor e diretor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Membro integrante da Comissão Ministerial designada pela portaria número 152 / 57, foi redator do anteprojeto de uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1958.<sup>54</sup>

LACERDA [de Almeida], Ernesto.

(Recife, PB, 1926)

Nascido em 15 de julho de 1926, em Recife, Ernesto Lacerda de Almeida formou-se na Escola de Artes da Temple University, em Filadélfia, nos Estados Unidos da América, em 1947. Entre os anos de 1948 e 52, Lacerda frequenta a Escola Nacional de Belas Artes, ENBA. O professor da Escola de Belas Artes da UFRJ, Ricardo Barbosa Pereira aponta, em seu artigo A

---

<sup>53</sup> Adaptado da biografia publicado no site da autora.

<sup>54</sup> Adaptado da biografia incompleta publicada pela Academia Brasileira de Filologia.

ENBA da primeira metade do século XX, que a escola frequentada por Lacerda representaria um baluarte de resistência do ensino academicista oriundo da Academia Real de Belas Artes fundada por Dom João VI, em 1816, atuando como resistência às inovações aportadas ao Brasil pelos movimentos modernistas.

LAPA, M[anuel] Rodrigues.  
(Anadia, Portugal, 1897 – 1989).

Em 1928, Manuel Rodrigues Lapa, professor e filólogo, é contratado pela Faculdade de Letras de Lisboa por indicação de Leite de Vasconcelos. Dois anos mais tarde conclui sua tese em Paris, com o título *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média*. Afastado da Faculdade de Letras em 1935 por criticar o governo salazarista, dedica-se ao jornalismo, assumindo a direção d’O Diabo, além de dirigir a coleção *Textos literários* da revista *Seara Nova*.

Em 1949 vai preso para “averiguações”, pela oposição ao regime ditatorial de Salazar. Liberado mediante o pagamento de fiança, exila-se no Brasil oito anos mais tarde. Passa a lecionar em várias universidades brasileiras (Federal de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo). Em 1958 publica *As cartas chilenas: um problema histórico*.

Recebe, devido as suas investigações sobre o setecentismo brasileiro, a medalha da Inconfidência Mineira em abril de 1974. Retorna à Portugal depois da Revolução dos Cravos para receber, em 1985, a condecoração de Grã-Cruz da Ordem do Infante.<sup>55</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Tratado de Direito Natural, 1957.
2. Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga, 1957.
3. As cartas chilenas, 1958.
4. Vida e obra de Alvarenga Peixoto, 1960.
5. Miscelânea de língua e literatura portuguesa medieval, 1965.

LIMA, Hermes Herman.  
(Livramento do Brumado, BA, 1902 – Rio de Janeiro, RJ, 1978)

Jurista, jornalista, professor, político, Hermes Herman Lima foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em agosto de 1968, na sucessão de Afonso Pena Júnior.

---

<sup>55</sup> Adaptado da biografia publicada no site do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

Iniciou sua carreira no jornalismo, atuando como redator no *O Imparcial* e no *Diário da Bahia*. Aos 22 anos já era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia e ingressou no magistério como professor de Sociologia no Ginásio da Bahia. Em 1925, passa a lecionar Direito Constitucional na mesma faculdade pela qual se diplomou. Nesse mesmo ano é eleito Deputado Estadual pela Bahia, sendo secretário e oficial de gabinete do Governo de Góes Calmon.

Mudou-se para São Paulo, trabalhou como redator do *Correio Paulistano*, da *Folha da Manhã* e da *Folha da Noite*. Foi professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de São Paulo. Transfere-se para o Rio de Janeiro e assume, por concurso, a cadeira de Introdução à Ciência do Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1933.

Foi diretor da Escola de Economia e Direito em 1935 e diretor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1939. Eleito Deputado Federal pelo Distrito Federal, integra a Assembleia Constituinte, fazendo parte da comissão organizadora do anteprojeto da Constituição de 1946. Entre os anos de 1961 e 62 assume a Casa Civil da Presidência da República para, em 1963, ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo do qual foi aposentado sumariamente pelo Ato Institucional nº. 05, em 1969.

Foi, ainda, membro do Conselho Federal de Educação e do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília.<sup>56</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Introdução geral: Tobias Barreto (a época e o homem), 1963.

LINHARES, Temístocles.

(Curitiba, PA, 1905 – Montevideu, Uruguai, 1993)

Crítico literário, Temístocles Linhares foi professor da Universidade Federal do Paraná. Foi um dos fundadores, em 1953, e editor entre 1972 e 74, da *Revista Letras*. Em 1970 recebeu o título de Professor Emérito pela mesma universidade.

Possui vasta produção em periódicos, colaborando com *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), *Folha da Manhã*, *O Estado de São Paulo* e *Diário de São Paulo* (São Paulo), além de publicar em revistas literárias, como *Anhembi*.

Entre os anos de 1965 e 67 foi docente de Literatura Brasileira e História do Brasil na Universidade de Coimbra.<sup>57</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Diálogos sobre a poesia brasileira, 1976.

---

<sup>56</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

<sup>57</sup> Adaptado da biografia publicada no editorial da *Revista Letras*, n. 43, 1994.

2. Diálogos sobre o romance brasileiro, 1978.

LINS, Ivan [Monteiro de Barros].

(Belo Horizonte, MG, 1904 – Rio de Janeiro, RJ, 1975).

Eleito na sua segunda candidatura, em agosto de 1958, Ivan Lins foi o terceiro ocupante da cadeira de número 01 da Academia Brasileira de Letras. Em 1925 ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, formando-se cinco anos mais tarde. Sua primeira publicação, *Francia e o Positivismo*, no *Jornal do Commercio* de 12 de agosto de 1928, marca o início de sua atividade de difusão dos ideais positivistas no Brasil.

Nomeado Secretário da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios do Ministério da Agricultura, em 1932, Lins colaborou com vários jornais e revistas, com destaque para *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Folha da Manhã*, *Revista Brasileira de Filosofia*, *Revista do História* (São Paulo). Em 1942, nomeado por Getúlio Vargas ministro do Tribunal de Contas, permanece no cargo por 32 anos.<sup>58</sup>

LISBOA, Henriqueta.

(Lambari, MG, 1901 – Belo Horizonte, MG, 1985)

Seu primeiro livro de poesia, *Fogo Fátuo*, é publicado em 1925, ano de diplomação no Curso Normal, em Campanha, MG. Em 1929, Henriqueta Lisboa é agraciada com o prêmio Olavo Bilac de Poesia pelo seu segundo livro, publicado no mesmo ano, *Enternecimento*.

Anos mais tarde, em 1945, torna-se professora de Literatura Hispano-Americana na Universidade Católica de Minas Gerais. Primeira mulher eleita para a Academia Mineira de Letras, Lisboa produz livros de ensaios, traduções, obras poéticas, recebendo diversos prêmios por seu trabalho, culminando no Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras pelo conjunto da obra em 1984.<sup>59</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Antologia poética para a infância e a juventude, 1961.

LOPES, Roberto (Frei) [Belarmino]

(1919 – ?)

---

<sup>58</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

<sup>59</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

Frei da Ordem dos Frades Menores, Roberto Lopes é o responsável pela edição das Cartas a Monte Alverne, de Manuel Araújo de Pôrto-Alegre e Gonçalves de Magalhães, publicada na Coleção Correspondência, pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado de São Paulo. Foi professor na Universidade do Sagrado Coração, além de fundador, com Evaristo Arns, do primeiro grupo de teatro da mesma universidade.<sup>60</sup>

LOURENÇO, Eduardo.  
(Almeida, Portugal, 1923)

Formado no Colégio Militar de Lisboa em 1940, Eduardo Lourenço defende sua tese de licenciatura em 1946, subordinada ao tema O sentido da Dialética no Idealismo Absoluto. No ano seguinte é convidado para assumir a posição de Assistente no Curso de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Em 1949 parte, para França, com uma bolsa de estágio da Fundação Fullbright. Quatro anos mais tarde assume o cargo de Leitor na Universidade de Hamburgo, e um ano mais, na Universidade de Hamburgo, e um ano mais, na Universidade de Montpellier. Entre os anos de 1965 e 1986 divide-se entre as funções de Maître Assistant na Universidade de Nice, professor convidado da Universidade Nova de Lisboa e Maître de Conférences na Faculdade de Letras de Nice.

Em 1992 recebe a Ordem do Infante D. Henrique e o prêmio Antônio Sérgio. Três anos mais tarde, é agraciado com o seu doutoramento Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1996, seu segundo doutoramento Honoris Causa, desta vez pela Universidade de Coimbra, e o prêmio Camões. O seu terceiro doutoramento se dá em 1998, pela Universidade Nova de Lisboa.

Condecorado pela França com a Legião de Honra no grau de Cavaleiro, Eduardo Lourenço recebe o seu quarto doutoramento Honoris Causa pela Facoltà di Lingue e Letterature Straniere Università di Bologna em 2007. Recebe ainda, em 2009, a Encomienda de Numero de la Orden del Mérito Civil pelo Rei da Espanha e, dois anos mais tarde, o Prêmio Camões.<sup>61</sup>

LUBIN, Maurice A[icibiade].  
(Jacmel, Haiti, 1917 - ?, 1999)

---

<sup>60</sup> Adaptado de informações publicadas no livro Cartas a Monte Alverne.

<sup>61</sup> Adaptado da biografia publicada no site do autor.

Professor, historiador, advogado, escritor e diplomata, Maurice Lubin fez seus estudos em literatura, em história e em direito em Porto Príncipe. Especialista em história e demografia, Lubin fez pesquisas importantes sobre a demografia em Santo Domingo no século XVIII. Em 1955 foi nomeado representante do Haiti na Organização das Nações Unidas. Durante a ditadura dos Duvalier, Lubin se refugia na Flórida, EUA e assume o cargo de professor de literatura francófona.<sup>62</sup>

LUCAS, Fábio.  
(Esmeralda, MG, 1931)

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Fábio Lucas concluiu seu doutorado e livre-docência em Economia em 1963. Participou da fundação das revistas *Vocação* (1951) e *Tendência* (1956), em Belo Horizonte.

Em 1977 mudou-se para São Paulo. Dois anos mais tarde teve participação chave no processo de aquisição do arquivo de Otto Maria Carpeaux pela Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Lucas é membro da União Brasileira dos Escritores e foi professor em várias universidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. Em 1970 foi agraciado com o Prêmio Jabuti na categoria Estudos Literários. Foi o diretor do Instituto Nacional do Livro entre 1986 e 87.<sup>63</sup>

LYRA, Heitor.  
(1893 – 1973)

Diplomata, embaixador e historiador, Heitor Lyra participou da elaboração d'O Arquivo Diplomático da Independência. Autor de *Ensaio Diplomático*, editados por Monteiro Lobado em 1922, Lyra assina também *História de Dom Pedro II*, em três volumes, editados entre 1938 e 1940 pela Coleção Brasileira, do Instituto Nacional do Livro. Lyra publicou também *História Diplomática e Política Internacional* e *História da Queda do Império*, ambos publicados no âmbito da Coleção Brasileira.<sup>64</sup>

MACHADO, Aires da Mata [Filho].  
(Diamantina, MG, 1909 – Sete Lagoas, MG, 1985)

---

<sup>62</sup> Adaptado de informações publicadas na contracapa do livro *Haïti et la culture*.

<sup>63</sup> Adaptado da biografia publicada pela Biblioteca Mário de Andrade.

<sup>64</sup> Dados publicados na apresentação do livro *História da Queda do Império*.

Com defeitos congênitos de visão, Aires da Mata Machado Filho foi educado pela família. Primeiro pelo pai, depois pela tia Eponina da Mata Machado. Mais tarde, no Instituto Benjamin Constant para cegos, João Gabriel de Almeida o ensinou o sistema Braille. Formado em 1927, Aires da Mata passou a lecionar português em aulas particulares e literatura no Instituto de Educação e no Instituto Superior de Estudos Rurais. Doutou-se em Letras e Bibliografia Filológica e Literária, foi professor da Faculdade de Filosofia e Letras, hoje incorporada à UFMG, na cátedra de Filologia Românica; e da Faculdade de Filosofia Santa Maria, hoje Universidade Católica, na cátedra de Língua Portuguesa. Sendo co-fundador dessas duas faculdades, auxiliou também na fundação da Faculdade de Filosofia e Letras em Diamantina.

No âmbito da administração pública, Aires da Mata exerceu os cargos de Chefe de Redação no Conselho Administrativo do Estado, Chefe de Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, chefe do Serviço de Orientação Técnica do Ensino de Língua Portuguesa, assessor na Secretaria de Educação e membro do Conselho Estadual de Cultura. Machado Filho foi também jornalista, aposentando-se como redator do Minas Gerais. Seu nome aparece entre os fundadores do Suplemento Literário de Minas Gerais. Colaborou ainda em diversas revistas, como Revista de Estudos Brasileiros, Boletim de Ariel, Revista do Brasil, Cultura e Política.

Recebeu ainda vários prêmios reconhecedores do mérito de seu trabalho. O de maior destaque, o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras. Foi membro da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Antropologia, da Sociedade Brasileira de Folclore, da Academia Carioca de Letras, da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, dentre outras tantas agremiações.<sup>65</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Falar, ler, escrever, 1956.
2. Inquietação e rebeldia, 1983.

MACHADO, Lourival Gomes.  
(Ribeirão Preto, SP, 1917 – Milão, Itália, 1967)

Crítico e historiador de arte, Lourival Gomes Machado foi também professor, cientista político e jornalista. Formado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, e em Direito, ambas pela USP, torna-se assistente da cadeira de Sociologia sob responsabilidade do professor Paul Arbousse-Bastide, em 1939. Em 1941, com Antonio Candido, Ruy Coelho, Décio de Almeida Prado, entre outros, funda a revista *Clima*.

---

<sup>65</sup> Adaptado das informações publicadas em Exercícios de Jornalismo, de Aires da Mata Machado Filho.

No ano seguinte, doutora-se em Ciências Políticas, para, quatro anos mais tarde, em 1946, tornar-se redator de política internacional d'O Estado de São Paulo.

Em 1949 passa a dirigir o Museu de Arte Moderna (MAM / SP). Em 1954 assume a cadeira de História da Arte e Estética na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, da qual é diretor entre 1961 e 62. Nesse mesmo ano muda-se para Paris, a fim de assumir a Direção de Assuntos Culturais da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).<sup>66</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Reconquista de Congonhas, 1960.

MAGALHÃES, Raimundo [Júnior].

(Ubajara, CE, 1907 – Rio de Janeiro, RJ, 1981)

Jornalista, biógrafo e teatrólogo, Raimundo Magalhães Junior iniciou sua carreira jornalística em Campos, na Folha do Comércio. Em 1927 lançou suas primeiras peças de teatro e seus primeiros contos. De lá mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi secretário d'A Noite Ilustrada, diretor das revistas Carioca, Vamos Ler e Revista da Semana, integrante do grupo fundador do Diário de Notícias e redator d'A Noite. Colaborou também no The New York Times, Pan-American Magazine, American Mercury e Theatre Arts, em sua missão nos Estados Unidos, durante os anos de 1941 e 44.

No campo político, foi eleito vereador da Câmara do Distrito Federal pelo Partido Socialista Brasileiro em 1949, reeleito em 1954. Foi também conselheiro do Serviço de Defesa do Direito Autoral e um dos fundadores e primeiro presidente da Associação Brasileira de Tradutores. Ingressou na Academia Brasileira de Letras em agosto de 1956, sucedendo D. Aquino Correia na cadeira de número 34. E era membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>67</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. O fabuloso Patrocínio Filho, 1972.
2. A vida turbulenta de José do Patrocínio, 1972.
3. Poesia e vida de Casimiro de Abreu, 1972.
4. Martins Pena e a sua Época, 1972.
5. Vida e obra de Machado de Assis, Volume 1, 1981.

MANZI, Ítalo Alfonso.

(?)

---

<sup>66</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural

<sup>67</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

Tradutor do espanhol para o francês, Ítalo Alfonso Manzi é responsável pela publicação de *Poésie Partielle*, de Sigfrido Radaelli na França. Foi morador da Casa Argentina na CIUP – Cite Internationale Universitaire de Paris, em 1958. Manzi trabalhou também na revisão técnica de vários livros, dentre eles, *Historia del cine mudo*, de Roberto Paoletta, publicado em Buenos Aires em 1967.

MARQUES, Oswaldino [Ribeiro].  
(São Luís do Maranhão, MA, 1916 – Brasília, DF, 2003)

Poeta, ensaísta, crítico, tradutor, professor universitário, Oswaldino Marques está entre os fundadores do Cenáculo Graça Aranha, foco da convergência dos ideais modernistas de 1922 em São Luís. Em 1936 transfere-se para o Rio de Janeiro e ingressa na Faculdade Nacional de Direito. Nesse período, integra o grupo de origem da União Nacional dos Estudantes (UNE) ao mesmo tempo em que conclui o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Trabalha, por um longo período, nessa mesma instituição, como professor e bibliotecário. Em 1965, por convite de Hécio Martins, assume o cargo de professor de Teoria da Literatura na Universidade de Brasília, tendo como um dos seus assistentes João Alexandre Barbosa. No ano seguinte, juntamente com trezentos e cinquenta outros professores, demite-se do quadro docente da Universidade em solidariedade a quatro colegas presos pela Ditadura Militar. Ocupou ainda o cargo de chefe da Representação do Instituto Nacional do Livro, além de lecionar na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, em substituição à Jorge de Sena.<sup>68</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. A seta e o alvo, 1957.
2. Acolagem no espaço: crítica literária, 1989.

MARTINS, Heitor.  
(?)

Professor do Departamento de Espanhol e Português da Universidade Indiana, em Bloomington, nos Estados Unidos, Heitor Martins cursou a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais durante a década de 1950. Foi durante esse período que Martins foi aluno de Rodrigues Lapa e esteve ligado às origens do Teatro Universitário de Belo Horizonte. Criador e primeiro coordenador do Programa de Pós-Graduação em Literatura

---

<sup>68</sup> Adaptado da biografia publicada no site do autor.

Brasileira da Universidade de Brasília, Martins foi agraciado com o prêmio do Concurso Paraná de Literatura, de 1981.

Membro do grupo Complemento, juntamente com Affonso Romano de Sant'Ana, Vicente de Abreu, Silviano Santiago, auxiliou na editoração da revista homônima.<sup>69</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Do Barroco a Guimarães Rosa, 1983.

MARTINS, Hécio [de Andrade].

(Rio de Janeiro, RJ, 1929 – 1966).

Diplomado em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Hécio Martins foi professor assistente de Celso Cunha na cadeira de Língua e Literatura Portuguesa na mesma instituição. Em 1952, foi convidado para assumir interinamente a cátedra de Língua e Literatura Espanhola da Faculdade de Filosofia da Universidade da Paraíba, onde permaneceu por dois anos.

Em 1957, com a vacância da cátedra de Literatura Hispano-Americana, até então a cargo de Manuel Bandeira, candidata-se ao concurso, sendo aprovado em primeiro lugar. Porém, em virtude de questões políticas internas à Faculdade de Filosofia, nunca assumiu o cargo. A tese apresentada foi, então, publicada na Revista do Livro. A convite de Heron de Alencar, em 1962, muda-se para Brasília como professor associado da Universidade de Brasília, no Departamento de Teoria Literária. Demitiu-se em 1964, em protesto à Ditadura Militar.

Muda-se novamente, desta vez para Florida, nos Estados Unidos, a fim de assumir a cátedra de Espanhol e Português do Departamento de Línguas Estrangeiras. Retorna ao Brasil em 1965, por conta da sua debilitada saúde. Fora do âmbito universitário, Hécio Martins dirigiu o Suplemento Literário na Tribuna da Imprensa, foi assessor de Augusto Meyer no Instituto Nacional do Livro, de Adonias Filho na Biblioteca Nacional, de Américo Jacobina Lacombe na Casa de Rui Barbosa, entre outros. Martins foi ainda, cofundador da Associação Nacional dos Escritores.<sup>70</sup>

MENDONÇA, Carlos Sussekind de.

(1899 – 1968)

Filho de Lúcio de Mendonça e pai de Carlos Sussekind de Mendonça Filho, Carlos Sussekind de Mendonça foi jurista, biógrafo e ensaísta. Procurador

---

<sup>69</sup> Adaptado da biografia publicada pelo Boletim UFMG n°. 1565

<sup>70</sup> Adaptado da biografia publicada por Ivan Junqueira em *La voz a ti debida*.

Geral do Ministério Público entre 1960 e 62, Mendonça, ao lado do irmão Edgar, era responsável pela Editora Sussekind Mendonça & Cia. Carlos assina a biografia de Lúcia de Mendonça, de Salvador de Mendonça, de Silvio Romero, entre outros. Com o irmão Edgar, manteve estreita relação com o professor Roquete Pinto, em prol do Movimento Euclidianista. Em 1925 foi o advogado responsável, ao lado de Roberto Lyra, pela autorização de publicação por parte do Ministro da Justiça Afonso Pena Júnior do jornal A classe operária, único jornal a circular no período de sítio sem censura prévia.<sup>71</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Salvador de Mendonça (democrata do Império e da República), 1960.

MEYER, Augusto.

(Porto Alegre, RS, 1902 – Rio de Janeiro, RJ, 1970). [Pseudônimo: Guido Leal]

Eleito para Academia Brasileira de Letras em maio de 1960, Augusto Meyer foi o sexto ocupante da cadeira de número 13, sucedendo Hélio Lobo. Filho de Augusto Ricardo Meyer e Rosa Meyer, imigrantes alemães, o poeta e ensaísta fez seus estudos iniciais em Porto Alegre. Porém, cedo abandonou os estudos a fim de se dedicar às línguas e literatura. Sua estreia literária é de 1920, com o livro de poemas A ilusão querida. Colaborou intensamente com diversos jornais do Rio Grande do Sul, especialmente o Diário de Notícias e o Correio do Povo.

Em 1926, com Azevedo Cavalcante, Miranda Neto, Teodomiro Tostes e João Santana funda a revista Madrugada. Quatro anos mais tarde assume a direção da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, permanecendo no cargo por seis anos. Com o grupo de intelectuais gaúchos reunido por Getúlio Vargas, transfere-se para o Rio de Janeiro em 1936, para assumir, em 37, o Instituto Nacional do Livro. Ocupa o cargo por cerca de trinta anos, com uma interrupção (entre os anos de 1956 a 61) para a direção da cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Foi também Adido Cultural do Brasil na Espanha.

Foi agraciado com os prêmios Filipe de Oliveira, em 1947, e Machado de Assis, em 1950, pelo conjunto da obra. Na poesia, com Raul Bopp e Mário Quintana, completa a chamada trindade modernista do Rio Grande do Sul. Na ensaística, é considerado um dos maiores teóricos de Machado de Assis.

<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

<sup>72</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Dicionário Grego-português, 1953. Coautor: BÖLTING, Rudolf.
2. Preto e Branco, 1956.
3. Índice analítico do vocabulário de Os Lusíadas, 1966.
4. A forma secreta, 1971.
5. Seleta em Prosa e Verso, 1973.
6. Guia do folclore gaúcho, 1975.
7. Prosa dos pagos, 1979.
8. Textos críticos, 1986.

MEYER, Marlyse.

(São Paulo, SP, ? – 2010)

Vencedora do prêmio Jabuti por Folhetim, na categoria de Ensaio em 1997, Marlyse Meyer foi professora e crítica literária. No ano anterior recebeu, da Fundação Biblioteca Nacional, o prêmio Mario de Andrade, por seu trabalho como crítica. Diretora do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina do Memorial da América Latina, Meyer foi também professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas, UNICAMP. Atualmente, o acervo de Marlyse Meyer encontra-se depositado no Instituto de Estudos Brasileiros, o IEB, da USP, após a doação da família.<sup>73</sup>

MOISÉS, Massaud

(1928?)

Membro da Academia Paulista de Letras desde março de 2000, Massaud Moisés é Professor Titular aposentado da Universidade de São Paulo, além de ter sido professor visitante nas universidades de Wisconsin, entre 1962 e 63; Indiana, entre 1967 e 68; Texas, em 1971; Califórnia, em 1982; e Vanderbilt, entre 1970 e 1987. Foi diretor das Faculdades de Filosofia, Ciências Sociais e Letras de Marília e de Assis, além de dirigir também os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo e o Centro de Estudos Portugueses da USP entre 1956 e 57. Moisés possui vasta produção dedicada às literaturas vernáculas, sobretudo a brasileira e a portuguesa.<sup>74</sup>

MONTELLO, Josué [de Souza].

(São Luís do Maranhão, MA, 1917 – Rio de Janeiro, RJ, 2006)

---

<sup>73</sup> Adaptado da biografia publicada pelo Instituto de Estudos Brasileiros.

<sup>74</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Paulista de Letras.

Membro da Academia Brasileira de Letras eleito em novembro de 1954, Josué Montello iniciou seus estudos em São Luís do Maranhão, sua cidade natal. cursou o secundário em Belém do Pará, de onde se mudou para o Rio de Janeiro a fim de se especializar em educação. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Maranhão. Em 1937 tornou-se Inspetor Federal do Ensino Comercial, para, no ano seguinte, assumir o cargo de Técnico de Educação do Ministério da Educação até 1971. Na Fundação Biblioteca Nacional sua trajetória é marcante. Iniciou como professor de história da literatura no curso de Biblioteconomia. Em 1944 assume a coordenação dos cursos da fundação, para, 3 anos mais tarde, torna-se o Diretor Geral da Biblioteca. Foi também Secretário Geral do Estado do Maranhão durante a intervenção de Saturnino Belo, além do primeiro subchefe da Casa Civil da Presidência da República, durante o primeiro ano de governo de Juscelino Kubitschek.

Encerrada sua participação na Casa Civil, foi professor da cadeira de Literatura Brasileira na Universidade de Lisboa, em 1957, além de professor de História e Literatura Brasileira na Universidade de Madri no ano seguinte. Foi membro fundador do Conselho Federal de Cultura entre 1967 e 89. Participou da fundação do Museu da República (Palácio do Catete), do Museu de História Literária (no Museu Histórico Nacional), do Museu Histórico e Geográfico do Maranhão.<sup>75</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. O conto brasileiro – de Machado de Assis a Monteiro Lobato, 1956.
2. Caminhos da fonte – estudos de literatura, 1959.
3. Uma palavra depois da outra – Notas e estudos de Literatura, 1969.
4. O labirinto de espelhos, 1973.
5. A décima noite, 1974.
6. Aluísio de Azevedo e a Polêmica do Mulato, 1979.

NAVA, José [da Silva].

(Juiz de Fora, MG, 1906 – Rio de Janeiro, RJ, 1994)

Irmão mais novo de Pedro Nava, José Nava era psiquiatra e coronel-médico do Exército Brasileiro. Formou-se pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1936. Foi tradutor de Marcel Proust, além de publicar artigos sobre Oscar Wilde.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

<sup>76</sup> Adaptado do artigo O outro Nava, de Humberto Werneck.

NEVES, José Teixeira.  
(Diamantina, MG, ?)

Funcionário do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, José Teixeira Neves foi historiador e responsável pela compilação de jornais e fontes sobre a cidade de Diamantina. Na Revista do Livro assina textos sobre o teatro de província, narrando a história de teatros de Diamantina, peças apresentadas e apresentando outras informações publicadas em jornais contemporâneos à época. Teixeira Neves publicou ainda o estudo biográfico no livro Memórias do Distrito Diamantino, de Joaquim Felício dos Santos, com nota introdutória de Herberto Sales, prefácio de Joaquim Ribeiro e bibliografia de Alexandre Eulálio.<sup>77</sup>

NÓBREGA, Humberto Galiano Mello.  
(1901 – 1978)

Membro da Academia Brasileira de Filologia, Humberto Galiano Mello Nóbrega, mais conhecido por Mello (ou Melo) Nóbrega, foi crítico literário, filólogo, poeta, além de assumir cargos alheios ao trabalho de crítico, como, por exemplo, a direção do Banco Industrial Brasileiro e de bancário do Banco do Brasil. Participou, com Antonio Houaiss, da elaboração da Grande Enciclopédia Delta Larousse, sendo responsável pela seção de Heráldica. Biógrafo de Olavo Bilac, Batista Cepelos, Mello Nóbrega é responsável pelo resgate de vários nomes da literatura brasileira.

Atualmente, seu acervo está depositado na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.<sup>78</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Rima e poesia, 1965.

OLIVEIRA, Franklin de [José Ribamar].  
(São Luís do Maranhão, MA, 1916 – Rio de Janeiro, RJ, 2000)

Franklin de Oliveira foi jornalista e crítico literário. Sua estreia na imprensa deu-se no ano de 1932, aos 16 anos, no Diário da Tarde de sua cidade natal. Dois anos mais tarde muda-se para o Rio de Janeiro, dando continuidade à sua carreira, trabalhando no jornal A Notícia. No final dos anos 30 trabalhou na Revista Pif-Paf. Entre 1944 e 56, assina a coluna Sete dias, da revista O

---

<sup>77</sup> Adaptado das informações publicadas no livro Memórias do Distrito Diamantino, de Joaquim Felício dos Santos.

<sup>78</sup> Adaptado da biografia publica em O soneto imortal de Mello Nóbrega, de Ivo Barroso.

Cruzeiro. Em 1956 torna-se editorialista e crítico literário do jornal Correio da Manhã. Dentre as funções administrativas que assumiu, Franklin de Oliveira foi Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola. Tendo seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº. 1, Oliveira retorna ao jornalismo, na redação do jornal O Globo.

Sua família doou a Coleção Franklin de Oliveira, composta de 6481 obras, à Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras em setembro de 2000.<sup>79</sup>

PAIM, Antônio.  
(Salvador, BA, 1927)

Durante a década de 1950, Antônio Paim concluiu os cursos de filosofia da Universidade Lomonosov, em Moscou, e da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Sua carreira docente inicia-se como professor auxiliar da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Torna-se professor adjunto da PUC, onde organizou o curso de Mestrado em Pensamento Brasileiro. Como titular e livre docente na Universidade Gama Filho implantou o curso de Doutorado em Pensamento Luso Brasileiro em parceria com o professor português Eduardo Soveral.

Paim é ainda membro do Instituto Brasileiro de Filosofia, da Academia Brasileira de Filosofia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outras associações.<sup>80</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Biblioteca filosófica brasileira, 1979.
2. História das ideias filosóficas no Brasil, 1984.

PENNAFORT, Onestaldo de [Caldas].  
(Rio de Janeiro, RJ, 1902 – 1987)

Onestaldo de Pennafort Caldas iniciou seus estudos superiores pelo curso de direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Sua estreia literária, aos 19 anos, é com o livro de poemas Escumbros floridos, de 1921. Poeta e crítico literário, Pennafort colaborou com diversos periódicos, entre eles Fon-Fon, Careta, Autores e Livros, Para Todos, O Malho. Recebeu da Academia

---

<sup>79</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

<sup>80</sup> Adaptado da biografia publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Brasileira de Letras o Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto de sua obra, em 1955.<sup>81</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. O festim, a dança e a degolação, 1975.

PEREGRINO JÚNIOR, João da Rocha Fagundes.  
(Natal, RN, 1898 – Rio de Janeiro, RJ, 1983)

Eleito para Academia Brasileira de Letras em outubro de 1945, João Peregrino Júnior da Rocha Fagundes, ou Peregrino Júnior, foi jornalista, médico, contista e ensaísta. Ainda estudante, fundou três jornais em sua cidade natal, A Onda, A Gazeta de Notícias e O Espectador. Pela publicação de um artigo polêmico no primeiro, foi expulso do colégio e proibido de estudar na cidade. Mudou-se, portanto, para Belém, onde terminou o curso secundário no Ginásio Pais de Carvalho. Trabalhou nos jornais A Folha da Tarde, A Tarde, A Rua e A Semana.

Em 1920 muda-se para o Rio de Janeiro e passa a trabalhar na Gazeta de Notícias. Seis anos mais tarde casa-se com a cunhada do poeta Ronald de Carvalho, Wanda Acioly. Em 1929 forma-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi fundador e primeiro membro da Sociedade Brasileira de Endocrinologia. Continuou colaborando em periódicos de grande circulação, como a Gazeta de Notícias, O Jornal, O Brasil, Careta, dentre outros. Membro do Conselho Federal de Cultura, foi também presidente da União Brasileira dos Escritores.<sup>82</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Seleta, 1971.
2. Doença e constituição de Machado de Assis, 1976.

PEREIRA, Astrojildo [Duarte Silva].  
(Rio Bonito, RJ, 1890 – Rio de Janeiro, RJ, 1965)

Astrojildo Pereira Duarte Silva iniciou sua militância em organizações operárias de orientação anarquista ainda jovem. Em 1913, foi um dos promotores do II Congresso Operário Brasileiro. Foi justamente na imprensa operária que inicia sua carreira de jornalista. Preso em 1918 pela participação no planejamento de uma frustrada insurreição anarquista, é solto no ano seguinte.

A experiência de reclusão o fez se afastar a opção anarquista e participar, em 1922, do congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, do qual foi

---

<sup>81</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

<sup>82</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

o primeiro secretário geral e, ao lado de Otávio Brandão, o redator do jornal A Classe Operária. Cinco anos mais tarde é eleito para o comitê executivo da Internacional Comunista, no VI Congresso da entidade. Em 1945, depois de um breve período afastado do PCB, retorno à imprensa partidária, dirigindo as revistas Literatura, Problemas da Paz e o Socialismo e Estudos Sociais. Nesse mesmo ano foi delegado do estado do Rio de Janeiro no I Congresso Brasileiro de Escritores.

Preso em 1964, em decorrência do golpe militar, permanece recluso por três meses. Liberado por conta de sua saúde debilitada, Astrojildo Pereira falece em 1965.<sup>83</sup>

PEREIRA, Emmanuel [Filho].  
(Rio de Janeiro, RJ, 1924 - 1968)

Professor e filólogo, Emmanuel Pereira Filho foi um dos responsáveis pelo início da revisão da obra camoniana, reduzindo o cânone atribuído ao poeta português em mais da metade dos poemas e odes. Para além de Camões, Pereira Filho concentrou suas pesquisas no processo de formação da literatura e da imprensa brasileira, sobretudo em torno da figura de Pero Magalhães de Gândavo. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito e em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia, Emmanuel Pereira Filho foi professor auxiliar nas cátedras de Literatura Portuguesa e de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia.

Membro da Academia Brasileira de Filologia, Emmanuel Pereira Filho recebeu o prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras em 1967.

<sup>84</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Tratado da Província do Brasil, de Pêro de Magalhães de Gândavo, com edição de PEREIRA, Emmanuel, 1965.
2. As rimas de Camões, 1974.

PEREIRA, Lúcia Miguel.  
(Barbacena, MG, 1901 – Rio de Janeiro, RJ, 1959)

---

<sup>83</sup> Adaptado da biografia publicada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>84</sup> Adaptado da biografia publicada pela Escola Municipal Emmanuel Pereira Filho (RJ).

Biógrafa, romancista, crítica literária, Lúcia Miguel Pereira era filha de Miguel da Silva Pereira, professor de clínica médica engajado nas campanhas sanitárias do começo do século XX. Realiza seus estudos iniciais no Notre Dame de Sion, um tradicional colégio católico carioca, onde funda a Revista Elo. Nos anos trinta inicia sua vasta contribuição nos periódicos brasileiros de ensaios e crítica literárias, entre eles, O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, Revista do Brasil, Boletim de Ariel, Lanterna Verde, Movimento. Biógrafa de Machado de Assis e de Gonçalves Dias, é responsável por achar a cópia perdida de Dona Guidinha do Poço, livro de 1892 e Manoel de Oliveira Paiva. Traduz O tempo redescoberto, e partes de Em busca do tempo perdido, de Marcel Proust. Casou-se com Otávio Tarquínio, responsável pela Coleção Documentos Brasileiros da casa editorial José Olympio.<sup>85</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. História da Literatura Brasileira: prosa e ficção de 1870 a 1920, 1973.

PEREZ, Renard [Quintas].  
(Macaíba, RN, 1928)

Jornalista, Renard Perez foi também contista e romancista. Filho de espanhóis, Perez conclui seus estudos no Colégio dos Irmãos Maristas. Muda-se para o Rio de Janeiro para trabalhar como Técnico na Secretaria de Cultura e Educação do Estado do Rio de Janeiro. Em 1951, gradua-se em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Sob a coordenação de Dinah Silveira de Queiroz, Perez é membro do grupo Café da Manhã, do qual participam também Fausto Cunha, Samuel Rawet, dentre outros. Como jornalista, colabora com diversos periódicos, dentre eles o Correio da Manhã e a Última Hora. Trabalhou ainda como redator literário da Rádio Roquette Pinto, emissora oficial do estado do Rio de Janeiro.<sup>86</sup>

É membro da União Brasileira de Escritores.

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Dez contos escolhidos, 1983.
2. Começo de caminho: o áspero amor, 1983.

PICCHIO, Luciana Stegagno.  
(Alessandria, Piemonte, Itália, 1920 – 2008)

---

<sup>85</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

<sup>86</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

Lusitanista e brasilianista, Luciana Stegagno Picchio estudou Literatura Clássica e Arqueologia na Universidade de Turim, entre os anos de 1939 e 41. Em 1943, já em Roma, entra em contato com intelectuais portugueses e começa a publicar traduções de artigos portugueses em italiano. Em 1956 torna-se professora assistente, para, três anos mais tarde, tornar-se professora de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade de Pisa, entre os anos de 1959 e 68. Em 1969, transfere-se para a Universidade de Roma, ocupando o mesmo cargo.

Foi agraciada com a Ordem de Santiago da Espada, em Portugal e com a Ordem de Rio Branco e Ordem do Cruzeiro do Sul, no Brasil.<sup>87</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. O itinerário poético de Murilo Mendes, 1959.

PORTELLA, Eduardo Mattos.  
(Salvador, BA, 1932).

Eleito para a Academia Brasileira de Letras em março de 1981, Eduardo Mattos Portella iniciou seus estudos em Feira de Santana. Em 1955, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Durante a graduação iniciou a sua colaboração regular como crítico no Diário de Pernambuco. Entre os anos de 1952 e 54 fez estudos em instituições europeias de ensino superior. Em Madri, cursou Filologia, Crítica Literária e Estilística com Damaso Alonso e Carlos Bousoño. Em Paris, acompanhou os cursos de Bataillon no Collège de France, além de assistir às aulas na Sorbonne. Em Roma, acompanhou Giuseppe Ungaretti no seu curso de Literatura Italiana.

Sua carreira docente iniciou no ano de 1953, em Madri, pela Faculdade de Letras da Universidade Central de Madri. Em seguida, vai ao Recife para dar aulas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Por fim, ingressa na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conquistando todas as titulações e aposentando-se como professor emérito.

Ocupou ainda diversos cargos públicos, tornando-se Ministro de Estado da Educação, Cultura e Desportos em 1979. Nove anos mais tarde foi nomeado Diretor Geral Adjunto da UNESCO. Eleito para o mandato de Presidente da Conferência Geral da UNESCO para o triênio 1997 – 99. Coordenou, ainda, entre os anos de 1998 e 2009 o Comitê Chemins de la Pensée d'aujourd'hui, na mesma instituição. Foi também presidente da Fundação Biblioteca Nacional entre os anos de 1996 e 2002.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> Adaptado e traduzido da biografia publicada na Enciclopédia Treccani.

<sup>88</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Dimensões I, 1977.

PROENÇA, M[anuel] Cavalcanti.

(Cuiabá, MT, 1905 – Rio de Janeiro, RJ, 1966)

Manuel Cavalcanti Proença foi romancista e crítico literário. Seu trabalho como crítico se destaca nas análises das obras de Augusto dos Anjos, Mário de Andrade e João Guimarães Rosa, com destaque maior para o seu Roteiro de Macunaíma, de 1950. Membro da Academia Brasileira de Filologia, Cavalcanti Proença possuía um amplo espectro de atuação, versando com propriedade sobre zoologia, botânica, matemática. Em seus textos, o que se manifesta é, sobretudo, a determinação de uma expressão singularmente nacional.<sup>89</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. No termo de Cuiabá, 1958.
2. Augusto dos Anjos e outros ensaios, 1973.
3. Estudos literários, 1974.
4. Seleta, 1976.

RAEDERS, Georges.

(1896 - 1980?)

Doutor em Letras pela Université de la Sorbonne, Geogres Raeders publicou a *Bibliographie franco-brésilienne (1551-1957)*<sup>90</sup> pela Instituto Nacional do Livro, com a colaboração de Edson Nery da Fonseca. Autor de diversos ensaios sobre a literatura brasileira e suas relações francesas, Raeders foi sócio correspondente na Academia Brasileira de Letras entre 1969 e 1980. Professor do Liceu Franco-Brasileiro (Liceu Pasteur) em São Paulo, Raeders foi também professor de Literatura Francesa na Faculdade Católica de Campinas. Colaborador de diversas revistas acadêmicas brasileiras e francesas, com destaque para *Paidea*, *Culture Française*, *Revue Française du Brésil*, *Dom Casmurro*. Assina os livros *Dom Pedro II* e *o conde de Gobineau*,

---

<sup>89</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

<sup>90</sup> Como nota de arquivo: o livro depositado na *Bibliothèque d'études portugaises, brésiliennes et d'Afrique lusophone de l'Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris 3*, dedicado aos professores da Sorbonne, com assinatura de 11 de julho de 1961, no Rio de Janeiro, encontra-se ainda com as folhas não cortadas, como era comum em livros publicados no período.

de 1938; Dom Pedro II e os sábios franceses (com prefácio de Tristão de Ataíde), de 1944; Rui Barbosa et la France, de 1949; dentre outros.<sup>91</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Bibliografia franco-brasileira – 1551 – 1957, 1960. Coautor: FONSECA, Edson Nery.

RELA, Walter.

(Montevidéu, Uruguai, 1922)

Filho de imigrantes italianos, Walter Rela frequentou o curso de Professorado por dois anos, especializando-se em literatura. Em 1943 passou a dar aulas no curso secundário. 12 anos mais tarde, Rela bacharela-se na Faculdade de Humanidades da Universidade de Montevidéu. No ano seguinte é agraciado com uma bolsa do Itamaraty para cursar Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, tendo aulas com Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Celso Cunha, dentre outros.

Em 1957 inicia seu périplo por diversas universidades latino-americanas. Primeiramente, assume a cadeira de Literatura Uruguiaia no Instituto de Estudos Superiores de Montevidéu. No ano seguinte, é professor visitante nas Universidades de Santiago e de Valparaíso, no Chile, em 1959 retorno ao Instituto para, no ano seguinte, partir novamente. Dessa vez, rumo à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Retorna ao Chile em 1960, para as universidades de Santiago e de Concepción. Sete anos mais tarde, em 1967, inicia-se uma fase norte-americana de universidades: Washington, Michigan, Flórida, Geórgia, Atlanta, Arizona.

Em 1988, a convite do Ministério do Exterior espanhol, leciona nas universidades de Madri e de Comillas. Em novembro de 2001 recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela PUC – RS, mesma universidade pela qual doutorou-se em 1986, com tese sobre Martin Fierro. Mesmo título recebeu em dezembro de 2013, na Sociedade Acadêmica de Historiadores Ibero-americanos, no México.<sup>92</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Teatro costumbrista brasileiro, 1961.

RÉVAH, I[srael] S[alvator].

(Berlim, Alemanha, 1917 - ?, 1973)

---

<sup>91</sup> Adaptado das informações publicadas por Auguste Viatte e Claude Hausser, em *D'un monde á l'autre: un journal d'un intellectuel jurassien au Québec*.

<sup>92</sup> Traduzido e adaptado da biografia publicada no site do autor.

De origem grega, Israel Salvator Révah nasceu em Berlim. Ainda jovem muda-se para Paris, onde começa sua carreira de pesquisador sobre o século XVI, sob supervisão de Lucien Febvre e Marcel Bataillon. Porém, o romper da Segunda Grande Guerra atrapalhou a carreira acadêmica de Révah. Perseguido, o pesquisador assumiu um posto de professor de espanhol nas cidades francesas de Bordeaux e Saint-Maur. Do sul da França parte para Portugal, tornando-se professor no Instituto Francês em Lisboa. Em 1955 assume o cargo de Directeur d'Études na École des Hautes Études. Onze anos mais tarde assumiu a cátedra de Língua e Literatura da Península Ibérica e da América Latina no Collège de France.<sup>93</sup>

RICARDO, Cassiano [Leite].

(São José dos Campos, SP, 1895 – Rio de Janeiro, RJ, 1974)

Eleito para a Academia Brasileira de Letras em setembro de 1937, Cassiano Ricardo Leite, ou simplesmente Cassiano Ricardo, foi jornalista, poeta e ensaísta. Sua estreia literária deu-se aos 16 anos, com o livro de poesias *Dentro da noite*. Já no Rio de Janeiro, concluiu o curso de Direito em 1917. De volta a São Paulo, desta vez para a capital, participa do movimento pela Semana de Arte Moderna de 1922, com os grupos Verde Amarelo e Anta. No ano seguinte inicia sua colaboração ao *Correio Paulistano*, no qual permanece até 1930. Entre os anos de 1940 e 44 assumiu a direção de *A Manhã*, no Rio de Janeiro.

No campo das revistas literárias, fundou, em 1924, a *Novíssima*; em 1930, a *Planalto*; e, em 1962, a *Invenção*. Cassiano Ricardo foi membro do Conselho Federal de Cultura e da Academia Paulista de Letras. Graças a seu parecer, o livro *Viagem*, de Cecília Meireles foi o primeiro livro da corrente moderna a ser consagrado pela Academia Brasileira de Letras, em 1937.<sup>94</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. O homem cordial e outros pequenos estudos brasileiros, 1959.
2. Martim Cererê e o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis, 1972.
3. Seleta em prosa e verso, 1975.

RODRIGUES, José Honório.

(Rio de Janeiro, RJ, 1913 – 1987)

Eleito para a Academia Brasileira de Letras em setembro de 1969, José Honório Rodrigues, professor, historiador e ensaísta, iniciou seus estudos no Externato Santo Antônio Maria Zacarias, em sua cidade natal. Graduiu-se

---

<sup>93</sup> Traduzido e adaptado da *Encyclopaedia Judaica*.

<sup>94</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1937. Aos 24 anos foi laureado com o primeiro Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras com seu livro *Civilização Holandesa no Brasil*. Bolsista da Fundação Rockefeller, frequentou cursos na Universidade de Colúmbia.

No retorno ao Brasil assume a direção da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional entre 1946 e 58. Foi também diretor da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco entre 1948 e 51, diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1958 e 64, e secretário executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, entre 1964 e 68. No magistério, foi professor do Instituto Rio Branco, do Ensino Superior do Estado da Guanabara, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e do doutorado em história da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Capistrano de Abreu, da Academia Portuguesa de História, da American Historical Association (EUA), da Royal Academy of History (Inglaterra) e da Sociedade Histórica de Utrech (Holanda).<sup>95</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, 1949.
2. *A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*, 1952.
3. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 1954.
4. *História da história do Brasil*, 1988.

RÓNAI, Paulo.

(Budapeste, Hungria, 1907 – Rio de Janeiro, RJ, 1992).

Ensaísta, tradutor, linguista e professor, Paulo Rónai iniciou sua carreira aos 19 anos, traduzindo poetas latinos para revistas literárias. Em 1929, termina o seu doutoramento e passa a publicar textos de crítica literária. Dez anos mais tarde, por sua ascendência judaica, é enviado a um campo de trabalhos forçados. Em 1941 consegue refúgio no Rio de Janeiro, escapando a Guerra. No Brasil, leciona latim e francês, além de seus trabalhos de tradução. A partir de 1945 coordena a edição brasileira dos 89 títulos da *Comédia Humana*, de Balzac. Seu papel de tradutor intensifica-se ao ponto de, em 1974, leva-lo a fundar a Associação Brasileira de Tradutores.

Em 1995, três anos após sua morte, é homenageado pela Fundação Biblioteca Nacional com a criação do Prêmio Paulo Rónai para tradutores.<sup>96</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

---

<sup>95</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

<sup>96</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

1. Encontro com o Brasil, 1958.

SALLES, Vicente.  
(Igarapé-Açu, PA, 1931)

Vicente Salles é antropólogo, folclorista, historiador e jornalista. Em 1954 mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de diplomar-se em Ciências Sociais com especialização em Antropologia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Em 1948 fez sua estreia em A Província do Pará, por intermédio de Romeu Mariz. Dois anos mais tarde passa a atuar como jornalista n'O Estado do Pará. Com sua mudança para o Rio de Janeiro, passa a trabalhar no Ministério de Educação e Cultura.

Salles foi o responsável pela organização da Biblioteca Amadeu Amaral, em 1966. Foi redator chefe da Revista Brasileira do Folclore. Muda-se para Brasília em 1974 a fim de assumir a representação do Departamento de Assuntos Culturais do MEC no Distrito Federal. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Música, Salles foi o responsável pela edição das obras de Edson Carneiro e Mozart de Araújo.<sup>97</sup>

SENA, Jorge de.  
(Lisboa, Portugal, 1919 – Santa Bárbara, Califórnia, EUA, 1978)

Filho de um comandante da Marinha Mercante portuguesa, Jorge de Sena ingressa em 1937 na Escola Naval como primeiro cadete do curso do Condestável. Sua primeira viagem no navio escola Sagres dita a sua falta de perfil para a profissão e sua expulsão da escola em 1938. Sua estreia literária se dá em 1942 com o livro Perseguição. Dois anos mais tarde licencia-se em Engenharia Civil pela Universidade do Porto. Em 1959, com receio das perseguições políticas em seu país por sua participação em uma falhada tentativa de golpe de estado em 11 de março, exila-se no Brasil. Em 1964 doutora-se em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Sena produz intensamente em seu período brasileiro, publicando, além de vários livros de poemas, a edição organizada do Livro do Desassossego, de Fernando Pessoa. O Golpe Militar de 1964 o faz temer por novas perseguições. Decide, portanto, mudar-se para os Estados Unidos no ano seguinte a fim de assumir o cargo de professor da Universidade de

---

<sup>97</sup> Adaptado da biografia publicada no Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira.

Wisconsin. Em 1970 transfere-se para a Universidade da Califórnia, onde se aposenta.<sup>98</sup>

SILVA, Alberto [Vasconcellos] da Costa e.  
(São Paulo, SP, 1931)

Eleito para a Academia Brasileira de Letras em julho de 2000, Alberto Vasconcellos da Costa e Silva é filho do poeta Antônio Francisco da Costa e Silva. Iniciou sua carreira como diplomata pelo Instituto Rio Branco em 1957. Recebeu, em 1986, o título de Doutor Honoris Causa em letras pela Universidade Obafemi Awolowo, Nigéria. Em 2009, é agraciado com o título de Doutor Honoris Causa em História pela Universidade Federal Fluminense, e em 2013 recebe o mesmo título pela Universidade Federal da Bahia. Foi professor do curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco entre 1971 e 72 e vice-presidente da mesma instituição entre 1995 e 2000. Foi membro do Júri do Prêmio Camões nos anos de 2001, 2003 e 2013, prêmio que recebeu no ano de 2014.

Sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa de História e da Real Academia de História, na Espanha.<sup>99</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Antologia de lendas do Índio Brasileiro, 1957.
2. Poesias completas, 1976.
3. As linhas da mão, 1978.

SIMÕES, João Gaspar.

(Figueira da Foz, Portugal, 1903 – Lisboa, Portugal, 1987)

João Gaspar Simões iniciou seus estudos em sua cidade natal. Transferido para o Liceu José Falcão, em Coimbra, Simões decide seguir o curso de direito em 1921, visando a carreira diplomática. Forma-se somente em 1932, dedicando-se no entremeio à boemia estudantil. Em 1924 funda, com Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, José Régio, Alberto de Serpa, Teixeira de Pascoaes, Afonso Duarte, a revista Tríplice. Três anos mais tarde, com José Régio e Branquinho da Fonseca (substituído por Casais Monteiro em 1930), funda a revista Presença, folha de Arte e Crítica. A revista tem vida longa, publicada entre 1927 e 40. Simões contribuiu regularmente ao Diário de Lisboa, ao Mundo Literário, ao Átomo e ao Diário de Notícias. Além de

---

<sup>98</sup> Adaptado da biografia publicada no artigo de Jorge Fazenda Lourenço, Jorge de Sena.

<sup>99</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Brasileira de Letras.

seu vasto trabalho como romancista, foi biógrafo de Eça de Queiros e Fernando Pessoa.<sup>100</sup>

SODRÉ, Nélson Werneck.  
(Rio de Janeiro, RJ, 1911 – Itu, SP, 1999)

Entre os anos 1931 e 33, Nélson Werneck Sodré cursou a Escola Militar do Realengo. No ano seguinte foi destacado para o 4º regimento de Artilharia Montada, em Itu. Nesse mesmo período, já escrevia regularmente para o Correio Paulistano. Decretado o Estado Novo, tornou-se ajudante de ordens do general José Pessoa, designado comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso. Foi essa experiência militar, do apoio do exército aos grandes proprietários de terra no confronto com pequenos agricultores, que fez Sodré aproximar-se da esquerda, em direção ao marxismo.

Em 1938 publica sua História da Literatura Brasileira. Dois anos mais tarde, ingressa no Partido Comunista do Brasil. Em 1944 inicia o curso da Escola de Comando e Estado-Maior. Formado em 1946, permanece até 1950 como chefe do Curso de História Militar. Sodré leciona, a partir de 1955, no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. No ano seguinte, em 1956, passa a colaborar com o vespertino carioca Última Hora, escrevendo a seção literária e os editoriais. Nesse mesmo período passa a integrar a Comissão Diretora da Biblioteca do Exército e a colaborar com o jornal O Semanário. Pelo apoio à João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, permaneceu preso por dez dias. Como consequência, foi destacado para servir em Belém do Pará. Em 1962, insatisfeito, passa a reserva do Exército, dedicando-se exclusivamente a atividade intelectual. Após o Golpe Militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos e foi preso por 57 dias.<sup>101</sup>

SOIFER, Miguelina.  
(?)

Professora da Universidade Federal do Paraná, Miguelina Soifer fez parte da diretoria fundadora do Instituto Cultural Judaico Brasileiro Bernardo Schulman. Sua produção ensaística gira em torno do tema da poesia, publicando análises sobre Fernando Pessoa, Baudelaire, Bécquer, Paul Valéry. Autora de La expresión místico-poética: Valery y San Juan de la

---

<sup>100</sup> Adaptado da biografia publicada no artigo de Eugênio Lisboa, João Gaspar Simões.

<sup>101</sup> Adaptado da biografia publicada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas.

Cruz, publicado pela Editora da Universidade Federal do Paraná, em 1983, também assina o livro *Sonho e criação na poesia de Fernando Pessoa*.<sup>102</sup>

SOUSA, Arlindo de.  
(Lisboa, Portugal, 1916 - ?)

Filólogo e professor, Arlindo de Sousa dedicou grande parte da sua pesquisa à filologia e à etimologia. Seu principal livro, *Novos elementos para o estudo da origem do nome Lisboa*, é publicado em 1968, pela Biblioteca de Estudos Olisiponenses. Escreveu ainda diversos artigos a fim de investigar a origem dos nomes de povos, povoações, cidades e países. Foi também biógrafo de Gil Vicente e Júlio Diniz. Foi, ainda, professor do Curso Superior de Literatura e Filologia Portuguesa no Rio de Janeiro, no Liceu Literário Português.<sup>103</sup>

SOUSA, José Galante de.  
(Rio de Janeiro, RJ, 1913 – 1986)

Na Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional está depositado os manuscritos do *Dicionário de Pseudônimos Brasileiros*, organizado por Carlos Drummond de Andrade. Nesses manuscritos, algumas anotações em vermelho ao marginalia. Anotações de José Galante de Sousa. Membro do Conselho Consultivo da *Revista do Livro*, Sousa travou amizade e relações com vários dos grandes nomes da cena literária brasileira. Sua relação com Drummond dá-se pelo projeto da *Enciclopédia Brasileira*, do Instituto Nacional do Livro.

Sousa firma-se como um dos maiores especialistas em Machado de Assis, concentrando-se na bio / bibliografia do autor. É de Galante de Sousa o estabelecimento final do texto de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado pela livraria Garnier em 1988. José Galante de Sousa fez seus estudos superiores na Faculdade de Filosofia, além do curso de Bibliografia na Fundação Biblioteca Nacional. Professor no Colégio Pedro II, foi também chefe da Biblioteca do Centro de Documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa.

---

<sup>102</sup> Adaptado da biografia publicada pelo Instituto Cultural Judaico Brasileiro Bernardo Schulman.

<sup>103</sup> Adaptado das informações publicadas em anúncio de aulas particulares no *Correio da Manhã* de 02 de março de 1952.

Com Brito Broca, redigiu a Introdução ao Estudo da literatura brasileira, de 1963 e, com Afrânio Coutinho, a Enciclopédia de Literatura Brasileira, cuja primeira edição foi publicada postumamente, em 1990.<sup>104</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Bibliografia de Machado de Assis, 1955.
2. O teatro no Brasil: Evolução do teatro no Brasil, 1960.
3. O teatro no Brasil: Subsídios para uma biobibliografia do teatro no Brasil, 1960.
4. Índice de biobibliografia Brasileira, 1963.
5. Introdução ao estudo da literatura brasileira, 1963. Coautor: BROCA, Brito.
6. Fontes para o estudo de Machado de Assis, 1969.

TAVANI, Guisepe.  
(Roma, Itália, 1924)

Licenciado na Universidade de Roma com dissertação sobre gramáticas bilíngues luso-italianas, o lusófono italiano Guisepe Tavani adquiriu o grau de livre docência em língua e cultura portuguesas em 1961, pela mesma universidade. Em 1962 assume a Cátedra de Língua e Literatura Espanholas na Universidade de l'Aquila. Já entre os anos de 1963 e 1970 ocupa a Cátedra de Língua e Literatura Portuguesas na Faculdade do Magistério da Universidade de Roma. Em 1970 passa a lecionar na Universidade de Veneza, retornando a Roma em 1974, a fim de assumir a Cátedra de Filologia Românica na Universidade de Roma La Sapienza.

Tendo publicado suas pesquisas sobre diversos autores, como Camões, Fernando Pessoa, Gil Vicente, Tavani concentrou-se principalmente no período medieval e as cantigas trovadorescas. Com Guilia Lancani, em 1993, publicou o Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Tavani foi codiretor da revista Teoria e Crítica e redator das revistas Cultura Neolatina e Rassegna Iberistica, além de presidente do Comité Científico da Associação Archives du XX<sup>e</sup> Siècle, que se dedica à publicação de edições crítico-genéticas de autores latino-americanos contemporâneos.<sup>105</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Os judeus portugueses de Livorno e algumas características de sua língua, 1959.

THEODOR, Erwin [Rosenthal].  
(Frankfurt am Main, Alemanha, 1926).

---

<sup>104</sup> Adaptado da biografia publicada na Enciclopédia de Literatura Brasileira.

<sup>105</sup> Adaptado da biografia publicada por João Dionísio, em Guisepe Tavani.

Professor, jornalista, ensaísta e tradutor, Erwin Theodor Rosenthal foi eleito para a Academia Paulista de Letras em 1986, sendo seu décimo quinto presidente, no biênio 2003 / 2004. Nascido na Alemanha, Theodor veio jovem para o Brasil, começou concomitantemente sua carreira no magistério e no jornalismo. Lecionou em colégios tradicionais paulistas, como o Liceu Paster, o Colégio Dante Alighieri, entre os anos de 1947 e 58. Ao mesmo tempo foi repórter e redator d'A Gazeta e secretário geral da revista Visão. Em 1958 decidiu focar em sua carreira acadêmica, como professor de Língua e Literatura Alemão pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Em 1960, conquistou o título de Livre-Docência pela Universidade de São Paulo.

Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa, Rosenthal permaneceu dois anos na Alemanha, como bolsista da Fundação Alexander von Humboldt, lecionando na Universidade de Tubinga. Essa experiência lhe valeu a indicação como professor titular da Universidade de São Paulo em 1964. Ministrou cursos em diversas universidades do exterior, como na Universidade Livre de Berlin, na Universidade de Colônia, na Universidade de Lisboa, Universidade de Johannesburgo. Integrou, após a aposentadoria da USP, a Secretaria de Cultura do município de São Paulo durante a gestão de Jânio Quadros.<sup>106</sup>

VAL, Waldir Ribeiro do.  
(Ariranha, SP, 1928)

A estreia literária de Waldir Ribeiro do Val deu-se ainda muito jovem, em 1940, com o soneto Cinco de Julho, publicado no jornal Brasil Novo, da cidade de Castelo, no Espírito Santo. Dois anos mais tarde passa a colaborar assiduamente com a publicação, com poesias e pequenas prosas. Em 1943 muda-se para o Rio de Janeiro e passa a frequentar o Colégio Pedro II, no curso científico. Lá inicia sua colaboração em um pequeno jornal intitulado Brado, além de ter contribuições esparsas nas revistas O Tangará e Careta. Entre 1948 e 52 passa uma temporada na capital capixaba, onde ingressa na faculdade de direito. Colabora com A Gazeta, A Tribuna, Correio Trabalhista, A Palavra e a Revista Capichaba.

Em 1953 retorna ao Rio de Janeiro, para bacharelar-se em direito pela Faculdade Nacional de Direito em dezembro de 1954. Como jornalista e crítico literário, publica seus textos no Correio da Manhã, no Diário de Notícias, no Jornal do Commercio, no Jornal de Letras, e ainda na Revista Leitura. Em 1961 é publicada, pela editora José Aguilar, a Poesia Completa

---

<sup>106</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Paulista de Letras.

e Prosa de Raimundo Correia, com a edição preparada por Waldir Ribeiro do Val. Em 1964 lança seu primeiro selo editorial, Edições do Val.

Já em 1996, lança seu segundo selo, a Edições Galo Branco, pela qual já publicou mais de cem títulos, entre eles Alphonsus de Guimaraens Filho, Gilberto Mendonça Telles, Carlos Nejar, Ledo Ivo. Além da Revista Poesia para todos. Já em 2006 foi eleito para a Academia Carioca de Letras.<sup>107</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. Vida e obra de Raimundo Correia, 1960.

VARGAS, Augusto Tamayo.

(Lima, Peru, 1914 - 1992)

Ingresso no Colégio Jesuíta em 1930, Augusto Tamayo Vargas iniciou seus estudos superiores na Universidade Nacional Maior de São Marcos. Transferiu-se para a Universidade Nacional de San Agustín, na qual obteve o grau de bacharel em Humanidades em 1936 e doutor em Literatura em 1937. Foi o redator principal da Oficina de Informações do Palácio do Governo entre 1936 e 42, secretário letrado do Tribunal de Contas entre 1942 e 45, e Diretor Geral de Informações entre 1945 e 48. Em 1964 foi eleito decano da Faculdade de Letras da Universidade de San Marcos.

Augusto Tamayo Vargas foi também membro da Academia Peruana de Língua, além de presidente da Sociedade Boliviana no Peru e diretor geral do Instituto Nacional de Cultura, em 1984. Foi diretor dos periódicos Prometeo (1930-31), Palabra (1936-37 e 1944), Suplemento Literário do Diário Ojo (1976-79), Crónica (1980-84).

Em 2 de outubro de 1968 fez o juramento para o cargo de Ministro da Educação, mas não pode assumir por conta do golpe de estado do general Juan Velasco Alvarado.<sup>108</sup>

VELLINHO, Moysés [de Moraes].

(Santa Maria, RS, 1901 – Porto Alegre, RS, 1980)

Moysés de Moraes Vellinho iniciou seus estudos no Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Sob incentivo do padre jesuíta Henrique Boock, publicou seu primeiro comentário crítico, sobre a obra de Monteiro Lobado, com o pseudônimo de Afonso Arinos, no Correio do Povo. Em 1925 conclui a faculdade de direito. Pelos próximos cinco anos exerce o cargo de promotor em cidades do interior gaúcho, além de assumir a chefia do gabinete do

---

<sup>107</sup> Adaptado da biografia publicada pela Academia Carioca de Letras.

<sup>108</sup> Adaptado e traduzido da biografia publicada pelo Ministério da Educação peruano.

Secretário do Interior, Osvaldo Aranha, entre 1928 e 30. Em 1934 elege-se Deputado Constituinte e quatro anos mais tarde ingressa no Tribunal de Contas do Estado, de onde se aposenta em 1964.

Em 1939 abandona o pseudônimo Afonso Arinos ao publicar, pela editora Globo, Machado de Assis: aspectos de sua vida e sua obra. Em 1967 passou a integrar o Conselho Federal de Cultura como único representante sul-riograndense. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, foi vice-presidente do Congresso Internacional de Escritores em São Paulo, além de editor da revista *Província de São Pedro*.<sup>109</sup>

VIANNA, [Luís] Fernando [de Sá] Mendes.  
(Rio de Janeiro, RJ, 1933 – Brasília, DF, 2006)

Fernando Mendes Vianna foi, principalmente, poeta e tradutor. Sua estreia literária data de 1958, com dois livros de poemas, *Marinheiro no Tempo e Construção no Caos*, publicados pela editora Simões. Publicou ainda *O Silfo-Hipogrifo*, pela editora José Olympio, sendo agraciado com o prêmio do Instituto Nacional do Livro de 1972 na categoria Inéditos. Como tradutor, sua maior produção gira em torno da obra de Quevedo, além de traduzir clássicos espanhóis e Victor Hugo.

Membro da Academia Brasiliense de Letras, da Associação Nacional dos Escritores, e da Academia de Letras do Brasil, Fernando Mendes Vianna trocou o Rio de Janeiro por Brasília em 1961.<sup>110</sup>

Livros publicados pelo Instituto Nacional do Livro:

1. O silfo-hipogrifo, etc. 1972.

XISTO, Pedro [Pereira de Carvalho].  
(Limoeiro, PE, 1901 – São Paulo, SP, 1987)

Professor, poeta, ensaísta e jornalista, Pedro Xisto Pereira de Carvalho, ou Pedro Xisto, concluiu o curso de direito em 1920, em Recife. Além de professor, foi adido cultural em embaixadas brasileiras no Japão e nos Estados Unidos. Em 1957 passa a escrever críticas literárias para o jornal *Folha da Manhã*. Nesse momento, percebe a singularidade do trabalho dos poetas Décio Pignatari e dos Irmãos Campos. Suas críticas ao grupo

---

<sup>109</sup> Adaptado da biografia publica pelo Delfos da PUC / RS.

<sup>110</sup> Adaptado da biografia publicada por Anderson Braga Horta, em seu discurso de inauguração do auditório da Biblioteca Nacional de Brasileira, em 05 de abril de 2007.

Noigandres são reunidas no livro *Poesia em Situação*, de 1960, mesmo ano em que estreia na poesia, com Haikais e Concretos.<sup>111</sup>

### Referências:

No momento de constituição do índice biográfico dei prioridade em repetir as referências possíveis. No caso dos autores que integraram a Academia Brasileira de Letras, por exemplo, utilizei sempre a biografia apresentada no site da Academia. Nos autores de algum modo ligado com a produção musical brasileira, adotei o *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. A fim de não repetir demasiadamente as informações referenciais, optei por indicar aqui os sites, periódicos consultados, ao invés de apresentar uma listagem exaustiva de referências no padrão ABNT.

Academias, bibliotecas, enciclopédias, fundações, institutos, memoriais, websites de autores:

Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/>

Academia Brasileira de Música. Disponível em:

<http://www.abmusica.org.br/>

Academia de Letras de São João da Boa Vista. Disponível em:

<http://www.alsjbv.com.br/>

Academia Paulista de Letras. Disponível em:

<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/>

Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em: <http://www.abi.org.br/>

Bella Jozef. Disponível em: <http://www.bellajozef.com/>

Biblioteca Pública Jamil Almansur Haddad. Disponível em:

<http://migre.me/kKg50>

Biblioteca Pública Mário de Andrade. Disponível em:

<http://migre.me/kPCng>

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Disponível em:

<http://www.cnfcp.gov.br/>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –

Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>

DELFO, Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUC / RS.

Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/>

*Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em:

<http://www.dicionariompb.com.br/>

*Dicionário de Artistas Brasileiros*. Disponível em:

<http://brasilartesenciclopedias.com.br/>

---

<sup>111</sup> Adaptado da Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira.

Dicionário de Biografias de Escritores. Disponível em: <http://www.escritores.org/index.php/biografias>

Eduardo Lourenço. Disponível em: <http://eduardolourenco.com/index.html>

Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>

Enciclopédia de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras / Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

Enciclopédia Treccani. Disponível em: <http://www.treccani.it/>

Encyclopaedia Judaica. Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/>

Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: <http://www.gulbenkian.pt/>

Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/>

Instituto de Estudos Brasileiros. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br>

Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP. Disponível em: <http://www.unicamp.br/>

Instituto dos Advogados Brasileiros. Disponível em: <http://www.iabnacional.org.br/>

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/>

Instituto Moreira Salles. Disponível em: <http://ims.uol.com.br/>

Letras e Histórias. Disponível em: <http://letrashistorias.blogspot.fr/>

Mário Bunge. Disponível em: <http://www.mariobunge.com.ar/bio>

Memorial Celso Brant. Disponível em: <http://www.celsobrants.pro.br/>

Memorial Mário Barata. Disponível em: <http://mario-barata.blogspot.fr/>

Ministério da Educação peruano. Disponível em: [http://www.minedu.gob.pe/institucional/Biografias/augusto\\_tamayo.php](http://www.minedu.gob.pe/institucional/Biografias/augusto_tamayo.php)

Oswaldino Marques. Disponível em: <http://www.oswaldinomarques.pro.br/>

Real Academia Espanhola. Disponível em: <http://www.rae.es/academicos>

Walter Rela. Disponível em: <http://www.walterrela.com>

Artigos em periódicos, livros e websites:

BARROSO, Ivo. O soneto imortal de Mello Nóbrega. Disponível em: <http://gavetadoivo.wordpress.com/2010/10/11/o-soneto-imortal-de-mello-nobrega/>, acessado em 06 de agosto de 2014.

Boletim da UFMG, nº. 1565, ano 33. Belo Horizonte: Editora UFMG, 12.02.2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1565/index.shtml> Acessado em 05 de agosto de 2014.

CAUSO, Rodrigo de Sousa. Fausto Cunha, grande escritor da ficção científica brasileira. In: Ficção Especulativa, 21 de outubro de 2006.

CAVALCANTI, Rafael. O centenário de Valdemar Cavalcanti. In: Gazeta de Alagoas, 14 de abril de 2012. Disponível em:

<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=199898>,  
acessado em 22 de setembro de 2015.

COSTA, Marta Morais da. In memorium: Temístocles Linhares. In: Revista Letras, n. 43. Curitiba: Editora da UFPR, 1994, p. 131 – 132.

COSTELLA, Antonio F. Os biógrafos de Hipólito da Costa. In: Observatório da Imprensa. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/alm100620031.htm>,  
acessado em 29 de julho de 2014.

DIONÍSIO, João. Guiseppe Tavani. In: Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, v. 05, Lisboa, Verbo, 2005, p. 288 – 291.

EL PAÍS. Fallece en Barcelona el periodista y escritor Xavier Domingo. 14 de maio de 1996. Disponível em:

[http://elpais.com/diario/1996/05/14/sociedad/832024813\\_850215.html](http://elpais.com/diario/1996/05/14/sociedad/832024813_850215.html).  
Acessado em 17 de setembro de 2014.

EM Emmanuel Pereira Filho. Nosso patrono – Emmanuel Pereira Filho. Disponível em: <http://migre.me/lcB96>, acessado em 06 de agosto de 2014.

FERRAZ, Lucas. O genro e o poeta: como Manolo conheceu Drummond. In: Ilustríssima da Folha de São Paulo, de 26/02/2012, p. 05.

GUZMÁN, Pascual González. El habla viva del valle de Aragues. Madrid: Universidad de Madrid, 1954.

HORTA, Anderson Braga. Tributo ao poeta Fernando Mendes Vianna, discurso proferido na inauguração do auditório da Biblioteca Nacional de Brasília em 05 de abril de 2007, disponível em:

[http://www.antoniomiranda.com.br/iberoamerica/brasil/anderson\\_braga\\_horta\\_pf.html](http://www.antoniomiranda.com.br/iberoamerica/brasil/anderson_braga_horta_pf.html), acessado em 10 de agosto de 2014.

LISBOA, Eugênio. João Gaspar Simões. In: Centro Virtual Camões – Instituto Camões. Disponível em: [http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/joao-gaspar-simoes.html#.U\\_zSkPISwas](http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/joao-gaspar-simoes.html#.U_zSkPISwas), acessado em 07 de agosto de 2014.

LOURENÇO, Jorge Fazenda. Jorge de Sena. In: Centro Virtual Camões – Instituto Camões. Disponível em: [http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/jorge-de-sena-55876.html#.U\\_zL8vISwas](http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/jorge-de-sena-55876.html#.U_zL8vISwas), acessado em 07 de agosto de 2014.

LUBIN, Maurice Alcibiade. Haïti et la culture. Paris : Éditions L. Soulanges, 1974.

LYRA, Heitor. História da Queda do Império. Coleção Brasileira, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

IGLESIAS, Mario Marín. Notas para la historia de un hombre libre: Justo Pastor Benítez. In: Alcor (Assunção), n°. 43, março / abril de 1967.

JUNQUEIRA, Ivan. La voz a ti debida. In: Correio da Manhã, 12 de março de 1966.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. Exercícios de Jornalismo. Belo Horizonte: UCMG, 1983.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 23, n.º 67, junho de 2008, p. 39 – 50.

MENDONÇA, José Márcio. Euryalo Cannabrava. Publicado em 04 de novembro de 2009, disponível em: <http://iniciativacultural.wordpress.com/2009/11/04/euryalo-cannabrava/>, acessado em 11 de junho de 2014.

PISO, Guilherme. História Natural e Médica da Índia Ocidental. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo. Et MAGALHÃES, Gonçalves de. Cartas a Monte Alverne. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964. Revista de Poesia e Crítica, n.º. 05, dezembro de 1978, p. 2-6.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Joaquim Mattoso Câmara Jr.. In: Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 15 – 50.

SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantino. Coleção Brasílica, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

SOUSA, Arlindo de. Anúncio de aulas particulares. In: Correio da Manhã, 02 de março de 1952. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_06&pagfis=15658&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=15658&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#), acessado em 07 de agosto de 2014.

VIATTE, Auguste, et HAUSSER, Claude. D'un monde à l'autre : journal d'un intellectuel jurassien au Québec (1939 – 1949). Paris : Presses de l'Université Laval, 2001.

WERNECK, Humberto. O outro Nava. In: O Estado de São Paulo, disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,o-outro-nava-imp-,770984>. Acessado em 17 de setembro de 2014.

## 1.2 Levantamento detalhado dos conselhos editoriais

- Revista do Livro n.º 01 / 02 – junho de 1956:

Diretor: José Renato Santos Pereira

Secretários: Crisanto M. Filgueiras, Euryalo Cannabrava e Hélio Gomes Machado

Redatores: José Galante de Sousa, Carlos David, Alexandre P. da Cunha (Alexandre Eulálio), Eduardo Rodrigues e Paulo Sérgio Nery

Coordenadores gráficos: Henrique Campos e Augusto Souza Meyer

- Revista do Livro n.º 03 / 04 – dezembro de 1956:

Diretor: José Renato Santos Pereira

Redator Responsável: Carlos David

Conselho de Redação: Crisanto M. Filgueiras, Euryalo Cannabrava e Hélio Gomes Machado

- Revista do Livro n.º 05 – março de 1957:

Diretor: José Renato Santos Pereira

Redator Responsável: Carlos David

Conselho de Redação: Crisanto M. Filgueiras, Euryalo Cannabrava e Alexandre Eulálio

- Revista do Livro n.º 06 – junho de 1957:

Diretor: José Renato Santos Pereira

Redator Responsável: Carlos David

Conselho de Redação: Crisanto M. Filgueiras, Euryalo Cannabrava e Alexandre Eulálio

- Revista do Livro n.º 07 – setembro de 1957:

Diretor: José Renato Santos Pereira

Redator Responsável: Carlos David

Conselho de Redação: Crisanto M. Filgueiras, Euryalo Cannabrava e Alexandre Eulálio

- Revista do Livro n.º 08 – dezembro de 1957:

Diretor: José Renato Santos Pereira

Redator Responsável: Alexandre Eulálio  
Conselho de Redação: Brito Broca, Crisanto M. Filgueiras e Euryalo Cannabrava

- Revista do Livro n.º 09 – março de 1958:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio  
Conselho de Redação: Brito Broca, Crisanto M. Filgueiras e Euryalo Cannabrava

- Revista do Livro n.º 10 – junho de 1958:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio  
Conselho de Redação: Brito Broca, Crisanto M. Filgueiras e Augusto Sousa Meyer

- Revista do Livro n.º 11 – setembro de 1958:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio  
Conselho de Redação: Brito Broca, Celso Cunha, Crisanto M. Filgueiras e Augusto Sousa Meyer

- Revista do Livro n.º 12 – dezembro de 1958:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio  
Conselho de Redação: Brito Broca, Celso Cunha, Crisanto M. Filgueiras e Augusto Sousa Meyer

- Revista do Livro n.º 13 – março de 1959:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca  
Assistente Geral: Augusto Sousa Meyer  
Conselho de Redação: Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha, Crisanto M. Filgueiras, José Galante de Souza e M. Cavalcanti Proença

- Revista do Livro n.º 14 – junho de 1959:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca  
Assistente Geral: Augusto Sousa Meyer  
Conselho de Redação: Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha,  
Crisanto M. Filgueiras, José Galante de Souza e M. Cavalcanti Proença

- Revista do Livro n.º 15 – setembro de 1959:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca  
Conselho de Redação: Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha,  
Crisanto M. Filgueiras, José Galante de Souza e M. Cavalcanti Proença

- Revista do Livro n.º 16 – dezembro de 1959:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca  
Conselho de Redação: Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha,  
Crisanto M. Filgueiras, José Galante de Souza e M. Cavalcanti Proença

- Revista do Livro n.º 17 – março de 1960:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca  
Conselho de Redação: Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha,  
Crisanto M. Filgueiras, José Galante de Souza e M. Cavalcanti Proença

- Revista do Livro n.º 18 – junho de 1960:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca  
Conselho de Redação: Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha,  
Crisanto M. Filgueiras, José Galante de Souza e M. Cavalcanti Proença

- Revista do Livro n.º 19 – setembro de 1960:

Diretor: José Renato Santos Pereira  
Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca  
Conselho de Redação: Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha,  
Crisanto M. Filgueiras, José Galante de Souza e M. Cavalcanti Proença

- Revista do Livro n.º 20 – dezembro de 1960:

Diretor: José Renato Santos Pereira

Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca

Conselho de Redação: Antônio Houaiss, Augusto Fragoso, Celso Cunha, Crisanto M. Filgueiras, José Galante de Souza e M. Cavalcanti Proença

- Revista do Livro n.º 21/22 – março / junho de 1961:

Fundador: José Renato Santos Pereira

Diretor: Augusto Meyer

Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca†

Assistente Geral: Augusto Sousa Meyer

Conselho de Redação: Aires da Mata Machado Filho, Antonio Candido, Athos Damasceno Ferreira, Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda

- Revista do Livro n.º 23/24 – julho / dezembro de 1961:

Fundador: José Renato Santos Pereira

Diretor: Augusto Meyer

Redator Responsável: Alexandre Eulálio e Brito Broca†

Assistente Geral: Augusto Sousa Meyer

Conselho de Redação: Aires da Mata Machado Filho, Antonio Candido, Athos Damasceno Ferreira, Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda

### 1.3 Compilação dos editoriais publicados na Revista do Livro:

- Revista do Livro nº. 01 / 02 – junho de 1956:

A "Revista do Livro", órgão oficial do Instituto Nacional do Livro, cujo primeiro número hoje se apresenta ao público brasileiro, é mais uma manifestação dos altos propósitos do governo em contribuir para o aprimoramento da cultura nacional. Demonstra o empenho do I.N.L. em cumprir suas tarefas específicas, com o apoio e a plena confiança do Ministério da Educação e Cultura. A Revista será mais um veículo de difusão e um campo aberto ao debate de ideias, sugestões e planos que visem o desenvolvimento cultural do nosso povo.

Rio, 21-5-56

Clóvis Salgado

Ministro da Educação e Cultura

#### Depoimento

Estamos duplamente jubilosos: entregamos ao público o primeiro número do órgão oficial deste Instituto, e o fazemos numa data muito grata aos intelectuais brasileiros. Efetivamente, há 117 anos nascia aquele que viria a ser o maior cultor das letras do Brasil, Machado de Assis, representante genuíno do pensamento criador brasileiro.

O plano geral da Revista do Livro compõe-se de cinco cadernos: Estudos, Inéditos, Resenhas, Bibliografia e Noticiário. Os assuntos travados em nossa publicação são naturalmente diversos, como convém a uma publicação deste tipo.

Não nos preocupou atingir todos os ramos de atividade intelectual, que isto é função das enciclopédias. De qualquer forma, orientou-nos um desejo: imprimir à Revista um caráter sobretudo nacional, como é óbvio, em se tratando de publicação do Instituto Nacional do Livro. Tal não implica, como também é óbvio, exacerbação nacionalista, exclusivismo confinado, em se tratando de cultura nacional, pois que esta se interliga às correntes do pensamento universal.

Um padrão de qualidade (que não deve invalidar uma destinação ampla) e um critério rigoroso de seleção são normas tacitamente adotadas, visando preferencialmente a honrar as tradições de bom gosto e cuidadosa escolha que marcaram e continuarão a marcar as publicações do I.N.L.

\* \* \*

Estamos sinceramente convencidos da utilidade de uma revista como a que ora entregamos aos nossos homens de cultura, aos estudiosos, a todos

aqueles brasileiros que buscam alcançar estágio superior ao incompleto sistema pedagógico-universitário vigente.

Acreditamos orgulhosamente na cultura nacional, em sua presença pujante e em suas possibilidades concretas. Governo e intelectualidade devem unir-se no sentido de impulsionar o processo civilizador da nação jovem e palpitante de perspectivas imediatas. Estimulando a iniciativa privada ou colocando os seus recursos a serviço da coletividade, que é quem os fornece, o Estado estará cumprindo a sua missão de depositário das esperanças de dias melhores, de democratização da cultura, de sentinela na defesa do patrimônio cultural de nossa terra, "que se criou e vem se enriquecendo no decurso de toda a sua história, e que representa valiosa contribuição ao tesouro comum da cultura universal" (Manifesto de convocação do Primeiro Congresso Nacional de Intelectuais, assinado por 1.082 escritores, artistas, cientistas, etc.).

Também nós estamos convencidos da necessidade de serem incorporados à nossa cultura milhões e milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever, primeiro passo para que a cultura no Brasil possa apoiar-se em sólidas e amplas bases de instrução pública e o país atinja a plenitude de sua independência política e econômica.

Como membros do atual governo, elevado ao poder pela vontade da maioria eleitoral, não podemos distanciar-nos desses problemas fundamentais, sob pena de cumplicidade com as forças retrógradas, que procuram a todo preço impedir o progresso material e espiritual de nossa pátria.

Convocamos entusiasticamente todos os brasileiros de inteligência a unirem seus esforços na luta comum pela elevação do nível cultural do povo brasileiro. Mais do que nunca, o momento é o de amor, que une e constrói. Amor à pátria, aos seus tesouros intelectuais, artísticos, musicais, arquitetônicos, etc., à sua cultura genuína, à sua geografia humana e sentimental, que marcam a sua presença no concerto harmonioso das nações.

Pensamos que servir à cultura no Brasil, colaborar para o seu florescimento autóctone é a mais alta forma de amar a pátria e nosso povo.

Pensamos que basta ver no intelectual um ser radicado na terra, para lhe conferir o sentimento de solidariedade humana. A contribuição do intelectual e do artista na formação política do povo (que é inseparável da formação cultural) deve ser, antes de tudo, aquela de um educador. Uma contribuição de amor ao ser humano.

Os homens desta Idade devem e podem esforçar-se no sentido de que a palavra "Democracia" readquira a sua plenitude e a sua dignidade e a palavra "Cultura" volte a ser parte integrante deste significado, como e perfume à flor, o sabor ao alimento, a cor à terra. Que nada nos separe na jornada civilizadora e cultural: credos políticos, ideológicos ou religiosos,

idade, nacionalidade ou especializações intelectuais. Demo-nos as mãos. Marchemos ombro a ombro em direção ao generoso coração do povo brasileiro, para lhe ofertar o pão e a rosa da cultura.

José Renato Santos Pereira

MACHADO DE ASSIS é um nome inteiramente familiar ao Instituto Nacional do Livro. É quase um patrono.

Quando do centenário do nascimento do autor de Brás Cubas, em 1939, o Instituto, sob a direção do machadiano ilustre que se chama Augusto Meyer, participou das comemorações com uma exposição que foi, no gênero, das melhores que já se viram nesta cidade. No ano passado publicou a Bibliografia de Machado de Assis. E agora, por uma feliz inspiração de seu diretor, Dr. José Renato Santos Pereira, aproveita o ensejo da data machadiana, quando se comemora o 117º. aniversário do nascimento de Machado de Assis, para publicar o primeiro número da Revista do Livro.

Não poderia ser mais oportuna a homenagem. Machado de Assis é hoje um nome universal, com ser, para glória das letras pátrias, a nossa maior expressão literária. Sua decidida vocação para as letras constitui um caso quase único na nossa história literária e torna-o implicitamente patrono de quantos empreendimentos literários se levem a efeito.

Vinda à luz numa data tão significava para a cultura nacional, tenha a Revista do Livro o mesmo e glorioso destino que os fados teceram ao nosso ilustre patricio. [p. 02-05]

- Revista do Livro n.º 03 / 04 – dezembro de 1956:

#### Novos instrumentos de cultura

Duas recentes iniciativas da máxima importância cultural sugeriram-nos as considerações que seguem.

A primeira refere-se à Semana do Museu, realizada no mês de outubro em todo o país, como parte das comemorações do 10º aniversário da UNESCO, através do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBEEC) e da Organização Brasileira do Comitê Internacional de Museus. A finalidade da Semana foi das mais justas: o estudo, o debate e o estímulo à formação dos novos museus de arte e ciências, tidos e aceitos como organismos vivos de cultura, escolas dinâmicas de tipo novo.

Organizaram-se programas especiais, estabeleceram-se normas de ação, escalas de visitas aos nossos principais museus, houve conferências, palestras, cursos de iniciação, etc. Tudo muito certo, tudo muito útil e patriótico.

A segunda iniciativa diz respeito a um convênio que o Instituto Nacional do Livro estabeleceu e que visa a criar uma biblioteca pública em todos os municípios brasileiros.

Vamos por etapas.

\* \* \*

Primeiro, um parêntese para o que mais nos impressionou nos grandes e pequenos museus da Europa que visitamos, em nossas andanças deslumbradas pelo velho continente. Não foi a quantidade, a variedade de peças expostas, não foi sua menor ou maior riqueza em pinturas, esculturas ou objetos do anonimato criador, o menor ou maior grau de organização “didática”, o luxo ou a simplicidade funcional das instalações. É óbvio que tudo isso tocou o nosso espírito, suscitou-nos sentimentos de revolta em face do descaso a que habitualmente no Brasil estão relegadas as coisas da arte e da cultura, provocou-nos amor maior e mais acendrado pelo nosso país e pelo nosso povo, deu-nos alento na esperança e confiança no futuro.

Como íamos dizendo, o que mais impressionou a este montanhês, nas suas perlustrações museológicas, foi, mais que tudo, a visão confortadora das ininterruptas caravanas escolares de todas as idades àqueles museus, devidamente acompanhados de mestres, numa antevisão radiosa do que pode vir a acontecer em nossa pátria, num futuro nunca remoto, se para tanto não nos faltarem amor, fé, patriotismo e confiança nos homens e em suas forças criadoras sempre renovadas. Ali se ajuntavam, em desmilitarizadas formações escolares, os homens de amanhã da França, Itália, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Holanda, crianças sadias de corpo e espírito, a receberem dos mestras-guias os ensinamentos e explicações sobre temas de arte, de organização social, política e econômica do passado, ouvindo e vendo, comparando e deduzindo, ampliando seus nascentes conhecimentos no estudo e na visão de materiais produzidos pelo homem primitivo, da Antiguidade Clássica, da Idade Média, da Renascença, para atingir a nossa época, numa lição inesquecível da síntese mágica de correntes estéticas e de fatos que compõem a história das crenças, dos usos e costumes, daquilo que mais vale considerar no estudo do passado histórico: o homem.

\* \* \*

Julgamos que uma Campanha Nacional pela Fundação de Museus deve acompanhar e suceder a essa outra, de âmbito internacional. Apenas assim tal movimento assumirá validade pública, de vez que não se pode falar em intercâmbio sem que internamente se possuam aqueles elementos estabelecedores de uma efetiva e positiva troca de trabalhos artísticos, científicos e culturais.

Acreditamos não haver sonho mais belo do que confiar na proximidade de uma época em que as portas de todas as nações estarão abertas de par em par, para um intercâmbio artístico que inclua as peças de museus,

o acervo iconográfico que faz o orgulho dos países de tradição sedimentada, a fim de que saber e cultura se transformem efetivamente em produtos de livre comércio, justamente aqueles de maior interpenetração, de mais intensa oferta e não menor procura. Pois entendemos que o conceito de cultura vem sofrendo radical mutação, deixando de constituir privilégio de castas abastadas para estender-se horizontal e verticalmente às mais amplas camadas populares. Núcleos cada vez maiores da população estão a exigir de quem de direito uma efetiva democratização da cultura e do ensino básico e complementar. Iniciativas particulares (como o atesta eloquentemente o extraordinário número de pessoas matriculadas nos cursos de literatura brasileira, em boa hora instituídos pela Associação Brasileira de Escritores, seção de São Paulo), estatais ou para-estatais, encontram audiências cada vez maiores. Embora ainda em pequeno número para a extensão de nosso território e o índice do crescimento populacional, novos museus vão sendo criados, de forma até certo ponto anárquica, é verdade, mas nem por isto menos louvável.

Ousamos formular uma pergunta: não veem os leitores uma feliz coincidência nas duas campanhas, naquela dos museus e nesta outra, iniciativa deste Instituto, e que visa a aparelhar as cidades brasileiras de biblioteca pública municipal? Eis aqui a oportunidade sonhada de dotar os núcleos habitacionais do interior (tão privados, em sua esmagadora maioria, da possibilidade de apreciar peças de museu e de ter ao alcance livros indispensáveis para a complementação de seus estudos básicos) de edifícios, ou, no caso de sua impossibilidade, de salas com instalações bibliotecárias e museográficas, através de reproduções de artes plásticas devidamente catalogadas e com o correspondente texto elucidativo. Igualmente, a doação de projetores especiais, dotados de slides e filmes de arte, fotografias microfilmadas de obras célebres, acompanhados de catálogos explicativos, etc., parece-nos iniciativa cuja sugestão fica desde já lançada.

Estabelecido que os museus são organismos dinâmicos, partes integrantes da metodologia educacional e do patrimônio cultural das nações, centros vivos de cultura, queremos crer que um entrosamento harmônico da iniciativa privada com o programa oficial de ensino e com os organismos governamentais de cultura se faz mister, desde que um e outro escalões tem por missão servir à coletividade, que é quem lhes fornece os meios para o cumprimento de suas obrigações específicas.

Tornamos a indagar: por que não ensaiar a harmonização de uma campanha como a do Instituto Nacional do Livro no setor das bibliotecas com esta em tão boa hora agitada e que, parece-nos, tem por finalidade a implantação de organismos museográficos pelos quatro cantos do Brasil?

Urge incentivar-se a criação de futuros museus populares – ou se ampliando as bibliotecas em funcionamento ou adaptando para tal fim as que

se originarem de convênio com o I.N.L. – com o fornecimento por um organismo próprio (a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por exemplo) daqueles objetos mínimos e essenciais à sua existência.

\* \* \*

Há ainda que falar no projeto de autoria do deputado Marcos Parente, digno representante do Estado do Piauí no Congresso Nacional e um dos maiores entusiastas do convênio que o I.N.L. vem firmando com as municipalidades brasileiras. Nenhuma homenagem maior a esse representante do povo do que a transcrição de seu patriótico projeto.

Projeto N.º...

Abre crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 ao Instituto Nacional do Livro.

(Do sr. Marcos Parente)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º - Fica aberto ao Instituto Nacional do Livro, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender às despesas com a aquisição de livros, decorrentes da assinatura de acordos e convênios para a instalação de bibliotecas públicas em todas as cidades e municípios brasileiros, na conformidade do que prevê a Lei n.º 1.493, de 13/12/1951.

Parágrafo 1.º - A dotação orçamentária de que trata a presente Lei destina-se também as despesas com a organização dos Serviços de Expedição do I.N.L., bem como a de Assistência Técnica, exclusivamente junto às novas bibliotecas.

Parágrafo 2.º - A assinatura de convênios ou acordos só se fará com as Prefeituras ainda não servidas, em suas sedes ou distritos, por bibliotecas públicas.

Justificação

É fato notório o esforço despendido por este, como por outros governos, para incrementar, em todo o território brasileiro, uma grande campanha de combate ao analfabetismo. Haja vista às dotações que anualmente se consignam ao Ministério da Educação, para a criação, em todos os municípios, de uma proficiente rede de escolas primárias, quer para a alfabetização de crianças, quer para a alfabetização de adultos. Não pretendemos, nem mesmo necessário seria, louvar os méritos de uma campanha de tal envergadura. Lembramos apenas que, à medida que este Congresso volver sua atenção para problemas desta natureza, estamos cumprindo, com espírito público e visão patriótica, as altas e honrosas

incumbências que nos foram confiadas pelo povo brasileiro. Acreditamos, porém, que os tão humanitários objetivos desta campanha não se alcançarão somente com a simples divulgação de cartilhas rudimentares que apenas transmitem as primeiras noções do ler e escrever. Povo alfabetizado não é aquele que apenas assina o nome e soletra mecanicamente as palavras.

É preciso avançar muito mais na formação cultural de nossa gente para que a alfabetização seja realmente um bem e não apenas um meio de adquirir um título de eleitor ou fazer jus a um cargo no funcionalismo público. Precisamos, pelo hábito de boa leitura, imprimir vantagens de ordem material, intelectual e moral para o bem-estar da gente brasileira, principalmente daqueles que, isolados em pleno sertão, longe dos bons cinemas, das diversões esportivas, terão que se refugiar na leitura para encher com encantamento e conforto as suas horas de lazer. Por estas razões é que louvamos, com o maior entusiasmo, a oportuna e patriótica iniciativa do Instituto Nacional do Livro, de expandir pelo Brasil afora uma vasta e bem dotada rede de bibliotecas públicas.

A iniciativas desta natureza da daremos sempre o nosso maior e irrestrito apoio, cômicos de assim estarmos cumprindo a mais honrosa função de legislador brasileiro, qual seja a de estimular no seio do nosso povo o amor à cultura e ao saber. Reconhecemos, no entanto, que as dotações orçamentárias, ordinariamente consignadas no Orçamento da República ao Instituto Nacional do Livro, não oferecem de modo algum condições para um empreendimento de tão profundas e extensas responsabilidades. Julgamos assim oportuno oferecer à apreciação dos ilustres pares desta Casa e do Congresso Brasileiro o projeto de lei acima, que, se aprovado, em breve fará sentir o acerto de tal medida, na gratidão do povo brasileiro.

(as.) Marcos Parente

\* \* \*

Na qualidade de diretor de um órgão de difusão cultural como é e pretende ser cada vez mais o Instituto Nacional do Livro, aplaudimos com entusiasmo a campanha do IBICC e a iniciativa do deputado piauiense. Vemos nelas esforços bem sucedidos no sentido da democratização da cultura, do florescimento das forças criadoras do homem, ao qual são dados novos instrumentos do saber, novas casas de cultura viva. [p. 03-07]

José Renato Santos Pereira

- Revista do Livro n.º 05 – março de 1957:

Um depoimento de Mário de Andrade

No último número desta Revista discorremos ligeiramente sobre dois instrumentos básicos no processo de culturação popular: os museus e as

bibliotecas. Procuramos em nosso depoimento estudar uma fórmula capaz de focar, numa unificada linha de ação, os objetivos específicos de ambos, para sugerir ao final a formação de núcleos museográficos iniciais nas bibliotecas públicas municipais já existentes e nas que forem sendo formadas, por força de um convênio que o Instituto Nacional do Livro vem estabelecendo com as prefeituras brasileiras interessadas em enriquecer seus municípios com esses indispensáveis órgãos de difusão da cultura.

Não vamos insistir no primeiro ponto, que a seara é alheia. Lamentemos, embora, o não-pronunciamento de entidades interessadas, tais como a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o organismo internacional de museus, o IBECC — o que não significa que a batalha esteja vencida. Mas fiquemos no setor que nos diz respeito de perto, apesar de julgarmos que em matéria de cultura nada se isola ou se auto abastece.

O que vai seguir nada mais é do que modesta introdução a um estudo inédito do escritor Mário de Andrade, cuja ausência todos deploramos. É que, compulsando velhas e esquecidas pastas sob a zelosa guarda da Seção de Publicações do I.N.L., o Professor Crisanto Martins Filgueiras teve a grata surpresa de encontrar um trabalho do grande vulto de nossas letras, desaparecido há exatamente 12 anos e tão vivo e atuante ainda agora. Nele o autor de *O Empalhador de Passarinho*, com aquela lucidez que regia todos os seus atos, aborda o problema das bibliotecas populares no Brasil, sugerindo medidas, algumas das quais hoje em pleno vigor em seu Estado natal, São Paulo.

\* \* \*

É hábito mais ou menos generalizado afirmar-se que o Brasil está distanciado algumas décadas das nações vanguardistas da humanidade. A assertiva vem logo, naturalmente, acompanhada de dados, estatísticas, exemplos, chegando alguns a afirmar que tal atraso alcança meio século. Sem pretender alongar-nos, sentimos que é nosso dever concordar em que boa parcela de verdade está implícita nessas deduções, válidas somente quando indicativas de correção, estimulantes de medidas capazes de superar as falhas e deficiências que tais atrasos acarretam à nossa organização social, econômica e cultural.

Via de regra, tais fatos decorrem da inexistência de planos gerais e unificados, de metodologia governamental, cuja ausência é a grande responsável pelo desinteresse a que são relegadas as coisas da cultura entre nós. Rotas são traçadas, quase sempre desacompanhadas de iniciativas capazes de superar de boa margem o primarismo que se observa (e é o que nos interessa especificamente) nos níveis de cultura da população brasileira.

Queremos sinceramente acreditar que o índice de analfabetismo suplante a casa do cinquenta por cento de nossa população. O que equivale a

dizer: cerca de trinta milhões de irmãos nossos, dotados de idênticos direitos, vegetam nas fronteiras áridas da incultura.

Nenhum brasileiro interessado nos problemas da cultura poderá deixar de corar diante de uma tal ilação. No entanto, que maravilhosas perspectivas podem ser abertas diante de todos, ao se unificarem esforços no sentido de abolir decididamente um tão lamentável estado de coisas.

Evidentemente o problema da alfabetização não está ligado diretamente ao assunto da criação de bibliotecas populares (ou que outro nome possam ter), conforme acertadamente o diz o próprio Mário de Andrade, como se verá adiante. Mas o problema acompanha ou completa esse outro, o de salvar para a cultura milhões de brasileiros mergulhados nas trevas do analfabetismo (permitam-nos repetir enfaticamente o lugar-comum). Pois a existência de bibliotecas franqueadas em todas as cidades brasileiras, além de constituir necessidade premente em todos os sentidos, na atual conjuntura nacional, pode e certamente servirá de estimulante para a alfabetização em massa de adultos e crianças, que terão à sua disposição, tão logo tenham aprendido a ler e a escrever, salas de leitura abastecidas de livros, revistas, etc., todo um novo mundo de conhecimentos até então insuspeitado.

Não há que fugir a esta constatação: quando aquela etapa estiver vencida, quando saber e cultura forem alimento farto e barato para todo o povo brasileiro, quando seus benefícios se estenderem a todos os nossos patrícios — nesse dia o Brasil se terá afirmado efetivamente como nação independente, cônica de seus valores e de suas riquezas, economicamente soberana, livre e feliz, pisando firme o caminho do progresso.

\* \* \*

Vê-se por aí a razão poderosa da campanha que vimos atacando com todo o ardor de nossa mocidade, e que visa —vale a pena repeti-lo — a dotar todas as cidades brasileiras de biblioteca pública. Os benefícios e vantagens do convênio a respeito serão por nós de viva voz expostos dentro de poucos dias, por ocasião do Congresso Brasileiro de Municípios, por honrosa deferência da direção da Associação Brasileira dos Municípios. Nessa oportunidade faremos aos prefeitos e vereadores de grande parte dos municípios brasileiros ampla exposição dos objetivos de tal acordo, que entretimentos continua à disposição das autoridades municipais que dele ainda não tenham tomado conhecimento direto.

\* \* \*

Divulgando na REVISTA DO LIVRO o trabalho de autoria de Mário de Andrade, queremos homenagear o homem de letras participante dos grandes problemas nacionais, o patriota consciente e ardoroso, o intelectual ativo, que nunca se encarcerou em gabinete de trabalho, mas estendeu antenas sensitivas para captar as aspirações mais caras do povo, seus desejos de mais cultura, mais conforto, paz e compreensão.

JOSÉ RENATO SANTOS PEREIRA  
Diretor do I.N.L.

## BIBLIOTECAS POPULARES (São Paulo, 1939)

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação, de professores de ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada! se acha tão desprovida de outras forças de unificação.

O problema das bibliotecas populares não se resolve porém com qualquer simplória disseminação de amontoados de livros pelos bairros das capitais. É certo que uma biblioteca de espírito realmente moderno não se reduz jamais a um exclusivo amontoado de livros, um "túmulo de livros" como alguém já disse. São organismos efetivamente agentes, são verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extraescolar.

Em países como o nosso, porém, cujo povo ainda não possui o hábito de ler, as bibliotecas populares devem ser inicialmente orientadas, em especial para a criação desse hábito de leitura. Qualquer organismo, por mais atrativa que seja a sua fachada, por mais figuras que tenha nos seus livros, e, sejamos corajosos de tudo afirmar, por mais sombra meiga e fria que apresente em suas salas de leituras nos dias de verão brabo, jamais chamará pro livro os alfabetizados de Leônidas, unicamente leitores da página de esportes e de crimes dos jornais.

Nesse sentido da criação do hábito popular de leitura, creio que os estudos mais sérios feitos entre nós, até agora, foram os do Departamento de Cultura, de São Paulo. Levaram-no a idear um tipo de biblioteca popular, incontestavelmente de uma certa complexidade, mas de espírito eminentemente realista. Me refiro às suas Casas de Cultura, organizadas durante a gestão do grande prefeito Fábio Prado, e que o atual prefeito paulistano, o urbanista Prestes Maia, anunciou que levaria avante.

De resto, essas Casas de Cultura vinham já coroar com uma iniciativa vigorosa, uma série de medidas biblioteconômicas importantes, das quais, pelo menos duas, afetam de perto o problema da cultura popular: a criação de bibliotecas rudimentares, nos Parques Infantis proletários, e a abertura da Biblioteca Pública Municipal aos domingos e feriados. Com efeito, é visível o desacerto em que vivemos, quanto a regime de vida bibliotecária. As bibliotecas públicas se destinam precipuamente aos que não podem comprar

livros. Ora essas bibliotecas se abrem geralmente na hora em que começa o trabalho quotidiano, e se fecham às vinte horas da noite. Aos domingos e feriados elas conservam-se fechadas! De maneira que poucas, pouquíssimas horas nos dias da semana elas podem ser úteis justamente às pessoas que mais necessitam delas. É um absurdo, que em S. Paulo a Municipalidade já não mais pratica a sua Biblioteca Pública pois só se fecha cinco dias por ano. E a frequência dominical é já enorme, provando bem que no Brasil não existem apenas os alfabetizados de Leônidas.

Instituição mais importante ainda, sob o ponto de vista popular, me parecem as bibliotecas infantis, de caráter proletário. Nós não podemos contar com a remodelação de costumes, pelo menos unânime, nas pessoas do povo que já tenham trinta anos, por exemplo. A estes, dificilmente incutiremos o costume de ler. Irão sem dúvida, uma ou outra vez, às bibliotecas populares. Mas não se trata de criar um órgão de desfastio, ou mesmo de leitura mais ou menos frequente. O que importa não é o... lirismo da leitura, mas a criação de um hábito completamente novo em nosso povo. A criança é que nos interessa mais.

Nas Casas de Cultura, do tipo paulista, há sempre, junto à biblioteca popular para adultos, uma biblioteca infantil para crianças operárias. Havia que solucionar também o problema de um salão para palestras e cinema educativo. Creio que aí é que se tornou mais interessante a solução dada pelo Departamento de Cultura, e a sua iniciativa é mais original. Criou um andar superior, fez de uma das alas do edifício, um salão com palco, verdadeira boíte para perto de seiscentos ouvintes, e possibilidade de representações teatrais, para teatro popular e concertos. E na outra ala reuniu ao conjunto que nomeou "Casa de Cultura", um clube popular, clube de caráter social, que terá como função principal, dirigido como é pelos próprios operários, dirigir o organismo todo, naquilo em que essa direção for uma consulta às exigências do povo; facilitar o contato com a direção cultural, administrar a parte meramente calendária das manifestações públicas, cinema, cursos de educação popular, teatro, bailes, concertos, conferências.

No teto enfim, em dois planos, há dispositivos para leitura ao ar livre, danças, ginásticas e chuveiros.

Não sei se no Brasil já se fez experiência mais importante a respeito da cultura intelectual popular. [p.04-08]

Mário de Andrade

- Revista do Livro n.º 06 – junho de 1957:

Não há.

- Revista do Livro n.º 07 – setembro de 1957:

Não há.

- Revista do Livro n.º 08 – dezembro de 1957:

Nosso vigésimo aniversário

O Instituto Nacional do Livro acaba de completar vinte anos de existência. Precisamente em dezembro de 1937 era ele fundado por decreto do Presidente Getúlio Vargas, com um programa que vinha atender, de maneira direta, às solicitações do nosso desenvolvimento cultural. E esse programa tem sido cumprido – dentro, naturalmente, das possibilidades que condicionam empreendimentos dessa natureza – não se podendo negar os benefícios dele resultantes para o público.

Promover o lançamento de obras que pelo seu caráter não interessem comercialmente aos editores; estabelecer um cadastro geral das bibliotecas do Brasil; concorrer para o desenvolvimento das mesmas, fazendo-lhes larga distribuição de livros, diretamente adquiridos dos editores; publicar uma Enciclopédia Brasileira e uma revista de cultura; realizar com regularidade o levantamento da bibliografia brasileira corrente – eis os pontos principais da tarefa a que o Instituto se impôs e de que se vem desobrigando.

Quanto às obras lançadas, cumpre salientar, não somente as de caráter especializado, como as raridades bibliográficas de edição dispendiosa, as de interesse geral, postas ao alcance do público por preço módico. Encartam-se elas nas seguintes coleções: Biblioteca Científica Brasileira, Coleção do Estudante, Coleção de Obras Raras, Biblioteca Popular Brasileira, Biblioteca de Divulgação Cultural, Bibliografia Brasileira, Publicações avulsas, Coleção de traduções de grandes autores brasileiros, devendo-se computar ainda as edições isoladas, como as obras de José Bonifácio, as de Faria Brito, as de Capistrano de Abreu e as obras completas de Epitácio Pessoa, em curso de publicação. Entre os empreendimentos de vulto do Instituto nesse setor editorial destacam-se a monumental História da Companhia de Jesus no Brasil em dez volumes, do Padre Serafim Leite (obra que veio suprir uma falha, pois Capistrano de Abreu, como se sabe, dizia que seria impossível escrever a história do Brasil, enquanto não se fizesse a história das atividades dos jesuítas no Brasil).

A distribuição de livros realizada pelo Instituto, que hoje controla todas as bibliotecas do país, vem favorecer amplamente o público menos dotado de possibilidades econômicas, como também os editores, facultando-

lhes um sensível auxílio, principalmente no caso de obras de reduzida margem comercial.

A Enciclopédia Brasileira, já em adiantada fase de preparação, a cargo de uma equipe de especialistas, e orientada pelos moldes mais modernos das obras do gênero, lançará dentro em breve o seu primeiro volume. A “Revista do Livro” está circulando trimestralmente com toda regularidade, trazendo uma parte de estudos – trabalhos de erudição e pesquisa – uma de inéditos, o “Arquivo”, em que são divulgadas páginas esquecidas da literatura brasileira, a “Vária”, com artigos, um noticiário e uma parte bibliográfica. Nela vem colaborando figuras representativas da nossa intelectualidade, sendo, decerto, a única revista no gênero, atualmente, no país.

Seria justo salientar igualmente o interesse para o público do levantamento da bibliografia corrente, trabalho que não tinha sido ainda realizado no Brasil, cuja falta se fazia sentir enormemente em nosso campo de informação cultural.

O primeiro diretor do Instituto, cuja gestão se prolongou pelo espaço de 18 anos, foi o escritor Augusto Meyer. Poeta, ensaísta e erudito, representando indiscutivelmente um dos pontos mais altos da intelectualidade brasileira contemporânea, soube ele identificar-se com os fins desta Casa, dando o melhor da sua inteligência e de sua capacidade de trabalho na consecução dos mesmos. Augusto Meyer deixou assim o seu nome para sempre ligado ao Instituto Nacional do Livro, cujas bases, como primeiro diretor ele lançou e consolidou, imprimindo às suas atividades uma orientação, que se transformou depois em esclarecida rotina.

Durante o afastamento de Augusto Meyer, em 1955, quando esteve ele dando um curso de Estudos Brasileiros na Alemanha, substitui-o, interinamente no cargo o escritor Adonias Filho, que não criou solução de continuidade no programa desenvolvido pelo titular efetivo.

Em 1956, Augusto Meyer deixou a direção do Instituto, sendo para ela designado José Renato Santos Pereira, cuja ação se tem feito sentir numa série de iniciativas, em que vem empenhando o melhor do seu esforço. O Instituto continua a trabalhar com afino em todos os setores, sendo sempre o propósito da direção dar-lhe cada vez maior desenvolvimento. Queremos viver em contato com a intelectualidade do país, recebendo-lhe as sugestões, auscultando a opinião pública e acolhendo com agrado todas as críticas que possam concorrer para remediar as falhas e orientarmos melhor o nosso trabalho no sentido dos altos interesses da cultura brasileira. [p. 05-06]

- Revista do Livro n.º 09 – março de 1958:

Não há.

- Revista do Livro n.º 10 – junho de 1958:

Embora seja uma publicação destinada aos estudos de história literária, erudição e pesquisa bibliográfica, a Revista do Livro não se alheia, absolutamente, dos problemas que agitam a nossa literatura no momento. Procurando concorrer para a preservação dos valores tradicionais, mantém-se atenta ao que se refere às correntes modernas e à inquietação das gerações novas. Assim, ao mesmo tempo que anuncia para setembro próximo um número dedicado a Machado de Assis, cujo cinquentenário da morte então se comemorar, abre neste número suas colunas ao debate de um dos problemas que vem apaixonando à atualidade literária: o concretismo e a poesia concreta. Dois estudos, um favorável, outro contrário ao tema em questão, defendem posições no terreno da controvérsia puramente cultural, sem laivos de paixão ou personalismo. Outros problemas da mesma natureza encontrarão aqui ambiente para o pronunciamento dos que em face deles tomam posição. Procuraremos assim fazer da Revista um periódico atuante, dentro das dimensões em que ela, pelo seu feitio, se encarta. [p.07]

- Revista do Livro n.º 11 – setembro de 1958:

Em 1939 o Instituto Nacional do Livro comemorava o centenário do nascimento de Machado de Assis. Este ano não podia permanecer indiferente ao cinquentenário da morte do grande escritor, data tão expressiva quanto aquela. Daí este número especial da REVISTA DO LIVRO, dedicado exclusivamente ao estudo da vida e da obra do autor do Quincas Borba, modesta contribuição para as comemorações que se estão realizando em todo o país. Não precisaremos encarecer aqui a importância desse que é, decerto, o maior vulto das nossas letras.

De ano para ano, a medida que se aprofundam as pesquisas e o trabalho de exegese, Machado de Assis se vai apresentando sob novos aspectos aos nossos olhos revelando-se em todas as nuances sutis do seu espírito tão complexo. Foi um pessimista irredutível, tinha uma visão sombria da existência, não acreditava na humanidade, sua obra traduz ceticismo e descrença. Essas e muitas outras acusações podem lhe ser feitas. Mas o único critério para se julgar um artista é o estético e Machado de Assis era um artista da cabeça aos pés. Se formos repudiar um escritor pelo seu pessimismo, teríamos de riscar da história da literatura muito das grandes figuras. Flaubert estaria no índice, Baudelaire mais do que ele e Dostoiévski também. O artista constrói no plano da beleza, e o que sob o ponto de vista ético tem um caráter destrutivo, pelo lado estético pode ser tornar profundamente edificante. Tal o que acontece com os escritores como Machado de Assis. As pesquisas que se vem fazendo nestes últimos anos tem mostrado, entretanto, que ele não se

ausentou, como muitos insistem em afirmar, da realidade brasileira. Não viveu no terreno das abstrações, como um colecionador de sonhos de ópio. Ao contrário, viveu sempre em terra firme: os usos e os costumes da época, as inquietações políticas e sociais encontraram ressonância nos seus contos e romances, nos quais podemos distinguir as linhas esquemáticas de um verdadeiro retrato do Brasil, no Segundo Reinado e nos primeiros tempos da República. Já há muitos anos, Mário Casassanta reconheceu isso, quando proclamou Machado de Assis escritor nacional. Se o preocupava, acima de tudo, o mistério da alma humana, o homem não aparece na sua obra como uma abstração à semelhança do que acontece em certa corrente do moderno ficcionismo brasileiro. Não se preocupou com a natureza, mas tomou sempre conhecimento da paisagem urbana, na qual se enquadram os seus personagens. Foi, por excelência, o romancista do Rio de Janeiro: as velhas ruas, as traquitanas, os velhos prédios, os saraus, os namoros, tudo que constituía a fisionomia da cidade, cheia de reminiscências coloniais, antes da remodelação do prefeito Pereira Passos, nós encontramos em Machado de Assis.

Que a sua tenha pontos fracos, que ele seja passível de crítica, ninguém o duvida. A glorificação de um escritor não implica erigi-lo em tabu. Somos mesmo contrários a toda forma de endeusamento incondicional. Por isso, ao organizarmos este número, convidando para nele colaborar os nossos maiores especialistas em Machado de Assis, não cogitamos da maneira pela qual eles iam encará-lo. Achamos que o melhor meio de homenagear a memória do grande escritor é a crítica e não o panegírico. O presente número, com a autoridade daqueles que nele figuram, pretende pois ser, na essência, uma obra de crítica.

Ao mesmo tempo, quisemos torná-lo também um documentário capaz de fornecer elementos de informação aos estudiosos.

Neste último setor esforçamo-nos por divulgar alguma matéria ainda pouco conhecida sobre Machado de Assis, peças iconográficas, e principalmente, uma minuciosa cronologia, que constitui uma verdadeira biografia esquemática. Que os leitores aí possam encontrar um instrumento de trabalho, eis o que de melhor ambicionamos. O fato de termos reunido nestas páginas alguns dos nomes mais ilustres das nossas letras contemporâneas desobriga-nos de certo do compromisso que assumimos para com o público ao emprendermos esta iniciativa. A eles, pois, a esses colaboradores, deve a REVISTA DO LIVRO a possibilidade desta homenagem ao nosso maior escritor. [p.05-06]

- Revista do Livro n.º 12 – dezembro de 1958:

No desenvolvimento do largo programa cultural a que se impôs, a “Revista do Livro” vem procurando atender sob todos os aspectos o interesse dos leitores e sobretudo dos estudiosos a quem as suas páginas são particularmente dedicadas. De algumas falhas sobre as quais nos possam arguir já tomamos conhecimento, e se ainda não as fizemos sanar é porque empreendimentos desta natureza, no Brasil, só com muito tempo e trabalho chegam a realizar-se em toda a sua extensão. Haverá quem reclame algum espaço na “Revista” para estudos científicos e filosóficos; quem note a ausência de comentários sobre teatro, cinema, artes plásticas, etc. Tudo isso já tem sido objeto de nossas cogitações. Mesmo no setor literário, do qual mais nos ocupamos, se torna sensível a necessidade do “review” [sic] para os livros do dia. Não basta a resenha puramente bibliográfica, que vimos fazendo como ninguém até hoje fez entre nós: é preciso também para completa-la, a informação crítica.

Apesar dessas falhas, julgamos haver cumprido uma boa parte do nosso programa, e dotado o Brasil de uma publicação cultural, modelada pelas melhores do estrangeiro e de acordo com o crescente desenvolvimento das nossas letras e dos estudos universitários entre nós. Chegamos ao número 12, vencendo mais um ano de existência, animados dos melhores propósitos e principalmente confortados por muitas referências desvanecedoras que nos tem vindo tanto do país como do estrangeiro.

Depois do nosso último número, todo dedicado à comemoração do cinquentenário da morte de Machado de Assis, não poderíamos deixar passar em silêncio mais duas efemérides significativas registradas no ano que finda: o centenário da morte de Frei Francisco de Monte Alverne e o cinquentenário da morte de Artur Azevedo. Sobre essas figuras encontrarão os leitores, na parte de estudos, trabalhos de Frei Roberto Lopes – que publicou ultimamente uma biografia do ilustre orador sacro, a mais completa e detalhada até hoje aparecida – de Augusto Fragoso, grande pesquisador, trazendo informações muito curiosas sobre o último periódico literário fundado por Artur Azevedo, e uma pequena crônica de Brito Broca, estabelecendo um paralelo entre a “Capital Federal”, popularíssima burlata do comediógrafo maranhense e um romance do mesmo título de Coelho Neto. Na parte de “Noticiário” incluímos uma notícia biográfica sobre Monte Alverne e um comentário do caso Artur Azevedo – Antoine, que ocupou a atenção do nosso público em 1903. Cremos que assim prestamos a devida homenagem a esses grandes vultos da nossa história literária.

Ao mesmo tempo, temos o prazer de comunicar aos nossos leitores que contratamos a colaboração regular de várias figuras de destaque no campo da cultura universitária europeia. Serão artigos escritos exclusivamente para a “Revista do Livro” por especialistas em filologia, linguística, estilística, etc. Não precisaremos encarecer a importância desses

trabalhos, sobretudo no momento em que tais ramos de estudo ganham cada vez maior expansão entre nós. Já no presente número se inicia essa colaboração com um longo ensaio de Michel Gauthier – de resto conhecido dos nossos leitores, pois já figurou nos números 1-2 da “Revista” – e outro, de Manuel Alvar sobre um tema especializado de fonética e linguística. Esses dois estudos, publicados nos idiomas em que foram escritos – francês e espanhol, respectivamente – representam uma relevante contribuição europeia da alta cultura para a “Revista do Livro”. [p. 05-06]

- Revista do Livro n.º 13 – março de 1959:

Com este número a “Revista do Livro” entra no quarto ano de existência, sem a menor solução de continuidade no seu aparecimento trimestral. E embora tenhamos consciência de havermos dotado o meio intelectual brasileiro de uma publicação cultural, de que há muito vinha sendo reclamada, longe estamos de julgar realizado em toda a amplitude o nosso programa. Indiscutivelmente, a “Revista” tem reunido em suas páginas trabalhos de figuras das mais representativas da literatura brasileira contemporânea, sem distinção de tendências ou de escolas, mas subsistem ainda muitos escritores de elevada categoria, cuja colaboração, infelizmente ainda não pudemos conseguir. Seria inútil declinar alguns dos nomes que desejaríamos ver ao lado de quantos já nos honraram e continuar a honrar-nos com seu apoio. Também os novos encontrarão aqui a melhor acolhida sempre que nos enviarem trabalhos de valor. Consistiria mesmo motivo de regozijo para nós pormos em maior contato com o público escritores de qualquer geração, principalmente jovens que, por motivos circunstanciais ainda não tiveram a divulgação merecida. Fazemos por outro lado um apelo aos meios universitários, aos quais a “Revista” de preferência se destina, para que cooperem conosco, enviando-nos sugestões, dando ressonância à obra de cultura que procuramos realizar.

Não superestimamos o resultado até hoje obtido, mas o certo é que ele nos estimula a trabalhar com maior ardor, representando já quase uma garantia do que podemos conseguir, quando se removerem certos obstáculos contra os quais ainda lutamos.

Atentos sempre à opinião do público, bem sabemos das reclamações que vem sendo feitas sobre a ausência de ficção e poesia nas páginas da “Revista”. Não iríamos ao absurdo de nos justificarmos, insinuando que esses dois gêneros são menos culturais do que os outros aqui divulgados. Mas é preciso notar o seguinte: trata-se de uma publicação até certo ponto especializada, destinada a suprir uma falha em nosso ambiente, onde os trabalhos de erudição, pesquisa, bibliografia, de crítica universitária e história literária sempre lutaram com a escassez de revistas para publicá-los.

Excluimos até agora a ficção e a poesia para nos mantermos fiéis aos objetivos essenciais deste periódico. Mas não se trata de uma medida irrevogável. Será ela objeto de estudo, futuramente, como outras modificações que pretendemos introduzir.

No presente número, entre a matéria tanto quanto possível variada, conseguimos inserir um precioso inédito de Unamuno apresentado por Diego Catalán, várias crônicas também praticamente inéditas de Raul Pompéia, não nos passando despercebido o centenário de Valentim Magalhães, comemorado com um artigo de Walter Ribeiro do Val. Anunciamos, ao mesmo tempo, que o número de setembro próximo será dedicado a Euclides da Cunha, cujo cinquentenário da morte se comemora em agosto. [p. 05-06]

- Revista do Livro n.º 14 – junho de 1959:

Não há.

- Revista do Livro n.º 15 – setembro de 1959:

Fiel ao seu programa de dar ressonância a todos os acontecimentos da literatura brasileira, a Revista do Livro homenageia neste número a memória de Euclides da Cunha, cujo cinquentenário da morte transcorreu em agosto último, e a de Clóvis Beviláqua, cujo centenário de nascimento se registra em outubro de 1959. Quanto a Euclides da Cunha, fora a princípio nosso intento dedicar-lhe vários estudos, como havíamos feito com Machado de Assis no ano passado. Mas verificamos desde logo a grande dificuldade que encontraríamos para reunir sobre o autor de *Os Sertões* um acervo suficiente de trabalhos originais, já que os euclidianos (aos quais aqui rendemos preito nas figuras desaparecidas das de Alberto Rangel e Francisco Venâncio Filho) se constituem em proporção bem menor do que a dos machadianos. Julgamos assim que a nossa homenagem teria o mesmo sentido concretizada apenas na parte do presente número, onde se reúne a documentos propriamente relativos a Euclides (cartas, esparsos, iconografia etc.) alguns estudos assinados por figuras de relevo das nossas letras, além de uma cronologia do autor de *Contrastes e Confrontos* e a bibliografia atualizada sobre a sua obra.

Embora longe do que pretendíamos fazer, acreditamos que essa contribuição para as comemorações do referido cinquentenário não será desprezível. Aproveitando a oportunidade, acentuamos que se torna necessária a publicação dos inéditos e esparsos de Euclides da Cunha, que ainda nos darão certamente alguns volumes que urge reunir-se às obras completas do grande ensaísta.

Coincidindo o cinquentenário de Euclides com o centenário de Clóvis Beviláqua, fomos obrigados, bem a contragosto, a reduzir sensivelmente a

matéria relativa ao último, pelas mesmas razões que reduzimos a de Euclides da Cunha com relação à de Machado de Assis. As colaborações sobre Clóvis Beviláqua exigiriam uma especialização maior ainda, aumentando as nossas dificuldades para obtê-las. A parte que lhe concedemos aqui não significa, porém, de maneira alguma, uma subestimação da sua grande figura em face da de Euclides da Cunha. Proximamente, aliás, segundo promessa que nos foi feita, devemos publicar importante estudo de especialista sobre o mestre cearense, em aditamento à homenagem de hoje.

Queremos agradecer a colaboração prestada a este número da Revista do Livro por alguns euclidianos categorizados, dentre os quais destacamos especialmente Hersílio Ângelo e Joel Bicalho Tostes. A esses dois pesquisadores devemos, além de quase totalidade da documentação iconográfica do presente número, as cartas do ensaísta de À margem da história a seus amigos e a preciosa indicação dos folhetins esquecidos que Euclides publicara em “O Estado de São Paulo”, de março a julho de 1892. [p. 05]

- Revista do Livro n.º 16 – dezembro de 1959:

Não há.

- Revista do Livro n.º 17 – março de 1960:

No cumprimento do seu propósito de comemorar sempre todas as datas literárias de relevo, a “Revista do Livro” consagra uma parte deste número a Joaquim Nabuco, cujo cinquentenário da morte se registrou em janeiro último; e a Mário de Andrade, cujo 15º aniversário da morte ocorreu em março. Sobre Nabuco estampamos um artigo de Olímpio de Sousa Andrade, grande conhecedor da obra do autor de *Minha Formação*, cujas ideias pan-americanas estudou exaustivamente em livro; e um interessante documentário, com iconografia, de Augusto Fragoso. Sobre Mário de Andrade temos um artigo de M. Cavalcanti Proença, especialista no assunto, autor do *Roteiro de Macunaima*; outro de Fábio Lucas, estabelecendo a posição do jovem nacionalismo brasileiro ante a obra *Andradina*.

Entretanto, outros dois centenários de escritores brasileiros e por coincidência duas grandes figuras do monarquismo no Brasil, Eduardo Prado e Afonso Celso também transcorreram neste trimestre. Não nos tendo sido possível comemorá-los no presente número à míngua de tempo, reservamos-lhe o espaço no próximo. E em setembro ocupar-nos-emos de João Ribeiro e Casimiro de Abreu, dos quais se comemoram os centenários do nascimento e da morte, respectivamente.

De há muito que vínhamos procurando suprir uma falha desta Revista: uma resenha crítica dos livros recentemente aparecidos. Mas encontrávamos grandes obstáculos nesse sentido, pois seria uma tarefa muito árdua para um só escritor um panorama literário do trimestre, sobretudo ante o avultado número de lançamentos que se vem verificando ultimamente. Resolvemos então subdividir a tarefa, confiando a diferentes pessoas a execução de pequenas notas tanto quanto possível objetivas, de interesse principalmente informativo, embora sem excluir vistas críticas e judicativas. Esperamos manter essa seção, com regularidade nos números subsequentes, dando-lhe cada vez maior amplitude. [p. 05]

- Revista do Livro n.º 18 – junho de 1960:

A Revista do Livro vem procurando comemorar todas as datas centenárias de escritores brasileiros, não somente com artigos e estudos, como também com a vulgarização de inéditos e páginas antológicas dos mesmos, pouco divulgadas e conhecidas. Por motivo de ordem técnica, porém, essas comemorações nem sempre se podem fazer em números que coincidem com as respectivas datas. Assim é que desta vez nos ocupamos de Eduardo Prado, Afonso Celso e Charles Ribeyrolles cujos centenários decorreram respectivamente em fevereiro, março e junho, destinando o próximo número a João Ribeiro e Silva Jardim. A dificuldade de se obter material sobre João Ribeiro, a quem pretendemos consagrar um bom número de páginas da Revista, de acordo com a grande importância do autor de Páginas de Estética na literatura brasileira, levou-nos a essa resolução. Silva Jardim é um vulto que interessa mais à política do que à literatura, mas nem por isso deixará de merecer-nos a atenção, na sua categoria de nome nacional. O público bem pode avaliar a dificuldade com luta uma revista de cultura como esta para conseguir colaboração especializada em nosso ambiente. Reiteramos, assim, um apelo aos escritores brasileiros para nos facilitarem a tarefa, cooperando conosco no sentido de mantermos sempre o nível desta publicação, para que ela continue prestando algum serviço ao meio cultural o País. [p. 05]

- Revista do Livro n.º 19 – setembro de 1960:

Segundo havíamos anunciado no número passado, estamos comemorando desta vez o centenário de João Ribeiro. Desejaríamos dedicar maior número de páginas ao estudo do grande escritor, mas motivos inesperados, compromissos que falharam, nos impediram de fazê-lo. No

entanto, não deixa de constituir um subsídio de grande importância a bibliografia do autor de Fabordão apresentada por Simões dos Reis, a mais completa decerto até hoje existente.

Destinaremos o próximo número à comemoração do centenário de Casimiro de Abreu e Silva Jardim. Quanto ao poeta de Primavera estamos empenhados na publicação de inéditos que, se obtivermos, revelarão sob aspectos novos essa figura tão popular das nossas letras. [p. 05]

- Revista do Livro n.º 20 – dezembro de 1960:

Não há.

- Revista do Livro n.º 21/22 – março / junho de 1961:

Já estava pronto para seguir para o prelo este número duplo – que motivos de ordem burocrática, superiores à direção e à redação da Revista, haviam retardado – quando aconteceu, inesperado e brutal, o desaparecimento de Brito Broca, co-redator do órgão periódico do I.N.L.. Desta forma, pareceu à direção e à redação que, melhor do que qualquer outra homenagem ao companheiro perecido, avesso, como era, a todas as formas de oficialismo, deveríamos homenageá-lo menos com a nota lutuosa da praxe, do que estampando, na seção dos Inéditos, uma das mais comovidas páginas das suas memórias, esse trabalho que muito prezava e deveria constituir um vasto livro ainda inacabado de reminiscências. Valha assim como antecipado e consciente reconhecimento de posteridade à obra de um escritor infatigável, – desse escritor “que se partir aos pedaços”, como ele gostava de dizer, aludindo à sua colaboração esparsa em quase quarenta anos de imprensa, e que foi única e insubstituível, dentro das humanas limitações. [p. 05]

- Revista do Livro n.º 23/24 – julho / dezembro de 1961:

Não há.

#### 1.4 Levantamento dos textos publicados na seção Inéditos:

- Revista do Livro n.º 01/02 – junho de 1956:

OLIVEIRA, José Osório de. Introdução: Um Garret brasileiro – influência do Brasil em Portugal. [p. 137 – 143].

GARRET, Almeida. Comurái (história brasileira) [p. 145 – 176].

ASSIS, Machado de. Pareceres emitidos por Machado de Assis quando membro do Conservatório Dramático, sobre algumas das peças enviadas a essa instituição (1862 – 1864). [p. 178 – 192].

NÉRY, Paulo Sérgio. Um inédito de Alphonsus de Guimaraens [Texto de apresentação] [p. 193 – 194].

GUIMARAENS, Alphonsus de. Sem título [Poema] [p. 194].

- Revista do Livro n.º 03/04 – dezembro de 1956:

EULÁLIO, Alexandre. Um inédito de Lucio de Mendonça: O Estovado – cenas dos primeiros anos de República. [Texto de apresentação] [p. 181 – 182].

MENDONÇA, Lúcio de. O Estovado. [p. 185 – 236].

- Revista do Livro n.º 05 – março de 1957:

Revista do Livro. Autógrafos de Edgar Mata. [Texto de apresentação] [p. 127]

MATA, Edgar. [Poemas] Seara Morte, Tardes, Pórtico, Chorão, Soneto, [Sem título], Lembra-te, Flor que não morre. [p. 128 – 141].

- Revista do Livro n.º 06 – junho de 1957:

EULÁLIO, Alexandre. As páginas do ano de 2000: Joaquim Felício dos Santos. [Texto de apresentação] [p. 103 – 108].

SANTOS, Joaquim Felício. [Excertos de] As páginas da história do Brasil escrita no ano de 2000. [p. 109 – 160].

- Revista do Livro n.º 07 – setembro de 1957:

NÓBREGA, Mello. Os sonetos do soneto. [p. 101 – 146].

- Revista do Livro n.º 08 – dezembro de 1957:

Revista do Livro. Um inédito de Martins Pena: o Rei do Amazonas [Texto de apresentação] [p. 155].

PENA, Martins. O rei do Amazonas. [p. 156 – 165].

- Revista do Livro n.º 09 – março de 1958:

HORCH, Hans-Juergen. “Jesuítas e Frades” um fragmento inédito de Castro Alves. [Texto de apresentação] [p. 157 - 161].

ALVES, Castro. [Fragmento] Jesuítas e Frades [p. 162 – 179].

- Revista do Livro n.º 10 – junho de 1958:

Revista do Livro. Papeis avulsos de José Veríssimo. [Texto de apresentação] [p. 167].

VERÍSSIMO, José. Papeis avulsos (À margem dos livros, O maior dos civilistas e Sem título). [p. 169 – 180].

- Revista do Livro n.º 11 – setembro de 1958:

Revista do Livro. Semana literária. [Texto de apresentação] [p. 185].

ASSIS, Machado de. “Semana literária”, Diário do Rio de Janeiro. [p. 186 – 206].

- Revista do Livro n.º 12 – dezembro de 1958:

DAMASCENO, Darcy. Correspondência inédita de Manuel Antônio de Almeida. [Texto de apresentação] [p. 197 - 199].

ALMEIDA, Manuel Antônio de. Correspondência. [p. 200 – 211].

- Revista do Livro n.º 13 – março de 1959:

CATALAN, Diego. Personalidad y sinceridad en un monodílogo de unamuno. [p. 181 – 192].

- Revista do Livro n.º 14 – junho de 1959:

Revista do Livro. Da correspondência de Raimundo Correia. [Texto de apresentação] [p. 109 – 110].

CORREIA, Raimundo. Correspondência. [À Lucio de Mendonça, Max Fleiuss, Filinto de Almeida, Alberto de Oliveira, Assis Brasil e Augusto de Lima] [p. 111 – 122].

- Revista do Livro n.º 15 – setembro de 1959:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 77]

CUNHA, Euclides da. Cartas familiares e outras. [Correspondência ativa e passiva de Euclides da Cunha a seu pai, seu filho, João Luis Alves, Domingos Jaguaribe, Francisco Escobar, Luís Cruls, Rodrigo Otávio, [p. 79-105].

- Revista do Livro n.º 16 – dezembro de 1959:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 141-142]

ARINOS, Afonso. Do arquivo de Afonso Arinos. [À Eduardo Prado, Olavo Bilac e Tita (sua esposa). Notas de Viagem. De José Veríssimo, Olavo Bilac, Visconde de Ouro Preto, Artur Azevedo, Magalhães de Azeredo, Domicio Gama, Ferreira Viana e Euclides da Cunha] [p. 143 – 179].

- Revista do Livro n.º 17 – março de 1960:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 139 – 143].

RIO, João do. Dom Luís. [p. 145 – 148].

ORLÉANS-BRAGANÇA, Dom Luiz de. [Excertos] Journal de guerre. [p. 149 – 188].

- Revista do Livro n.º 18 – junho de 1960:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 101 – 106].

QUEIROZ, Eça de. Cartas à Eduardo Prado. [p. 107 – 124].

- Revista do Livro n.º 19 – setembro de 1960:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 143]

ALENCAR, José de. [Poemas] A valsa, Asas de Ícaro, Esfinge, Sem título, Desprezo, Jura, Decepção, Norma, Gilda, “Di te scordarmi”, Tijuca, Epitáfio de uma flor, Olhos negros, Si eu fora poeta, Ave Maria, Intuição, A voz da brisa, Sem título, Primeira saudade. [p. 145 – 179].

- Revista do Livro n.º 20 – dezembro de 1960:

ALVARENGA, Oneyda. [Texto de apresentação] [p. 69 – 72].

ANDRADE, Mário de. Poesias “malditas”. [Divididas em duas séries: Poesias anteriores a 1917 e de 1924 a 1933] [p. 73 – 103].

- Revista do Livro n.º 21/22 – março / junho de 1961:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 147 – 148].  
BROCA, Brito. [Excertos] Quando havia província. [p. 151 – 168].

- Revista do Livro n.º 23/24 – julho / dezembro de 1961:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 145 – 146].  
PORTO-ALEGRE, Araújo. Do arquivo de Araújo Porto-Alegre. [Cartas de Almeida Garret, von Martius, Cônego Fernandes Pinheiro, Gonçalves Crespo, Rebelo da Silva, Joaquim Norberto, Luís Guimarães Jr., Machado de Assis e Brasília Itiberê] [p. 173 – 201].

### 1.5 Levantamento dos textos publicados na seção Arquivo:

- Revista do Livro n.º 01 / 02 – março de 1956:

Não há.

- Revista do Livro n.º 03 / 04 – dezembro de 1956:

Não há.

- Revista do Livro n.º 05 – março de 1957:

DAVID, Carlos. Centenário de José Veríssimo. [Texto de apresentação] [p. 147 – 150].

VERÍSSIMO, José. Machado de Assis: impressões e reminiscências. [Retirado de Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1908] [p. 151 – 163].

\_\_\_\_\_. [Excertos de] Literatura é arte literária, Os escritores e a língua, Literatura de Moços, O espantinho de Machado de Assis, A literatura das Américas, A moral na arte, Escolas literárias, Arte pura: coisa inconcebível, Romance e Panfleto, Da simplicidade, Essa nossa literatura, Alguns pingos, O troco miúdo da glória, O “palavrão”, De dicionário na mão, Crítica pedagógica, Semilivros, Mais pingos e A comédia literária. [p. 164 – 180].

ABREU, Capistrano de. Carta a José Veríssimo. [Retirado da Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 118, outubro de 1931] [p. 163].

NABUCO, Joaquim. Carta a José Veríssimo. [Retirado da Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 115, julho de 1931] [p. 164].

- Revista do Livro n.º 06 – junho de 1957:

FILGUEIRAS, Maria. Folhetins de Martins Pena. [Texto de apresentação] [p. 163].

PENA, Martins. Teatro de São Pedro de Alcântara e Semana Lírica. [Folhetim do “Jornal do Commercio”, de janeiro de 1847] [p. 165 – 189].

- Revista do Livro n.º 07 – setembro de 1957:

MEYER, Augusto de Sousa. As “cartas da corte” de Carl von Koseritz. [Texto de apresentação] [p. 149 – 150].

KOSERITZ, Carl von. Cartas 1ª, 3ª, 7ª, 11ª, 50ª, 51ª, [Cartas recuperadas do jornal Gazeta de Porto Alegre, 1883] [p. 151 – 176].

- Revista do Livro n.º 08 – dezembro de 1957:

Revista do Livro. Oliveira Lima e Machado de Assis. [Texto de apresentação] [p. 169].

LIMA, Oliveira. Machado de Assis e sua obra literária. [Conferência proferida em seção solene em homenagem à Machado de Assis na Université Sorbonne, em 03 de abril de 1909. Traduzida e publicada pelo Jornal do Comércio, em 09 de maio de 1909] [p. 171 – 189].

- Revista do Livro n.º 09 – março de 1958:

Revista do Livro. A política monetária no Brasil. [Texto de apresentação] [p. 183].

CALÓGERAS, Pandiá. A política monetária no Brasil. [Capítulos I e II] [p. 184 – 198].

- Revista do Livro n.º 10 – junho de 1958:

Revista do Livro. Euclides, crítico de ideias. [Texto de apresentação] [p. 183 – 184].

CUNHA, Euclides da. “O Brasil mental”. [p. 185 – 198].

- Revista do Livro n.º 11 – setembro de 1958:

Revista do Livro. A morte de Machado de Assis. [Texto de apresentação] [p. 209 – 211].

Gazeta de Notícias. Machado de Assis. [Republicação da repercussão da morte de Machado de Assis, em 30 de setembro de 1908] [p. 213 – 218].

FRAGOSO, Augusto. Arquivo Machadiano. [p. 219 – 222].

NÓBREGA, Mello. Uma carta de Machado em julho de 1908. [p. 223].

- Revista do Livro n.º 12 – dezembro de 1958:

NÓBREGA, Dormevilly. Um polemista mineiro: Sílvia Romero. [Texto de apresentação] [p. 215].

ROMERO, Sílvia. Um polemista mineiro. [Republicação de Correio de Minas, 21 de junho de 1912] [p. 216 – 229].

- Revista do Livro n.º 13 – março de 1959:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 195 – 196].

POMPÉIA, Raul. A vida na corte. [Republicação das cartas ao Diário de Minas, entre 1888 e 1889] [p. 197 – 223].

- Revista do Livro n.º 14 – junho de 1959:

Revista do Livro. Os folhetins de Hop-Frog. [Texto de apresentação] [p. 125 – 128].

ALVES, Tomas. Velha História, O enterramento da cantora, Na véspera, Um domingo, Na empanada, As primeiras armas, Quadro Moderno, O último dos românticos, Os pobres velhos. [Textos publicados na Gazeta do Povo, entre 1881 e 1882] [p. 129 – 170].

- Revista do Livro n.º 15 – setembro de 1959:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 109 – 111].

D'ÁVILA, José. Da penumbra. [p. 113 – 117].

CUNHA, Euclides da. Dia a dia. [Diário] [p. 118 – 172].

\_\_\_\_\_ et CORREIA, Viriato. A última entrevista concedida por Euclides da Cunha. [Entrevista de Correia com Cunha, publicada pela Ilustração Brasileira, em agosto de 1909] [p. 173 – 176].

VIEIRA, José. A repercussão da morte de Euclides da Cunha na Câmara dos Deputados. [p. 177 – 178].

COELHO NETO, Henrique Maximiano. Discurso. [p. 178 – 179].

- Revista do Livro n.º 16 – dezembro de 1959:

Revista do Livro. Manifestos modernistas. [Texto de apresentação] [p. 183]

Manifestos: Klaxon, Manifesto da poesia Pau Brasil, Terra roxa e outras terras, Manifesto Antropófago, Nhengaçu Verde Amarelo. [p. 185 – 202].

- Revista do Livro n.º 17 – março de 1960:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 191 – 193].

ANDRADE, Mário de. Pedro Malazarte. [p. 195 – 203].

- Revista do Livro n.º 18 – junho de 1960:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 127 – 131]

CELSONO, Afonso. [Excertos de] Vultos e fatos, O assassinato do coronel Gentil José de Castro, Oito anos de parlamento. [p. 133 – 173].

- Revista do Livro n.º 19 – setembro de 1960:

HASSELMANN, Emmanuel. [Texto de apresentação] [p. 183 – 185]

Anônimo, Norma. Vaudeville Jocosos. [Republicação do Vaudeville Jocosos, publicado originalmente pela Livraria Crémère, em 1849] [p. 187 – 206].

- Revista do Livro n.º 20 – dezembro de 1960:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 107 – 108].

MENDONÇA, Salvador de. Cousas do meu tempo. [Republicação da coluna assinada por Mendonça no Jornal O Imparcial, com recorte no ano de 1913] [p. 109 – 198].

- Revista do Livro n.º 21/22 – março / junho de 1961:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 171 – 173].

ARANHA, Graça. A literatura atual do Brasil: Conferência realizada no Ateneu Argentino, em Buenos Aires na noite de 22 de dezembro de 1897. [p. 175 – 192].

- Revista do Livro n.º 23/24 – julho / dezembro de 1961:

Revista do Livro. [Texto de apresentação] [p. 169 – 171].

SANTOS, Joaquim Felício. Fragmento de um manuscrito e Os invisíveis [p. 173 – 201].

## 1.6 Levantamento dos textos publicados na Seção Estudos

- Revista do Livro n.º 01 / 02 – março de 1956:

MEYER, Augusto. Chateaubriand, p. 09 – 16.

LAPA, Rodrigues. A data das “cartas chilenas” p. 17 – 34.

MONTEIRO, Adolfo Casais. Tentativa de síntese da poesia portuguesa, p. 35 – 41.

CANNABRAVA, Euryalo. Emoção e ideia, p. 42 – 46.

DAMASCENO, Darcy. A elaboração de “O juiz de paz na roça”, p. 47 – 57.

LIMA, Cavalheiro. Cinema, problema de governo, p. 58 – 71.

MAGNE, Padre Augusto. Nota à margem de famoso apócrifo, p. 72 – 76.

COSME, Luís. Experiência do Concretismo na música, p. 77 – 80.

FRIEIRO, Eduardo. A fábula das abelhas, p. 81 – 84.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. A prosa de ficção em São Paulo, p. 85 – 94.

VIEIRA, José Geraldo. Cinquenta anos de paisagem brasileira, p. 95 – 110.

FARIA, José Escobar. A poesia científica de Augusto dos Anjos, p. 111 – 116.

GAUTHIER, Michel. Le contrepoint poétique, p. 117 – 130.

- Revista do Livro n.º 03 / 04 – dezembro de 1956:

CANNABRAVA, Euryalo. Diretrizes da Enciclopédia Brasileira, p. 11 – 14.

BUNGE, Mário. Ha progresado la filosofia durante el siglo XX?, p. 15 – 22.

BRANT, Celso. O professor e a escola secundária, p. 23 – 28

RÉVAH, I. S. Les jésuites Portugais contre l’Inquisition : la campagne pour la fondation de la Compagnie Générale du Commerce du Brésil (1649), p. 29 – 55.

RÓNAI, Paulo. Um enigma de nossa história literária: Gregório de Matos, p. 55 – 66.

GOMES, Eugênio. Cruz e Sousa e o mundo shakespeariano, p. 67 – 74.

FARIA, Octavio de. Coelho Neto, p. 75 – 82.

SOUSA, José Galante de. Machado de Assis, censor dramático, p. 83 – 92.

MENDONÇA, Carlos Sússekkind de. Lúcio de Mendonça: anos de formação, p. 93 – 104.

CARNEIRO, Felisberto. Ainda a origem da tragédia, p. 105 – 108.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dos nomes feitos, p. 109 – 116.

LUBIN, Maurice A. Poesia do Haiti, p. 117 – 132.

ALMEIDA, Renato. Importância dos estudos americanos de folclore, p. 133 – 138.

COSME, Luís. Folc música no Rio Grande do Sul, p. 139 – 158.

MACHADO, Lourival Gomes. Mário de Andrade, crítico de arte, p. 159 – 170.

MARQUES, Oswaldino. A regra corrige a emoção, p. 171 – 179.

- Revista do Livro n.º 05 – março de 1957:

LAPA, Rodrigues. A ocultação nas “Cartas Chilenas”, p. 11 – 28.

CANNABRAVA, Euryalo. Americanos e Europeus, p. 29 – 36.

PROENÇA, M. Cavalcanti. Alguns aspectos formais de “Grande Sertão: Veredas”, p. 37 – 54.

SOUSA, José Galante de. Bento Teixeira e a Prosopopeia, p. 55 – 68.

CÂMARA Jr, J. Mattoso. Um soneto de Machado de Assis, p. 69 – 74.

CARNEIRO, Felisberto. Ainda a origem da tragédia – II, p. 75 – 82.

BARATA, Mário. Araújo Porto-Alegre e a Missão Artística Francesa, p. 83 – 94.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia no Brasil, p. 95 – 125.

- Revista do Livro n.º 06 – junho de 1957:

HOUAISS, Antônio. Sobre o problema da averbação enciclopédica, p. 07 – 22.

RODRIGUES, José Honório. Os problemas da história e as tarefas do historiador, p. 23 – 38.

GRASSO, Dick Edgar Ibarra. Sobre la clasificación marxista de las épocas pré-históricas y la arqueología moderna, p. 39 – 52.

HADDAD, Jamil Almansur. Notas ao romantismo brasileiro, p. 53 – 64.

SILVA, Alberto da Costa e. José Severiano de Resende e alguns temas de sua poesia, p. 65 – 72.

FERREIRA, Izacyl Guimarães. Um esquema tradicional, p. 73 – 82.

BENÍTEZ, Justo Pastor. Algunos ensayistas americanos – I, p. 83 – 92.

BROCA, Brito. O aparecimento de O Cortiço em 1890, p. 93 – 101.

- Revista do Livro n.º 07 – setembro de 1957:

LAPA, M. Rodrigues. O texto das “Cartas Chilenas”, p. 07 – 22.

ESTRADA, Ezequiel Martínez. Balzac, Poe y Dostoiewsky, p. 23 – 28.

PROENÇA, M. Cavalcanti. Nota para um rimário de Augusto dos Anjos, p. 29 – 40.

VARGAS, Augusto Tamayo. Tres poetas de América (Cesar Vallejo, Pablo Neruda y Nicolás Guillén), p. 41- 58.

GARCIA, Othon Moacyr. A página branca e o deserto, p. 59 – 72.

BENÍTEZ, Justo Pastor. El ensayo em Ibero América – II, p. 73 – 82.  
JUCÁ Filho, Cândido. Quem seja o autor do “Naufrágio”, p. 83 – 88.  
BANDEIRA, Antônio Rangel. A composição pianística no Brasil, p. 89 – 99.

- Revista do Livro n.º 08 – dezembro de 1957:

ETCHEVERRY, Manuel Graña. La equivalência de oxítonos, paroxítonos y proparoxítonos a fin de verso, p. 09 – 56.  
SOUZA, Arlindo de. O nome “Portugal”, p. 57 – 76.  
GARCIA, Othon Moacyr. A página branca e o deserto - II, p. 77 – 84.  
GRASSO, Dick Edgar Ibarra. La verdadera historia de los incas, p. 85 – 94.  
GONÇALVES, Suzana. O testemunho de Simone Weil, p. 95 – 104.  
CÂMARA Jr, J. Mattoso. A coroa de Rubião, p. 105 – 110.  
RELA, Walter. Literatura dramática sudamericana contemporánea, p. 111 – 122.  
BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto, precursores do romance social, p. 123 – 132.  
NEVES, José Teixeira. Teatro de Província, p. 133 – 153.

- Revista do Livro n.º 09 – março de 1958:

LAPA, M. Rodrigues. Subsídios para a biografia de Cláudio Manuel da Costa, p. 07 – 26.  
BENÍTEZ, Justo Pastor. Panorama de la literatura paraguaya en el siglo XX, p. 27 – 42.  
GARCIA, Othon Moacyr. A página branca e o deserto, p. 43 – 60.  
RÉVAH, I. S. João de Barros, p. 61 – 72.  
LUCAS, Fábio. Sobre a crítica de cinema, p. 73 – 82.  
IVO, Lêdo. A moça e o prosador, p. 83 – 94.  
DOURADO, Mecenaz. Dois livros sobre Hipólito da Costa, p. 95 – 108.  
NÓBREGA, Melo. Fagundes Varela plagiário?, p. 109 – 120.  
HOUAISS, Antônio. Sobre a linguagem de “Vila dos Confins”, p. 121 – 155.

- Revista do Livro n.º 10 – junho de 1958:

GRÜNEWALD, José Lino. Poesia concreta, p. 09 – 36.  
MARQUES, Oswaldino. Concretismo, ou uma hipótese autocontrariada, p. 37 – 54.  
BROCA, Brito. No arquivo de Coelho Neto, p. 55 – 84.  
GARCIA, Othon Moacyr. A página branca e o deserto - IV, p. 85 – 102.  
LAPA, M. Rodrigues. Tiradentes e Gonzaga, p. 103 – 110.

LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro, p. 111 – 118.  
CARNEIRO, Edison. O combate do Recife, p. 119 – 136.  
HOUAISS, Antônio. Sobre a linguagem de “Vila dos Confins” – II, p. 137 – 164.

- Revista do Livro n.º 11 – setembro de 1958:

MEYER, Augusto. De Machadinho a Brás Cubas, p. 09 – 18.  
PEREIRA, Lúcia Miguel. Relações de família na obra de Machado de Assis, p. 19 – 30.  
GOMES, Eugênio. O microrrealismo de Machado de Assis, p. 31 – 36.  
BROCA, Brito. Na década modernista: Machado de Assis “au dessus de la mêlée”, p. 37 – 44.  
PEREGRINO Jr. Biografia de um livro sobre Machado de Assis, p. 45 – 60.  
OLIVEIRA, Franklin de. O artista em sua narração – A fortuna crítica de Machado de Assis: 1912 – 1958, p. 61 – 70.  
PEREIRA, Astrojildo. Consciência nacional de Machado de Assis, p. 71 – 94.  
SODRÉ, Nelson Werneck. Posição de Machado de Assis, p. 95 – 100.  
CÂMARA Jr. J. Mattoso. Machado de Assis e o Corvo, de Edgard Poe, p. 101 – 110.  
PROENÇA, M. Cavalcanti. Duelos y Quebrantos, p. 111 – 114.  
ÂNGELO, Hersílio. Análise literária: “A Carolina”, p. 115 – 120.  
MAGALHÃES Jr., R. Machado de Assis e Charles Lamb, p. 121 – 130.  
IVO, Lêdo. O mar e o pirilampo, p. 131 – 136.  
FRAGOSO, Augusto. Achegas à bibliografia machadiana, p. 137 – 140.  
SOUSA, José Galante de. Cronologia de Machado de Assis, p. 141 – 180.

- Revista do Livro n.º 12 – dezembro de 1958:

RICARDO, Cassiano. A função dos mitos no bandeirismo, p. 09 – 30.  
GAUTHIER, Michel. Où en est la poétique ?, p. 31 – 44.  
LIMA, Hermann. Origens da sátira política no Brasil, p. 45 – 60.  
PORTELLA, Eduardo. Sobressalto e dilema da crítica literária, p. 61 – 70.  
RÓNAI, Paulo. A morte de Ivan Ilitch, p. 71 – 76.  
ALVAR, Manuel. Diferencias en el habla de hombres y mujeres, p. 77 – 86.  
CARPEAUX, Otto Maria. Imigrante desconhecido, p. 87 – 90.  
NÓBREGA, Mello. Evocação de B. Lopes, p. 91 – 126.  
COSME, Luís. Música e história, p. 127 – 134.  
THEODOR, Erwin. Redenção e verdade, problemas do moderno romance alemão, p. 135 – 140.  
LISBOA, Henriqueta. A poesia de “Grande Sertão: Veredas”, p. 141 – 146.

MARTINS, Hécio. Afã de originalidade na poesia de Julio Herrera y Reissig, p. 147 – 170.

FRAGOSO, Augusto. “O Álbum” – o último jornal literário de Artur Azevedo, p. 171 – 176.

GUIMARAENS Filho, Alphonsus de. “Mocidade e morte”, p. 177 – 180.

ALVARENGA, Octávio Mello. Um panorama: rosas e epitáfios, p. 181 – 186.

LOPES, Frei Roberto. Leituras de Monte Alverne, p. 187 – 192.

BROCA, Brito. Coelho Neto e Artur Azevedo, p. 193 – 195.

- Revista do Livro n.º 13 – março de 1959:

MONTELLO, Josué. Uma alternância vocálica na poesia de língua portuguesa, p. 09 – 18.

DOURADO, Mecenas. George Canning e o Brasil, p. 19 – 26.

NÓBREGA, Mello. O rimário de Alberto de Oliveira, p. 27 – 46.

RELA, Walter. “El mito Santos Vega en el teatro del Rio de la Plata”, p. 47 – 68.

CASTRO, Zaíde Maciel de, e COUTO, Araci do Prado. A literatura das folias de reis, p. 69 – 80.

VIANNA, Fernando Mendes. Sophia de Mello Breyner Andresen, p. 81 – 100.

ALVARENGA, Octavio Mello. O papel de Sade na Revolução Francesa, p. 101 – 106.

HADDAD, Jamil Almansur. Introdução ao conto árabe; Oriente e Ocidente, p. 107 – 118.

BENÍTEZ, Justo Pastor. Evocación de Ruben Darío, p. 119 – 128.

JOZEF, Bella. A poesia de Delmira Agustini, p. 129 – 138.

COSME, Luís. Catalogação de disco musicais de longa duração, p. 139 – 162.

BROCA, Brito. O que liam os românticos, p. 163 – 172.

VAL, Waldir Ribeiro do. O centenário de Valentim Magalhães, p. 173 – 179.

- Revista do Livro n.º 14 – junho de 1959:

LAPA, M. Rodrigues. Algo de novo sobre Alvarenga Peixoto, p. 07 – 18.

PAIM, Antônio. A obra filosófica e a evolução de Tobias Barreto, p. 19 – 48.

VARGAS, Augusto Tamayo. Personalidad poética de José Santos Chocano, p. 49 – 64.

MENDONÇA, Carlos Süssekind de. Recordação de Medeiros e Albuquerque, p. 65 – 78.

FREIXEIRO, Fábio Mello. O Estilo indireto livre em Graciliano Ramos, p. 79 – 86.

HECKER Filho, Paulo. Um teatro popular?, p. 87 – 96.  
LINHARES, Temístocles. Macedo e o Romance Brasileiro II, p. 97 – 107.

- Revista do Livro n.º 15 – setembro de 1959:

SODRÉ, Nelson Werneck. Revisão de Euclides da Cunha, p. 15 – 54.  
ANDRADE, Olímpio de Souza. Linguagem, poesia e imaginação na história sem fronteiras, p. 55 – 75.

- Revista do Livro n.º 16 – dezembro de 1959:

CAMPOS, Augusto de. Um lance de “dês” no grande sertão, p. 09 – 28.  
COELHO, Jacinto do Prado. Germes de Romantismo num poeta barroco (Pina e Melo), p. 29 – 38.  
GUZMÁN, Pascual González. Los dos mundos de Don Perlimplin, p. 39 – 60.  
PICCHIO, Luciana Stegagno. O itinerário poético de Murilo Mendes, p. 61 – 74.  
LYRA, Heitor. O falso pretendente, p. 75 – 82.  
MENDONÇA, Carlos Süsskind de. Lúcio de Mendonça: últimos anos de estudante, p. 83 – 98.  
TAVANI, Guiseppa. Os judeus portugueses de Livorno e algumas características da sua língua, p. 99 – 108.  
MOISÉS, Massaud. Alguns aspectos da obra de Aluísio Azevedo, p. 109 – 138.

- Revista do Livro n.º 17 – março de 1960:

LUCAS, Fábio. Caminhos da consciência literária nacional, p. 09 – 18.  
ANDRADE, Olympio de Souza. O leitor Joaquim Nabuco e o livro de Bagehot, p. 19 – 24.  
PROENÇA, M. Cavalcanti. Arraiada de Mário, p. 25 – 30.  
FRAGOSO, Augusto. Dois momentos de Joaquim Nabuco, p. 31 – 40.  
SIMÕES, João Gaspar. A geração do “Orpheu”, p. 41 – 58.  
DOMINGO, Javier. João Guimarães Rosa y la alegría, p. 59 – 64.  
NÓBREGA, Mello. Rimas que não rimam, p. 65 – 76.  
VELLINHO, Moysés. Histórias mal contadas, p. 77 – 86.  
MEYER, Marlyse. A Moscheta de Ângelo Beolco, o “Ruzante”, p. 87 – 98.  
BENÍTEZ, Justo Pastor. Carlos Antonio Lopez, p. 99 – 108.  
NAVA, José. Brasileiros nos caminhos de Proust, p. 109 – 126.  
LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro, p. 127 – 143.

- Revista do Livro n.º 18 – junho de 1960:

PENNAFORT, Onestaldo de. Alguns aspectos de Otelo, p. 09 – 24.  
GRÜNEWALD, José Lino. Cine-situação: vertentes, p. 25 – 50.  
IVO, Lêdo. Rol de Insulíndias, p. 51 – 60.  
CAMPOS, Haroldo de. A temperatura informacional do texto, p. 61 – 70.  
GRASSO, Dick Edgar Ibarra. Sobre el desarrollo de las civilizaciones precolombinas de Bolivia y el origen del Imperio Incaico, p. 71 – 84.  
ALVARENGA, Octavio Mello. Proust e Nabakov: aproximações, p. 85 – 98.

- Revista do Livro n.º 19 – setembro de 1960:

PROENÇA, M. Cavalcanti. Pão Seco, p. 09 – 18.  
LINS, Ivan. Bergson: um filósofo da ‘belle-époque’, p. 19 – 34.  
MANZI, Ítalo Alfonso. Agnes von Krusenstjerna, escritora de la locura, p. 35 – 54.  
CASCUDO, Luís da Câmara. Aves e pássaros no folclore brasileiro, p. 55 – 62.  
PEREZ, Renard. A evolução do conto no Brasil, p. 63 – 74.  
CARNEIRO, Edison. Os caboclos de Aruana, p. 75 – 82.  
COSTA Filho, Miguel. Engenhos centrais e usinas, p. 83 – 92.  
HECKER Filho, Paulo. Ingmar Bergman, p. 93 – 104.  
RELA, Walter. Un documento poético popular chileno, p. 105 – 118.  
MACHADO Filho, Aires da Mata. O poeta Augusto de Lima, p. 119 – 140.

- Revista do Livro n.º 20 – dezembro de 1960:

LYRA, Heitor. Primeiro encontro de Deodoro com os republicanos, p. 07 – 18.  
ALVAR, Manuel. Cantos de muerte sefardíes, p. 19 – 32.  
EULÁLIO, Alexandre. O último bom selvagem, p. 33 – 48.  
NEVES, José Teixeira. Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro, p. 49 – 60.  
IVO, Lêdo. As diatomáceas da lagoa, p. 61 – 67.

- Revista do Livro n.º 21/22 – março / junho de 1961:

XISTO, Pedro. À busca da poesia, p. 09 – 30.  
COELHO, Jacinto do Prado. O aproveitamento estilístico de algumas possibilidades sintáticas do português, p. 31 – 42.  
BENÍTEZ, Justo Pastor. Algunos aspectos de la cultura guaranítica, p. 43 – 58.

FERREIRA, Orlando da Costa. Temática das “lineais”, p. 59 – 64.  
SENA, Jorge de. A estrutura de Os Lusíadas, p. 65 – 74.  
CUNHA, Fausto. Recursos acumulativos em Coelho Neto, p. 75 – 82.  
PEREIRA Filho, Emmanuel. As duas versões do Tratado de Pero de Magalhães de Gândavo, p. 83 – 108.  
HECKER Filho, Paulo. Teatro brasileiro, p. 109 – 130.  
LIMA, Herman. Nossa primeira caricaturista, p. 131 – 144.

- Revista do Livro n.º 23/24 – julho / dezembro de 1961:

CUNHA, Fausto. Castro Alves e o Realismo romântico, p. 07 – 22.  
CAMPOS, Haroldo de. Maiakóvski em português: roteiro de uma tradução, p. 23 – 50.  
RAEDERS, Georges. Le Caramuru et son traducteur français, p. 51 – 66.  
LOURENÇO, Eduardo. Presença ou a contra-revolução do Modernismo Português, p. 67 – 82.  
SOIFER, Miguelina. Bécquer y Baudelaire, p. 83 – 92.  
CUNHA, José Marianno Carneiro da. O grande personagem do Calunga, de Jorge de Lima, p. 93 – 98.  
MARTINS, Heitor. Notas para uma metodologia da Língua Portuguesa no exterior, p. 99 – 106.  
CASTRO, Sílvio. Raquel de Queirós e o chamado romance nordestino, p. 107 – 120.  
SALLES, Vicente. A música em Belém no Século XIX, p. 121 – 140.

## 1.7 Levantamento dos textos publicados na seção Vária

- Revista do Livro n.º 01 / 02 – março de 1956:

Não há.

- Revista do Livro n.º 03 / 04 – dezembro de 1956:

CUNHA, Celso. “Granada y el Romancero”, p. 239 – 242.

CARPEAUX, Otto Maria. Os portugueses e os outros, p. 243 – 246.

BENÍTEZ, Justo Pastor. El médio americano al través de três escritores, p. 246 – 248.

GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de. Através de uma poesia, p. 249 – 253.

MARQUES, Oswaldino. A revolução Guimarães Rosa, p. 254 – 255.

COUTINHO, Afrânio. A nova crítica, p. 256 – 258.

SÁFADY, Naief. O primeiro romance camiliano, p. 259 – 260.

CUNHA, Sylvio da. A fotografia será uma arte?, p. 261 – 263.

NERY, Paulo Sérgio. Índice geral do Dicionário Bio-bibliográfico Cearense de Guilherme Studart, p. 264 – 285.

- Revista do Livro n.º 05 – março de 1957:

FRIEIRO, Eduardo. O verdadeiro bibliófilo, p. 183 – 186.

LEWIN, Willy. Breve aproximação à crítica de cinema e teatro com algumas palavras preliminares sobre problemas da arte, moralidade ou prudência, p. 187 – 190.

MARTINS, Luís. Jorge de Lima, p. 191 – 198.

D’ELIA, Antônio. Um poeta de 45, p. 199 – 208.

SCHNEIDER, Otto. A mais antiga Livraria Brasileira, p. 209 – 212.

EULÁLIO, Alexandre. Índice do “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” de A. V. A. Sacramento Blake, p. 213 – 237.

- Revista do Livro n.º 06 – junho de 1957:

DAVID, Carlos. A educação do poeta, p. 193 – 198.

MORAES, Carlos Dante de. Os sentidos na poesia de Baudelaire, p. 199 – 202.

HECKER Filho, Paulo. Teatro, cinema e obra literária, p. 203 – 206.

SIMÕES, Roberto. Padre Vieira, e o amor mundano, p. 207 – 210.

PEREIRA, Sílvio Batista. Apolinário Porto Alegre, p. 211 – 214.

CUNHA, Sylvio da. Permanência de Sá Miranda, p. 215 – 218.

EULÁLIO, Alexandre. Índice do “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” de A. V. A. Sacramento Blake – II, p. 219 – 233.

- Revista do Livro n.º 07 – setembro de 1957:

CANNABRAVA, Euryalo. Bélgica, p. 179 – 190.

SILVA Neto, Serafim da. Duas preciosidades da Biblioteca Nacional, p. 191 – 196.

LISBOA, Henriqueta. A poesia de Ungaretti, p. 197 – 202.

SOUSA, José Galante de. Em torno do anedotário machadiano, p. 203 – 206.

LIMA, Hermann. Escritores caricaturistas, p. 207 – 224.

EULÁLIO, Alexandre. Índice do “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” de A. V. A. Sacramento Blake – III, p. 225 – 243.

- Revista do Livro n.º 08 – dezembro de 1957:

ETIENNE Filho, João. Otávio de Faria, p. 193 – 202.

HECKER Filho, Paulo. Reposição das teses orais, p. 203 – 214.

COSME, Luís. Três compositores brasileiros, p. 215 – 220.

DAMASCENO, Darcy. Martins Pena e o Conservatório Dramático, p. 221 – 224.

ALVARENGA, Octavio Mello. “Huis Clos” e o Apocalipse, p. 225 – 228.

CARNEIRO, Édison. Festas tradicionais, p. 229 – 230.

PORTO, Vera da Silva. Tratamento das publicações das Nações Unidas nas bibliotecas, p. 231 – 264.

EULÁLIO, Alexandre. Índice do “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” de A. V. A. Sacramento Blake – IV, p. 225 – 243.

- Revista do Livro n.º 09 – março de 1958:

OLIVEIRA, Franklin de. Dimensões do mítico, p. 201 – 206.

MARTINS, Heitor. Manuel del Cabral: hóspede do mundo, p. 207 – 214.

COSME, Luís. Ensaio sobre a música brasileira, p. 215 – 220.

SOUSA, Cláudio Mello e. Tentativa de um cinema brasileiro, p. 221 – 228.

REIS, Antônio Simões dos. A crítica no Brasil em 1894, p. 229 – 234.

CARMO, Célio Assis do. Índice brasileiro do “Dicionário Bibliográfico português”, de Inocêncio Francisco da Silva – I, p. 235 – 252.

- Revista do Livro n.º 10 – junho de 1958:

ESTRADA, Ezequiel Martínez. Placa de uma “Rediografia”, p. 201 – 204.

BRITO, Mário da Silva. Mário de Andrade e seu primeiro livro, p. 205 – 210.

FRIEIRO, Eduardo. Recordando “Os amigos do livro”, p. 211 – 216.  
SADOUL, Georges. Crise du cinéma français, p. 217 – 222.  
PRADA, Cecília. O eterno revoltado – Alberto Camus, p. 223 – 226.  
GUIMARAENS Filho, Alphonsus de. O conceito romântico de poesia, p. 227 – 230.  
CARMO, Célio Assis do. Índice brasileiro do “Dicionário Bibliográfico português”, de Inocêncio Francisco da Silva – II, p. 231 – 249.

- Revista do Livro n.º 11 – setembro de 1958:

Não há.

- Revista do Livro n.º 12 – dezembro de 1958:

Não há.

- Revista do Livro n.º 13 – março de 1959:

Não há.

- Revista do Livro n.º 14 – junho de 1959:

MARCHIORI, Laura. L’arte di Tradurre, p. 173 – 178.  
LEÃO, Francisco da Cunha. Vinte teses acerca da Formação e Sobrevivência de Portugal, p. 179 – 182.  
VIANNA, Hélio. O “livro que dá razão do Estado do Brasil”, p. 183 – 188.  
COSME, Luís. “Salamanca do Jarau”, p. 189 – 196.  
CARMO, Célio Assis do. Índice brasileiro do “Dicionário Bibliográfico português”, de Inocêncio Francisco da Silva – III, p. 197 – 213.

- Revista do Livro n.º 15 – setembro de 1959:

SOUSA, José Galante de. Algumas fontes para o estudo de Euclides da Cunha, p. 183 – 220.

BENÍTEZ, Justo Pastor. Euclides da Cunha, p. 221 – 224.

BROCA, Brito. Um romance de Afonso Arinos sobre Canudos, p. 225 – 229.

- Revista do Livro n.º 16 – dezembro de 1959:

LINS, Iva. França, p. 205 – 210.

MELLO, Silva. Recordações de Gastão Cruls, p. 211 – 222.

SCHNEIDER, Otto. “Não coroa o livro de ombrear com o sabre”, p. 223 – 227.

- Revista do Livro n.º 17 – março de 1960:

PLACER, Xavier. O perfeito bibliotecário, p. 207 – 210.

SCHREIBER, Maria Romano. Bodoni e o museu Bodoniano de Parma, p. 211 – 214.

CARMO, Célio Assis do. Índices do “Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres” e da “Coletânea de autores mineiros”, p. 215 – 224.

DIVERSOS. Revista dos livros – resenhas críticas, p. 225 – 235.

- Revista do Livro n.º 18 – junho de 1960:

MARTINS, Wilson. Cendrars e o Brasil, p. 177 – 184.

TORRES, João Camilo de Oliveira. A ficção científica como fantasia pura ou A vingança de Dom Quixote, p. 185 – 190.

COSME, Luís. Vila-Lôbos, compositor brasileiro, p. 191 – 196.

HOUAISS, Antônio. Plano do dicionário das obras de Machado de Assis, p. 197 – 224.

- Revista do Livro n.º 19 – setembro de 1960:

BROCA, Brito. João Ribeiro e os modernistas, p. 209 – 212.

IVO, Lêdo. A propósito de Laura Moura, p. 213 – 218.

BARRETO, Castro. Roquette Pinto e o homem brasileiro, p. 219 – 226.

CARMO, Célio Assis do. Índice do “Dicionário bio-bibliográfico Brasileiro”, de Argeu Guimarães, p. 227 – 237.

- Revista do Livro n.º 20 – dezembro de 1960:

CUNHA, A. G. Modelos de verbetes de um dicionário histórico de indigenismos da língua portuguesa, p. 199 – 208.

CARMO, Célio Assis do. Índice do “Dicionário bio-bibliográfico Brasileiro”, de Argeu Guimarães – II, p. 227 – 237.

- Revista do Livro n.º 21/22 – março / junho de 1961:

MASSA, Jean-Michel. La bibliothèque de Machado de Assis, p. 195 – 238.

COSME, Zilda. Cosme. Panorama da sua composição musical, p. 239 – 247.

- Revista do Livro n.º 23/24 – julho / dezembro de 1961:

ANDRADE, Olímpio de Souza. Os Sertões entre dois vales, p. 205 – 214.

COSME, Luís. Criação musical, p. 215 – 218.

CASTRO, Arnaldo José de. Raul Pompéia, p. 219 – 227.

## 2. Tabelas de indexação

### 2.1 Estatística - Autor

Campo:	Num. Absoluto	Percentual:
ABREU, Capistrano de	1	0,28
ALENCAR, José de	1	0,28
ALMEIDA, Renato de	1	0,28
ALVAR, Manuel	2	0,55
ALVARENGA, Octávio Mello	4	1,10
ALVES, Tomás	1	0,28
ANDRADE, Mário de	3	0,83
ANDRADE, Olympio de Sousa	3	0,83
ÂNGELO, Hersílio	1	0,28
ARANHA, Graça	1	0,28
ASSIS, Machado de	2	0,55
BANDEIRA, Antonio Rangel	1	0,28
BARATA, Mario	1	0,28
BARBOSA, Francisco de Assis	1	0,28
BARRETO, Castro	1	0,28
BENÍTEZ, Justo Pastor	8	2,20
BRAGANÇA, (Dom) Luis de Orleans e	1	0,28
BRANT, Celso	1	0,28
BRITO, Mario da Silva	1	0,28
BROCA, Brito	8	2,20
BUNGE, Mario	1	0,28
CALÓGERAS, Pandiá	1	0,28
CÂMARA JR., Joaquim Mattoso	3	0,83
CAMPOS, Augusto de	1	0,28
CAMPOS, Haroldo de	2	0,55
CANNABRAVA, Euryalo	4	1,10
CARMO, Célido Assis do	8	2,20
CARMO, J. A. Pinto do	1	0,28
CARNEIRO, Edison	3	0,83
CARNEIRO, Felisberto	2	0,55
CARPEAUX, Otto Maria	2	0,55
CASCUDO, Luiz da Câmara	2	0,55
CASTRO, Arnaldo José de	1	0,28
CASTRO, Silvio	1	0,28
CASTRO, Zaide Maciel de	1	0,28
CATALÁN, Diego	1	0,28

CAVALCANTI, Valdemar	1	0,28
CELSO, Afonso	1	0,28
COELHO NETO, Henrique	1	0,28
COELHO, Jacinto do Prado	2	0,55
COELHO, Saldanha	1	0,28
CORREIA, Raimundo	1	0,28
CORREIA, Viriato	1	0,28
COSME, Luís	9	2,48
COSME, Zilda	1	0,28
COSTA FILHO, Miguel	1	0,28
COUTINHO, Afrânio	1	0,28
COUTO, Araci do Prado	1	0,28
CUNHA, Antonio Geraldo da	1	0,28
CUNHA, Celso Ferreira da	1	0,28
CUNHA, Euclides da	3	0,83
CUNHA, Fausto	2	0,55
CUNHA, José Marianno Carneiro da	1	0,28
CUNHA, Sylvio da	2	0,55
DAMASCENO, Darcy	3	0,83
DAVID, Carlos	2	0,55
D'ELIA, Antônio	1	0,28
DIAS, Antonio Caetano	1	0,28
DOMINGO, Javier	1	0,28
DOURADO, Mecenas	2	0,55
ENEIDA,	1	0,28
ESTRADA, Ezequiel Martínez	2	0,55
ETCHEVERRY, Manuel Graña	1	0,28
ETIENNE FILHO, João	1	0,28
EULALIO, Alexandre	7	1,93
FARIA, José Escobar	1	0,28
FARIA, Octávio de	1	0,28
FERREIRA, Izacyl Guimarães	1	0,28
FERREIRA, Orlando da Costa	1	0,28
FILGUEIRAS, Maria	1	0,28
FILHO, Paulo Hecker	5	1,38
FONSECA, Edson Nery da	2	0,55
FRAGOSO, Augusto Tasso	4	1,10
FRANCO, Afonso Arinos de Mello	1	0,28
FREIXEIRO, Fábio Mello	1	0,28
FRIEIRO, Eduardo	3	0,83
GARCIA, Othon Moacyr	4	1,10
GARRETT, Almeida	2	0,55

GAUTHIER, Michel	2	0,55
GOMES, Eugenio	2	0,55
GONÇALVES, Suzana	1	0,28
GRASSO, Dick Edgar Ibarra	3	0,83
GRÜNEWALD, José Lino	2	0,55
GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de	3	0,83
GUZMÁN, Pascual González	1	0,28
HADDAD, Jamil Almansur	2	0,55
HORCH, Hans Juergen	1	0,28
HOUAISS, Antonio	4	1,10
IVO, Lêdo	5	1,38
JOZEF, Bella	1	0,28
JUCÁ FILHO, Cândido	1	0,28
KOSERITZ, Karl von	1	0,28
KUBITSCHKEK, Juscelino	1	0,28
LAPA, M. Rodrigues	6	1,65
LEÃO, Francisco Cunha	1	0,28
LEWIN, Willy	1	0,28
LIMA, Cavalheiro	1	0,28
LIMA, Herman	3	0,83
LIMA, Oliveira	1	0,28
LINHARES, Temístocles	3	0,83
LINS, Ivan	2	0,55
LISBOA, Henriqueta	2	0,55
LOPES, Roberto	1	0,28
LOURENÇO, Eduardo	1	0,28
LUBIN, Maurice	1	0,28
LUCAS, Fábio	2	0,55
LYRA, Heitor	2	0,55
MACHADO FILHO, Aires da Mata	2	0,55
MACHADO, Hélio Gomes	1	0,28
MACHADO, Lourival Gomes	1	0,28
MAGALHÃES JR., Raimundo	1	0,28
MAGNE, Augusto	1	0,28
MANZI, Ítalo Alfonso	1	0,28
MARCHIORI, Laura	1	0,28
MARQUES, Oswaldino	3	0,83
MARTINS, Heitor	2	0,55
MARTINS, Hélcio	1	0,28
MARTINS, Luiz	1	0,28
MARTINS, Wilson	1	0,28
MASSA, Jean-Michel	1	0,28

MATA, Edgar	1	0,28
MELLO, Silva	1	0,28
MENDONÇA, Carlos Sussekind de	3	0,83
MENDONÇA, Lucio de	1	0,28
MENDONÇA, Salvador de	1	0,28
MEYER, Augusto	3	0,83
MEYER, Marlise	1	0,28
MOISÉS, Massaud	1	0,28
MONTEIRO, Adolfo Casais	1	0,28
MONTELLO, Josué	1	0,28
MORAIS, Carlos Dante de	1	0,28
NABUCO, Joaquim	1	0,28
NAVA, José	1	0,28
NÉRY, Paulo Sérgio	2	0,55
NEVES, José Teixeira	2	0,55
NÓBREGA, Dormevilly	1	0,28
NÓBREGA, Humberto Galiano Mello	6	1,65
OLIVEIRA, Franklin de	2	0,55
OLIVEIRA, José Osório de	1	0,28
OTTONI, Áureo	20	5,51
PAIM, Antonio	1	0,28
PENA, Martins	2	0,55
PENNAFORT, Onestaldo de	1	0,28
PEREGRINO JR.	1	0,28
PEREIRA FILHO, Emmanuel	1	0,28
PEREIRA, Astrogildo	1	0,28
PEREIRA, José Renato Santos	3	0,83
PEREIRA, Lúcia Miguel	1	0,28
PEREIRA, Silvio Batista	1	0,28
PEREZ, Renard	1	0,28
PICCHIO, Luciana Stegagno	1	0,28
PLACER, Xavier	1	0,28
POMPÉIA, Raul	1	0,28
PORTELLA, Eduardo Mattos	1	0,28
PORTO, Vera da Silva	1	0,28
PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo	1	0,28
POTTIER, Bernard	1	0,28
PRADA, Cecilia	1	0,28
PROENÇA, M. Cavalcanti	5	1,38
QUEIRÓS, Eça de	1	0,28
RAEDERS, George	1	0,28
REIS, Antonio Simões dos	1	0,28

RELA, Walter	3	0,83
RÉVAH, Israel Salvator	2	0,55
RICARDO, Cassiano	1	0,28
RIO, João do (Pseud. de Paulo Barreto)	1	0,28
RODRIGUES, José Honório	1	0,28
ROMERO, Silvio	1	0,28
RÓNAI, Paulo	2	0,55
SADOUL, Georges	1	0,28
SALGADO, Clóvis	1	0,28
SALLES, Vicente	1	0,28
SANTOS, Joaquim Felício dos	2	0,55
SCHNEIDER, Otto Pereira	2	0,55
SCHREIBER, Maria R.	1	0,28
SENA, Jorge de	1	0,28
SILVA NETO, Serafim da	1	0,28
SILVA, Alberto da Costa e	1	0,28
SIMÕES, João Gaspar	1	0,28
SIMÕES, Roberto	1	0,28
SODRÉ, Nelson Werneck	2	0,55
SOIFER, Miguelina	1	0,28
SOUSA, Arlindo de	1	0,28
SOUSA, José Galante de	6	1,65
SOUZA, Claudio Melo e	1	0,28
TAVANI, Guiseppe	1	0,28
TEIXEIRA, Maria de Lourdes	1	0,28
THEODOR, Erwin	1	0,28
TORRES, João Camilo de Oliveira	1	0,28
TOSTES, Joel Bicalho	1	0,28
VAL, Waldir Ribeiro do	1	0,28
VARGAS, Augusto Tamayo	2	0,55
VELLINHO, Moisés	1	0,28
VERÍSSIMO, José	3	0,83
VIANA, Fernando Mendes	1	0,28
VIANA, Hélio	1	0,28
VIEIRA, José	1	0,28
VIEIRA, José Geraldo	1	0,28
XISTO, Pedro	1	0,28
Total:	363	100,00

## 2.2 Estatísticas - Nome pessoal como assunto

Campo:	Num. Absoluto	Percentual:
AGUSTINI, Delmira	1	0,46
ALBUQUERQUE, Medeiros de	1	0,46
ALEGRE, Apolinário Porto	1	0,46
ALMEIDA, Manuel Antônio de	1	0,46
ALVAR, Manuel	1	0,46
ALVERNE, Francisco do Monte	2	0,92
ALVES, Castro	2	0,92
ANDRADE, Mário de	6	2,75
ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner	1	0,46
ANJOS, Augusto dos	3	1,38
ANJOS, Cyro dos	1	0,46
ASSIS, Machado de	34	15,60
AZEVEDO, Aluísio	3	1,38
AZEVEDO, Álvares de	1	0,46
AZEVEDO, Artur	1	0,46
BANDEIRA, Manuel	1	0,46
BARRETO, Lima	1	0,46
BARRETO, Tobias	1	0,46
BARROS, João de	1	0,46
BAUDELAIRE, Charles	1	0,46
BECQUER, Gustavo Adolfo	1	0,46
BEOLCO, Ângelo	1	0,46
BERGMAN, Ingmar	1	0,46
BERGSON, Henri	1	0,46
BEVILACQUA, Clóvis	1	0,46
BLAKE, Augusto Sacramento	4	1,83
BODONI, Giambattista	1	0,46
BRAGANÇA, (Dom) Luis de Orleans e	1	0,46
BRANCO, Camilo Castelo	1	0,46
BROCA, Brito	2	0,92
BROKMEYER, Henry Conrad	1	0,46
CABRAL, Manuel del	1	0,46
CAMÕES, Luiz Vaz de	1	0,46
CAMUS, Albert	2	0,92
CANNING, George	1	0,46
CARVALHO, Joaquin	1	0,46
CAVALHEIRO, Edgar	1	0,46
CENDRARS, Blaise	1	0,46
CHATEAUBRIAND, François René	1	0,46
CHOCANO, Santos	1	0,46

COELHO NETO, Henrique	4	1,83
COSME, Luís	1	0,46
COSTA, Claudio Manuel da	1	0,46
COSTA, Hipólito José da	1	0,46
CRULS, Gastão	2	0,92
CUNHA, Euclides da	8	3,67
DARÍO, Rubén	1	0,46
DURÃO, Santa Rita	1	0,46
FARIA, Octávio de	1	0,46
FONSECA, Manuel Deodoro da	1	0,46
FRÂNCIA, José Gaspar de	1	0,46
FRANCO, Affonso Arinos de Mello	1	0,46
GANDAVO, (Pero de Magalhães)	1	0,46
GARRETT, Almeida	1	0,46
GONZAGA, Tomás Antônio	3	1,38
GUIMARAENS, (João) Alphonsus de	1	0,46
GUIMARÃES, Argeu	2	0,92
HERCULANO, Alexandre	1	0,46
HUMBOLDT, Alexander von	1	0,46
KIERKEGAARD, Soren	1	0,46
KRUSENSTJERNA, Agnes von	1	0,46
LANDUCCI, Lélío	1	0,46
LIMA, Augusto de	1	0,46
LIMA, Jorge de	3	1,38
LISBOA, Henriqueta	1	0,46
LOBATO, Monteiro	1	0,46
LOPES NETO, Simões	2	0,92
LOPES, Bernardino da Costa	1	0,46
LÓPEZ, Carlos Antonio	1	0,46
LORCA, Federico García	1	0,46
MACEDO, Joaquim Manoel de	3	1,38
MAGALHÃES, Valentim	1	0,46
MAIAKÓVSKI, Vladímir	1	0,46
MARTINS, Wilson	1	0,46
MATA, Edgar	1	0,46
MATOS, Gregório de	1	0,46
MELO NETO, João Cabral de	4	1,83
MELO, Francisco de Pina e	1	0,46
MENDES, Murilo	1	0,46
MENDONÇA, Lucio de	4	1,83
MEYER, Augusto	1	0,46
MIRANDA, Francisco Sá de	1	0,46

MORENO, Diogo de Campos	1	0,46
NABUCO, Joaquim	2	0,92
NODIER, Charles	1	0,46
OLIVEIRA, Alberto de	2	0,92
PALMÉRIO, Mário	2	0,92
PASSOS, Guimarães	1	0,46
PEIXOTO, Alvarenga	1	0,46
PENA, Martins	3	1,38
PERROT, Jean-Claude	1	0,46
PICON, Gaëtan	1	0,46
POMPÉIA, Raul	1	0,46
PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo	1	0,46
PROUST, Marcel	1	0,46
QUEIROZ, Rachel de	1	0,46
RAMOS, Graciliano	1	0,46
REISSIG, Julio Herrera y	1	0,46
RESENDE, José Severiano de	1	0,46
REYES, Alfonso	1	0,46
RIBEIRO, João	1	0,46
RIBEYROLLES, Charles	1	0,46
ROMERO, Silvio	1	0,46
ROQUETE-PINTO, Edgar	1	0,46
ROSA, Guimarães	6	2,75
ROSA, Tomas Santa	2	0,92
SADE, Marquês de	1	0,46
SANTOS, João Antônio dos	1	0,46
SANTOS, Joaquim Felício dos	1	0,46
SANTOS, Nelson Pereira dos	1	0,46
SARTRE, Jean-Paul	1	0,46
SHAKESPEARE, Nicholas	1	0,46
SILVA, Domingos Carvalho da	1	0,46
SILVA, Inocêncio Francisco da	2	0,92
SOBRINHO, João Francisco Velho	1	0,46
SOUZA, Cruz e	1	0,46
STUDART, Guilherme	1	0,46
TEFFÉ, Nair de	1	0,46
TEIXEIRA, Bento	2	0,92
TOLSTÓI, Leon	1	0,46
UNAMUNO, Miguel de	1	0,46
UNGARETTI, Giuseppe	1	0,46
VARELA, Fagundes	1	0,46
VEGA, Santos	1	0,46

VELHO, Gilberto	1	0,46
VERÍSSIMO, Érico	1	0,46
VERÍSSIMO, José	1	0,46
VIEIRA, (Pe.) Antônio	2	0,92
VILLA-LOBOS, Heitor	1	0,46
WEIL, Simone	1	0,46
Total:	218	100,00

## 2.3 Estatísticas - Palavras-chave

Campo	Num. Absoluto Percentual:	
Análise do discurso	1	0,10
Antologia	3	0,29
Antropologia	2	0,19
Arqueologia	2	0,19
Arte	2	0,19
Artes plásticas	8	0,77
Autoria	1	0,10
Bíblia	1	0,10
Bibliografia	83	8,02
Biblioteca	13	1,26
Biografia	117	11,30
Cânone literário	3	0,29
Caricatura	5	0,48
Cartas	8	0,77
Catolicismo	1	0,10
Censura	3	0,29
Ciência	15	1,45
Cinema	7	0,68
Colonialismo	2	0,19
Comédia	1	0,10
Concretismo	8	0,77
Contemporâneo	2	0,19
Crenças populares	1	0,10
Criação	1	0,10
Crise	1	0,10
Crítica	59	5,70
Cultura	12	1,16
Cultura popular	7	0,68
Dança	1	0,10
Democracia	1	0,10
Documentário	1	0,10
Drama	1	0,10
Dramaturgia	1	0,10
Economia	10	0,97
Editor	1	0,10
Efeméride	1	0,10
Enciclopedismo	4	0,39
Ensaio	2	0,19

Ensino	4	0,39
Escritor	3	0,29
Escultura	1	0,10
Estado	4	0,39
Estética	26	2,51
Estrutura	1	0,10
Ética	1	0,10
Etnografia	1	0,10
Etnohistória	1	0,10
Etnologia	2	0,19
Eventos	3	0,29
Existencialismo	1	0,10
Fantástico	2	0,19
Fenomenologia	1	0,10
Ficção	15	1,45
Ficção científica	1	0,10
Filologia	9	0,87
Filosofia	13	1,26
Folclore	5	0,48
Formalismo	1	0,10
Fotografia	1	0,10
Genealogia	1	0,10
Gênero	2	0,19
Geração de 45	2	0,19
Gramática	3	0,29
Hermenêutica	4	0,39
História	72	6,96
Historiografia	2	0,19
Humanismo	3	0,29
Identidade	1	0,10
Igreja	1	0,10
Imagem	1	0,10
Imperialismo	2	0,19
Imprensa	12	1,16
Independência	2	0,19
Índio	1	0,10
Indústria cultural	3	0,29
Informes	43	4,15
Leitor	3	0,29
Língua	2	0,19
Linguagem	39	3,77
Linguística	7	0,68

Lirismo	2	0,19
Literatura	25	2,42
Literatura comparada	6	0,58
Livros	2	0,19
Loucura	1	0,10
Manifesto	1	0,10
Marxismo	1	0,10
Mercado	1	0,10
Metafísica	1	0,10
Metodologia de pesquisa	3	0,29
Métrica	5	0,48
Misticismo	1	0,10
Mito	8	0,77
Modernidade	5	0,48
Modernismo	18	1,74
Monarquia	2	0,19
Morte	1	0,10
Mulher	2	0,19
Museu	3	0,29
Música	12	1,16
Nação	8	0,77
Nacionalismo	20	1,93
Naturalismo	2	0,19
Natureza	2	0,19
Novela	1	0,10
Obra	1	0,10
Parnasianismo	1	0,10
Periodismo	3	0,29
Personagem	17	1,64
Pintura	3	0,29
Poesia	54	5,22
Poética	8	0,77
Política	18	1,74
Realismo	4	0,39
Regionalismo	8	0,77
Religião	5	0,48
República	2	0,19
Retórica	2	0,19
Revolução	5	0,48
Revolução Industrial	1	0,10
Romance	24	2,32
Romantismo	8	0,77

Sátira	1	0,10
Século XIX	1	0,10
Semiótica	1	0,10
Simbolismo	3	0,29
Sociologia	2	0,19
Teatro	10	0,97
Técnica	8	0,77
Teoria	3	0,29
Teoria literária	1	0,10
Trabalho	1	0,10
Tradição	4	0,39
Tradução	6	0,58
Tragédia	4	0,39
Vanguarda	1	0,10
Verdade	1	0,10
Total:	1035	100,00

## 2.4 Estatísticas – Vocabulário controlado

Campo:	Num. Absoluto	Percentual:
APRESENTAÇÃO	9	1,75
CAPA	20	3,90
CORRESPONDÊNCIA(S)	8	1,56
DEPOIMENTO	7	1,36
EDITORIAL	13	2,53
ENSAIO - Antropologia	2	0,39
ENSAIO - Bibliologia	2	0,39
ENSAIO - Cultura	31	6,04
ENSAIO - Economia	2	0,39
ENSAIO - Educação	2	0,39
ENSAIO - Filosofia	7	1,36
ENSAIO - História	16	3,12
ENSAIO - Linguística	7	1,36
ENSAIO - Literatura	141	27,49
ENSAIO - Política	1	0,19
ENSAIO - Teologia	1	0,19
ENTREVISTA	1	0,19
FICÇÃO	26	5,07
INFORME	163	31,77
RESENHA - Antropologia	1	0,19
RESENHA - Bibliologia	5	0,97
RESENHA - Cultura	10	1,95
RESENHA - História	1	0,19
RESENHA - Linguística	2	0,39
RESENHA - Literatura	34	6,63
RESENHA - Sociologia	1	0,19
Total:	513	100,00